BREJO DE AREIA

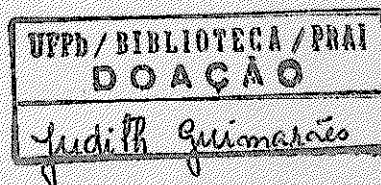
COLEÇÃO "VIDA BRASILEIRA"

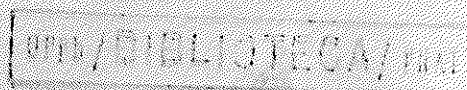
Direção de José Simeão Leal

1 — George C. A. Boehrer — Da Monarquia à República.
2 — Luís da Câmara Cascudo — História do Rio Grande do Norte.
3 — Hélio Vianna — Capistrano de Abreu.
4 — Carlos Eugênio Pôrto — Roteiro do Piauí.
5 — Manuel Diègues Júnior — Etnias e Culturas no Brasil.
6 — René Ribeiro — Religião e Relações Raciais.
7 — Mauro Mota — O Cajueiro Nordestino.
8 — Hermes Lima — Idéias e Figuras.
9 — Arthur Cezar Ferreira Reis — A Amazônia que os Portuguêses Revelaram.
10 — Luís da Câmara Cascudo — Jangada.
11 — Jaime Cortesão — Rapôso Tavares e a Formação Territorial do Brasil.

HORÁCIO DE ALMEIDA

BREJO DE AREIA

MEMÓRIAS DE UM MUNICÍPIO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Numa conferência produzida em 1944, no Teatro Minerva, Celso Mariz soltou o boato de que eu tinha em preparo a história de Areia. Em verdade, não despertei para o assunto senão 12 anos depois, em 1956, quando dei início ao presente trabalho. Por curiosa coincidência, o prognóstico veio a ter confirmação, mas quando foi veiculado carecia em absoluto de fundamento.

Nos tempos de minha mocidade, em Areia, andei colhendo notas esparsas para regalo e curiosidade do meu espírito, sem a menor intenção de aproveitar êsses elementos informativos em livro. Ùltimamente, quando me lancei ao trabalho, era tarde de mais para refrescar a memória. Os velhos, que sabiam de muita coisa do passado, morreram. Os moços, que tomaram o seu lugar, já agora na casa dos setenta, ignoram, via de regra, quem foram seus avós. De arquivo público nem é bom falar. O livro de tombo da paróquia levou fim, da mesma forma como desapareceu o histórico livro de atas da Câmara Municipal. Por outro lado, nenhum registro houve sôbre a infância de Areia, na fase colonial, a não ser nas duas primeiras décadas do século XIX, isso mesmo em traços vagos e informes.

Não foi sem esfôrço que procurei levar a cabo a tarefa a que voluntàriamente me impus. Mas sinto-me recompensado porque em muitos capítulos pude dizer alguma coisa nova, mostrando aspectos de vida não revelados até hoje. Noutros, há o restabelecimento de quadros históricos, que se apresentavam deformados por interpretações inverídicas que, de tão repetidas, já haviam adquirido cunho de autenticidade.

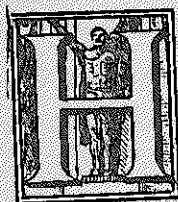
A história de Areia não é vista aqui de dentro para fora, nos estreitos limites dos horizontes municipais. Procurei entrosá-la na história da Paraíba, não sòmente na parte política, senão também em tudo quanto se relaciona com os fenômenos físicos e as determinantes econômicas e sociais, comuns à peculiaridade do nordeste.

Para não encompridar a obra, eliminei tudo quanto me pareceu menos relevante, cingindo-me ao material de maior interêsse, ainda assim com "poucas palavras e muita verdade" como recomendava o mestre Capistrano de Abreu.

As lacunas acaso existentes deixo a pesquisadores mais argutos, que poderão preenchê-las com os subsídios dos seus conhecimentos. Mas não se tenha por lacuna o encerramento da história no comêço dêste século. Só num ou noutro ponto, pelo desdobramento dos fatos, é que avancei cautelosamente o sinal.

Rio, setembro de 1957.

H. DE A.

SERTÃO DE BRUXAXÁ

Á cidades que não têm história, cidades humildes, onde nada acontece digno de menção. Nascem e vivem como indivíduos que apenas aspiram um lugar ao sol. Outras há que tiveram fastígio e depois agonizam. A êste grupo pertence Areia, ao grupo das cidades que se exauriram num passado de lutas e glórias, sem mais fôrça no presente para deixar tradição ao futuro.

Não se sabe ao certo quando teve comêço a cidade de Areia. Tudo indica, entretanto, que foi do fim do século 17 para princípio do 18, podendo situar-se o fato ao redor do ano 1700.

A própria capital da Paraíba, fundada a 5 de agôsto de 1585, quando foi firmada a paz entre portuguêses e tabajaras, teve uma infância retardada pela complexidade de fatôres que lhe prejudicavam o crescimento. Com sessenta anos de existência era ainda uma aldeia medíocre, cuja expansão para o interior ficava circunscrita aos limites da várzea do Paraíba, dada a escassez do elemento humano, insuficiente para a tarefa pesada das primeiras fundações agrícolas. [1]

A população que ocupava o litoral ia, pouco a pouco, penetrando o interior, e não havia ainda ultrapassado a serra da Cupaóba, nas nascentes do Camaratuba, quando ocorreu a invasão holandesa, que retardou de muito a obra

(1) Já havia, na época, 18 engenhos de açúcar em tôda a várzea do Paraíba.

de povoamento e civilização do nordeste. O período que vai de 1630 a 1655 assinalou-se como de parada na expansão colonizadora. Foi quase todo tomado em lutas contra o invasor, até sua expulsão do território nacional. Nesse período, enquanto durou a guerra, não houve acréscimo de sangue português ao povoamento do solo, menos ainda na conquista de terras ocupadas pelos gentios.

Os flamengos, por sua vez, não deram um passo além das posses arrebatadas aos colonos, ao contrário dos portuguêses e nacionais, que se aventuravam, corajosos, em demanda do interior, por terras ignotas, cheias de mistério e perigo.

Já antes da dominação holandesa os moradores de Mamanguape haviam feito uma entrada até a zona do Brejo, no Sertão de Bruxaxá. Seguiram a montante do Mamanguape, acompanharam o Araçagi e subiram por um de seus afluentes, o Mandaú, que nasce ao sopé da esplanada, onde mais tarde surgiu o núcleo inicial que deu origem à cidade de Areia.

Os expedicionários eram capitaneados por um certo Manoel Rodrigues, que empreendera em 1625, pela primeira vez, essa escalada à Borborema. Na subida, tiveram a atenção despertada por estranho ruido, que ecoava no meio da mata virgem. Era o Mandaú que se lançava do alto da serra, no salto de Pitombeira, entre Areia e Alagoa Grande. Os desbravadores, impressionados com a exuberância da natureza, amenidade do clima, fertilidade do solo, cortado de regatos por todos os lados, voltaram a Mamanguape com o propósito de atrair algumas famílias de Pernambuco para exploração da promissora zona do Brejo, que acabavam de descobrir. Mas a invasão holandesa teria transtornado por completo êsse plano de colonização.

Maurício de Nassau, em 1641, deu ordens a Elias Herckman, governador da Paraíba, para penetrar o interior, a

fim de descobrir minas de ouro. Herckman, acompanhado de 113 homens, andou dois meses abaixo e acima, com grandes trabalhos e perigos, havendo percorrido e ultrapassado o território de Areia, sem nada descobrir.

Há quem negue a aventura do ilustre neerlandês pela zona da serra, por não constar essa sua excursão da notícia histórica que escrevera sôbre a capitania da Paraíba. Celso Mariz é dessa opinião, filiado aos que afirmam que Herckman nunca estêve em Areia, admitindo, contudo, tenha êle se aproximado da Cupaóba. (2)

Cumpre advertir, em primeiro lugar, que se entendia por Cupaóba, naqueles tempos, tôda a frente oriental da Borborema, desde Serra da Raiz ao território de Areia. Herckman escreveu a — Descrição Geral da Capitania da Paraíba — em 1639 e dois anos depois foi que empreendeu a entrada pelo interior, a mandado de Nassau. Está visto que a notícia dessa expedição não podia constar de um relatório já produzido e encaminhado a seu destino.

Maximiano Machado é afirmativo quando fala na entrada de Herckman pelo Brejo, com uma expedição de 113 homens, pelo mesmos caminhos que antes palmilhara Manuel Rodrigues, mencionando até a data da partida, que foi a 3 de setembro de 1641. Louva-se em Montanus que, por sua vez, está firmado no segundo relatório de Herckman, apresentado a Nassau a 23 de novembro daquele ano, no qual dá conta da excursão, do roteiro que lhe fôra fornecido por Manoel Rodrigues, dos perigos que enfrentara e do regresso forçado a que se vira constrangido, eis que seus companheiros de aventura se recusaram ir mais longe. (3)

---

(2) Conferência realizada em Areia, a 16 de abril de 1944, sob o título — "Areia antes e depois da gameleira".

(3) *História da Província da Paraíba*, págs. 199-200. No mesmo sentido, Alfredo Carvalho, *in* "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco", v. XI, pág. 774.

A êsse tempo a Descrição da Capitania da Paraíba, a que alude Celso Mariz, já estava nos arquivos da Holanda. Foi o primeiro relatório com que Herckman, como bem acentua na parte conclusiva do referido trabalho, deu por findo tudo quanto até aquela data (1639) achara digno de ser lançado no papel.

José Américo de Almeida, embora não mencione a fonte de sua convicção, também afirma que o governador holandês da Paraíba empreendera uma excursão ao interior, indo até o atual município de Areia. (4)

Só muitos anos depois da restauração foi que prosseguiu a obra de penetração pelo interior, com a conquista e aproveitamento de suas terras. Os primeiros anos foram consumidos na recuperação das situações perdidas, aldeias e engenhos, que o inimigo deixara em estado de quase ruína, não só por fôrça das operações de guerra, como pelo regime de tributação, que era extorsivo. E enquanto o povoamento avançava do litoral para o interior, através da caatinga e do Brejo, lá no outro extremo da capitania, no alto sertão, chegavam bandeiras de procedência diversa, que ali se estabeleciam.

O primeiro bandeirante a fixar-se no sertão da Paraíba foi Antônio de Oliveira, fundador de Boqueirão de Cabaceiras, admitindo-se que tenha saído da Bahia, embora o historiador Irineu Jófily o tenha como de Pernambuco. Sabe-se que em 1670 já estava ali radicado, com fazenda de criação, pois nesse ano, receoso de ser molestado pelos índios cariris, foi a Pernambuco em busca de missionários para aldeamento dos selvagens, seus vizinhos. Pouco depois, chegava Teodósio de Oliveira Ledo que, saído da Casa da Tôrre da Bahia, atravessou Pernambuco, entrou na Paraíba, à altura de Cabaceiras, desceu a Borborema e foi estabelecer-se, com seu gado e sua gente, no sertão do Piancó, onde construíu o arraial de Piranhas, hoje cidade de Pombal.

(4) *A Paraíba e seus Problemas*, 1.ª edição, pag. VII.

Por essa época chegava também aos sertões paraibanos o sertanista Domingos Jorge Velho que, depois de haver atravessado Pernambuco, Ceará e Piauí, retornou ao Ceará e entrou na Paraíba pela linha de oeste, indo fixar-se no Piancó, com sua gente. Sua bandeira, segundo Irineu Jóffily, compunha-se de cêrca de mil homens. Mas, por um documento divulgado por Pereira da Costa, na sua obra — "Cronologia Histórica" (pág. 21) — seria de 1.300 homens, a maioria de índios flecheiros. O mestre de campo Domingos Jorge Velho, natural de São Paulo, andou muito tempo fazendo guerra de extermínio ao gentio, nos sertões de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Estava acampado às margens do Piranhas, nos sertões da Paraíba, quando recebeu chamado do governador de Pernambuco para combater os quilombos dos Palmares, tendo partido para a luta com o seu têrço de infantaria. Após vencer o Zumbi, deixou-se ficar nas terras conquistadas aos negros rebelados. (5)

Ignora-se qual das duas bandeiras tenha chegado primeiro aos sertões da Paraíba, se a do paulista Domingos Jorge, se a do baiano Oliveira Ledo. O certo é que no ano de 1687 ambas se encontravam ainda por lá, tendo o paulista, nesse mesmo ano, levantado acampamento para a emprêsa dos Palmares de Pernambuco.

O movimento de bandeiras, impulsionado pela ambição de riqueza, levou a Casa da Tôrre da Bahia a senhorear-se de grande parte do sertão, desde Pernambuco ao Piauí. Teodósio de Oliveira Ledo, quando faleceu, deixou imensas propriedades na Paraíba, estimadas em mais de 50 léguas. Como as terras eram adequadas à criação, o gado multiplicava-se ràpidamente, dando lugar ao estabelecimento de muitas fazendas por tôdas as ribeiras do sertão.

---

(5) Carlos Eugênio Pôrto — *Roteiro do Piauí*, pág. 50.

Ao mesmo tempo que se povoava o sertão da Paraíba, prosseguiam as conquistas do litoral para o interior, através da caatinga e do Brejo, mas não iam além do sítio denominado Bultrins, no território de Campina Grande. O govêrno da capitania desconhecia por completo o estabelecimento de bandeiras nas ribeiras do Piancó. A jurisdição dos sertanistas era então exercida pelo govêrno de Pernambuco e com essa capitania mantidas as nascentes relações de comércio.

Dêste modo, os dois núcleos coloniais da Paraíba, o do litoral e o do sertão, cresciam e caminhavam um para o outro, ignorando-se mùtuamente. A junção deve ter ocorrido por volta de 1695, pois dois anos depois Oliveira Ledo já era capitão-mor das Piranhas e Piancó, nomeado pelo govêrno da Paraíba. A estrada que vinha do sertão para o litoral não era mais a antiga que passava por Cabaceiras, Umbuzeiros, penetrando Pernambuco, nos territórios de Bom Jardim, Limoeiro, até Recife. Ia agora por Campina Grande, em demanda da capital.

Pode-se dizer da Paraíba que o seu povoamento tanto se processou do litoral para o centro como do centro para o litoral.

Quando se deu a ligação do sertão com a capital, o Brejo já estava mais ou menos povoado, servido de uma estrada vicinal que atravessava o Sertão de Bruxaxá, na direção do interior. Essa nova via de comunicação, ao atingir o agreste, bifurcava-se em dois ramos, um para Cuité, outro para Campina Grande, via Pocinhos, adotando, possìvelmente, os rumos dos antigos caminhos dos índios. A estrada de Cuité penetrava o Rio Grande do Norte, enquanto a de Campina fazia ligação com a via tronco, que seguia para o sertão. Com o correr do tempo, a estrada de Bruxaxá passou a ser preferida pelo sertanejo para intercâmbio dos produtos de consumo.

O sítio, onde mais tarde surgiu a cidade de Areia, tinha apenas um curral à margem da estrada para recolhimento do gado que vinha do sertão, com destino aos mercados do litoral. Ao redor dêsse curral começou a nascer o povoado. As primeiras casas seriam, a rigor, mocambos de sapé ou palha de pindoba, como de resto as construções de seu tempo, nos lugares êrmos, onde a civilização rompia as selvas na conquista do Brasil. Não havia ainda oleiros nem pedreiros para obras de melhor acabamento, dadas as condições de vida em estado ainda primário.

As habitações iam acompanhando o relêvo do terreno, umas trepadas em ribanceiras, outras de ladeira a baixo, com vários batentes de descida, a partir da soleira de entrada. Só muito depois, à medida que a riqueza começou a entrar em circulação, foi que aquelas tôscas construções cederam lugar a casas de taipa real ou mesmo de alvenaria, com as clássicas urupemas nas janelas. Em 1886 a Câmara Municipal baixou uma postura, em virtude da qual estabelecia normas para as construções da cidade e povoações do município, não mais permitindo urupemas nas janelas, nem rótulas ou postigos abrindo para fora. (6)

Inútil será a tentativa de descobrir quais foram os primeiros colonizadores do território de Areia. Tudo indica que não houve a figura de um chefe de clã e sim diversos moradores, que ao mesmo tempo se situaram no Brejo, procedentes principalmente de Mamanguape e de Goiana. Se algum desbravador houve, capaz de reunir qualidades de chefe, sua memória ficou diluída no passado. Custa crer, todavia, na existência de personagens centrais, nos primórdios da colonização.

---

(6) Urupema — rótula de levantar que abria para fora em forma de tampa de alçapão, era uma reminiscência mourisca da arquitetura nacional, trazida ao Brasil pelos portuguêses.

Aquela suposição aventada por Irineu Jófily e referendada por José Américo de Almeida, segundo a qual o Brejo teria sido povoado por agregados dos fazendeiros do sertão, que ali se ocupavam da lavoura, não parece que tenha um mínimo de procedência. (7)

Sertanejo no Brejo só mesmo nas arribadas forçadas, enquanto durava a calamidade da sêca, ou então carregando comboios de mantimentos para provisão do sertão. As famílias tradicionais de Areia, quando não procediam de Goiana, que foi o centro de maior irradiação para o interior da Paraíba, vinham de outras partes do litoral, sobretudo de Mamanguape. A êsses troncos vigorosos, portuguêses ou descendentes de portuguêses, estão ligados os Costa Pereira, Miranda Henriques, Casado de Oliveira, Soares da Costa, Guedes Pereira, Guedes Alcoforado, Pereira de Melo, Correia Lima, Costa Machado, Santos Leal, Cruz Gouveia, Trindade Marimbondo, Ferreira de Albuquerque, Ávila Lins, Nunes Freire, Grangeiro de Melo, Cabral de Vasconcelos, Coelho de Albuquerque, Silva Coutinho, Gonçalves Lisboa, Costa Gondim, Gomes da Silva, Cunha Vasconcelos, Cunha Lima, Jácome Pessoa, Alves Gama e finalmente os Sales, Borges, Dias e Almeida.

Muito cedo o povoado começou a crescer, a mudar de fisionomia, a espalhar-se pelos terrenos escassos da lombada da serra. E a despeito do progresso que o tempo operava, aquela ruazinha de aspecto maltrapilho, que deu lugar ao nascimento da localidade, continuou pelo espaço de dois séculos a exibir-se na indigência de seu traje, um agrupamento de casas de palha, bem à entrada da cidade, do lado oriental. Mais ainda se humilhava com o apelido que lhe botaram de Rua do Grude, por causa das constantes brigas que ali se desenrolavam.

Das estacas do curral uma teria brotado e crescido, constituindo-se a testemunha silenciosa da cidade que vira

(7) *A Paraíba e seus Problemas*, pág. 523.

nascer. Era a majestosa gameleira de tão triste memória, o colosso que parecia querer agasalhar a cidade à sombra de sua copa de esmeralda. Corria a versão de que o primeiro habitante da localidade, dono do curral e da estalagem onde pousavam os viajantes, chamava-se Pedro Bruxaxá. A acreditar-se na lendária tradição, teria sido êle o plantador da veneranda árvore. Pode ser também que já tenha encontrado a gameleira e levantado o curral à sua sombra.

As terras de Areia eram habitadas pelos índios Bruxaxás, da grande nação Cariri. Os poucos que por lá existiam, seja pela índole pacífica, seja pelo temor dos tapuias, seus tradicionais inimigos, pouco trabalho deram em ser assimilados ao convívio dos brancos.

Quanto tempo Areia foi conhecida pelo nome de Sertão de Bruxaxá não parece questão difícil de ser resolvida. Ainda em 1760, segundo as cartas de sesmaria, aparece com a denominação de Sertão de Bruxaxá, mas dez anos depois, em 1770, já se lhe atribui o nome de Areias. [8]

Bento Casado de Oliveira refere-se aos providos de Areias, num requerimento de sesmaria em Capim-Açu, datado de 1770. E Luís Barbosa da Silva, noutro requerimento, de 1778, menciona a estrada que vai das Areias para Alagoa Nova. A mudança de nome, como se vê, deve ter ocorrido na década de 1760.

A denominação Brejo de Areia foi tirada de um riacho que passa pela propriedade Saboeiro, ao nascente da cidade, e que adiante toma o nome de Mandaú, afluente do Mamanguape. Em Saboeiro, a antiga estrada que ia de

---

[8] A palavra sertão designava tôda terra que ficava situada no interior do país. Às vêzes, a própria costa tomava a denominação de sertão, quando desabitada. Até no Rio de Janeiro, chamavam-se de sertão carioca as terras que ficavam além dos antigos muros da cidade, isto é, além da atual Praça da República. Bruxaxá — palavra indígena, de formação onomatopaica — significa terra onde canta a cigarra.

Areia para Alagoa Grande cortava o riacho, exatamente no ponto onde havia pequenos barrancos de areia, acumulados à margem do córrego. Vem daí o nome que tomou de riacho de areia e que se estendeu com o tempo a todo o Sertão de Bruxaxá.

A palavra Brejo deriva dos alagadiços e águas correntes, em grande abundância, na encosta oriental da Borborema, ao passo que areia, material escasso em todo o município, só mesmo por ironia encontra sua origem na ocorrência do riacho do Saboeiro.

A primeira sesmaria, que se sabe requerida no Sertão de Bruxaxá, deve ter sido a que foi concedida a João Morais Valcácer, em 1672, no lugar denominado Jardim, às margens do Riachão, que corre para o Mamanguape. Essa sesmaria foi vendida em 1778 a Luís Barbosa da Silva. O Padre Luís Quaresma Dourado requereu outra em 1719, no riacho Mandaú, acima do salto dágua de Pitombeira. Outros posseiros já estavam providos na mesma zona, segundo refere o padre em seu requerimento.

Em 1725 o mestre de campo Matias Soares Taveira requereu lhe fôsse concedida uma sesmaria em terras devolutas, que disse ter achado no Sertão de Bruxaxá, indicando por peão da mesma o ôlho dágua da Jussara. Está situada essa vertente nas proximidades da cidade, pouco além da ladeira do Esfola Bode, exatamente no sitio onde nasce o Mandaú. O mesmo fizeram outros posseiros naquela época, muitos dêles vezeiros em requerer datas de terra, de três léguas de extensão por uma de largo, com objetivo de revendê-las depois, sem qualquer dispêndio na conservação de suas posses. Eram sesmarias de favor, concedidas em contrariedade às exigências do foral, pois não se levava em conta o requisito indispensável de uma posse anterior.

João Valcácer, Padre Luís Gonzaga e Matias Taveira, por exemplo, moravam na capital da Paraíba e, não obs-

tante, andaram requerendo várias datas de terra, tanto no sertão como na caatinga, não contadas aquelas que lhes foram concedidas em Areia, em cujo território jamais residiram. As terras de Valcácer, no Jardim, extremavam com as de Matias Soares, na Jussara e estas com a do Padre Dourado, na Pitombeira, cobrindo as três sesmarias quase tôda a área que fica enquadrada no cinturão verde do município.

Com o tempo, as sesmarias foram subdivididas em centenas de propriedades, a curta distância umas das outras.

Não há notícia de que essas sesmarias tenham sido jamais demarcadas, o que reforça a suposição de terem sido ocupadas por posseiros sem título, que aos poucos se iam plantando na terra.

As terras, inicialmente cobertas de matas virgens, eram desbravadas ao esfôrço pioneiro dos bravos colonos, que praticavam a agricultura, estimulados pela fertilidade do solo. A base de tôda a prosperidade estava na lavoura. Cultivava-se de preferência o algodão, não sendo, todavia, desprezadas as culturas secundárias de mandioca, fumo, feijão e milho. A cana de açúcar veio depois, mais ou menos em meado do século 19. As zonas do agreste e do Curimataú eram reservadas à criação de gado, aproveitando-se ainda as margens dos rios para plantio de algodão e cereais.

Fundavam-se sítios à margem dos regatos pela comodidade de água ao alcance da mão. Nesses mesmos lugares, as palhoças que serviam de casas de morada e de fazer farinha foram substituídas mais tarde pelas casas grandes de engenho. O braço escravo existia em número tão reduzido que mal chegava para os rudimentares trabalhos da lavoura. Também não adiantava produzir em escala mais avultada, tais as dificuldades de transporte e de falta de mercado.

Mais para o fim do século XVIII estava conquistado o Sertão de Bruxaxá, em marcha para sua emancipação política. Expandia-se o desenvolvimento nas atividades já

iniciadas, tanto na agricultura como no comércio. Famílias da capital e de Pernambuco ali se estabeleciam, atraídas pela fama do clima e feracidade da terra. As vias de comunicação melhoravam, facilitando o escoamento dos produtos, crescia a população, o comércio tomava impulso, o povoado mudava de aspecto, dava mostras de crescimento, já possuia sua igreja, só faltava um pároco.

NASCE UMA VILA

Só no começo do século 19 é que se apanham os primeiros conhecimentos da história de Areia. Antes era o período obscuro da colonização, durante o qual nada aconteceu digno de nota ou, se aconteceu, ficou sepultado no passado, sem registro dos coevos. As condições de vida apenas permitiam a fixação do homem à terra, ocupado em desbravar o campo para as rudimentares explorações agrícolas, cujo desenvolvimento esbarrava nas dificuldades oriundas do isolamento.

As terras do Brejo foram achadas por moradores de Mamanguape, município que tinha por cabeça de têrmo a Vila Real de Monte Mor da Preguiça. Êsse nome lhe fôra dado em razão da inércia em que vivia. Nestas condições, atrelada ao Monte da Preguiça, estêve Areia ao abandono por muito tempo, sem contar sequer com os contingentes humanos necessários ao povoamento do solo.

Naqueles tempos, era tôda a capitania da Paraíba que estava em grande decadência, tanto que fôra anexada à de Pernambuco, de 1755 a 1799, tal a precariedade de suas rendas. A produção escoava-se quase tôda pela praça de Recife, como se fôsse de uma unidade caudatária de Pernambuco. Durante um século, a arrecadação dos impostos gerais manteve-se em nível inexpressivo, não dando margem ao atendimento das providências administrativas mais urgentes. Foi de 27 contos em 1713 e quase cem anos depois, em 1807, ainda não atingia a casa dos 30 contos.

Explica-se, assim, a lentidão do progresso, que se estendia a tôdas as localidades do interior, não se eximindo dêsse entorpecimento a própria capital, que definhava à míngua de recursos. Segundo Southey, a capitania da Paraíba possuia 52.000 almas em 1775. Mamanguape tinha 1.313 fogos, equivalentes a 6.500 habitantes, compreendendo, inclusive, os moradores de Areia, parte integrante de seu território. Mas na entrada do século 19 a situação já se apresenta modificada. É dos mais acentuados o desenvolvimento do vilarejo que domina os sertões de Bruxaxá. Não obstante, continua ainda sob a jurisdição eclesiástica e administrativa de Mamanguape, que fica a 22 léguas de distância, por caminhos difíceis e escabrosos.

Uma vez ao mês, o vigário de Mamanguape ia celebrar em Areia, mas êsse remédio espiritual, aplicado em doses remotas, não satisfazia aos anseios da população, máxime porque o povoado oferecia condições para ser provido de paróquia. Acresce notar que um cura dalma naqueles tempos era fator de incremento para qualquer aldeia, pela importância que dava ao lugar, em razão das festas, casamentos, batizados, confissões, encomendação dos mortos e outros ofícios religiosos.

O povoado já possuía sua capela no local onde hoje se ergue a matriz, com a mesma invocação de N. S. da Conceição. Essa capela, construída em terreno doado por Bartolomeu da Costa Pereira, existia antes de 1800. Do ponto de vista arquitetônico, era apenas um casarão de palha, atravessado no meio da rua. Próximo, havia uma pequena lagoa e por causa dêsse acidente geográfico a rua principal entrou a alargar em forma de V, na direção da igreja.

Teria sido por iniciativa do vigário de Mamanguape que a capela passou pela primeira reforma, cobrindo-se de telha mais ou menos em 1808. Todavia, um estudioso da

história já respingou, na devassa do assunto, que a povoação de Areia possuia apenas 4 ou 5 casas em 1807, mas no ano seguinte já se apresentava em grande progresso. (¹)

Essa afirmativa, em que pese ao autor, constitui novidade histórica. O povoado já vinha de muitos anos, talvez mais de cem anos, contando veneráveis patriarcas na entrada do século 19. Demais, quatro ou cinco propínquos jamais formaram povoado. Encarada a questão por outro lado, atentas as condições do meio e da época, não se pode admitir que uma aldeia surgisse de um ano para outro, *ex-abrupto*, com igreja, comércio e sólidas residências, como se mostrava o vilarejo naquele comêço de século.

A freguesia foi criada por provisão de 29 de junho de 1813, sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição. Quem foi o primeiro vigário de Areia não se sabe, porque o livro de tombo da paróquia levou fim. Sabe-se, entretanto, que de 1813 a 1834 passaram pela freguesia os seguintes curas: Frei João de Santa Teresa; Padre Antônio José de Brito, Padre Manuel Cassiano da Costa Pereira e Padre José Gonçalves de Medeiros. Em 1834, Padre Francisco de Holanda Chacon tomou posse da paróquia, que regeu durante 52 anos. Teve por sucessor Padre Sebastião Bastos de Almeida Pessoa, seguido do Vigário Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque. Êste último regeu a freguesia de 1888 a 1912.

Chacon, em 1835, procedeu a uma reforma substancial na matriz, e o Vigário Odilon Benvindo fê-la quase de novo nos últimos anos do século, sem, contudo, corrigir a pobreza de gôsto artístico que vinha do passado. A outra igreja, a do Rosário, iniciada por uma irmandade de gente de côr, é a mais antiga do lugar, pôsto tivesse ficado inacabada durante longos anos. Em 1865, o govêrno da pro-

---

(¹) Pe. Francisco Lima — *Seara Histórica* — in "Rev. do Instituto Hist. e Geog. Paraibano", V. XI, pág. 144.

víncia concedeu uma loteria de quatro contos de réis para o andamento das obras, mas sua conclusão data de 1886, quando se celebrou a primeira festa religiosa naquele templo.

Criada a freguesia, estava Areia a caminho de proclamar sua emancipação política. Com efeito, dois anos depois cortava o cordão umbilical que a ligava a Mamanguape. Erigiu-se em vila por alvará régio de 18 de maio de 1815, com o pomposo nome de Vila Real do Brejo de Areia. (2)

---

(2) Eis o alvará de criação da vila: "Eu Príncipe-Regente, Faço saber aos que êste presente Alvará virem que tendo-me sido presente em consulta da Mesa do Desembargo do Paço ser conveniente o erigir em vila a Povoação do Brejo de Areia, situada no Têrmo da Vila de Monte Mor, Comarca da Paraíba do Norte por ser muito populosa e estar distante vinte e duas léguas da sobredita vila pelo que se fazia difícil o recurso dos povos para a dita vila e administração pronta da Justiça pelos oficiais dela nos casos ocorrentes e tendo consideração ao referido: Sou servido criar em vila a sobredita povoação do Brejo de Areia com a denominação de Vila Real do Brejo de Areia a qual terá dois Juízes Ordinários, três vereadores e um procurador do Conselho para formarem a Câmara da mesma Vila e dois Almotacés os quais todos serão eleitos e exercitarão os seus respectivos emprêgos na conformidade dos seus Regimentos e Minhas Leis e Ordenações do Reino. E ficarão pertencendo à Câmara as mesmas rendas que no Distrito que lhe fica designado pertenciam à Câmara da vila de Monte Mor donde é desmembrado. E gozará de tôdas as prerrogativas e privilégios de que gozam as minhas vilas dos meus Reinos e seus moradores farão aprontar Casa da Câmara, de Audiências e mais oficinas na forma praticada em outras vilas debaixo das ordens da Mesa do Desembargo do Paço. Terá por Têrmo o território que se acha determinado para a freguesia que ùltimamente foi ereta na mesma povoação do Brejo de Areia. E hei por bem criar dois ofícios de Tabelião do Público, Judicial e Notas e os oficiais de Alcaide e Escrivão do seu cargo, ficando anexos ao primeiro Tabelião os Ofícios de Escrivão da Câmara, Sisas e Almotacés e ao segundo Tabelião o Ofício de Escrivão de órfãos, que todos hei por bem criar para a referida vila e seu têrmo. E êste se cumprirá como nêle se contém. Pelo que Mando a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens; Presidente do Meu Real Erário, Conselho de Minhas Reais Fazendas, Regedor da Casa de Suplicação e a todos os Tribunais, Magistrados, Justiça e mais pessoas a quem o conhecimento dêste Alvará haja de pertencer assim o cumpram e guardem e façam cumprir e guardar. E valerá como Carta passada pela Chancelaria pôsto que ela não há de passar e o seu efeito haja de durar por mais de um ano, não obstante a Ordenação em contrário. Dado no Rio de Janeiro a 18 de maio de 1815. — Príncipe".

Sòmente três anos depois foi que se deu a instalação da vila, quando pôde estar presente o Ouvidor Geral — André Pereira Cirne — que antes andara cortando voltas pelo sertão, encalistrado com as atitudes que tomara durante a revolução de 1817. Ao regressar à capital, teve de assumir, por fôrça de suas funções, o govêrno da capitania, temporàriamente vago, não podendo, assim, dar imediato cumprimento ao régio alvará.

A 30 de agôsto de 1818, presente o Ouvidor Geral, realizou-se o ato solene de instalação do município, com aplausos gerais de todo o povo, segundo os registros da época. Estava Areia nas prerrogativas e privilégios que a lei atribuia às vilas do Reino. Faziam parte de seu território as povoações de Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira, Pilões, Cuité e Pedra Lavrada.

Era a oitava vila que se criava na Paraíba. As sete que lhe precederam, excetuada a capital, constituiam os municípios de Jacoca, Mamanguape, Pilar, Sousa, Pombal, Campina Grande e São João do Cariri. Muito depressa havia Areia de passar à frente de tôdas elas, pelo menos durante alguns decênios, favorecida por circunstâncias especiais, que a levaram por brilhante trajetória.

No dia da instalação da vila, após o cerimonial da solenidade, foram eleitos, em assembléia geral, os vereadores da primeira Câmara de Areia, que ficou assim constituida: Joaquim do Rêgo Toscano de Brito, Francisco Tavares de Azevedo e João Luís Pereira Lima. Para juiz ordinário foi eleito Antônio José da Silva e, para procurador, Francisco José dos Santos. Os eleitos tomaram posse a 5 de setembro do mesmo ano.

Uma vez empossados, cabia agora aos vereadores, em reunião do Conselho, indicar ao governador da capitania três nomes, dentre os mais categorizados moradores da localidade, para a nomeação do capitão-mor. Essa indicação exi-

gia rigoroso critério de seleção, porque o capitão-mor, em última análise, era o governador do município, a autoridade máxima da localidade, cuja vontade prevalecia sôbre tôdas as coisas. Se abusava do poder, ninguém ousaria queixar-se de suas violências, receoso de que a represália pudesse vir em estilo mais incisivo. Daí as cautelas tomadas na escolha dos capitães-mores, a fim de que fôsse evitada a calamidade de uma autoridade excessiva em arbítrio. Procedia-se primeiramente à eleição dos que deviam prover os cargos de administração e justiça para, em seguida, ser nomeado o capitão-mor, de acôrdo com a indicação emanada da Câmara.

Os escolhidos foram Francisco Jorge Tôrres, Bartolomeu da Costa Pereira e Antônio da Cunha Vasconcelos, figuras do maior conceito social no meio, tendo recaído a nomeação em Bartolomeu da Costa Pereira. Achou o governador da capitania que ao primeiro da lista — Francisco Jorge Tôrres — faltavam os requisitos de linhagem e melhores conhecimentos em letras, embora reconhecesse nêle as qualidades de branco, possuidor de grandes recursos e de haver contribuído com valiosos donativos para a instalação da vila. Teria sido outra, por certo, a causa de sua não nomeação para o pôsto. Jorge Tôrres, de fato, era homem de poucas letras e fôra carpinteiro no comêço de sua vida, quando emigrara para o Brasil. Mas essa razão não parecia bastante, dados os precedentes de capitães-mores semi-analfabetos, já havidos noutros lugares, embora homens de reconhecida envergadura.

Razões ocultas conspiravam contra o primeiro da lista. Sua causa entrou a periclitar desde que tivera o patrocínio do Ouvidor Geral. Havia, ao tempo, forte divergência entre o governador da capitania — Tomás de Sousa Mafra — e o Ouvidor Geral — André Pereira Cirne — pelo comportamento dêste a favor dos levantados, na revolução de 1817.

Além do mais, outras acusações pesavam contra êle, especialmente quanto à indicação do capitão-mor de Areia. O Ouvidor Geral havia opinado pela nomeação de Jorge Tôrres, de quem fôra hóspede durante meses, com tôda a sua comitiva, quando estivera no Brejo, presidindo a instalação da vila. Nessa oportunidade, recebera do anfitrião obséquios em dinheiro, por intermédio de sua espôsa. A espôsa de André Cirne, apenas o Conselho da Câmara procedeu à escolha dos aspirante ao pôsto, correu a comunicar a Jorge Tôrres que seu nome figurava em primeiro lugar na lista tríplice, tendo recebido de alvíçaras, por tal gentileza, importância superior a oitocentos mil réis. Por essa razão, mais do que pelas alegadas oficialmente, deve o português ter sido considerado sem os requisitos exigidos para o cargo.

Enfim, a nomeação de Bartolomeu da Costa Pereira não deixou de ser uma excelente escolha. Homem moderado, econômicamente independente, membro de tradicional família com influência política desde Goiana ao Rio Grande do Norte, estava à altura do pôsto. De seus 12 filhos, dois foram estudar na Europa, tendo falecido um dêles antes de terminado o curso na Universidade de Coimbra. O outro ordenou-se em Roma e foi o primeiro areiense que se diplomou em escola superior. Em 1821, chegava a Areia o padre Manuel Cassiano da Costa Pereira para cantar sua primeira missa. Sacerdote digno e ilustrado, mestre de latim, foi vigário da freguesia, mas desgostoso com os acontecimentos que envolveram sua família na revolução de 1824, apagou-se da sociedade no isolamento de sua fazenda Solidão, no Curimataú, onde se recolheu pelo resto da vida.

Bartolomeu educou outro filho, ordenado pelo seminário de Olinda, padre Joaquim Álvares da Costa, que exerceu atividades políticas, como presidente da Câmara Mu-

nicipal e deputado provincial, mas acabou como o irmão, estiolado em sua fazenda Retiro, no Curimataú.

Quando o padre Manuel Cassiano celebrou sua primeira missa em Areia, o capitão-mor festejou o acontecimento com grandes solenidades. Nesse mesmo dia, casou uma filha e batizou uma neta, encerrando as manifestações de regozijo com um banquete em praça pública, oferecido à população da vila. Realizou-se o festim em frente a sua casa, na atual Praça Pedro Américo, com abundantes e sucessivas mesas para regalo dos numerosos comensais.

Apesar da soma de poderes que em suas mãos detinha, reconheça-se que o capitão-mor jamais se revelou prepotente. Sua conduta sempre foi pautada por normas de brandura. Por mais de uma vez a Câmara Municipal de Areia, não temerosa de conseqüências, afrontou a autoridade de Bartolomeu da Costa Pereira, inconformada com a preterição havida contra o primeiro da lista, a favor de quem se derramara em elogios, no ofício dirigido ao governador. Passou então a exigir do nomeado que fizesse, à sua custa, as obras indispensáveis à sustentação da vila, a exemplo de Jorge Tôrres, que prometera edificar a casa da Câmara, cadeia, pelourinho e mais oficinas públicas, se nomeado para o cargo. Bartolomeu não se deu por ofendido com os reiterados ofícios de exigências, nem de outra parte executou as obras reclamadas. A muito custo mandou fazer reparos na casa da cadeia, que se apresentava em estado de quase ruína, o que não era vantagem, uma vez que o imóvel lhe pertencia.

Outro que também colaborou para a ereção da vila foi Manuel Fernandes Rangel. Providenciou as pedras para o pelourinho e ainda deu cem mil réis em dinheiro para as obras públicas, além de umas terras que prometera para patrimônio da vila, na esperança de ser nomeado capitão-mor. Decepcionado porque não fôra sequer incluído na

lista tríplice, ficou com as terras e formulou queixa ao governador por causa da injustiça que disse ter sofrido. A Câmara, interpelada a defender-se, não negou ao reclamante qualidades para o cargo, mas justificou-se com a alegação de que não lhe era lícito ampliar a lista com acréscimo de um nome, por mais ilustre que fôsse. (3)

O português Jorge Tôrres havia chegado a Areia ao despontar do século, ainda bem môço, com algumas economias que amealhara no Recife. Estabeleceu-se no povoado com casa de negócio e bolandeira de descaroçar algodão, ao mesmo tempo que se alargava na agricultura e na criação de gado. Construiu o primeiro sobrado da vila, muitas casas de morada, armazém e instalações de beneficiamento de algodão, assim como fundou a propriedade Macaíba, com água canalizada para a casa grande e engenho, os sítios do Pirunga e do Bonito, além da propriedade Rapador, em Alagoa Grande. Uma rua inteira levantou no povoado, em cujo centro fica o Beco do Jorge, que ainda hoje lhe guarda o nome. O sobrado onde morava, nas proximidades do Beco do Jorge, só de quartos contava 33, sem falar nas outras peças que eram muitas. Sua obra mais caprichada foi, sem dúvida, a fazenda Tanques do Jorge, a poucas léguas do povoado, nos limites do agreste com o Curimataú. Ali realizou trabalhos notáveis em cantaria, casa, curral, curtume, fornos de cal, tanques, cercados e até uma barragem com bebedouro para o gado, tudo em obra de alvenaria tão sólida que nem a ação do tempo foi capaz de destruir.

Nessa fazenda exercia o português grandes atividades, entre as quais a criação de gado e de gente. Possuindo vasta escravaria, mandava para lá as negras de barriga para descansarem e cuidarem dos filhos, enquanto durava o período da mama. Havia na fazenda mucamas encar-

---

(3) Elpídio de Almeida — *Fragmentos da História de Areia* — *in* "Rev. do Inst. Hist. e Geog. Paraibano", v. 9, pág. 9.

regadas da criação dos moleques, que só eram chamados ao Brejo quando já crescidos, em condições de dar serviço. Muitos ficavam por lá, ocupados nos trabalhos da lavoura, do curtume, da criação. Os escravos que tinham filhos na fazenda gozavam a regalia de visitá-los vez por outra, aos domingos ou dias santificados.

Já possuia Jorge Tôrres alguma fortuna quando se lembrou de voltar a Portugal para casar-se com a noiva que deixara na terra. A môça, uma solteirona bisonha, recusou-se a vir para o Brasil, apavorada com a idéia de atravessar o oceano, embarcada em navio. Queria o casamento, nas condições, porém, de ficar morando na querência natal. Afinal, o impasse foi resolvido por uma irmã da noiva, que se propôs a enfrentar o altar e o oceano. Dêste modo, sem mais delonga, o português casou-se com a futura cunhada, regressando ao Brasil ajoujado ao braço de D. Maria Franca Tôrres.

Jorge Tôrres era a maior fortuna de Areia e, conquanto se possa afirmar tenha deixado dinheiro enterrado no sobrado, não há negar que sempre procedeu com liberalidade. Voluntàriamente se ofereceu para construir por sua conta as obras indispensáveis à criação da vila. Já antes, prestara serviços ao govêrno, com dispêndio de sua fortuna, na sufocação do movimento revolucionário que conflagrou a Paraíba em 1817. Em avançada idade veio a falecer em 1850, tendo deixado cinco filhos casados e o exemplo de uma vida laboriosa e útil.

Não haverá exagêro em dizer que Areia tinha homens de estirpe desde antes de sua independência. Além dos já mencionados, outros havia que podem ser lembrados como autênticos patriarcas dos velhos tempos.

Um dêles, José Antônio dos Santos Leal, instalara-se em Areia, depois de ter morado alguns anos na povoação de Alagoa Grande, deportado do Recife por um tio

comerciante que o criara e com êle implicara por suspeita de que fôsse inclinado ao jôgo de cartas. Depressa Santos Leal adaptou-se ao meio. Casou-se com uma môça da família Espírito Santo Coelho, procedente de Cabaceiras, que em menina chegara ao Brejo, com todos os seus, na sêca de 1791. Deixando a vida de mascate, estabeleceu-se na vila, com atividades no comércio, na agricultura e na criação. Tinha casa de negócio, bolandeira de descaroçar algodão e fazenda de gado, dono de propriedades no Brejo e no Curimataú. Em sua fazenda Jandaíra, com três léguas de terra, apanhava cêrca de 400 bezerros por ano.

Homem de capricho, seu esporte favorito era montar bons cavalos. E como tivesse presenteado o melhor que possuía a sua espôsa, proclamava com ênfase que nem êle próprio cavalgaria o famoso animal. Exatamente êsse cavalo de silhão foi que o capitão-mor Bartolomeu achou de pedir emprestado para a entrada triunfal do filho que chegava ordenado de Roma. Queria vê-lo garbosamente montado ao ser recebido na vila. Santos Leal, dissimulando tôda a sua contrariedade, aquiesceu ao pedido, mas na noite dêsse mesmo dia apunhalou o animal na estribaria, por modo a convencer que morrera cortado na serra do capim, posta a jeito na mangedoura.

Foi membro da Câmara Municipal e revolucionário de 1824. Faleceu môço, em 1834, deixando 12 filhos, entre os quais o major Quinca — Joaquim José dos Santos Leal — que mais tarde seria envolvido em acontecimentos políticos da maior repercussão.

Outro que se inscreve entre as influências mais destacadas daqueles tempos é José da Costa Machado, conhecedor profundo da língua latina. Casado com uma filha de Bartolomeu da Costa Pereira, conciliava o ofício de comerciante, dono de bolandeira, com a de criador de gado na fazenda Sapo, sem prejuízo das funções militares que exercia na vila.

Por suas tendências nativistas e pelas ligações de parentesco que tinha com Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, de quem era concunhado, meteu-se na revolução de 1824, pegando em armas e revelando valor como tenente-coronel comandante do 6.º batalhão de milícias. Foi prêso, recolhido à fortaleza de Cabedelo e condenado à morte. À última hora, escapou de ser executado em virtude do perdão que lhe fôra concedido pelo imperador. Quando estêve recolhido à fortaleza, encontrou ali seu velho sogro — Bartolomeu da Costa Pereira — que, embora sem culpa, fôra prêso em Areia e arrastado ao calabouço. Passados alguns anos, elege-se deputado provincial e depois deputado geral, tendo ainda ensejo de investir-se nas honras de governador da provincia, como segundo vice-presidente, na ausência do titular do cargo. Deixou prole ilustre e morreu na capital da Paraiba, em 1888, com 90 anos de idade.

Das famílias tradicionais de Areia, o tronco mais remoto parece ser o de Miranda Henriques, entrelaçado depois com Guedes Pereira. Francisco Xavier de Miranda Henriques, o primeiro dêsse nome, foi nomeado capitão-mor da Paraíba, empossando-se no govêrno da capitania em janeiro de 1761. Môço fidalgo da Casa Real, servira primeiramente na fortaleza de Mazagão, na costa da África, de 1720 a 1736. Antes de ser nomeado para a Paraíba, fôra governador do Rio Grande do Norte durante onze anos, e do Ceará durante seis anos. [4]

Homem probo e moderado, governou a capitania da Paraíba de 1761 a 1764. Terminado o govêrno, fixou-se em Areia, no engenho Bolandeira, onde veio a falecer em avançada idade. Um filho seu de igual nome é o pai de Nuno Guedes de Miranda Henriques, politico conservador,

[4] Câmara Cascudo — *Govêrno do Rio Grande do Norte* — pág. 108.

avô do arcebispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, que foi o fundador da diocese da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Entre os dignos varões de Areia, na época de sua independência, ocupa lugar de destaque Bento Correia Lima, descendente daquele outro Bento Correia Lima, do engenho Goiana Grande, de Pernambuco. O de Areia foi dono de grandes terras no município e político de evidência na Paraíba. Por duas vêzes governou a província, na qualidade de vice-presidente, nos anos de 1834 e 1835. Neste último ano exerceu ainda o mandato de deputado provincial, eleito por Areia, na instalação da primeira legislatura da Assembléia. Seu sobrinho Manuel Correia Lima, filho de Antônio Correia Lima, revolucionário de 1824, foi promotor público da comarca e deputado em mais de uma legislatura, tanto na provincial como na geral.

Bento Correia Lima deixou um filho de igual nome, que foi o pai de João Canuto, Manuel Ildefonso e Bento Correia Lima Neto, todos políticos de expressão local. O último dos mencionados surgiu promissoramente na política, elegendo-se deputado provincial, mas foi colhido pela morte em 1883, quando no exercício do mandato.

Francisco Rodrigues Soares da Costa e seu irmão José Rodrigues Soares da Costa, embora camponeses rebarbativos, formam entre os patriarcas mais antigos, troncos de vigorosa árvore genealógica. Ambos deixaram descendência ilustre, que bem alto elevou o nome da terra natal. O primeiro dêles, mais conhecido pela alcunha de Chorão, era bisavô do Dr. Antônio Simeão dos Santos Leal, político que atuou com evidência na Paraíba, deixando traço inapagável de sua passagem. O outro — José Soares da Costa — avô do ex-governador Valfredo dos Santos Leal, conta entre seus descendentes o eminente areiense José Américo de Almeida, que tanto tem honrado a Paraíba na administração, no parlamento e nas letras.

Muitos outros vultos de prestígio podem ser trazidos à citação, como Inácio Evaristo Monteiro, José Joaquim da Trindade, Marcos de Melo Muniz, Bento Casado de Oliveira, Antônio José Fernandes Nobre, Joaquim Nunes Freire, Sabino da Silva Coutinho, Joaquim do Rêgo Toscano de Brito, Manuel de Cristo Grangeiro de Melo, José Inácio de Melo, Antônio Maria da Cunha Lima, Francisco Duarte dos Santos, João dos Santos Silva, Manuel Gonçalves Lisboa e Manuel José da Silva, homens que deixaram raça e um sinal de sua passagem na terra natal. Quase todos foram revolucionários de 1824, muitos dos quais se destacaram por sua atuação nas deliberações da Câmara contra o governador Felipe Nery. O primeiro dêles — Inácio Evaristo Monteiro — era boticário e político conservador. De seus filhos o que mais subiu foi José Evaristo da Cruz Gouveia, médico de proclamado conceito, deputado e governador da Paraíba. O último — Manuel José da Silva — não fica aquém dos patriarcas mais respeitáveis da época. Sôbre o concurso pessoal prestado a tôdas as iniciativas de interêsse local, tem a consagrá-lo uma prole ilustre e benemérita. Seu filho mais velho — Joaquim José Enrique da Silva, nascido em 1820, deixou fama de educador e latinista emérito, o mais môço — Manuel José da Silva — nascido em 1837, consagrou-se apóstolo da abolição, na cruzada benemérita que tão alto elevou o nome de Areia no cenário nacional.

Ao esfôrço e operosidade dêsses dignos varões, a cidade evoluiu, adquirindo fisionomia altiva. Quem não construiu sobrado, fêz casa de morada e casa de negócio. Os maiores obreiros do progresso de Areia foram Bartolomeu da Costa Pereira, Francisco Jorge Tôrres, José Antônio dos Santos Leal, Manuel José da Silva, o velho, e Joaquim Gomes. Êste último, membro da Câmara Municipal em 1822, era pai do major Joaquim Gomes da Silva e do padre José Apolinário Gomes da Silva, dois irmãos

que se contrastavam pela disposição de espírito. Enquanto o major Joaquim Gomes se revelava operoso, combativo, revolucionário, o irmão padre vivia na ociosidade, sem ânimo sequer para rezar as missas que lhe eram encomendadas. Uma vez única — êsse fato ocorreu em 1857 — aquiesceu em fazer parte da Câmara Municipal de Areia, presidida por Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, tendo por companheiros de bancada Nuno Guedes de Miranda Henriques, Bento Correia Lima Júnior, Augusto Clementino de Almeida e Manuel Valentim Barbosa de Andrade. Mesmo sem fazer mais nada, achou que devia entrar em remanso pelo resto da vida, a fim de recuperar-se daquele exaustivo esfôrço.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Paraíba, ligada a Pernambuco por identidade de interêsses e vínculos de família, estava também sujeita aos influxos de fatôres econômicos. Tendo sido incorporada à capitania vizinha por deficiência de rendas, conseguiu, finalmente, emancipar-se da subordinação administrativa, sem, contudo, libertar-se da influência econômica, que predominou por muito tempo.

Politicamente, as duas unidades territoriais andaram sempre unidas. Vão irmanadas ao sacrifício na revolução de 1817, que visava à implantação do regime republicano. Em 1824, marcham solidárias, de armas na mão, na defesa do liberalismo político. O mesmo ocorre em 1848, quando misturam novamente o sangue, em luta sanguinolenta, pelos ideais democráticos e, ainda, em 1874, na célebre questão religiosa.

Em todos êsses encontros históricos Areia estêve em foco. Sua atuação só foi pálida na revolução de 1817. Pode-se mesmo dizer que não acudiu ao grito de guerra, que ecoava de todos os quadrantes, no arrebatamento do ardor patriótico, por uma causa que já parecia vitoriosa, a república sonhada por Arruda Câmara e outros adeptos da causa da liberdade.

A 6 de março estoura a revolução no Recife. A 13, os correligionários da Paraíba mobilizam um exército de dois mil homens e tomam o govêrno. A 19, proclama-se o novo regime no Rio Grande do Norte e a 3 de abril no Ceará.

Animada dos sucessos que bafejam a causa revolucionária, a Paraíba se mostra à altura dos acontecimentos, abrasada de civismo da capital ao interior. À implantação da república, aderem com entusiasmo Pilar, Itabaiana, Mamanguape, Campina Grande, Alagoa Nova, Pombal e Sousa.

Só Areia não participa da revolução. Conserva-se fiel ao govêrno e vai ainda ao ponto de prestar-lhe auxílio, com liberalidade da fortuna de alguns de seus moradores, entre os quais se aponta o *marinheiro* Jorge Tôrres, denominação dada aos portuguêses de então. Todavia, é possível que algo de anormal tenha acontecido dentro dos muros da vila, pois do contrário não se justifica aquela restauração da causa da legalidade, que ali teria ocorrido. Rezam documentos oficiais que a ordem fôra restabelecida em Areia por um govêrno que se constituira na vila, composto do capitão das ordenanças de Mamanguape — Sebastião Nobre de Almeida, — frei João de Santa Teresa, vigário da freguesia, alferes Julião Leocádio de Lima e Antônio José Gomes Loureiro.

Na desordem em que estava a Paraíba, a braços com a revolução que já declinava de furor, havia clima para que surgissem revolucionários de fancaria, como Antônio Gomes Loureiro. Não tardou que êsse português oportunista e aventureiro, arrebatasse, num gesto de fôrça, o poder das mãos do improvisado govêrno. Aclamou-se, êle próprio, restaurador do Brejo e de tôda a capitania. Homem de vida desregrada, ambicioso, arrogante, caricato, aproveitou-se da ocasião para extorquir dinheiro dos areienses, em nome de el-rei, meio fácil que achou para refazer-se do desequilíbrio financeiro em que vivia. Sua crônica já era conhecida em Pilar, onde estivera ligado à causa da revolução, da qual desertara, traindo deploràvelmente o infortunado padre Antônio Pereira.

Mudou de lugar para mais desembaraçadamente mudar de opinião política. Antevendo o fracasso da revolução, escapuliu para Areia, onde foi levantar a bandeira da legalidade. Ali chegando, arvorou-se de grande autoridade em defesa da ordem. Efetuou prisões, sacou contra a praça e por fim aclamou-se restaurador. Ao cabo de tantas escaramuças, partiu para a capital, conduzindo os presos de Areia num aparato que transcendia os limites do quixotismo. Chegou à Paraíba garbosamente vestido, ostentando ao peito uma faixa verde da Gran-Cruz da Ordem de Aviz, acompanhado da escolta, com apenas dois presos. E tão convencido estava daquela postiça grandeza que ao próprio governador quis impor sua pretendida autoridade. Mas pouco durou o vistoso penacho com que se empavonava, porquanto sua fama, já de todos conhecida, chegara antes dêle. Dêste modo, terminou prêso, arriando às portas da cadeia a autoridade que se irrogava.

Ao fracasso da revolução segue-se o flagelo da ação punitiva. A comissão militar, instalada em Recife, desmanda-se na fúria das hediondas condenações. A Paraíba traumatiza-se de dor ao ver cair do patíbulo seus filhos mais valorosos — José Peregrino de Carvalho, Amaro Gomes Coutinho, padre Antônio Pereira de Albuquerque, Francisco José da Silveira e Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão. Todos pagam com a vida o crime de haver pensado na vitória da democracia. Após as execuções, os cadáveres eram despedaçados, mãos e cabeças expostas em lugares públicos, o tronco arrastado a cauda de cavalo pelas ruas da cidade até o cemitério local. Entre as vítimas dêsse monstruoso festim, estava um jovem de menos de 19 anos — José Peregrino de Carvalho — herói na guerra e mártir do canibalismo oficial, como já disse dêle Celso Mariz.

Centenas de outros patriotas foram encerrados nas masmorras da Bahia, como facínoras perigosos, depois

de terem sofrido o seqüestro de seus bens. Engrossando a leva, iam dois de Areia — Antônio José Fernandes Nobre e Manuel Coelho Serrão — levados presos à Paraíba pelo famigerado Loureiro. Antônio Fernandes Nobre chefiava os insurgentes que se preparavam para o levante no Brejo de Areia. Seus bens foram arrematados na vila a 2 de dezembro de 1819 e constavam de 11 cabeças de gado, 6 cavalos, safra de 4 sítios, 1 jôgo de malas e diversos móveis, tudo por 284$600. Por estranha coincidência, os arrematantes foram José da Costa Machado e Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, mais adiante envolvidos em acontecimentos revolucionários de piores conseqüências. Também foram levados à hasta pública e arrematados por Félix Antônio e Julião Leocádio de Lima os bens seqüestrados a Manuel Coelho Serrão, constantes de dois escravos, dois cavalos e a safra de pequeno sítio, no total de 121 mil réis (1)

Os dois revolucionários areienses foram remetidos para as enxovias da Bahia, de onde saíram anistiados em 1821. Na revolução de 1824, o capitão Manuel Coelho Serrão está de novo dentro do movimento, comandando os pardos de Alagoa Grande.

Na Paraíba, alguns dos cabeças escaparam da fôrca por terem fugido para o estrangeiro. Inclui-se nesse número José da Cruz Gouveia, posteriormente deputado geral, dado como areiense pelo historiador Celso Mariz. Em Areia, o intrépido paraibano tinha parentes chegados, mas era, ao que tudo indica, natural da capital.

Depois de 1817 vem 1824. Nesse meio tempo ocorreu na Paraíba um movimento grosso contra a Constituição Portuguêsa jurada por D. João VI e proclamada pelo govêrno da capitania a 17 de abril de 1821. João Alves San-

(1) Relação dos seqüestros feitos aos revolucionários de 1817 — "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano", v. 2, página 137.

ches Massa, do engenho Pacatuba, e coronel Matias da Gama Cabral de Vasconcelos, opondo-se ao juramento da Constituição, que consideravam obra de libertinos, organizaram um partido anticonstitucionalista, à frente do qual andaram tumultuando o interior da Paraíba. Batidos em Itabaiana, em fins daquele ano, refluiram para Cuité de Guarabira, onde foi reforçada a coluna insurreta com elementos locais e outros que vinham de convulsionar o município de Mamanguape. De Cuité, os inimigos da Constituição jurada marcharam sôbre Alagoa Grande do Paó e, em seguida, sôbre a Vila Real do Brejo de Areia, onde, após renhido combate, foram derrotados a 28 de fevereiro de 1822. Já os esperava em Areia o destacamento de linha que o govêrno da capitania, por prevenção, mandara para lá a fim de cortar a marcha para o interior e evitar o levante do Brejo. O chefe da insurreição em Areia era Antônio José da Silva, que caiu prêso, juntamente com Sanches Massa e Matias da Gama. (2)

Informa Joaquim da Silva que os sublevados, denominados "Carambolas", formavam uma coluna de mais de 600 homens. E acrescenta que, ao invadirem Areia, "foram repelidos de dentro das ruas, deixando alguns mortos no lugar onde existe uma majestosa gameleira". Tal depoimento consta de documentos manuscritos da Biblioteca Nacional, enviados ao Barão de Ramiz Galvão, em 1881, ao ensejo da Exposição de História do Brasil, realizada naquele ano.

Os cabeças da rebeldia foram remetidos presos para Recife, juntamente com a devassa procedida sôbre sua criminosa conduta, mas no ano seguinte estavam de volta à Paraíba, absolvidos da imputação pela Relação de Pernambuco.

---

(2) IRINEU PINTO — *Datas e Notas para a História da Paraíba*, v. 2, pág. 22. CORIOLANO DE MEDEIROS — *Corografia do Estado da Paraíba*, 2.ª ed., pág. 98. ALCIDES BEZERRA — *Publicações do Arquivo Nacional*, v. XXIII, pág. 5.

Entra-se agora na fase mais aguda do movimento, com geral exacerbação de ânimo contra o elemento português. D. Pedro I dissolve a Assembléia Constituinte Nacional a 12 de novembro de 1823 e, em fins dêsse ano, chegam à Paraíba, de regresso do Rio, os deputados que a província mandara ao parlamento. Em sua passagem pelo Recife, três dêles, juntamente com outros representantes de Pernambuco e do Ceará, lançam manifesto em que dão conta ao povo do golpe desferido pelo imperador. O manifesto tem a maior repercussão nas províncias do nordeste, em cuja área germinava desde o começo do século a semente da democracia, plantada por abnegados patriotas, sob a inspiração ideológica da Revolução Francesa.

Naqueles dias D. Pedro nomeava Francisco Pais Barreto governador de Pernambuco e Felipe Nery governador da Paraíba. Pais Barreto não se aguenta em Pernambuco, sendo forçado a transmitir o cargo a uma junta governativa presidida por Pais de Andrade, que fôra partidário da República de 1817 e agora, investido no poder, conquistava adeptos noutras províncias para formação de uma república confederativa, composta de tôdas as províncias situadas ao norte do Rio São Francisco, a qual seria batizada, logo mais, com a denominação de Confederação do Equador.

Na Paraíba o fermento já estava lançado desde 1817 e havia lògicamente de encontrar campo fácil de cultura com a nomeação de Felipe Nery, que tomou posse do cargo a 9 de abril de 1824, em ambiente político de frieza e expectativa. O rastilho de propaganda revolucionária, que se alastrou rápido por quase tôda a província, partiu de Areia.

Antes da posse de Felipe Nery, já havia o Senado da Câmara de Areia, em grande vereação realizada a 3 de abril, protestado contra a dissolução da Constituinte. Classificava

o ato de arbitrário, não vendo razão ao imperador para convulsionar a nação e desonrá-la nos anais de sua história. Era uma advertência enérgica, afirmada corajosamente, em têrmos de quase declaração de guerra aos devotos do absolutismo.

Nessa célebre reunião, além de censura ao monarca, manifestou a Câmara determinação de opor-se à posse de Felipe Nery, contra o qual atirava veementes objurgatórias. Dizia que fôra lançado de Pernambuco, fugira para o Rio, onde procurara admitir-se na amizade dos portuguêses, os mais obstinados e recalcitrantes inimigos da liberdade, dêles colhendo o fruto de sua nomeação para o govêrno da Paraíba. Insurgia-se ainda contra o fato de ter sido dado a Felipe Nery, como secretário, o deputado Augusto Xavier de Carvalho, que continuava na posse do mandato que o povo lhe conferira.

A atitude da Câmara, cujos membros não se temiam de fustigar o imperador e seu preposto no govêrno da Paraíba, refletia bem alto o espírito de revolta. O quadro político que se esboçava no país, com perigo de retôrno ao colonialismo, provocou dos areienses o grito de alerta, manifestado na histórica ata que, além dos membros da casa, foi firmada por 188 patriotas, representantes de tôdas as classes do município. (3)

Não sòmente desapareceu de Areia aquêle assomo de independência, como até o histórico livro das atas sumiu do arquivo da Municipalidade, da mesma forma que o livro de tombo da paróquia.

A partir daquele pronunciamento belicoso, o Senado da Câmara não mais ocultou sua desconfiança por tudo quanto emanava do Rio, enxergando nos acontecimentos políticos da época a eiva de lusitanismo, capaz de fazer o

---

(3) ALCIDES BEZERRA — *Publicações do Arquivo Nacional*, volume XXIII, pág. 31.

Brasil regressar ao regime colonial. Aliás, alastrava-se de norte a sul do país a suspeita de lusitanismo contra o próprio imperador, tanto que a Monarquia implantada não encontrara eco no nordeste. As classes mais esclarecidas lembravam-se de 1817, das atrocidades cometidas em nome de el-rei, do sangue derramado por uma pátria que queriam livre de influência portuguêsa.

Em Areia, os portuguêses que se mostravam inconformados com a independência do Brasil foram presos. Poucos foram poupados a essa medida de limpeza, sòmente os que por sua conduta eram considerados sem distinção dos nativos. Quando a notícia dêsse fato chegou à capital deu ânimo para igual procedimento ao povo paraibano, já possuído de incontida indignação contra a ousadia dos lusos. O exemplo foi logo imitado, vendo-se o govêrno compelido, diante da pressão dos nativos, a tomar medidas de excepcional rigor. Fêz publicar edital convidando os portuguêses que não haviam ainda prestado juramento de fidelidade à causa do Brasil e ao monarca reinante a requerer passaporte para fora do Império, sob pena de deportação.

Felipe Nery, tomando posse do cargo, precisava compor seu govêrno na forma da lei. A lei de 20 de outubro de 1823 estabelecia que as províncias seriam governadas por um presidente de livre nomeação do imperador e um conselho adjunto, eleito pelo povo. Com base nesse diploma legal, oficiou às câmaras municipais, ordenando que reunissem os eleitores da paróquia para eleição dos membros do Conselho, embrião donde sairiam mais tarde as assembléias provinciais.

Ao ofício do presidente deixaram de dar consideração as câmaras da Vila Real do Brejo de Areia, da Vila de Pilar e da Vila Nova da Rainha (Campina Grande). Diante do estranho silêncio dessas três unidades administrativas

e dos rumores que corriam de agitação pelo interior, repetiu Felipe Nery as ordens já transmitidas para imediata eleição do Conselho que com êle devia ter parte no govêrno. A êsse segundo ofício a Câmara Municipal do Brejo de Areia deu resposta em têrmos de briga, declarando, em resumo, que não lhe reconhecia autoridade e que suas ordens não seriam cumpridas.

A repercussão dêsse gesto de rebeldia encontou ressonância noutras vilas. A Câmara de Areia ia comunicando suas resoluções a outras da província "para melhor arranjo do negócio". Fazia-lhes apelos sucessivos, concitando-as a que "tivessem igual trabalho na causa da salvação". De outro lado, mantinha contato com Pais de Andrade sôbre a marcha dos acontecimentos no Recife, centro onde se tramava a conspiração, cujas raizes iam de Alagoas ao Ceará. [4]

Aos conjurados de Areia aderiram as Câmaras de Pilar,Vila Nova da Rainha, Mamanguape e São João do Cariri. Pernambuco prometia auxílio no momento oportuno e, com efeito, não falhou aos compromissos assumidos. Como a conspirata se processasse abertamente, sem as cautelas devidas, o govêrno da Paraíba, alertado do perigo, entrou a interceptar os correios entre Areia e as localidades vizinhas, sobretudo com Pernambuco, restringindo desta forma o levante geral.

A despeito das providências em contrário, Areia proclama o grito de guerra a 5 de maio. Povo e tropas, reunidos no Paço da Câmara, aclamam um govêrno temporário, sob a presidência do sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, genro do capitão-mor Bartolo-

---

(4) As comunicações da Câmara de Areia a outras da província eram acompanhadas de cópias das atas e graças a essas providências salvou-se o material que diligentemente foi aproveitado por Alcides Bezerra nas *Publicações do Arquivo Nacional*, em reconstituição da história da Paraíba na Confederação do Equador.

meu da Costa Pereira e filho de Inácio Bento de Ávila Cavalcante, capitão-mor de Pilar. Nessa mesma reunião procedeu-se à composição do govêrno, escolhidos, para secretário, padre José Gonçalves Ourique e, para conselheiros, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, José da Cruz Gonveia, Antônio Luís Bezerra, João de Albuquerque Maranhão, Joaquim Moreira da Silva e padre João Rodrigues de Sá. Muitos dos escolhidos, moradores na capital, estavam ainda a caminho de Areia, quando ocorreu o rompimento das hostilidades. Feita a proclamação, continuou o Conselho em sessão permanente até o dia 9, data da posse e instalação do govêrno temporário, logo reconhecido pelas Câmaras de Campina Grande, São João do Cariri, Pilar e Mamanguape.

Félix Antônio fôra presidente da Câmara do Brejo de Areia em 1820, agraciado no fim do mandato com a patente de sargento-mor das ordenanças, pôsto que vinha exercendo desde 1821. (5)

Opunha-se agora a Felipe Nery, contra quem os patriotas de Areia marchavam de armas na mão. Felipe Nery, ao tomar conhecimento da grave comoção que ia pelo interior, reuniu às pressas o Conselho adjunto, a fim de combinar as medidas que deveriam ser postas em execução. Como resultado das providências adotadas, emissários do govêrno foram parlamentar com os revolucionários, já a caminho da capital, no sentido de ser encontrada uma fórmula que assegurasse a pacificação da província. Nada, entretanto, foi possível diante da atitude dos insurretos, que exigiam, como preliminar, a demissão do governador.

A luta tinha mesmo que ser decidida pelas armas. A fôrça de linha, fiel ao govêrno, seguiu para o interior a 10 de maio, sob o comando do coronel Estevão José Car-

(5) Elpídio de Almeida — "Rev. do Inst. Hist. e Geog. Paraibano", v. 10, pág. 47.

neiro da Cunha, indo acampar em Pilar. A 18, as fôrças pernambucanas que vinham em auxílio dos revolucionários da Paraíba chegam a Serrinha, e a 21 Félix Antônio estaciona com seus voluntários em Itabaiana, a poucas léguas de Pilar, onde estava acampada a fôrça legalista.

De seu acampamento, convertido em sede do govêrno provisório, Félix Antônio ameaça o coronel Carneiro da Cunha com 1.500 baionetas, não contadas as ordenanças de que dispunha. Carneiro da Cunha reforça suas tropas com novas ordenanças chegadas do interior, fazendo agora um efetivo de 2.000 homens e, em resposta ao presidente temporário, marcha sôbre Itabaiana.

Fere-se o combate em campo raso no dia 24 de maio, combate renhido e brutal, que durou quatro horas. Ainda hoje não se sabe ao certo qual das duas partes levou a melhor na peleja. A batalha terminou indecisa, embora o moral elevado tivesse ficado com os beligerantes, que permaneceram no campo da luta. O exército imperial perdeu 90 homens contra 23 dos revoltosos, sem falar nas baixas numerosas de lado a lado, entre feridos e prisioneiros.

Cessado o fogo, o exército legalista recuou para Pilar e, em seguida, recolheu-se à capital. Por sua vez, as fôrças revolucionárias recuaram até Serrinha, onde receberam reforços de Pernambuco, avançando então para Pilar. Mas logo desocupam a localidade, refugiando-se em Feira Velha, pois as tropas de linha sob o comando de Carneiro da Cunha marchavam novamente sôbre Pilar. Com essa mudança de estacionamento, houve quem apelidasse o govêrno de Félix Antônio de itinerante, além de temporário.

A essa altura, a situação de Felipe Nery à frente do govêrno da Paraíba não é das melhores. Correm rumores de levante na capital, ao mesmo tempo que circulam boa-

tos de que as tropas de Pais de Andrade, aquarteladas em Goiana, ameaçam romper as defesas de Alhandra e Mata Redonda, a fim de atacar a capital. Entrementes, o govêrno imperial havia retirado para o sul do país as fôrças navais que faziam o bloqueio de Pernambuco, receoso do aparecimento da esquadra portuguêsa, que já se anunciava a caminho do Brasil, destinada a levar o príncipe reinante de volta a Portugal.

Felipe Nery, vendo as coisas mal paradas, convoca de novo o Conselho do govêrno, que resolve negociar a paz com o inimigo. Mas os emissários enviados a Pais de Andrade não conseguem atravessar a zona de operações, à altura de Goiana. Cresce, dia a dia, nos círculos da capital, a desconfiança contra Felipe Nery, até que êste se propõe a deixar o govêrno, por considerar insustentável sua posição. A 21 de julho passa o cargo a Alexandre Seixas Machado, membro do Conselho, e embarca a 22 para o Rio, dizendo, em ofício ao Ministro da Justiça, que ia beijar a mão do imperador e dar conta de sua conduta. ([8])

Mas a luta continua. No Recife, desde o dia 2 de julho, a República da Confederação do Equador já estava proclamada. O Rio Grande do Norte, aderindo ao movimento, ameaça de invasão a Paraíba. Assume o govêrno naquela província Tomás de Araújo Pereira, primo do capitão-mor de Areia. O Ceará está também levantado por Tristão de Araripe Alencar e José Filgueiras, aquêle presidente temporário e êste comandante das fôrças revolucionárias. Até no Piauí, em Parnaíba, a República chegou a ser proclamada. A ameaça do Rio Grande do Norte de invadir a Paraíba ficou em palavras. Nenhum perigo veio daquelas bandas, diante das providências tomadas pelo govêrno de guarnecer as fronteiras das duas províncias, com tropas enviadas ao município de Mamanguape.

([8]) Alcides Bezerra — *op. cit.*, pág. 173.

Em agôsto, começa o declínio da revolução. Reaparece a esquadra brasileira, sob o comando do almirante Cockrane, fazendo o bloqueio dos portos de Pernambuco e Paraíba. Em Cabedelo, fundeia o brigue "Guarani", que traz a seu bordo o brigadeiro Lima e Silva, mais tarde marechal de campo e regente do Império. Em sua passagem por Alagoas deixa as fôrças de terra que trazia sob seu comando, com instruções de marcharem sôbre Recife, enquanto, na Paraíba, requisita do govêrno os contingentes locais para o ataque frontal aos revoltosos de Pernambuco. Organizado o exército, marcha por terra com 2.300 homens contra Pais de Andrade, ao mesmo tempo que o almirante Cockrane fecha o cêrco por mar. A 17, após sangüinolentos combates, Lima e Silva toma Olinda e em seguida Recife. Pais de Andrade, em face da derrota sofrida, foge para a Inglaterra. O govêrno revolucionário do Rio Grande do Norte desmorona-se antes do tempo, diante da contra-revolução que ali se organizara.

Com a fuga de Pais de Andrade, as fôrças insurretas de Pernambuco, refluindo para o interior, juntaram-se às de Paraíba e embrenham-se em demanda do Ceará, com o objetivo de fazer junção com as tropas de Filgueiras. Félix Antônio assume o comando geral das fôrças em retirada, que fogem à perseguição do exército legalista. Várias famílias, inclusive a espôsa do presidente revolucionário da Paraíba, acompanham seus chefes pelas terras descampadas do sertão, que a sêca nesse ano de 1824 abrasava. A odisséia da perigosa retirada, cheia de obstáculos, está resumida nesta síntese de Celso Mariz, tomada ao itinerário de frei Caneca.

"A marcha dos fugitivos se fizera em *zig-zags*, do litoral e agreste para os cariris, até perto de São João, onde lhes opuseram dificuldades o capitão Costa Ramos e o padre Galdino Vilar, que ali já haviam submetido os elementos locais da revolução. Daí quebraram à direita por

Pedra Lavrada, atravessando a zona do Seridó, no Rio Grande do Norte; reentraram na Paraíba pelo Rio do Peixe, alcançando o Ceará, sob cem obstáculos de caminhos, deserções, fome, tiroteios. Perseguidos pelo tenente-coronel Lamenha Lins, estavam entre as tropas dêste oficial pernambucano e as milícias de Icó, quando se renderam, a 28 de novembro, na fazenda Juiz, do distrito de Missão Velha". (7)

Já então o Ceará estava dominado. O presidente Tristão de Alencar tombara a 31 de outubro no combate de Santa Rosa, e Filgueira, poucos dias depois, rendia-se no Crato. Estava terminada a revolução que dera nascimento à efêmera República da Confederação do Equador.

Além das provas de fogo, os revolucionários passaram por duras provações no curso da penosa jornada, em que a mulher paraibana deu mostras de bravura, patriotismo e espírito de sacrifício. No início da retirada, ainda em território de Limoeiro, um soldado do Brejo de Areia desentende-se com outro de Pernambuco a respeito de Pais de Andrade, e por causa dessa divergência de opinião trocam tiros mortais, que os levam à sepultura. Mais adiante, no ataque dos Cajus, à altura de Cajazeiras, uma mulher sente as dores do parto e ali mesmo, no intervalo de dois fogos, tem seu filho. Como não há tempo a perder, monta a cavalo e prossegue viagem no mesmo dia. (8)

Depois da capitulação da fazenda Juiz, regressaram os prisioneiros pelo interior da Paraíba, atravessando Sousa, Patos, Campina Grande, via Recife. A 15 de dezembro chegam a Goiana, fazendo-se o pernoite no engenho Bujari, próximo à cidade. Entre os prisioneiros estavam o presidente temporário da Paraíba Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, seu irmão padre Inácio de Ávila

---

(7) *Apanhados Históricos da Paraíba*, pág. 202.

(8) Frei Caneca — *Obras* — págs. 116 e 129.

Cavalcante, seu concunhado tenente-coronel José da Costa Machado, comandante do 6.º Batalhão de milícias do Brejo de Areia, padre João Barbosa Cordeiro, vigário de Campina Grande, major José Maria Ildefonso, José da Cruz Gouveia, frei Joaquim do Amor Divino Caneca e outros cabeças do movimento.

Enquanto todos dormiam, estrompados da viagem, deu-se a fuga de Félix Antônio, acompanhado de outros revolucionários paraibanos. Frei Caneca teve tôdas as possibilidades de salvar-se, mas preferiu continuar prêso, tal a serenidade de sua consciência diante da causa que abraçara e pela qual estaria disposto a ir aos extremos do sacrifício. Malgrado êsse seu idealismo, foi sumàriamente executado no Recife, ao mesmo tempo que perdiam a cabeça Nicolau Martins Pereira, padre Inácio de Loiola e outros patriotas. Tão nobre a figura de frei Caneca, tanto respeito e veneração infundia ao povo, que as fôrças da despotismo não encontraram para êle um algoz que se prestasse ao papel de executor. Nenhum carrasco aceitou o vil encargo de precipitar da fôrca o sublime mártir da liberdade. Teve por isso de ser fuzilado, enquanto os outros subiam ao patíbulo.

Quanto a Félix Antônio, refugiou-se em Mogeiro, bem escondido na propriedade de seu cunhado Francisco Antônio Cabral de Vasconcelos, onde não foi possível ser encontrado, apesar das buscas havidas.

José da Costa Machado, depois de ser levado a Recife, voltou à Paraíba, onde ficou encarcerado na fortaleza de Cabedelo, condenado à morte, pendendo, contudo, a execução da sentença do recurso que interpusera. Escapou da fôrca pelo benefício do perdão. A anistia parcial que o imperador concedera a 7 de março de 1825 aproveitava apenas aos que não estavam pronunciados pela co-

missão militar, encarregada de apurar os fatos e punir os culpados. Dela se beneficiaram os implicados que ainda aguardavam julgamento.

Félix Antônio, condenado à revelia, permaneceu foragido por alguns anos, ora em Mogeiro, ora no Caicó, onde deixara sua espôsa desde a retirada das fôrças beligerantes para o sertão. Como não fôsse encontrado, sua cabeça foi posta a prêmio pela quantia de quatro contos de réis, fato que despertou a cobiça de um vil sicário, que se fizera seu amigo. Estando na fazenda Oratório, de seu cunhado Francisco Antônio Cabral de Vasconcelos, vez por outra ia jogar sueca na casa de João da Cunha, que morava nas vizinhanças. Certo dia, não supondo jamais o perigo de uma cilada, ficou ali para dormir, atendendo a insistentes rogos do dono da casa. João da Cunha, alta noite, penetra sorrateiramente no quarto do hóspede e crava-lhe o punhal no coração. Passados poucos dias do covarde atentado, eis que chega à Paraíba a notícia do perdão para todos os implicados no levante de 1824, beneficiados com a anistia geral concedida pela Regência, em 1831, após a abdicação de Pedro I.

João da Cunha não chegou a receber o prêmio de sua felonia. Andava agora assustado, receoso de vindita. De sua parte, a viúva de Félix Antônio jurou vingança e não descansou enquanto não viu punida, por processos violentos, a morte de seu marido. Por duas vêzes mandou matar João da Cunha, mas as diligências feitas resultaram em acréscimo de ódio e maior sêde de desforra. Os emissários da funesta empreitada foram abatidos pelo criminoso antes que tivessem tempo de dar conta do mandato.

Decorridos oito anos, vivia João da Cunha despreocupado de perigo e possìvelmente esquecido do mal que fizera, quando um terceiro emissário é despachado, com recomendação de não errar o alvo. Agindo com segurança,

descarrega o bacamarte na cabeça do assassino, prostando-o nos braços de uma filha que o acompanhava, na estrada de Itabaiana, em seguimento de uma boiada. A carga do bacamarte levava um prego que varou a cabeça da vítima.

Só depois de lavar em sangue a perda que sofrera foi que D. Maria Joaquina de Santana tirou o luto com que se cobrira desde o atentado cometido contra seu valoroso marido.

NATUREZA PRÓDIGA

UMA crista altaneira da banda oriental da Borborema, a 622 metros de altitude, situa-se Areia. Município pequeno, com apenas 630 quilômetros quadrados, goza de estações mais ou menos normais, em virtude das condições fisiográficas da zona. [1]

A temperatura média anual mantém-se em 25 graus, variando pouco entre a máxima e a mínima, estabelecidas, respectivamente, na ordem de 34 a 14 graus centígrados. Antigamente, quando o território se cobria de matas densas, o frio era mais intenso. Já em 1886, segundo Retumba, a temperatura não era a mesma de outrora, devido às constantes derrubadas. Alguns anos antes, em 1864, o engenheiro André Rebouças dizia sentir em Areia a sensação de estar em Paris, com relação ao clima. A cidade se cobria de névoa a tal ponto que estando uma pessoa na janela de sua casa não distinguia quem passava na calçada.

Matas opulentas abrigavam as melhores madeiras de construção, tais como sucupira, pau-darco, cedro, peroba, vinhático, sapucaia, frei-jorge, etc. Hoje as estações já não são as mesmas, tal a incúria quase criminosa das devas-

---

[1] Atualmente, a extensão territorial do município está reduzida a menos da metade. Já depois de escrito êste trabalho a vila de Remígio se desmembrou de Areia, elevando-se a município pela Lei n.º 1.667, de 14 de março de 1957. Foi-se dêsse modo o único distrito que ainda restava ao município, cujo território, já diminuto, ficou reduzido a pequena fração de terra na zona do Brejo. O tempo dirá se Areia ganhou ou perdeu com mais êsse desmembramento.

tações. O fogo e o machado deixaram o município desnudo, escalavrado no solo e esgotado nos mananciais. Em conseqüência, acentuada tendência de sêca invade a zona do Brejo, onde o inverno, que é a estação das chuvas, já se mostra tardio, por vêzes irregular, prejudicando não raro a lavoura.

Na zona pròpriamente do Brejo exuberante vegetação cobria a terra feraz. A mataria verde, de árvores gigantescas, na virgindade dos seus bosques, dominava pelas encostas dos morros até o alto das quebradas, enquanto lá em baixo, nas várzeas de massapê, entre fios perenes de água corrente, os partidos de cana completavam o fundo da paisagem.

Foi ali, naquelas baixadas úmidas e férteis, que a cana de açúcar encontrou campo favorável de cultura. As condições ecológicas eram propícias à economia canavieira, como antes haviam sido para o algodão e depois para o café e para o agave. As chuvas constantes e bem distribuídas cooperavam com o homem no amanho da lavoura, permitindo colheitas compensadoras na época da estiagem. Essa cultura tinha seu domínio na zona pròpriamente do Brejo, de clima quente e úmido, até os limites do agreste, ao poente, onde a água se torna menos abundante, geralmente escassa, favorável, portanto, a outras lavouras.

Nas terras dos engenhos, livres de latifúndios, os bangüês se situavam a pequena distância um do outro, alimentados de matéria-prima que o dono da terra cultivava, quase que exclusivamente, sem achega de lavradores. Eram engenhos primitivos, que davam uma produção diminuta, mas suficiente para manter a economia do município e a independência da classe produtora.

Na direção do poente, modifica-se a fisionomia do município. Depois que se atravessa a faixa intermediária do agreste, entra-se no carrascal do Curimataú, de terras ero-

didas, à semelhança do arenito que cobre o cristalino. Terra sêca e impermeável, de água salobra, onde apenas medra uma vegetação raquítica, caracteriza-se pela agressividade do meio físico. Nessa zona semi-árida, que ocupa a maior extensão territorial do município, o solo é coberto quase todo de cascalho. A flora está representada por marmeleiro, catingueira, jurema, mandacaru, facheiro, palmatória, macambira, xique-xique e tôda sorte de cactos, destacando-se, aqui e acolá, como uma mancha verde a contrastar com a paisagem desnuda, as craibeiras, os joazeiros, as baraúnas, os umbuzeiros.

Embora perseguida pela sêca, é zona excelente para criação, rica também em minérios, pôsto não explorada ainda em caráter científico. Os rios de álveo sêco só recebem água no período das chuvas, que ali são inconstantes. Clima sêco e saudável, ao contrário do Brejo, geralmente úmido, a única coisa que está faltando para valorização da terra é resolver o problema da água. Às margens dos rios e nas vazantes dos açudes cultivam-se algodão, cereais e outras lavouras. A fauna está representada por onça suçuarana, veado, maracajá, raposa, paca, tatu, tamanduá, coelho, etc. Alguns dêsses animais já não existem mais em razão da contínua perseguição do homem.

Na aridez daquela zona destaca-se a Serra do Algodão, a oito léguas de Areia. Há nela uma caverna, conhecida por furna dos caboclos, que parece ter servido de cemitério a uma raça extinta. Para chegar ao lugar, há que subir a serra e escalar a encosta de uma enorme pedra, à beira do precipício. Entra-se por uma abertura cavada na rocha, bem no alto do espigão, em ponto de difícil acesso. A caminhada é feita com grande risco pela escarpa da imensa rocha, quase a prumo, até alcançar um pequeno patamar, ao limiar da entrada.

A bôca da caverna mede aproximadamente 12 metros de largo por quatro de alto, em forma retangular. Lá dentro,

forrado de areia, vasto salão de pavimento abaixo do nível da entrada, encerrava antigamente copioso material antropológico. Várias camadas de areia fina, separadas umas das outras por capas de areia grossa, cobriam ossadas humanas de tamanho fora do comum.

Os curiosos e ignorantes, por anos a fio, escalaram a furna em aventuras perigosas, só pelo gôsto de profanar e destruir o que a bem da religião e da etnologia devia ser resguardado. Carregavam caveiras, tíbias, perôneos e por fim ossos pequenos, sacrìlegamente jogados fora, depois de exibidos como troféu do cometimento. Nada mais resta no fundo da caverna, senão a areia revolvida que não pôde ser carregada.

Em época já um tanto remota, o comerciante João Lopes Machado, pai do ex-governador Álvaro Machado, estêve em visita à furna dos caboclos. Escrevendo a seu irmão, o escritor Maximiano Lopes Machado, residente no Recife, transmitiu suas impressões, em carta datada de 9 de junho de 1874, nestes têrmos concebida:

"Descobri até a terceira camada, e a ossada era sempre de tamanho descomunal. Um chapéu de oito pontos seria pequeno para uma caveira que tive entre as mãos; canelas e ossos da coxa com mais de três palmos; cabelos com mais de vara de comprimento. [2] Também descobri uma tanga de palha de côres, mas que se desmanchava ao mais leve contato. Remeti ao govêrno da província amostras de tudo isso, acompanhadas de uma descrição da serra e da caverna, que aqui é conhecida pela furna dos caboclos, até hoje sem resposta. O que ainda não pude compreender é como podiam ser para ali conduzidos os cadáveres." [3]

---

[2] Medida antiga equivalente a 1,10 m.

[3] MAXIMIANO MACHADO — *História da Província da Paraíba*, in nota, pág. 105.

Êsse depoimento não é isolado. Quase na mesma época o emérito professor de latim Joaquim da Silva também teve oportunidade de referir-se à furna dos caboclos, na resposta que dera a um questionário formulado por Ramiz Galvão, em 1881. Consta de suas informações que dentro da gruta havia pinturas e caracteres a tinta encarnada, e que os primeiros visitantes encontraram pequenas esteiras, já apodrecidas, cruzes de ossos, varinhas marcadas com riscos a tinta encarnada e outros objetos que bem revelam ter sido aquela caverna destinada a depósito de cadáveres dos primitivos habitantes da terra. [5]

A incúria do govêrno e dos areienses deixou que se perdesse por completo todo êsse copioso material, que hoje seria valiosa contribuição aos estudos de antropologia.

Perto da furna dos caboclos, L. Schwennhagem andou vendo vestígios de muralhas fenícias, conforme afirmou em artigo publicado na *A União*, em 1930. O que êle viu, na realidade, como monumento pré-histórico de uma civilização desaparecida, não foi mais que afloração de lâminas de arenito, das muitas que formam renques caprichosos em tôda a vastidão do Curimataú.

Nenhum rio de importância banha o município. Os do Curimataú são todos sêcos, só deitando água nas grandes chuvas. Dos perenes, na zona do Brejo, o mais fluente é o Riachão, isso mesmo de volume diminuto, que apenas passa em pequeno trecho nos limites de Areia com Alagoa Nova. Em compensação, são muitos os córregos que cortam o município em todos os sentidos, de norte a sul e de leste a oeste, tributários do Mamanguape e do Bananeiras, sobressaindo por seu volume o Vaca Brava e o Serrinha. Êsses regatos foram prestadios, desde os tempo da colonização, como elemento fixador do homem à terra.

---

[4] Manuscrito da Biblioteca Nacional sôbre o município de Areia, encaminhado em 1881 pelo presidente da Câmara Francisco José de Oliveira.

Areia já foi o maior município do Brejo, de cujo território faziam parte integrante os atuais municípios de Bananeiras, Guarabira, Cuité, Alagoa Grande, Pilões, Serraria e Pedra Lavrada. Com o tempo, seu território foi sendo mutilado, a ponto de ficar reduzido a uma nesga de terra nos taludes da Borborema. Bananeiras desmembrou-se em 1833, arrastando consigo os territórios de Guarabira, Cuité e Pedra Lavrada; Alagoa Grande em 1864 e, em seguida, Pilões (1883), que também levou Serraria. Por último, quando Esperança se desligou de Alagoa Nova, fato ocorrido em 1925, achou jeito de alargar os limites de seu território, que era demasiado exíguo, com uma fatia de terra, cortada no município de Areia, em excelente zona de produção agrícola.

Em meado do século passado contava Areia as seguintes povoações: Alagoa Grande, Espalhadas, Pilões, Arara e Mata Limpa. Lagoa do Remígio, hoje apenas Remígio, *nondum natus erat*. Não era senão a fazenda do Remígio, às margens da lagoa que lhe dera o nome. Mas quando surgiu tornou-se distrito florescente, com um quadro urbano que se apresenta em crescente desenvolvimento. Atualmente, é a única vila do município, dotada de bom comércio, feira semanal das mais concorridas, grupo escolar e vistoso templo, sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio. (5)

Mata Limpa permanece como há cem anos atrás, uma povoação sem desenvolvimento, resignada com a paralisia de seus tecidos musculares. Além de ficar muito próxima da cidade, não tem comunicação direta com outras localidades de maior importância, provindo daí o entorpecimento em que vive. Moquém foi uma aldeia de índios que nunca teve progresso.

---

(5) Como já foi dito em nota anterior, a vila de Remígio, hoje cidade, não mais pertence ao município de Areia.

Areia que saíra das ilhargas de Mamanguape foi deixando para trás a geradora de sua civilização. Campina Grande, ereta em vila desde 1790, estaciona diante do progresso de sua jovem vizinha. Só muitos anos depois, já neste século, é que arrancou com ímpeto de colocar-se à frente de tôdas, suplantando em alguns de seus aspectos a própria capital do Estado.

Quando em 1833 a província foi dividida em três comarcas, uma delas coube a Areia, denominada então segunda comarca da Paraíba. A primeira era a da capital e a terceira a de Sousa. A de Areia compreendia inicialmente os têrmos de Campina Grande, São João do Cariri e Bananeiras, acrescida mais tarde com os de Cabaceiras e Independência, hoje Guarabira.

Amadurecida cedo para seu destino, a vila se eleva a cidade em 1846, pela Lei n.° 2, de 18 de maio. É a primeira, na ordem cronológica, em tôda a província, não contada a capital, que já nasceu com essa categoria. Tôdas as outras vieram depois, com alguma distância no tempo e também na importância do meio. Sousa é a segunda, em 1854, Mamanguape a terceira, em 1855.

Não conta ainda a cidade três anos de promovida e já se levanta em armas, em 1849, numa causa que não era sua, mas que adotou por espírito de luta e por amor aos postulados democráticos, segundo a concepção dos liberais da época. A revolta praieira em Areia terá que ser encarada como movimento sem profundidade do ponto de vista democrático, apenas alimentado pelo faciosismo político, de feição nitidamente regional. Seu desenlace foi, como bem classificou Joaquim Nabuco, uma lição que fêz o partido liberal resignar-se à posição de adversário. Mal refeita da convulsão por que passara, envolve-se novamente a cidade em conflitos emocionais, que lhe deixam a marca do sangue e do luto, cujas feridas sangram copiosamente por

longos anos. O atentado que cortou a vida ao Dr. Trajano Chacon foi transformado em crime político, resultando por isso mesmo em tragédia para a família Santos Leal.

No campo das letras o desenvolvimento corre parelhas com o progresso material. De fatôres econômicos e da peculiaridade de sua gente nasce êsse desejo de conquistas, que coloca Areia à frente de tôdas as vilas de seu tempo. O homem se destaca na fisionomia acidentada da terra em lances que se perpetuam nas páginas da história.

No ano em que Areia se erigiu à dignidade de cidade, consumia-se a Paraíba sob o flagelo da sêca, que devastava as últimas reservas de energia do sertanejo. A população da zona castigada debandou quase tôda em busca de salvação, ficando muita gente radicada no Brejo, que abundava de fartura, como oásis de redenção para o aglomerado humano que ali se condensava.

A cidade crescia em população e prosperava em riqueza. Por muito tempo foi o maior centro comercial do interior, fechando à capital as portas do sertão. E como suas relações de negócio eram mantidas de preferência com as praças de Pernambuco, resolveu o govêrno abrir uma estrada da capital até Areia, com o objetivo de conquistar aquêle mercado. Iniciados os trabalhos em 1849, foram concluídos em 1851, mas ao revés das providências adotadas, mantém-se o comércio com Goiana e Recife, por vezes também com Mamanguape, que teve o seu fastígio no período que vai de 1855 a 1885.

Já então o município produzia em larga escala algodão, rapadura, aguardente, açúcar, farinha de mandioca, fumo e cereais, até mesmo um pouco de café, abastecendo o sertão do Seridó aos Cariris Velhos. Sua feira era reputada a maior de quantas existiam em tôda a Paraíba.

A rigor, nunca houve latifúndios no município. As antigas sesmarias se subdividiram em centenas de proprie-

dades desde a época da colonização, repartidas entre herdeiros ou retalhadas e vendidas em glebas. Os atuais estabelecimentos agrícolas elevam-se a mais de mil, compreendendo inclusive inúmeros sítios de menos de 50 hectares de área. Há, todavia, uma tendência acentuada para diminuição da quantidade em melhoria do rendimento, dada a incorporação dos pequenos sítios aos estabelecimentos agro-industriais mais bem aparelhados para a lavoura. No último decênio, segundo dados estatísticos, as propriedades foram reduzidas de 1.452 para 1.108, registrando-se assim a absorção de 344 pequenas unidades agrárias, anexadas aos engenhos limítrofes. Muitas outras foram desapropriadas pelo Estado, na bacia hidrográfica do Vaca-Brava, para constituição do reservatório que abastece Campina Grande. Possui o município atualmente uma usina de açúcar, cêrca de 80 engenhos de rapadura e aguardente, mais de 100 instalações para extração da fibra de agave, 108 aviamentos de fazer farinha, afora fazendas de gado e sítios de lavoura. Não obstante a umidade e fertilidade do solo, não se encontram à venda na cidade nem frutas, nem verduras, nem ovos, nem galinhas. O forte da produção, no momento, é a cana de açúcar e a fibra do agave ou sisal. [6]

Lá pelos idos de 1845, o segundo colégio eleitoral da Paraíba era o de Areia, que contava 37 eleitores paroquiais. O primeiro era o de Sousa, com 44, e o terceiro o da capital, com menos de 30. Colégios havia, como o de Alhandra, então município, com apenas quatro eleitores. O mais curioso é que já se bradava naqueles tempos contra as eleições fraudulentas, o que mostra que êsse mal é muito antigo no Brasil. Dez anos depois, em 1855, a dar-se crédito às estatísticas da época, pacientemente divulgadas por

---

[6] Com o desmembramento de Remígio, é possível que o número de propriedades agrícolas do município esteja reduzido a menos de metade do registro acima indicado.

Irineu Pinto, a situação se apresenta modificada. O maior colégio eleitoral da Paraíba é agora o de Areia, que conta 43 eleitores, vindo depois o de Bananeiras com 40, Independência com 38, Mamanguape, Sousa e Piancó com 36 cada, e a capital com apenas 24. Nada obstante, Beaurepaire Rohan dá o colégio de Areia como tendo na época 60 eleitores. (7)

A população do município em 1850, segundo recenseamento feito pelos vigários e acolhido por Beaurepaire Rohan na sua Corografia da Província da Paraíba, era de 20.552 habitantes, computados nesse número os moradores de Alagoa Grande, Pilões e Serraria. Em densidade demográfica, colocava-se Areia em terceiro lugar na província, superada apenas pela capital e por Bananeiras. Nessa época, Bananeiras era o maior município do Brejo, em extensão territorial, com uma área que ia dos limites de Areia ao Rio Grande do Norte, compreendendo inclusive o atual município de Araruna.

Setenta anos mais tarde, ou seja em 1920, o censo acusa 43.451 habitantes para Areia, sem embargo dos desmembramentos sofridos, que reduziram a um mínimo seu território. Êsse incremento demográfico resultou, por certo, do índice de natalidade, em contraste com o êxodo da população rural e ausência quase absoluta de sangue novo, trazido por contingentes imigratórios. Tal o deslocamento das massas para a Meca da borracha, que em 1892 o chefe de polícia da Paraíba oficiava ao delegado de Areia — Ciro Cândido de Gouveia Monteiro — recomendando não consentisse o aliciamento de trabalhadores para o norte do país, pois que a indigência e a escravidão é que aguardavam os infelizes emigrantes no eldorado do Amazonas. (8)

---

(7) *Corografia da Província da Paraíba* — in "*Rev. do Instituto Hist. e Geog. Paraibano*", v. 3.

(8) Coelho Lisboa — *Problemas Urgentes*.

Tão esgotada de recursos andava Areia nas primeiras décadas dêste século que a população do município entra a decrescer. Sendo de 43.451 habitantes em 1920, reduz-se a 41.851 no censo de 1940. Ao invés de aumento, registra uma diminuição de 1.600 almas no espaço de 20 anos. Êsse decréscimo do efetivo humano resulta de condições locais de desfavorecimento, criadas pelo pauperismo. As classes pobres, constituidas do homem da roça, cansadas de lidar ao cabo da enxada, sem remuneração compensadora, arribam em levas sucessivas para o sertão, enquanto os da classe média procuram a capital do Estado ou o sul do país, em busca de melhor amparo. Repete-se a história por métodos invertidos. No passado, era o sertanejo que procurava o Brejo, acossado pelas sêcas, agora é o brejeiro que emigra para o sertão e, em maior escala, para o sul do país, tangido pelo desamparo do meio.

Transcorrido mais um decênio, nota-se reação favorável na densidade demográfica. O recenseamento de 1950 encontrou Areia com 46.300 habitantes, não obstante o êxodo que não tem pausa. Não foi nem será jamais estancado, enquanto subsistirem os fatôres de desequilíbrio econômico. No capítulo adiante, sob o título — Ciclos Econômicos — êsse assunto será melhor tratado.

Com a elevação de Areia a cidade, a povoação de Alagoa Grande — antiga Lagoa do Paó — passa a distrito e cinco anos depois, em 1861, é paróquia. Desliga-se finalmente da célula máter a 21 de outubro de 1864, quando se erige em vila. Seu território, pelos limites que lhe foram traçados, ficou maior que o de Areia. Aconteceu que o engenho Buraco, onde nasceu o arcebispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, ficou pertencendo a Alagoa Grande, bem na linha divisória. Surgiu então a questão de saber se o criador da diocese da Paraíba era natural de Areia ou de Alagoa Grande, no que houve muita rixa

entre as duas localidades. Tudo questão de bairrismo exagerado, que degenerou em prevenções maiores quando a estrada de ferro fêz ponta de linha em Alagoa Grande e não subiu a Areia, como estava no traçado primitivo.

Já então mergulhava Areia na mais triste decadência. A disposição de ânimo entre as duas cidades passou da rivalidade à hostilidade. Os de Areia apelidavam os de Alagoa Grande de "Cabo Duro" e êstes, em represália, chamavam aquêles de "Furta Côr". Guerra de picuinhas, mas guerra persistente, alimentada por um ódio quase irracional, sobretudo por parte da mocidade irrefletida, que procurava responsabilizar a localidade vizinha pelo atraso de sua terra. Quando os areienses iam tomar o trem em Alagoa Grande andavam, por despique, de bota e espora pelas ruas da cidade, da forma como se apeavam dos cavalos. Em troca, os de Alagoa Grande não condescendiam em pôr os pés em Areia. Tão mesquinhas prevenções entre vizinhos desentendidos afastavam cada vez mais as duas localidades irmãs, que nasceram e viveram longos anos unificadas. D. Adauto sentia-se constrangido diante daquela disputa improfícua em tôrno de seu nome, não deixando, todavia, de declarar-se areiense, porque ali nascera e ali se criara.

O mesmo aconteceu com o arcebispo D. Santino Maria da Silva Coutinho, que nasceu no Avarzeado, quando esta propriedade pertencia a Areia. Anos depois, eis que o Avarzeado passa a pertencer a Pilões, com bispo e tudo. Não tardou que o bispo fôsse usurpado pelo município de Serraria, quando êste absorveu o de Pilões. Restaurado o município de Pilões, pouco depois foi suprimido e anexado seu território aos de Areia, Serraria e Bananeiras. Outra vez se restabelece em 1895, no govêrno Álvaro Machado, para ser de novo extinto e mais uma vez restabelecido. Ùltimamente, com a recente restauração foi o saudoso pontífice reivindicado em definitivo por Pilões.

Essa dança de bispos nunca produziu reflexos em Areia. O único prelado que podia ser areiense até o fim resignou as honras do episcopado ao ser nomeado para a alta investidura. Foi monsenhor Luís Sales, vigário de Campina Grande, que apenas ficou com o título de bispo resignatário do Maranhão. Quando Luís Sales era vigário de Pilões encaminhou aos estudos o seu conterrâneo Santino Coutinho, futuro arcebispo do Pará e de Alagoas.

Mesmo reduzida de tamanho e desapossada do direito materno sôbre os ministros da igreja que de lá sairam, continuou Areia pródiga e fecunda, não abalada em seu progresso. Decaiu mais tarde por complexos econômicos, em virtude dos quais ficou ilhada na exuberância dos seus campos de lavoura.

PANORAMA POLÍTICO

presença de Areia na política da província tornou-se constante e sensível desde a organização dos dois grandes partidos do Império — conservador e liberal. Com o material humano de que dispunha, já experimentado nas lutas e derrotas do passado, fêz incursões nas atividades partidárias, sem firmar-se, contudo, em posição de comando. Não que lhe faltassem elementos capazes de cometimentos mais expressivos, mas porque os métodos adotados no regime anterior dificultavam a descoberta e aproveitamento de valores, muitos dos quais se perdiam estiolados nos horizontes estreitos da província, sem oportunidade de revelar seus mérito.

Só depois de proclamada a República é que preponderou por algum tempo a hegemonia de Areia na política paraibana. E não foi maior devido a desunião de seus filhos, que se devoravam continuamente por ciúme e mesquinhas rivalidades. Mas os que atuaram na vida pública e tiveram ensejo de expandir-se deixaram vestígios inapagáveis de sua passagem.

No regime imperial, antes mesmo da organização dos partidos, Bento Correia Lima estêve por duas vêzes no govêrno da Paraíba. Se não era areiense de nascimento passava como tal, pois já estava radicado no município, onde fêz política e deixou família constituída. Na qualidade de vice-presidente, assumiu o exercício da administração em

1834 e 1835. Neste último ano elegeu-se deputado provincial por Areia, não mais aparecendo na política nem mesmo em atividades de feição local. (1)

Entre os deputados gerais que a Paraíba elege em 1834, está o areiense José da Costa Machado, revolucionário de 1824 e que também chegou ao govêrno da provincia, em caráter provisório, como vice-presidente.

Ainda em 1834, por fôrça do Ato Adicional que determina a instalação das assembléias provinciais, a Paraíba elege os seus primeiros legisladores. Instalada a Assembléia, foram fixados os subsídios dos deputados em quatro mil réis diários e mais uma ajuda de custo na base de 600 réis por légua, para os que moravam fora da capital. Nessa legislatura inaugural figuram, entre os eleitos, três deputados por Areia, a saber: Padre Francisco de Holanda Chacon, vigário da freguesia, Bento Correia Lima, que já estivera na presidência da provincia, e Francisco Lins Fialho, filho do capitão-mor Bartolomeu da Costa Pereira. Êste último, dono do engenho Viração, era um temperamento estourado, de pouca vocação para a política. Como presidente da Câmara Municipal de Areia em 1837, abandonou o cargo com a declaração divulgada pela imprensa de que assim procedia "para não se envergonhar de continuar servindo a um govêrno indigno".

Na segunda legislatura da Assembléia, instalada em 1838, o vigário Chacon não volta eleito, mas vai em seu

(1) Os Correia Lima, originários de Pernambuco, já militavam na política de Areia desde 1824. Nesse ano aparece Antônio Correia Lima subscrevendo a memorável ata de 3 de abril, em virtude da qual o Senado da Câmara de Areia manifestava sua repulsa pelo governador Felipe Nery. Surge mais tarde Manuel Correia Lima, que foi o primeiro bacharel em direito saído de Areia, formado em 1840, promotor público da comarca e posteriormente deputado provincial e geral. Outros membros da família vão aparecendo como políticos de expressão local, tais como Bento Correia Lima Júnior, membro da Câmara Municipal em mais de uma oportunidade e mais tarde seu filho Bento Correia Lima Neto, que morreu ainda no Império, como deputado provincial.

lugar o irmão Dr. Trajano Alípio de Holanda Chacon, juiz municipal de Areia. No ano seguinte, Trajano Chacon é escolhido segundo vice-presidente da província e, conquanto não fôsse o primeiro na ordem da sucessão, assume o govêrno a 7 de abril, mantendo-se no pôsto por dez meses, em substituição ao presidente Moura Magalhães, que seguira para o Rio a fim de tomar assento em sua cadeira de deputado geral. Houve contra Chacon uma tentativa de deposição, encabeçada por Antônio Borges da Fonseca, com objetivo de entregar o govêrno ao primeiro vice-presidente Manuel Lôbo de Miranda Henriques. Mas Chacon, prevenido a tempo, conseguiu dominar a intentona, destroçando os sublevados que já haviam tomado de assalto o quartel do corpo da guarda nacional e a alfândega da Paraíba.

A êsse tempo, organiza-se na província o partido conservador que, além dos políticos radicados na capital e no sertão, conta em Areia com elementos capazes de congregar avultado número de eleitores. Formam desde logo nas fileiras do partido as famílias Chacon, Costa Pereira, Miranda Henriques, Gouveia Monteiro, Correia Lima e outros correligionários de influência local. Por sua vez, o partido liberal também se organiza e tem em Areia seus representantes máximos nas famílias Santos Leal, Costa Machado, Fonseca Milanez, Luís Vicente Borges, Joaquim Gomes, Manuel José da Silva, Gonçalves Lima e Gonçalves Lisboa.

A despeito da organização dos partidos, os conservadores não elegem um só deputado pelo círculo de Areia para a legislatura de 1840-1841, por ter ocorrido na época mudança de gabinete. Mas os liberais, que estão de cima, elegem apenas um — Luís Vicente Borges — que é logo escolhido para a composição do quadro dos vice-presidentes da província, organizado, segundo a lei, dentre os seis deputados mais votados.

Nessa sua primeira ascensão, pouco tempo demora no poder o partido liberal. Caindo o gabinete, é nomeado presidente da província Dr. Pedro Chaves, que assume o govêrno em maio de 1841 e em agôsto recebe um tiro de emboscada na estrada de Santa Rita, em conseqüência do qual saiu levemente ferido na perna. O governador atribui o atentado a plano político dos liberais, desejosos de tomar o poder pela violência, dada a circunstância, segundo declaração sua, em mensagem, ao govêrno imperial, de "que todos os vice-presidentes pertencem a essa facção do cacête". No curso do processo foram apontados como mandantes do crime os vice-presidentes Alexandre Seixas Maia, Manuel Lôbo de Miranda Henriques e Luís Vicente Borges, os quais terminaram pronunciados pelo chefe de polícia Francisco de Assis Pereira Rocha. A partir dessa época, passam os vice-presidentes a ser nomeados por carta imperial, da mesma forma que os presidentes.

Em 1842 foram eleitos por Areia, para a Assembléia, Dr. Trajano Chacon, padre Joaquim Álvares da Costa Pereira, José da Costa Machado, Dr. Luís Cavalcante de Albuquerque Buriti e Dr. Manuel Correia Lima. Três nomes novos aqui se apresentam: — padre Joaquim Álvares, Dr. Manuel Correia Lima e Dr. Buriti, o primeiro, filho do capitão-mor Bartolomeu da Costa Pereira, eleito juntamente com seu cunhado José da Costa Machado, o segundo, de família já conhecida, sobrinho de Bento Correia Lima, era então promotor público da comarca, o terceiro, natural de Pilar, radicado em Areia como senhor de engenho, tendo exercido posteriormente o cargo de delegado de polícia do município, após o que se recolheu ao seu engenho Coati, acabrunhado com a enfermidade mental que levara à loucura sua espôsa.

Na legislatura seguinte — 1844-1845 — são eleitos pela segunda comarca, isto é, por Areia, os deputados Trajano Chacon, Manuel Correia Lima, Luís Buriti, padre Joa-

quim Álvares, José da Costa Machado, o revolucionário, e Dr. José da Costa Machado Júnior. Os Costa Machado, pai e filho, elegem-se para uma mesma legislatura. O pai, que já fôra deputado geral, é logo nomeado segundo vice-presidente da província e nesse mesmo ano tem oportunidade de assumir o govêrno, em substituição ao titular do cargo. O filho, que se formara em direito em 1842, juntamente com seu primo Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, filho do malogrado presidente revolucionário de igual nome, faz sua entrada na política, onde atua por largos anos no regime monárquico.

Pela relação dos deputados que Areia manda à Assembléia em 1846, vê-se que o partido liberal está novamente no poder. São eleitos Luís Vicente Borges, Joaquim José dos Santos Leal, Maximiano Lopes Machado e Antônio Manuel de Aragão e Melo, não figurando um só do partido conservador. Aragão e Melo é natural de Bananeiras, mas antes mesmo de se formar em direito já se fixara em Areia, onde brilhou na advocacia, tendo ali iniciado também sua carreira política. Na legislatura seguinte, ainda se elege por Areia, juntamente com Maximiano Machado e José da Costa Machado, o môço. Daí por diante faz carreira pela capital, para onde transfere sua residência. Maximiano Machado também não era de Areia, embora tivesse ali parentes chegados, inclusive o irmão João Lopes Machado. Pouco depois de formado em direito foi nomeado juiz municipal da comarca e delegado de polícia e, sem prejuízo das funções exercidas, elegeu-se deputado provincial por duas legislaturas seguidas. Seu nome ficou ligado à história de Areia pela atuação destacada que teve nos acontecimentos da rebelião praieira. Joaquim José dos Santos Leal surge pela primeira vez no setor das atividades políticas. Já era um nome respeitável, figura de largo prestígio, não só pelo temperamento, fortuna e grupo nume-

roso de família, como pelo pôsto que exercia de comandante superior da guarda nacional, graduado como tenente-coronel.

A mudança política, em virtude da qual subiu ao poder o partido conservador, provocou reação armada em Pernambuco, cujo epílogo sangrento se feriu em Areia, comprometendo figuras de projeção na sociedade local e de futuro no seio do partido. Areia tem sua vida perturbada em 1849, tanto por causa da revolta praieira, que do Recife se erradicou para lá, como pela tragédia que a seguir se abateu sôbre as famílias Chacon e Santos Leal.

Com efeito, nesse ano de 1849, concorrem às urnas para deputado geral Trajano Chacon, pelo partido conservador, e Joaquim dos Santos Leal, pelo partido liberal. Precisamente no dia em que se realiza o pleito, 5 de setembro, tomba numa emboscada o candidato do partido conservador, imputando-se desde logo a autoria intelectual do crime a seu adversário político. Agora, ao ódio sectarista, junta-se também a sêde de vingança, que se exerce à saciedade. Serenados os ânimos, recompõe-se a política local com aparecimento de valores novos, que engrossam as fileiras partidárias. Para a cadeira que seria de Trajano Chacon, na Câmara Nacional, é convocado seu suplente Manuel Correia Lima, promotor público da comarca. No ano seguinte, 1851, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque substitui, na mesma Câmara, o valoroso parlamentar Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, que se afasta para sempre da arena política.

Para a Assembléia de 1850, Areia manda Dr. Fausto Benjamim da Cruz Gouveia, Dr. Crispim Antônio de Miranda Henriques e Joaquim José Enrique da Silva, êste último pelo partido liberal. Na legislatura seguinte os mesmos voltam eleitos e mais José da Costa Machado, o môço, e Manuel Martins Casado, que é agora o comandante da

guarda nacional em substituição a Joaquim dos Santos Leal. José da Costa Machado é eleito deputado geral em 1853 e ainda nesse mesmo ano Crispim de Miranda Henriques substitui Antônio Carlos de Almeida e Albuquerque na cadeira de deputado geral.

Por essa época chega a Areia, como promotor público da comarca, Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, futuro Visconde de Cavalcante, governador de províncias e ministro do Império em mais de uma pasta. Diogo Velho é natural de Pilar, mas faz sua carreira política em Areia, por onde se elege deputado provincial em 1854, juntamente com Fausto Benjamim da Cruz Gouveia, Crispim Antônio de Miranda Henriques, Joaquim José Enrique da Silva e Manuel Martins Casado. Reelegem-se em 1856, exceção de Manuel Martins Casado, que faleceu nesse ano, vítima do *colera-morbus*.

Alguns eleitos vão ganhando a arena da política nacional. Diogo Velho candidata-se a deputado geral em 1857, pelo partido conservador, disputando o pleito com o professor de latim Joaquim da Silva, candidato do partido liberal. A vitória coube ao primeiro, que ganhou a demanda das urnas por seis votos, arrebatados ao adversário. Atribui-se a derrota do candidado liberal ao recuo de José Pereira Cópque, que falhou, na última hora, aos compromissos políticos assumidos com seu sobrinho Joaquim da Silva. O suplente de Diogo Velho era o juiz de direito Fausto Benjamim da Cruz Gouveia, que pouco depois falecia, no cólera de 1862.

Na legislatura de 1858, apenas um deputado provincial aparece eleito por Areia, por sinal, novo na política, Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, sobrinho de Fausto Benjamim, já com valiosos serviços prestados ao município, de cuja Câmara fôra presidente. José Evaristo volta eleito em 1860, ao lado do padre José Genuino de Holanda Chacon e Dr. Antônio da Cunha Xavier de Andrade. Padre

José Genuino, coadjutor da freguesia, é sobrinho do vigário Chacon, e Dr. Antônio da Cunha Xavier de Andrade, então promotor público da comarca e futuro desembargador da Relação de Pernambuco, é cunhado e ao mesmo tempo genro do major Joaquim Gomes da Silva, influência política do partido liberal. Os mesmos se reelegem em 1862, mas não retornam em 1864. Contudo, Areia não deixa de mandar representantes à Assembléia nessa legislatura. Surge agora um nome novo e de futuro na política da Paraíba, Abdon Felinto Milanez, ao lado de outro já conhecido, Crispim de Miranda Henriques. Abdon reelege-se em 1866 e 1868, passando daí por diante a morar na capital da província, como diretor da saúde pública. Em 1864, José da Costa Machado, o môço, elege-se outra vez deputado geral, após o que se entrega ao exercício de suas funções como inspetor da alfândega. Joaquim da Silva, que já estava se tornando um nome remoto, volta à Assembléia em 1868 e José Evaristo na legislatura de 1870. Em 1872 e 1874, ressurge Crispim de Miranda Henriques, neste último ano acompanhado do padre Luis Cavalcante de Albuquerque Buriti, filho do Dr. Buriti.

Em três anos seguidos, 1871, 1872 e 1873, José Evaristo assume o govêrno da Paraíba, na qualidade de vice-presidente, permanencendo da primeira vez seis meses, da segunda dois e da terceira um, no exercício da administração.

A partir de então vai enfraquecendo a representação de Areia na Assembléia Provincial. Em 1876, tomam assento, em suas cadeiras, um agricultor e um comerciante — Virgínio Virgulino Cavalcante de Albuquerque e Hermínio Melquiano da Silva Ramos. Nesse ano José Evaristo é eleito deputado geral e em 1878 quem se elege para a Câmara Nacional é seu colega Dr. Abdon Milanez. Ainda em 1878, Areia manda para a Assembléia dois novos, que não evoluem em política: Dr. Luís Vicente Borges Filho e padre Manuel Correia de Sousa Lima. Na legislatura de 1880

aparece apenas Padre Manuel Correia de Sousa Lima, e na de 1882 é a vez de Bento Correia Lima Neto, que faleceu no ano seguinte. Por último, em 1888, para encerrar o período monárquico, elege-se deputado provincial Manuel Gomes da Cunha Melo, cunhado do Dr. Cunha Lima. Manuel Gomes, mais conhecido por Maneco da Jussara, já fôra presidente do Conselho e delegado de polícia em Areia.

Quanto à representação nacional, José Evaristo se reelege deputado em 1882 e fica ocupando a cadeira que tem na Câmara até o fim do Império. Faleceu na infância da República, a 16 de julho de 1892, com 64 anos de idade, quando modestamente exercia as funções de diretor dos Correios. Nascido em 1828 e formado em medicina em 1852, foi deputado provincial e deputado geral em diversas legislaturas, presidente da província três vêzes, diretor da instrução pública, inspetor de higiene, inspetor do tesouro e finalmente diretor dos correios. Em tôdas as funções exercidas se houve com honra e dignidade, tanto que, ao morrer, o único patrimônio que deixou à família foi um nome limpo e inatacável, acatado inclusive pelos próprios adversários. Foi comendador da Ordem de Cristo e Oficial da Imperial Ordem da Rosa, tendo sido, ainda, durante longos anos de sua vida, médico da pobreza e um dos esteios do partido conservador, ao lado do Barão de Abiaí.

Na República, durante mais de vinte anos, os areienses tiveram magna parte em todos os lances políticos ocorridos no Estado. Quando Venâncio Neiva assumiu o govêrno da Paraíba, em dezembro de 1889, seu chefe de polícia — Coelho Lisboa — areiense dos mais ilustres, fôra imposto pelo govêrno federal, que o nomeou à revelia do governador. Coelho Lisboa, por inspiração de Aristides Lôbo — Ministro da Justiça, — tinha a incumbência de organizar a seu modo a política do Estado. Mas não tardou em romper com Venâncio, por causa da oligarquia dos Neiva,

que se implantava na Paraíba. A pedido do governador, foi demitido do cargo pelo fato de ter aberto inquérito para apurar a responsabilidade de parentes do chefe do Estado, comprometidos em fraudes praticadas nos correios. Já então o Ministro da Justiça era Campos Sales, que confessou seu equívoco na demissão, dizendo ignorar que João Coelho Gonçalves Lisboa fôsse o mesmo Coelho Lisboa da propaganda republicana. Ao demitido foi dado como substituto outro areiense de temperamento impetuoso — Dr. José Antônio Maria da Cunha Lima — que fechou os olhos aos escândalos dos correios, embora viesse a romper mais tarde com Venâncio por outros motivos.

Convocada a Constituinte Nacional de 91, vê-se figurando entre os deputados eleitos pela Paraíba um areiense que nunca fôra político — Pedro Américo de Figueiredo — mas que era um nome glorificado no mundo das artes. No que toca à primeira Constituinte Estadual, muito fraca foi a contribuição numérica de Areia para sua composição. Apenas um deputado — Francisco Xavier Júnior — que não era político, embora um nome consagrado de educador.

Com a ascensão de Floriano Peixoto à presidência da República, Venâncio é deposto do govêrno da Paraíba, em dezembro de 1891, por influência, segundo dizem, de Coelho Lisboa, amigo do marechal de ferro. Foi substituído por Álvaro Machado, major do Exército e professor da Escola Politécnica, o qual estava na Bahia, quando recebeu ordem telegráfica de Floriano para tomar posse do govêrno de seu Estado.

Segundo voz corrente, acolhida por alguns historiadores paraibanos, Álvaro Machado teria sido indicado por seu tio Ábdon Milanez, que se fizera amigo de Floriano, desde quando êste estivera na Paraíba, em 1886, a serviço do Exército. No entanto, Coelho Lisboa contesta essa versão, no que, aliás, não foi contraditado, quando afirmou, reiteradamente, em discursos no Senado, que o candidato de

Ábdon era Moreira Lima. E acrescenta que, consultado por Floriano a respeito de tal candidatura, manifestou-se contra, tendo assumido nessa oportunidade a paternidade do nome de Álvaro, seu conterrâneo e companheiro de mocidade. (²)

Deposto Venâncio em dezembro de 1891, assumiu o govêrno da Paraíba, em caráter provisório, uma junta governativa, presidida pelo coronel Savaget. A essa altura, como estivesse demorando a nomeação do governador, a agitação política ia ganhando terreno no interior do Estado, principalmente na zona do Brejo, irradiada de Areia. Dr. Cunha Lima e seu cunhado Maneco, à frente de um grupo de homens armados, depuseram as Intendências de Areia, Alagoa Nova e Alagoa Grande, ameaçando marchar contra a junta governativa da Paraíba. O telégrafo bombardeava notícias alarmantes para o Rio, anunciando que o grupo armado se compunha de 1.800 homens, quando na realidade não chegava a uma centena, sem que tivesse havido disparo de um tiro. Enfim, tudo serenou, inclusive o exagêro do noticiário telegráfico, assim que Álvaro Machado, embora sem título de nomeação, assumiu o govêrno da Paraíba a 18 de fevereiro de 1892. Investiu-se no cargo em virtude de uma aclamação, que se reputou desnecessária e ridícula. (³)

A primeira Constituinte da Paraíba, convocada por Venâncio, foi dissolvida, em conseqüência do golpe de Estado, e eleita outra da qual faziam parte os areienses Valfredo Leal, Cunha Lima e Prudêncio Milanez, tendo êste último renunciado ao mandato.

Político hábil e dissimulado, Álvaro organiza o partido republicano na Paraíba, do qual se torna chefe supremo e domina a situação durante vinte anos. Distingue o Dr. José Evaristo como membro da comissão incumbida

---

(²) *Problemas Urgentes*, pág. 35.

(³) CELSO MARIZ — *Apanhados Históricos*, pág. 300.

de indicar candidatos às eleições, mas pouco tempo sobrevive ao novo estado de coisas o velho político do Império, já cansado de tantas lutas e ainda obrigado a exercer um modesto emprêgo para garantia da própria subsistência.

Promulgada a Constituição paraibana, Álvaro é eleito presidente, por quatro anos, a terminar em 22 de outubro de 1896, tendo por companheiro de chapa, na vice-presidência, seu conterrâneo Monsenhor Valfredo Leal, então vigário de Guarabira.

Nas eleições para representação federal, realizadas em 1894, o partido elege os areienses Coelho Lisboa e Cunha Lima para deputados e Ábdon Milanez para senador. Em julho de 1896, Álvaro renuncia ao govêrno para candidatar-se ao Senado, passando a administração do Estado a Valfredo, que a transmite no fim do exercício a Gama e Melo, eleito presidente. Valfredo já estivera por três vêzes no exercício da presidência, em virtude de periódicas viagens de Álvaro ao Rio.

A administração de Álvaro Machado foi honesta e proveitosa para o futuro da Paraíba, segundo o depoimento do mais rancoroso e infatigável de todos os seus inimigos políticos. É o senador Coelho Lisboa quem proclama essa verdade, em meio a ataques violentos, por vêzes injustos, após haver rompido com o chefe da política paraibana. [1]

Ainda nas graças do govêrno, Coelho Lisboa é reeleito deputado federal em 1897. A êsse tempo, Cunha Lima já estava desentendido com Álvaro, ligado de novo à facção de Venâncio, em cujas fileiras fica retido por duros anos de ostracismo. Valfredo vai para a Assembléia Legislativa, de onde se encaminha ao parlamento nacional. A Gama e Melo sucede no govêrno José Peregrino, que tem como vice-presidente Afonso Machado, irmão de Álvaro Machado.

---

[1] *Problemas Urgentes*, pág. 196.

No govêrno José Peregrino, 1900-1904, seu braço forte é o chefe de polícia Simeão Leal. De tal modo o jovem areiense atuou na política que logo adquire cotação para suceder ao presidente, sendo dêste o preferido. Mas Álvaro, que não fôra consultado nem estava de acôrdo, corre à Paraíba e ao cabo de muitos colóquios com amigos e correligionários candidata-se ao govêrno, sendo eleito pela segunda vez. Sua vitória só não foi completa porque teve de aceitar por companheiro de chapa, na vice-presidência, Simeão Leal, que era para êle um cravo no sapato. Contudo, achou jeito de resolver os planos que tinha em mente, sem desavenças políticas. Para sua vaga no Senado foi Valfredo Leal, que era de todos os seus amigos o único com quem fazia liga inquebrantável. Simeão Leal, acedendo aos interêsses do jôgo político, renunciou à vice-presidência para eleger-se deputado à cadeira que fôra de Valfredo, enquanto êste, já senador, volta ao Estado para candidatar-se ao lugar de vice-presidente, deixado por Simeão.

Era a época dos conchavos políticos, das eleições a bico de pena. As urnas naquele tempo assemelhavam-se a uma cartola de mágico, do fundo da qual o nigromante, num passe de escamoteação, só tirava os candidatos de sua preferência. Foi calcando a Constituição aos pés que Álvaro fêz eleger Valfredo seu substituto imediato. No ano seguinte, 1905, com apenas um ano de exercício na administração do Estado, eis que renuncia ao mandato para eleger-se senador, passando então o govêrno a Valfredo Leal, que se mantém no pôsto até o fim do exercício.

O sucessor de Valfredo é João Machado, irmão de Álvaro, que governa a Paraíba de 1908 a 1912. Por causa dessa eleição dá-se o rompimento de Coelho Lisboa, que também pretendia o govêrno da Paraíba. No Senado, os dois areienses não mais se entendem. Coelho Lisboa, tribuno vigoroso, de grandes recursos oratórios e tempera-

mento arrebatado, inflama-se, numa campanha sem trégua e sem complacência, contra Álvaro e sua política oligárquica no Estado. Álvaro mostra-se timorato diante do impetuoso adversário, fugindo mesmo de defrontar-se com êle.

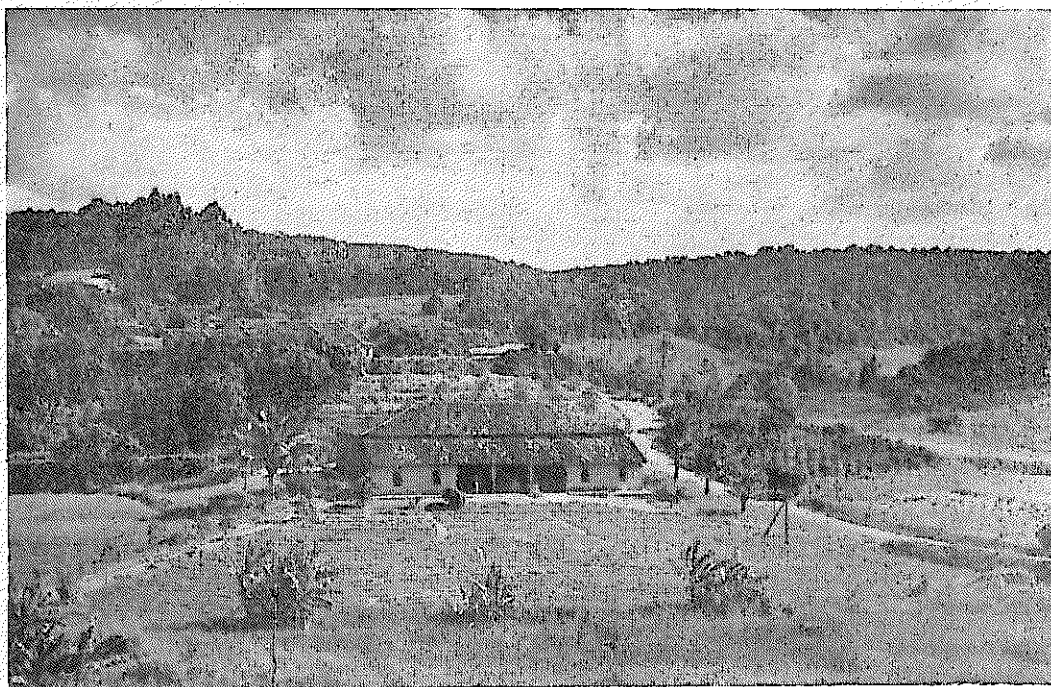
A êsse tempo, na representação da Câmara, contam-se dois areienses: Simeão Leal e Prudêncio Milanez. O primeiro, pela irradiação de seu prestígio pessoal, mantém-se na posse da cadeira, em sucessivas reeleições, até sua morte, ocorrida a 13 de novembro de 1921, enquanto o segundo só existe politicamente porque é primo do chefe, que o sustenta em memória do tio Abdon Milanez.

Álvaro Machado, primeiro presidente constitucional da Paraíba e chefe do partido republicano, teve sua posição consolidada na política do Estado até quando faleceu a 30 de janeiro de 1912. Após sua morte, o comando do situacionismo paraibano passou às mãos de Valfredo Leal, mas em 1915 Epitácio Pessoa arrebatou-lhe êsse domínio. Com a inauguração do novo quadro político, Cunha Lima ressurge do ostracismo em que vivera durante vinte anos no Mundo Novo e passa a ter assento na Câmara dos Deputados. Otacílio de Albuquerque, que já era um nome feito na imprensa e na tribuna, com passagem pelas prefeituras de Areia e da capital, líder do govêrno na Assembléia Legislativa, acompanha Epitácio e é com grande brilho que representa a Paraíba no Parlamento Nacional, de 1915 a 1926.

Dos cinco deputados que a Paraíba tinha então na Câmara Federal, três são de Areia: Otacílio de Albuquerque, Cunha Lima e Simeão Leal, mas entre êles não há liga nem entendimento político, cada qual com seu grupo na terra comum, afora os grupos de Valfredo e dos novos que surgem. [5]

---

[5] As tricas políticas de Areia vão desenvolvidas mais adiante no Capítulo — Terra de Ninguém.

A revolução de 1930 acarreta modificações profundas no panorama politico nacional. A Paraiba está presente a êsse movimento desde seus pródromos. E Areia tem a honra de haver contribuido para a vitória da causa com a participação de um filho de consagrado valor — José Américo de Almeida — que é menos dela que do Brasil. Por duas vêzes o eminente areiense assume o govêrno de seu Estado, a primeira em 1930, na fase da revolução, a segunda em 1951, como governador constitucional.

Engenho da Várzea, hoje Escola de Agronomia do Nordeste

REBELIÃO PRAIEIRA

Uma luta armada que começou no Recife e terminou em Areia. Ainda desta vez o rastilho de pólvora vem de Pernambuco, lançado pelos liberais, que correm às armas em 1848, por motivos políticos, de feição òbviamente local.

Areia nada tinha com a rebelião e estava em calma desde os memoráveis acontecimentos da Confederação do Equador, já um tanto remotos, pois eram decorridos 24 anos de sua irrupção.

Os deputados da bancada pernambucana Nunes Machado, Peixoto de Brito, Vilela Tavares, Lopes Neto e outros lançam manifesto contra a mudança política que se operara no país a 29 de setembro de 1848, em virtude da qual o partido liberal fôra apeado do poder, com ascensão do conservador. Nesse manifesto proclamam a necessidade da convocação de uma constituinte para reforma da Carta do Império, mas na realidade o que êles estavam querendo, de imediato, era a deposição do presidente da província — Herculano Ferreira Pena — para recuperação do poder pelo partido liberal.

Quatro meses após a subida da chamada política saquarema, o sangue brasileiro tingia o solo pernambucano, nos campos de Mussupinho e o paraibano, na serra da Borborema. Em novembro, a revolta já estava na rua. A coluna rebelde, acampada em Água Preta, fazia escaramuças por vilas e povoações do interior, com o objetivo de re-

forçar seus contingentes e obrigar o govêrno a dispersar fôrças por diversas localidades da província. Ferem-se os combates de Maricota, de Catucá, de Mussupinho, não contadas as surtidas em Goiana e Pedras de Fogo. Chefiadas pelos deputados já referidos, as fôrças rebeldes contavam ainda com figuras prestigiosas do partido liberal, em cujo rol se enfileiravam Pedro Ivo, João Roma, Manuel Pereira de Morais e o fogoso tribuno paraibano Antônio Borges da Fonseca. (1)

Chamava-se rebelião praieira por causa do clube que seus protagonistas tinham no Recife, à Rua da Praia, no qual fomentaram a conspiração contra o govêrno local. Na Paraíba, por onde o movimento se alastrou, já na fase final, tomou o nome de rebelião de Morais ou guerra do Morais, denominação dada pelo povo em honra a seu chefe Manuel Pereira de Morais, comandante superior da guarda nacional de Iguaraçu, senhor do engenho Inhaman, conhecido também por Morais de Inhaman.

A 2 de fevereiro de 1849, depois de manobras estratégicas no sentido de atrair ao interior o exército do general Coelho, a coluna rebelde ataca Recife, em combate sangrento, de conseqüências desfavoráveis para os atacantes. Nessa batalha perde a vida o deputado Nunes Machado, expoente da rebelião, sofrendo ainda os revoltosos consideráveis baixas, estimadas em 200 mortos e 400 feridos e prisioneiros. (2)

Após o desastre, refluem os rebeldes para o interior, divididos agora em duas colunas. Uma, menos numerosa, comandada por Pedro Ivo, toma o rumo sul, em demanda de Alagoas, rompendo caminho em operações de guerri-

---

(1) Borges da Fonseca nasceu na Paraíba, formou-se na Alemanha e exerceu a advocacia em sua província natal e no Recife. Republicano ardoroso, desde sua mocidade, foi também jornalista, orador e revolucionário. Faleceu em 1872, com 64 anos de idade.

(2) Melo Rêgo — *Rebelião Praieira*.

lha. A outra marcha sôbre a Paraíba, depois de atravessar Iguaraçu, Goiana, Itambé, perseguida de perto pela fôrça pernambucana do tenente-coronel Feliciano Falcão.

A coluna que penetra a Paraíba está sob o comando de Manuel Pereira de Morais, cuja graduação não permite seja comandado. A seu lado, militam chefes valorosos, como Peixoto de Brito, ex-governador de Alagoas, João Roma e Borges da Fonseca. A colaboração de Borges da Fonseca, desde a primeira hora a serviço dos praieiros, foi das mais valiosas. Dez anos antes, êsse irrequieto paraibano encabeçara um malogrado levante na Paraíba contra o vice-presidente Trajano Chacon, a fim de colocar no govêrno seu correligionário Lôbo de Miranda, do partido liberal.

Em Goiana, os rebeldes tomam a cidade e aprisionam a guarnição local. Trava-se no dia seguinte o célebre combate de Pau Amarelo, em que as fôrças legais não levaram a melhor, embora ocasionassem inestimáveis perdas aos revoltosos, inclusive ferimento grave em João Roma. Nesse combate que durou 12 horas as fôrças do govêrno sofreram 39 baixas, com oito mortos e 31 feridos.

Ao correr a notícia de que os rebeldes haviam entrado em território paraibano, enche-se de pânico a capital da província, receosa de ser acometida. O govêrno mandara cêrca de 400 praças em auxílio das fôrças legais que operavam em Pernambuco, deixando pràticamente desguarnecida a cidade. Apenas 30 praças de linha e 15 de polícia guardavam a capital, não contada a guarda nacional, cuja firmeza na luta era sabidamente duvidosa.

Famílias abandonam as casas, refugiando-se nas praias, até mesmo nos matos, enquanto o próprio presidente João Antônio de Vasconcelos concorre para aumentar o sobressalto da população, com suas precipitadas providências de remoção dos valores do erário para o brigue de guerra

"Andorinha", ancorado no pôrto de Cabedelo. Tamanho era seu temor, já por fraqueza de espírito, já porque nomeado pelo gabinete liberal se passara pressuroso para o conservador, que, diante da perigosa situação esboçada, deu ordens ao chefe de polícia no sentido de varejar os estabelecimentos comerciais e depósitos particulares, a fim de lançar ao mar a pólvora que encontrasse, visando com essa medida desarmar os rebeldes, na hipótese de invasão da capital. Além do mais, estava cautelosamente preparado para a fuga, com um cavalo selado na estribaria do palácio. (3)

A 14 de fevereiro a coluna rebelde acampa em Mogeiro, e a 15 entra em Itabaiana. Não sabendo o govêrno qual o destino que a mesma vai tomar, manda às pressas um emissário ao Dr. Maximiano Lopes Machado, juiz municipal e ao mesmo tempo delegado de polícia de Areia, com instruções para defender a cidade com granadeiros e mais gente que possa armar, advertindo-o, ainda, que fica "responsável por qualquer omissão". (4)

O mensageiro levava também ofício para o tenente-coronel José André Pereira de Albuquerque, da vila de Campina Grande, prevenindo-o da marcha dos acontecimentos, sem contudo responsabilizá-lo por qualquer omissão. Êsse ofício foi interceptado pelos chefes liberais de Areia. (5)

Conquanto estivessem os revoltosos bem próximos da capital e nela pudessem entrar sem necessidade de queimar

---

(3) Maximiano Machado — *Quadros da Revolta Praieira na Província da Paraíba*, pág. 92.

(4) Eis o ofício do presidente Vasconcelos, datado de 15 de fevereiro: — "Constando que os rebeldes de Pernambuco entraram na nossa província, na povoação de Itabaiana, podendo acontecer que vão a essa cidade, Vm. faça reunir logo por prevenção o número de pessoas que puder, e repila a agressão dos mesmos rebeldes para que de maneira alguma encontrem apoio nessa cidade, ou em outro qualquer ponto, certo de que é responsável por qualquer omissão".

(5) Maximiliano Machado, ob cit.

escorva, não tomam o caminho dessa cidade. Sabiam que fácil seria a entrada, mas difícil a saída, pois contra a mesma cidade marchava o coronel Falcão com o 5.º de fuzileiros, o 6.º de caçadores e o 2.º de artilharia, levando mais uma bôca de fogo. Eis porque resolveram atrair o inimigo para o centro, onde mais depressa pudessem batê-lo. Nenhuma localidade se oferecia em melhores condições estratégicas do que Areia, não só por sua posição topográfica, às fraldas da Borborema, como pelos expressivos valores humanos que lá contava o partido liberal.

De Mogeiro os rebeldes enviam um próprio a Areia, com mensagem ao Dr. Maximiano Machado, participando do designio em que estavam de ocupar a cidade, ao mesmo tempo que solicitavam coadjuvação dos correligionários "para a causa da liberdade". A presença dêsse mensageiro em Areia coincidiu com a do enviado pelo presidente Vasconcelos, ambos chegados no mesmo dia, a 17 de fevereiro. Nesse mesmo dia, os praieiros acampavam em Alagoa Grande, a três léguas de Areia, enviando logo a parlamentar com os liberais areienses dois destacados cabeças da insurreição — Borges da Fonseca e Manuel da Costa Alecrim.

Os liberais de Areia já estavam determinados a participar da luta armada, sem medir as conseqüências da atitude que tomavam. Só por idealismo partidário se explica a temeridade daquela determinação, que expunha aos azares de uma cartada perigosa figuras do mais alto conceito e prestígio local, como Maximiano Lopes Machado, juiz, delegado de polícia e ao mesmo tempo deputado provincial, cargos e funções que exercia cumulativamente, Joaquim José dos Santos Leal, político de influência, tenente-coronel no pôsto de comandante superior da guarda nacional, major Joaquim Gomes da Silva, subcomandante da guarda nacional, Luís Vicente Borges, advogado, homem rico, ex-deputado em mais de uma legislatura, padre José

Genuino de Holanda Chacon, coadjutor da freguesia, sobrinho do vigário Chacon, tenente-coronel Antônio José Gonçalves de Lima, coletor das rendas gerais no município, e outros mais que aderiram de armas na mão.

A coragem com que os liberais areienses se ligam a um movimento sedicioso, já fracassado desde sua arrancada inicial, tem algo que provoca espanto e admiração. Mais ainda de admirar é que os de Pernambuco encontrassem nos de Areia a solidariedade que não tiveram na terra que deu origem ao levante.

Preparavam-se os praieiros para levantar acampamento no mesmo dia de sua chegada a Alagoa Grande, mas não puderam fazê-lo, em virtude do estado de saúde de João Roma, que se agravara em conseqüência da viagem, transportado aos trancos, sem assistência médica. Às pressas, foi chamado de Areia o facultativo Sabino Coutinho, que chegou tarde para o tratamento. João Roma faleceu à tarde do dia 17 e foi sepultado à noite na capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, lado direito do altar-mor, na antiga povoação de Alagoa Grande. Revolucionário intimorato, participara da Confederação do Equador (1824), tendo fugido para os Estados Unidos, de onde regressara em 1828 para, 20 anos depois, sacrificar-se pela rebelião praieira.

Apenas a coluna rebelde acampou em Alagoa Grande, os conservadores de Areia, chefiados por Trajano Chacon, trataram de abandonar a cidade, fugindo em grande confusão para o interior do município.

No dia seguinte, pela manhã, os guerrilheiros entram em Areia, encontrando acolhida fraterna. O quartel-general instalou-se na casa do Dr. Maximiano Machado, hospedando-se os demais oficiais da coluna nas residências do tenente-coronel Joaquim José dos Santos Leal, do advogado Luís Vicente Borges, do tenente-coronel Antônio Gonçalves Lima.

Fêz-se logo uma proclamação no sentido da revolta geral. E enquanto se tomavam as primeiras providências de defesa, despachava-se o capitão de engenheiros João Batista do Amaral e Melo para Bananeiras e Independência, a fim de provocar a sublevação em mais de um ponto da província. Se as fôrças legais não chegam tão depressa teriam encontrado o Brejo todo levantado sob a influência dos homens de Areia e, conseguintemente, deflagrada a revolta em tôda a província.

Os chefes da rebelião, sem perda de tempo, cuidam de reorganizar a coluna, cujos soldados estavam sem moral para a luta, aniquilados pela fome e pelo cansaço. Tudo tem que ser feito às carreiras, com açodamento, pois o inimigo vem no encalço, em marcha batida, com grande superioridade de armas.

Joaquim dos Santos Leal e Joaquim Gomes da Silva incorporam à tropa cem granadeiros. O areiense Francisco Romão Bezerra sai a campo, como recrutador de paisanos, fantasiado de capitão. Antônio Gonçalves de Lima assume a responsabilidade pelo pagamento dos barris de pólvora que os rebeldes adquiriram na cidade. Padre José Genuino, arrebatado de ardor patriótico pela vitória da causa liberal, encarrega-se de insuflar ânimo aos soldados e chefes da revolta. E porque Francisco Caldereiro se recusasse a fornecer uma porção de chumbo, que ocultara aos rebeldes, sua casa foi arrombada e retirado o material. Foi essa, aliás, a única violência praticada pelos revoltosos contra os adversários de Areia.

Os planos de defesa foram traçados por quem não conhecia o campo de operação, menos ainda de tática militar. Dêles se incumbiu o deputado Peixoto de Brito que, no dia seguinte, 19, saiu a fazer reconhecimento da zona para entrincheiramento dos piquetes de rebeldia em pontos avançados da cidade.

Houve êrro grave no sistema de defesa, a ponto de ficar metade da tropa pràticamente inutilizada. Uma fôrça de 120 homens foi postada na Serra Grande, por onde o adversário não passou, nem havia iminência de passar. Outra de 90 homens, na ladeira de Vaca Brava, contra possíveis ataques pelo lado de Alagoa Nova, exatamente o ponto oposto àquele de onde poderia vir o perigo. Muita gente foi ainda distribuída pelo sopé da serra, nos lugares São José, Canto, Lavapés, Macaíba, Várzea Nova e Ladeira do Tatu. Um piquete no engenho Gregório e outro no engenho Boa Vista. Tal o plano de defesa adotado por Peixoto de Brito, na abstração em que se achava desde a derrota de 2 de fevereiro e a morte recente de seu parente e amigo João Roma.

Com a dispersão desordenada da coluna, estava comprometida a defesa da cidade, cuja guarnição ficou reduzida a menos de 200 homens, em sua maioria indivíduos bisonhos. O quartel-general parecia primar por sua omissão. Na última hora, quem deu o grito de alerta contra o êrro de tática foi Borges da Fonseca, secundado por Luís Vicente Borges, duas vocações revolucionárias, ligadas ainda por vínculos de parentesco, os quais já haviam andado, antes, em conspirações contra o govêrno da Paraíba.

Embora tarde, providenciou-se o recolhimento dos piquetes avançados, que haviam sido postos em lugares inadequados. Mas as fôrças legais, a essa altura dos acontecimentos, já haviam rompido os entrincheiramentos de Gregório e Boa Vista, quase sem resistência em sua passagem. Também os espias, a serviço dos conservadores, de tudo iam informando o comando da legalidade, sendo o principal dêles Sebastião Guedes Alcoforado.

Quem conhece as posições estratégicas por onde devia passar o exército do coronel Falcão, obrigado a escalar a

serra por caminhos invios, em terreno anfratuoso, terá que admitir um preço muito alto para o rompimento das trincheiras, se estas, de fato, funcionassem.

Ao alvorecer do dia 21 de fevereiro, três dias após a chegada dos revoltosos a Areia, o exército sobe a serra da Onça, surpreendendo os dois primeiros piquetes avançados, que abandonam o campo, ao cabo de alguns disparos desordenados, no nervosismo da fuga. Em marcha acelerada, atravessa Várzea Nova e logo adiante se divide em duas alas, com objetivo de entrar na cidade por pontos diferentes, de acôrdo com a instrução dos guias a serviço dos conservadores. Uma ala consegue vencer a resistência encontrada em Macaíba, mas é barrada à entrada da Rua da Palha, de onde recua depois de nutrido fogo, sobretudo quando seu comandante — capitão João Guilherme Bruce — atingido por um tiro de raspão no frontal, foi pôsto fora de combate. A outra, fica entalada na Ladeira do Tatu, já disposta ao recuo, na impossibilidade de romper o entrincheiramento.

A êsse tempo, deu-se o inesperado. Peixoto de Brito, possuído de infundado temor, aproveita o ensejo da chegada dos destacamentos avançados e, ao invés de reforçar a frente de combate, abandona a cidade, precipitadamente, retirando-se para o sertão, com as tropas disponíveis, munição e prisioneiros trazidos de Goiana. Não lhe pesou deixar aos azares da sorte os companheiros de arma. A notícia dessa súbita retirada, na hora em que as fôrças legais começavam a fraquejar, abalou de tal modo o ânimo dos combatentes que fácil foi aos atacantes retomar as posições perdidas e ocupar a cidade. [6]

Em poucos instantes, a luta estava à altura da Rua do Grude, onde se feriu o combate final, com os revoltosos entrincheirados por trás da gameleira e da cadeia velha,

---

[6] MAXIMIANO MACHADO, ob. cit., pág. 160.

em cujos redutos dispararam os últimos cartuchos. Às quatro da tarde, depois de quase oito horas de combate, estava tomada a cidadela.

Das fôrças legais, morreram cinco soldados e um cadete, saindo feridos 38 combatentes. A coluna rebelde, de sua parte, perdeu seis homens, além de 26 que caíram prisioneiros. Ao todo, de lado a lado, entre mortos, feridos e prisioneiros, 76 baixas, não contados os feridos que os rebeldes carregaram. (7)

Daí por diante foi a debandada, o fim da rebelião. Consumada a derrota, tomaram os revoltosos o caminho do sertão, transpondo numa noite dez léguas. Na manhã do dia seguinte, chegavam a Pocinhos, carregando ainda consigo seus feridos, que eram muitos. Em Pocinhos, os chefes resolveram, em conselho, o licenciamento das tropas paraibanas, prosseguindo novamente em demanda de Pernambuco, onde tentaram continuar a luta, mas tiveram que desistir diante da realidade, que aconselhava o ensarilhamento das armas.

Nunes Machado e João Roma estavam mortos. Lopes Neto, Vilela Tavares e Pedro Ivo, prisioneiros. Em prosseguimento da luta havia sòmente Morais, Peixoto de Brito e Borges da Fonseca. Resolveram, então, os três que Borges da Fonseca voltasse à Paraíba, às ocultas, em busca de recursos para recomposição das tropas rebeldes. Quando, finalmente, o indômito paraibano retornou da missão ao acampamento rebelde já não encontrou os companheiros de derrota. Morais emigrara para os Estados Unidos e Peixoto de Brito para Portugal.

---

(7) No número dos mortos deixados pelos revolucionários estava o tenente Fabrício José do Espírito Santo, tio de Joaquim José dos Santos Leal. Fabrício, em 1824, participara da luta armada da Confederação do Equador, revelando-se destemido no combate de Itabaiana, como tenente do 6.º batalhão de milícias. Deixou um filho natural, Cândido Fabrício do Espírito Santo, que foi mestre de banda e tabelião público em Areia.

Sòzinho, acampado com um troço de homens às cabeceiras do Cabu, nas matas de Pernambuco, Borges da Fonseca pensava ainda continuar a rebelião. Mas a 30 de março foi surpreendido em sua cabana, caindo prisioneiro, juntamente com seu lugar-tenente Bento Ponteiro, que o acompanhava desde Areia, com as maiores provas de solidariedade e sacrifício.

Nem podia ser outro o desfecho melancólico da rebelião praieira, dada sua causa originária e a mediocridade com que foi conduzido o movimento. Custou ao tesouro dois mil contos de réis, perda de 850 vidas e 1.700 feridos. (8)

O eloqüente tribuno Borges da Fonseca foi dos primeiros a entrar e dos últimos a sair da luta. Sua cabeça fôra posta a prêmio pelo presidente Tosta, de Pernambuco, e quando, enfim, caiu prêso, meteram-no no porão de uma fragata, fundeada no lamarão do Recife, de onde saiu, ao cabo de bom tempo, para a cadeia, encarcerado em promiscuidade com criminosos comuns, como facínora, enquanto os outros prisioneiros, seus companheiros de derrota, gozavam de regalias na fortaleza do Brum. Depois de dez meses de cadeia, foi transportado para Fernando de Noronha, onde ficou detido até agôsto de 1852, quando foi anistiado.

Os areienses envolvidos na malograda insurreição procuraram salvar-se do naufrágio. Quase todos fugiram com a destroçada coluna para Pocinhos, de onde tomaram outros rumos.

Joaquim dos Santos Leal e seu cunhado Manuel Joaquim dos Santos Leal, disfarçados em vaqueiros, foram para sua fazenda Jandaíra, no Curimataú. Maximiano Machado, que saíra ferido da peleja, ocultou-se no engenho Pureza, em Pernambuco, onde foi prêso quatro dias depois, de

---

(8) Melo Rêgo — *Rebelião Praieira.*

ordem do presidente Vasconcelos, mas logo pôsto em liberdade, em virtude de *habeas corpus*, concedido pelo juiz Vitorino Toscano de Brito. Voltou aos sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte, onde passou oculto dois anos, correndo de um lugar para outro, até que foi anistiado em 1852. Nessa vilegiatura forçada escreveu seu primeiro livro — *Quadro da Rebelião Praieira na Província da Paraíba* — editado no Recife em 1851 — tipografia nacional, obra esgotada desde muitos anos, da qual restam raríssimos exemplares. É um livro vasado em linguagem forte, por vêzes apaixonada, reflexo natural de um espírito de revolta, excitado pela perseguição, que o transformava em vítima dos sangrentos acontecimentos. Trata-se do segundo livro sôbre a revolta praieira, porque o primeiro foi o de Urbano Sabino de Melo, a quem o autor oferece seu trabalho, remetido de Jundiaí, no Rio Grande do Norte. Maximiano recuperou-se logo cedo, por seus consagrados méritos, como jornalista, advogado, parlamentar e historiador.

Luís Vicente Borges ficou oculto em Areia, no sobrado de Francisco Jorge Tôrres, sogro de seu irmão Santos da Costa Gondim. Ali permaneceu por algum tempo, encerrado entre quatro paredes, num quarto escuro de porão, acessível apenas por um alçapão, difícil de ser localizado, colocado no pavimento superior.

Quando o exército imperial entrou em Areia excedeu-se em medidas de represália. Seu comandante — Feliciano Falcão — era homem truculento. A violência da linguagem com que se refere aos vencidos, tachando-os de bandidos, ladrões e réprobos, dignos da maldição de Deus, dá a medida de seu temperamento. Tais despropósitos de linguagem encontram-se na famosa ordem do dia, que baixou a 21 de fevereiro, transcrita na íntegra por Irineu Pinto. [9]

---

[9] *Datas e Notas para a História da Paraíba*, v. 2, pág. 191.

Mas não era só na linguagem que o desabusado cabo de guerra se mostrava prepotente. Mandou arrombar o sobrado da viúva d. Maria dos Santos Leal, mãe de Joaquim dos Santos Leal, à Rua do Sertão, a fim de instalar no prédio seu quartel-general. Também foram arrombadas e ocupadas pela soldadesca as casas de Joaquim dos Santos Leal, no Beco da Matriz, do Dr. Maximiano Machado, na Rua do Comércio, do tenente-coronel Antônio Gonçalves Lima, no Largo da Feira, do facultativo Sabino da Silva Coutinho, na Rua do Sertão, do professor Antônio Vítor Pereira da Silva, na Rua do Comércio, do ourives José Quirino Calaça Buril, na Rua do Sertão e do escrivão Antônio José Vitorino Borges, também na Rua do Sertão.

A loja de fazendas de Antônio Gonçalves Lima ficou apenas com algumas peças de chita nas prateleiras. Dentro e fora da cidade, soldados do govêrno vendiam roupas, trastes, objetos de ouro e prata, saqueados aos vencidos. Até os diademas das imagens, guardadas no oratório da veneranda viúva d. Maria dos Santos Leal, desapareceram. O côro da matriz foi convertido em hospital para os feridos, num ato de manifesta profanação ao templo.

Pessoas que nada tinham com o movimento foram prêsas, encarceradas e açoitadas. Em alguns casos, não sendo encontrado o culpado, ia o pai ou o filho em seu lugar. Foi o que aconteceu com o popular João Azul, cujo pai, quase cego, foi levado prêso para Recife e daí para a Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, de onde foi recambiado ao lar ao cabo de penosos sofrimentos.

Restabelecida a ordem, as autoridades de Areia foram tôdas substituídas. O comandante superior da guarda nacional é agora Manuel Martins Casado, delegado de polícia — Nuno Guedes de Miranda Henriques, avô do arcebispo D. Adauto, que ainda estava para nascer, juiz municipal — Dr. Crispim Antônio de Miranda Henriques, cunhado do delegado Nuno, subdelegado — José Pereira Cópque,

fazendeiro em Gruta Funda. Para o lugar de coletor das rendas gerais, antes exercido pelo tenente-coronel Antônio José Gonçalves Lima, é nomeado Joaquim José Cavalcante Souto, que dois anos mais tarde é encontrado em alcance com a fazenda provincial e demitido do cargo. O juiz de direito Delfino Angusto Cavalcante de Albuquerque é também substituído por Francisco de Assis Pereira Rocha.

Dois meses após a batalha de 21 de fevereiro, já desocupada a cidade das fôrças legais, manda o presidente Vasconcelos a seu chefe de polícia — Cláudio Manuel de Castro — que vá a Areia abrir devassa para punição dos culpados. No processo instaurado oficiou o promotor público da comarca — Dr. Manuel Correia Lima, ex-deputado provincial e político de influência no município. (10)

Ouvidas sumarissimamente as testemunhas arroladas pela Promotoria, proferiu o chefe de polícia sentença de pronúncia contra 18 denunciados envolvidos na intentona. A aligeirada sentença não se funda em razões que convençam. Parece mais um aresto de bôlso, mal adaptado ao caso, tão indigente de aspecto jurídico se apresenta, quer na exposição do fato, quer na parte conclusiva, em que inculca aos acusados a responsabilidade dos acontecimentos, sujeitando-os a prisão e julgamento.

Eis a sentença do chefe de polícia, datada de 30 de maio de 1849: "Visto êste processo de denúncia dada pelo promotor público pela conspiração, morte e ferimentos, feitos nesta cidade no dia 21 de fevereiro do corrente, depoimento de testemunhas de fls. 14 a 35, julgo procedente a denúncia e obrigo a prisão e livramento aos réus Manuel Pereira de Morais, Antônio Borges da Fonseca, João Batista do Amaral e Melo, Bento José Ferreira Ponteiro, Félix Peixoto de Brito e Melo, João Paulo Ferreira, José Venâncio Alecrim,

(10) O promotor aproveita a ocasião para denunciar como implicado na rebelião seu desafeto Francisco Romão Bezerra, com quem litigava por questões de terra.

Manuel da Costa Alecrim, Joaquim José dos Santos Leal, Maximiano Lopes Machado, Antônio José Gonçalves Lima, Luís Vicente Borges, Joaquim Gomes da Silva, padre José Genuino de Holanda Chacon, Francisco Romão Bezerra, José Alves da Trindade — conhecido por Zumba, Manuel Joaquim dos Santos Leal [11] e Félix José do Sacramento Ramos, como principais autores da conspiração, morte e ferimentos que tiveram lugar nesta cidade no dia 21 de fevereiro e constantes da parte oficial de fls. 5 e incursos por isso nas penas do art. 86, combinado com o art. 107 do Código Penal e arts. 192 e 225 do mesmo Código. O escrivão lance seus nomes no rol dos culpados e passe as ordens para serem capturados e depois de presos e intimada esta pronúncia, passados os dias do recurso, remeta imediatamente o processo para o escrivão do juiz e paguem os réus as custas em que os condeno".

De positivo, o saldo que a rebelião praieira deixou foi apenas o exemplo heróico de homens de raça, que sabiam ir ao sacrifício pela conquista de um ideal. A família Santos Leal pagou pesado tributo pela aventura de seu chefe, cujo prestígio entrou em desmoronamento desde aquêle episódio histórico.

Por mais de uma vez a polícia irrompe na fazenda Jandaira, mas Joaquim dos Santos Leal está de ôlho atento nas diligências e não se deixa apanhar, como pretendem as autoridades.

Aos poucos, os ânimos vão serenando. As autoridades fingem esquecer os pronunciados. Mas essa trégua é apenas o comêço do fim, prenúncio de uma tempestade que estava prestes a desencadear-se.

---

[11] Também conhecido por Manuel Cachimbo, primo e cunhado de Joaquim dos Santos Leal.

O CRIME DE CARLOTA

A cidade foi sacudida por dois acontecimentos sensacionais em 1849. Não havia ainda passado o choque emocional que a rebelião praieira provocara e já um fato novo, de repercussão nacional, desaba sôbre o agitado palco. A tempestade desta vez foi desencadeada por uma mulher que parece ter nascido com vocação para protagonista de tragédias.

Essa mulher — Carlota Lúcia de Brito — havia chegado a Areia na sêca de 1845, quando o Brejo transbordava de retirantes. Era uma sertaneja dotada de grande fascínio pessoal, aparentando menos de 30 anos, embora tivesse um pouco mais do que isso. Ao largar-se do sertão, trouxera consigo os salvados do flagelo, algum dinheiro, alfaias e animais de carga. Do seu passado, sabia-se apenas que era natural de Pageú de Flores e fôra casada com um fazendeiro de nome Jovino, que acabara assassinado. Se êsse fato aconteceu antes ou depois de sua arribada para o Brejo é ponto que nunca ficou esclarecido por desídia das autoridades, que deixaram de fazer o levantamento de sua vida pregressa. Também uma morte a mais ou a menos naquele aglomerado humano, que inundava o município, não iria preocupar as autoridades locais, já assoberbadas com tantos problemas decorrentes de assistência aos fla-

Casa Grande do engenho Vaca-Brava

gelados. Contudo, era versão corrente de que fôra ela a autora intelectual da morte do marido.

Como tivesse gostado da terra, nela ficou morando, acompanhada de uma filha no frescor da mocidade, já enfeitada nos encantos do sexo. Mas em beleza, a mãe parecia levar vantagem sôbre a própria filha. Êsse conceito se não estivesse repetido na tradição oral, que era a crônica viva da cidade, tinha por si a confirmação dos fatos.

Em Areia, a sertaneja conheceu o tenente-coronel Joaquim José dos Santos Leal, mais conhecido pela autonomásia de major Quinca, em quem viu um partido de encher as medidas. Sendo major Quinca um homem de influência política, já então comandante da guarda nacional e deputado à Assembléia da província, além de rico, solteiro e na fôrça de seus 35 anos de idade, nada mais natural que Carlota usasse de tôda a técnica feminina para despertar-lhe a atenção. Era uma mulher voluntariosa, que tinha confiança nos seus dotes físicos e sabia como infiltrar o fluido do amor.

Passada a sêca, fixou-se nos Cantinhos, fazendola que adquirira nos limites do agrestes com o Curimataú, em cujo [illegible]inho o major Quinca parava para descansar nas suas [illegible] e Jandaíra. Nasceu daí uma amizade que em [illegible] de cama e mesa. A antiga retirante, se [illegible]-se desolada, consolava-se agora [illegible]do nos braços do poderoso [illegible] filha Jovina com Pedro [illegible] Cantinhos foi [illegible] se enchia [illegible]

Pouco a pouco, sua influência foi crescendo e não tardou em tornar-se tão grande que os presos da cadeia, quando saiam a fazer faxina, suplicavam pelas ruas da cidade:

Rua abaixo, rua acima
Com meu chapéu de bolota,
Me solte seu major Quincas
Me valha dona Carlota! (1)

Algumas famílias de Areia, sobretudo da politica contrária, consideravam uma afronta à sociedade a presença da amante do major Quinca. Tudo, porém, corria sem novidades até que sobreveio o movimento armado da rebelião praieira, sufocado em fevereiro de 1849. Comprometido no levante, Joaquim dos Santos Leal desapareceu da cidade, indo refugiar-se em sua fazenda Jandaira. Mas à frente de seus negócios no Brejo, com zêlo e diligência de espôsa, ficou a prestimosa companheira, que se dividia entre a casa da cidade e a fazenda Jandaira, tomando a tempo e a hora tôdas as providências, até que um dia foi desfeiteada pelo Dr. Trajano Chacon, inimigo político do major Quinca.

O austero chefe do partido conservador não tolerava Carlota, a quem chamava de prostituta, já se considerando ultrajado só em morar vizinho à odiada criatura. Por mais que proibisse a espôsa de dar confiança à amante de San[illegible] Leal, as duas senhoras sempre se falavam nos encontros à porta da rua. Um dia, surpre[illegible] palestra na calçada de sua residência, [illegible] aos impropérios, sob ameaça de [illegible]

(1) Cada dia, um [illegible] cremento à cabeça [illegible] isso fazer faxina [illegible] dêste século [illegible]

gelados. Contudo, era versão corrente de que fôra ela a autora intelectual da morte do marido.

Como tivesse gostado da terra, nela ficou morando, acompanhada de uma filha no frescor da mocidade, já enfeitada nos encantos do sexo. Mas em beleza, a mãe parecia levar vantagem sôbre a própria filha. Êsse conceito se não estivesse repetido na tradição oral, que era a crônica viva da cidade, tinha por si a confirmação dos fatos.

Em Areia, a sertaneja conheceu o tenente-coronel Joaquim José dos Santos Leal, mais conhecido pela autonomásia de major Quinca, em quem viu um partido de encher as medidas. Sendo major Quinca um homem de influência política, já então comandante da guarda nacional e deputado à Assembléia da província, além de rico, solteiro e na fôrça de seus 35 anos de idade, nada mais natural que Carlota usasse de tôda a técnica feminina para despertar-lhe a atenção. Era uma mulher voluntariosa, que tinha confiança nos seus dotes físicos e sabia como infiltrar o fluido do amor.

Passada a sêca, fixou-se nos Cantinhos, fazendola que adquirira nos limites do agrestes com o Curimataú, em cujo sobradinho o major Quinca parava para descansar nas suas andanças por Jandaíra. Nasceu daí uma amizade que em pouco se tornou de cama e mesa. A antiga retirante, se motivos tinha para sentir-se desolada, consolava-se agora de todos os dissabores do passado nos braços do poderoso amante. Recuperada e feliz, casou a filha Jovina com Pedro Bezerra de Menezes e deixando o casal nos Cantinhos foi morar na cidade, em casa do major Quinca, que se enchia de prazer com a deliciosa criatura. Ali passou a ter estado, gozando o prestígio da situação que soubera conquistar.

Pouco a pouco, sua influência foi crescendo e não tardou em tornar-se tão grande que os presos da cadeia, quando saíam a fazer faxina, suplicavam pelas ruas da cidade:

Rua abaixo, rua acima
Com meu chapéu de bolota,
Me solte seu major Quincas
Me valha dona Carlota! [1]

Algumas famílias de Areia, sobretudo da política contrária, consideravam uma afronta à sociedade a presença da amante do major Quinca. Tudo, porém, corria sem novidades até que sobreveio o movimento armado da rebelião praieira, sufocado em fevereiro de 1849. Comprometido no levante, Joaquim dos Santos Leal desapareceu da cidade, indo refugiar-se em sua fazenda Jandaíra. Mas à frente de seus negócios no Brejo, com zêlo e diligência de espôsa, ficou a prestimosa companheira, que se dividia entre a casa da cidade e a fazenda Jandaíra, tomando a tempo e a hora tôdas as providências, até que um dia foi desfeiteada pelo Dr. Trajano Chacon, inimigo político do major Quinca.

O austero chefe do partido conservador não tolerava Carlota, a quem chamava de prostituta, já se considerando ultrajado só em morar vizinho à odiada criatura. Por mais que proibisse a espôsa de dar confiança à amante de Santos Leal, as duas senhoras sempre se falavam nos passageiros encontros à porta da rua. Um dia, surpreendendo-as em palestra na calçada de sua residência, correu com Carlota aos impropérios, sob ameaça de disciplina-la a rebenque

---

[1] Cada dia, um prêso saía escoltado com um barril de excremento à cabeça para ser despejado no monturo. Chamava-se a isso fazer faxina. Tal estado de coisas perdurou até a segunda década dêste século.

na primeira oportunidade. E no auge daquela exasperação arremessou um pontapé na inimiga jurada, que não atingiu o alvo pela agilidade da defesa.

Ali mesmo, diante da desfeita sofrida, Carlota jurou vingança. Era o instinto de fera a fervilhar no sangue da sertaneja indômita, acostumada com os de sua raça ao desfôrço das ações violentas, como medida reparadora da desonra ou da injustiça. Voltou para junto do amante em Jandaíra, determinada a satisfazer sua paixão, sem medir conseqüências.

Preparava-se Areia nesse tempo para a eleição secundária de deputado geral a realizar-se naquela comarca a 5 de setembro. Ao pleito concorreram dois candidatos de reconhecida influência política, Dr. Trajano Augusto de Holanda Chacon e tenente-coronel Joaquim José dos Santos Leal, respectivamente, pelos partidos conservador e liberal. O major Quinca foi lançado à revelia na pugna eleitoral, levando de saída duas grandes desvantagens: achar-se foragido da justiça e pertencer a um partido apeado do poder. Em Jandaíra, sentindo-se inseguro de sua posição, receoso de ser colhido pela polícia ou, talvez mesmo, envolvido nas maquinações da companheira, foi refugiar-se em São João do Cariri, onde tinha parentes por parte de sua mãe, natural daquele município.

Muito antes do pleito, Carlota já tomava providências para uma desforra pessoal, no estilo de sua terra e sua gente. Mandara chamar a Jandaira seu primo Antônio Correia, vulgo Antônio Brabo, que morava em Pageú de Flores, a quem confiou a missão de eliminar Dr. Trajano Chacon. Antônio Brabo, em nome da prima, convidou Antônio José das Virgens, por alcunha Antônio Beiju, para tomar parte na empreitada. Mas Beiju, mulato de 23 anos, que trabalhava desde menino como agregado da família Santos Leal, recusou formalmente ò convite. No dia seguinte, é a própria Carlota quem insiste com êle para a exe-

cução do serviço, prometendo-lhe recompensa em dinheiro e assegurando, com a plena fôrça de sua autoridade, que nada temesse.

Diante da influência da patroa, o mulato Beiju terminou anuindo, levado mais por obediência do que mesmo por vocação ao crime. Tudo combinado, partiram os dois mandatários de Jandaíra, bem armados e bem montados, com destino ao Brejo. Na passagem por Cantinhos, encontraram Galdino Guedes da Silva em casa de Jovina. Galdino estava a caminho de Jandaíra, mas nada sabia do plano, conquanto fôsse pessoa da confiança de Carlota. No sobradinho dos Cantinhos, onde todos dormiram, Antônio Brabo revelou a Galdino o segrêdo da viagem ao Brejo, convidando-o a aderir à causa, no que foi prontamente atendido, com aprovação plena dos donos da casa.

No outro dia saíram os três para o sítio Gruta Funda, de Manuel Joaquim dos Santos Leal, casado com uma irmã de Joaquim José dos Santos Leal, em cuja casa pernoitaram. Manuel Joaquim, mais conhecido por Manuel Cachimbo, um dos 18 pronunciados no levante da rebelião, estava também no segrêdo do negócio, articulado com Carlota. Ao receber os homens, tratou logo de ocultá-los, recomendando o máximo de cautela para não serem vistos, ao mesmo tempo que enviava um próprio à cidade a fim de saber de seu cunhado Manuel José dos Santos Leal, na intimidade Neco, se Dr. Chacon estava mesmo no lugar. Recebida a resposta afirmativa, dormiram sossegadamente, saindo no outro dia os três para o Marzagão, onde morava Galdino Guedes. No Marzagão, enquanto tomava outras providências não relacionadas com o cumprimento da missão, Galdino guardou os dois companheiros em casa de Antônio da Costa, que fôra capanga de fama no tempo de môço.

A 2 de setembro, um domingo, ao cair da tarde, partiram os três para a cidade, armados de bacamarte e faca,

portando ainda Antônio Brabo uma espada que lhe fôra dada por Manuel Cachimbo. À noite, depois de terem guardado os cavalos no sítio do Pirunga, chegaram à casa de Neco, que já os aguardava com impaciência. Cearam, dormiram e de madrugada, conduzidos por Neco, foram emboscar Dr. Chacon, que estava com a família no engenho Jaqueira, próximo à cidade. Neco os levou ao fim da Rua do Sertão, no pé da Ladeira da Volta, a pequena distância da entrada do engenho, onde os deixou escondidos, mostrando-lhes mais uma vereda por dentro do mato para quando precisassem sair. Ali ficaram até às oito horas da manhã e como o homem não passasse retiraram-se para o sítio de Neco, atrás da Rua do Pirunga, tendo antes entrado em casa de Maria Beiju para tomar um café. Nessa ocasião viram quando Dr. Chacon, montado a cavalo, subia a Ladeira da Volta em direção à cidade.

À noite, nova emboscada no mesmo local, mas já agora sem a participação de Galdino Guedes, que desistira do atentado, retornando ao Marzagão, sem mais contato dali por diante com os trabuqueiros. No entanto, por aquela emboscada frustra, terá que pagar à justiça uma pena exorbitante, com privação da liberdade pelo resto da vida. Como da primeira vez, Chacon não passou na zona perigosa, onde estava sendo esperado. Repetiu-se a tocaia na terça-feira, com o mesmo resultado negativo dos dias anteriores.

Chegava-se à quarta-feira, 5 de setembro, dia de eleição no colégio de Areia para deputado geral. O pleito correu em ordem, conhecido o resultado no mesmo dia à tarde. Trajano Augusto de Holanda Chacon Cavalcante de Albuquerque venceu Joaquim José dos Santos Leal por uma margem de 24 votos, elegendo-se também, para seu suplente, Dr. Manuel Correia Lima, promotor público da comarca, que foi, enfim, quem assumiu a cadeira.

No dia da eleição, em casa de Neco, Beiju desentendeu-se com Antônio Brabo e resolveu cair fora da sinistra empreitada. Mas Neco procurou acomodar a situação, instando junto ao mulato para que tal não fizesse, pois "ambos estavam encarregados da emprêsa e era preciso executá-la". Tanto pediu, que Beiju acedeu. Mais uma vez o desgraçado anuía em cavar com as mãos o próprio túmulo.

Regozijado com a vitória, Chacon passou o dia todo na cidade e entrou pela noite, a receber cumprimentos dos amigos, em casa de seu irmão, o vigário Chacon. Às dez horas da noite, pouco mais ou menos, montou a cavalo e partiu para o engenho, a repartir também com a espôsa a sensação de que estava possuído, por haver conquistado a cadeira de deputado geral. Ao chegar ao sopé da ladeira, próximo à entrada do engenho puxou do bôlso a caixa de rapé para saborear uma pitada. Nisto foi atingido por um tiro de bacamarte, que partira da ribanceira à esquerda, onde havia umas touceiras de bananeiras. Como estivesse a fungar, de rédeas sôltas e com o susto que tomou o cavalo, foi projetado ao chão. Ferido apenas no braço pela carga de chumbo, levantou-se rápido e saiu a correr para o lado oposto, na direção do engenho do Quebra, pertencente a Inácio Bento de Ávila Cavalcante. Enquanto corria de valado a baixo, em demanda do engenho, onde podia gritar por socorro, era perseguido à pequena distância por dois vultos, que emergiram de dentro das bananeiras. O que ia na frente — Antônio Brabo — estando com sua arma descarregada, gritou para Beiju: — "Atira no homem, que se vai embora!"

Um segundo disparo atingiu a vítima nas espáduas, levando-a de arremêsso ao solo, mas Chacon, ao levantar-se, compreendeu que era tarde de mais para escapar à sanha assassina de seus perseguidores. Vendo Antônio

Brabo chegar-se a êle, de arma branca à mão, ajoelhou-se, suplicando que o não matasse. Em resposta, o facínora desferiu-lhe quatro facadas mortais.

Sem perda de tempo, os criminosos foram buscar os cavalos que haviam deixado no sítio de Neco e partiram à tôda para Jandaíra a dar conta a Cartola do serviço executado. A meio do caminho, pararam em casa de Pedro Bezerra de Menezes, genro de Carlota que, ciente do ocorrido, tanto êle como sua mulher Jovina, deram saltos de alegria no sobradinho dos Cantinhos. Por sua vez, Carlota manifestou igual contentamento, regalada da vingança, tendo reafirmado aos sicários que "contassem com sua proteção e seu dinheiro".

Só no outro dia, às oito da manhã, é que foi descoberto o crime. Durante a noite nenhum motivo de alarme houve, tanto pelo êrmo do lugar onde ecoaram os dois tiros como pelo imprevisto do acontecimento. O vigário Chacon dormiu tranqüilamente, certo de que o irmão estava no engenho, para onde seguira na véspera. A espôsa do Dr. Chacon, conquanto preocupada com a ausência do marido, terminou conformada, na suposição de que tivesse ficado na cidade em virtude da eleição realizada naquele dia. Mas na manhã seguinte é surpreendida com a notícia de que fôra encontrado no caminho do engenho o cavalo selado.

Dado o alarme, entra a cidade em reboliço. Depois de muita batida, principalmente ao pé da ladeira, onde fôra encontrada a caixa de rapé, descobre-se a final o cadáver no valado de Inácio Bento, ajoelhado, na postura em que caíra, implorando misericórdia, aos pés do matador. Foi uma cena terrível que emocionou fundamente a população, sem discriminação de partidos. O sino da matriz não parou naquele dia de dobrar a finados, oprimindo ainda mais o ambiente com suas vibrações plangentes.

As primeiras suspeitas, por motivo de ordem política, recaem sôbre Joaquim dos Santos Leal, que os mais exaltados já falam até em eliminá-lo, como medida de represália. Outros cogitam de sua prisão, imediatamente, antes mesmo da abertura do inquérito policial. Preocupado com tais rumores, Manuel Joaquim dos Santos Leal, o já conhecido Manuel Cachimbo, despacha à tôda um próprio para prevenir a Carlota, em Jandaíra, do perigo que corre o major Quinca.

Carlota não perde tempo em mandar tirar o amigo para lugar mais seguro, incumbindo dessa tarefa os próprios Antônio Brabo e Beiju. Postos a caminho do Cariri, os mensageiros levavam carta de Manuel Joaquim e recados de Carlota, que não escrevia por ser analfabeta.

Estava major Quincas em casa de seu amigo Antônio da Costa Salgado, em São João do Cariri, quando recebeu a notícia. Achava-se também presente Antônio Gomes da Silveira, tio da viúva de Dr. Trajano Chacon. Recebendo à parte os mensageiros e surpreendido com o que acabava de acontecer, tratou de retirar-se quanto antes para Jardim do Seridó, onde iria encontrá-lo Carlota. Em verdade, êle nada tinha com o homicídio, mas é possível que não estivesse de todo alheio às maquinações de sua mulher. Faltou-lhe fôrça, porém, para repudiar a amante que o arrastava ao abismo. No conflito das idéias em que se debatia, deixou que o coração vencesse o cérebro. De um lado, a imagem da mulher amada, do outro, a circunstância de estarem envolvidos no fato delituoso seu irmão Manuel José e seu cunhado Manuel Joaquim. Por tudo isso, assumiu, embora tàcitamente, a responsabilidade do crime, não deixando, todavia, de desabafar-se para Beiju: "Aquela mulher me mata, mas o que está feito, está feito".

Na noite do homicídio, como nos dias anteriores, Neco andou cometendo tôda sorte de imprudência, a ponto de chamar sôbre si a atenção das autoridades. Saía de casa

à vista de todo mundo, acompanhado dos criminosos, até o local da emboscada. Deixava-os lá, voltava a pombear a vítima, agindo sem nenhuma precaução, até o dia em que correu a prevenir os sicários: "O homem vem aí, segurem-no"!

Neco era môço agitado, turbulento, com apenas 22 anos de idade, já casado e por coincidência casado com outra Carlota, a Carlota do Maxixe, que dêle muito breve se esquecerá. Poucos dias antes do crime, contratara dois homens para dar uma surra em Francisco Guedes, trabalho que não chegou a ser executado por motivos supervenientes, como êle próprio confessou em seu depoimento prestado à polícia. (2)

Não obstante as suspeitas que dia a dia se avolumam a seu respeito, continua obstinadamente na cidade, até que, tarde demais, resolveu retirar-se, em obediência a conselhos de sua família. Mas no momento da fuga, quando em Gruta Funda estava preparando a bagagem, em casa de sua tia Josefa dos Santos Leal, mãe de seu futuro cunhado Matias Soares, é prêso e recolhido à cadeia. Dias depois, é remetido debaixo de ferro para a Capital, de cuja cadeia se evadiu, espetacularmente, com risco da própria vida, escafedendo-se para o sertão da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Seu irmão Antônio José dos Santos Leal, conquanto nenhuma parte tivesse tomado no crime, é encarcerado na cadeia de Areia, onde ia morrendo assassinado pelo malfeitor Malunguinho, não fôsse a intervenção amiga e oportuna do carcereiro Luís Lopes Viana.

O capitão Manuel Joaquim dos Santos Leal andava oculto pelo interior do município desde os acontecimentos da rebelião praieira, em conseqüência dos quais saíra pro-

---

(2) Joaquim Franco e João Bernardo foram os capangas de que se serviu Neco para mandar exemplar Francisco Guedes, fazendeiro e comerciante estabelecido em Areia.

nunciado. Mais se agravou sua situação depois da morte do Dr. Chacon, pela colaboração que dera aos criminosos. A 24 de dezembro daquele mesmo ano, indo assistir a uma missa de natal no Moquém, em casa de pessoa amiga, caiu passado por uma bala que lhe disparara Felipe Guedes, cunhado do subdelegado José Pereira Cópque. [3]

Dessa morte violenta não tomaram conhecimento as autoridades de Areia. Mas Neco, que andava foragido pelo Seridó, mandou assassinar Felipe Guedes pelos capangas Belarmino e Joaquim Gonçalves, seus guarda-costas. Os trabuqueiros, homens do sertão, se acovardaram diante do clima do Brejo. Ao cabo de nove dias de emboscada, desapontados com o mau tempo, que os trazia entanguidos debaixo dos capotes, com tanta chuva, frio e lama, desistiram do cometimento.

As autoridades de Areia, ao mesmo tempo que fechavam os olhos aos correligionários, excediam-se em perseguição aos liberais. Era o ódio partidário dos conservadores que se punha em ação. Praticava-se uma política sem nobreza, quase de extermínio ao adversário, com vexames aos membros da família e atentados inclusive à propriedade particular. A exacerbação de ânimo andava pelas alturas, não só pela brutalidade do crime como também, e principalmente, porque a morte do Dr. Chacon se convertera em caso político. Novas feridas se abriam, fazendo

---

[3] Êsse Felipe Guedes de Brito era irmão de Francisco Guedes, contra quem Neco contratara dois homens para surrá-lo. Felipe Guedes, no tempo da rebelião praieira, atravessara com uma bala no rosto o revoltoso Manuel Gomes de Morais, quando passava por Gruta Funda, em fuga da cidade. Depois da morte de Manuel Cachimbo, Felipe Guedes aparece no Júri de Areia, não como réu, mas como jurado, participando do conselho de sentença nas condenações proferidas contra Carlota e Galdino Guedes. Manuel Joaquim deixou vários filhos na orfandade. Uma filha casou-se mais tarde com Marcolino Evaristo, irmão do Dr. José Evaristo, outra com o português Manuel João, morador no Lavapés, a terceira com um irmão de Matias Soares, pai de monsenhor Valfredo Leal, afora os filhos homens.

derramar copioso sangue, que a terra enxugava sob túmulos mal cobertos. A fúria de perseguição dava pasto a delações e atentados de tôda sorte, sobretudo da parte dos que desejavam subir na admiração e estima das autoridades constituídas.

Joaquim José dos Santos Leal, chefe de um patriciado de ilustres políticos liberais, sabidamente alheio ao crime, era caçado pelo Seridó como se caça uma fera. Numa das diligências contra êle perpetradas, escapou de ser morto por circunstâncias de ocasião. Perderam, contudo, a vida nessa emboscada um desgraçado rapazola que o acompanhava e um de seus guarda-costas, caindo ainda em poder dos perseguidores boa parte da bagagem que levava consigo. E como não houvesse verba para custeio das diligências empreendidas contra o fugitivo, o pagamento se fêz, afinal, com o produto de seu próprio gado, arrecadado e vendido de ordem das autoridades locais. De resto, para completar o quadro das violências praticadas, incendiaram sua fazenda Jandaíra.

A viúva D. Maria dos Santos Leal, vendo a desgraça cair sôbre sua casa, procurou mudar-se de Areia. Mas na hora da partida foi impedida de deixar a cidade, por imposição do delegado Nuno Guedes de Miranda Henriques. Terminou fugindo a pé, alta noite, acompanhada das filhas solteiras, até fora da cidade, onde pessoas amigas já haviam providenciado condução para levá-las a Pedras de Fogo.

Claudino José dos Santos Leal, um dos doze irmãos da malsinada família, vê-se na contingência de abandonar os estudos no quinto ano da Faculdade de Direito do Recife, a fim de assumir a direção da casa de sua mãe, já largada ao abandono. Todavia, só conseguiu aguentar-se em Areia depois das providências que achou por bem reclamar das autoridades superiores contra os abusos que ali se vinham cometendo com fôrça de destruição.

Um ano e cinco meses após o crime, isto é, a 6 de fevereiro de 1851, por sentença do delegado Nuno Guedes de Miranda Henriques, foram pronunciados os seguintes indiciados: Joaquim José dos Santos Leal, Carlota Lúcia de Brito, Manuel José dos Santos Leal, Antônio Correia, vulgo Antônio Brabo, Antônio José das Virgens, vulgo Antônio Beiju, Galdino Guedes da Silva e Antônio José da Costa.

Na época, apenas os dois últimos estavam presos. Manuel Joaquim dos Santos Leal fôra excluído do processo por ter sido assassinado. Neco e Beiju, um mês depois de proferida a sentença de pronúncia, são presos no Rio Grande do Norte e conduzidos à cadeia da capital. De Joaquim dos Santos Leal, Carlota e Antônio Brabo não havia notícias. Mas Antônio Brabo não estava longe do têrmo da culpa. Havia voltado aos limites de Areia, depois de ter andado pelos sertões de Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, sem que ninguém fôsse capaz de admiti-lo em esconderijos lindeiros.

O chefe de polícia da Paraíba, tendo em vista a sentença de pronúncia, oficiou aos colegas de tôdas as províncias do nordeste, encarecendo a captura dos culpados, cujos sinais característicos fêz seguir em nota apensa. Em cada província, êsse ofício foi retransmitido aos delegados do interior, acompanhado dos sinais fornecidos, ensejando assim a prisão de Neco e Beiju no lugar Timbaúba, no Rio Grande do Norte.

Eis que o delegado de polícia da vila de Campo Maior, no Piauí, entrou a suspeitar de um casal que havia dois meses se achava naquela localidade, sem relações de negócio e sem conhecimentos anteriores com os habitantes da terra. Chamava-se êle José Ferreira da Silva Rebêlo e ela Cândida da Cunha Cerqueira, vindos de Inhamum, com dois escravos, cargas, almocreves, dizendo-se proprie-

tários em Goiana. Os sinais coincidiam com os da nota em poder da autoridade. Ao cabo de algumas sondagens, não teve dúvida o delegado em efetuar a prisão de todos os componentes da caravana, inclusive escravos e almocreves, não conseguindo, todavia, declarações que os comprometessem, apesar dos muitos interrogatórios a que foram submetidos. Nem por isso relaxou a prisão do grupo, mas sempre suspeitoso de que eram os elementos procurados pela justiça, fêz remessa dos prêsos para a capital da província. Êsse fato aconteceu em maio de 1851, quase dois anos depois do crime.

Na capital do Piauí novas diligências foram procedidas. Rebêlo dissera ser amigo do coronel João Leite, do Piancó, e do cunhado dêste, Serafim José de Sousa Raposo, mas as autoridades apuraram que êsses senhores eram mais amigos ainda de Joaquim José dos Santos Leal. Finalmente, um outro prêso que havia na cadeia e que fôra soldado na Paraíba, destacado em Areia, reconheceu em Rebêlo e Cândida nada menos que Joaquim dos Santos Leal e Carlota Lúcia de Brito.

Restava agora a prisão de Antônio Brabo, que acompanhara Carlota até Inhamum e, retornando à Paraíba, andava oculto no vizinho município de Alagoa Nova, no lugar denominado São Gonçalo. Um escravo foragido de Manuel de Maria Rosas, também chamado Manuel, andando pelos mesmos pastos, fêz camaradagem com o criminoso nas matas da localidade. Valendo-se de uma de suas saídas em busca de alimentos, correu até Areia e comunicou o fato ao vigário Chacon. Voltou com a promessa de liberdade e outras vantagens mais se desse cabo do perigoso assassino. A dificuldade estava em encontrar o momento oportuno para agir, que nem sempre lhe parecia fácil, dada a vigilância indormida do companheiro, que se mostrava ex-

tremamente desconfiado. A 18 de setembro de 1851 fêz saltar os miolos de Antônio Brabo com violento golpe de machado, no instante em que o surpreendera dormindo. A respeito dessa morte houve um simulacro de processo no fôro de Alagoa Nova, destinado mais a excluir o criminoso abatido do procedimento criminal contra êle intentado pela justiça de Areia.

Em dezembro, recambiados da capital, chegavam os prêsos a Areia, como um nota de sensação que se contrastava com a temporada festiva da padroeira. As ruas da cidade se encheram de gente para contemplar o triste espetáculo. Joaquim dos Santos Leal entrava escoltado nas condições mais humilhantes. Vinha algemado, as pernas amarradas por baixo da barriga do cavalo, vergado sôbre o arção da sela ao pêso atmosférico que lhe esmagava a alma. Assim subiu a Rua do Bonito, atravessou o Bêco do Jorge, seguiu pela Rua do Comércio, Largo da Feira, Rua do Rosário, até o pátio da cadeia velha. Atrás dêle, em idênticas condições, os outros presos, Neco, Beiju, Galdino, Carlota e Antônio da Costa. Para um homem do quilate moral do major Quinca, a degradação daquela entrada na cidade natal, onde fôra chefe político, comandante da guarda nacional, respeitado de todos, equivalia à pior das condenações.

Passada a festa da padroeira, instalou-se a sessão do Júri, presidida pelo juiz de direito Francisco de Assis Pereira Rocha, na acusação o promotor público Manuel de Sousa Garcia e na defesa o advogado Manuel de Aragão e Melo. Os réus foram julgados separadamente. Galdino Guedes da Silva, em primeiro lugar, no dia 11 de dezembro de 1851, condenado a galés perpétua, só pelo fato de ter acompanhado os criminosos na emboscada malograda da primeira noite, de que se apartou em tempo, tocado pelo

arrependimento. Carlota e Beiju foram condenados à morte. Neco, a 23 anos e quatro meses de prisão. Joaquim dos Santos Leal, a 20 anos de galés. Antônio José da Costa, acusado de ter dado asilo aos criminosos, no Marzagão, foi absolvido.

Perante o tribunal do Júri, Joaquim dos Santos Leal, na maneira firme, cortês e incisiva com que respondeu ao interrogatório, mostrou os restos de sua dignidade. Negou sua participação no crime, frisando que era inocente e que a imputação que se lhe atribuia só podia ter explicação no fato de ser êle uma influência política decaída. Acentuou mais que os jurados que compunham o conselho de sentença o conheciam de perto, não ignoravam sua conduta, devendo estar aptos para julgá-lo, para fazer-lhe justiça, pois fôra nascido e criado naquele município. [4]

De tôdas as decisões condenatórias houve apelação para a Relação de Pernambuco, em cuja superior instância funcionou como advogado dos réus Trigo de Loureiro, lente da Faculdade de Direito do Recife. A Relação anulou o julgamento, sob fundamento de ter-se dado no processo a incompetência do juiz municipal suplente, Manuel José da Silva, que sustentara a pronúncia. O competente seria Manuel José Borges, casado com uma irmã de Joaquim José dos Santos Leal, que tendo se declarado suspeito não jurara suspeição, com declaração de motivos.

Entre o primeiro e o segundo julgamento, enquanto se aguardava o pronunciamento do Tribunal, os réus foram

---

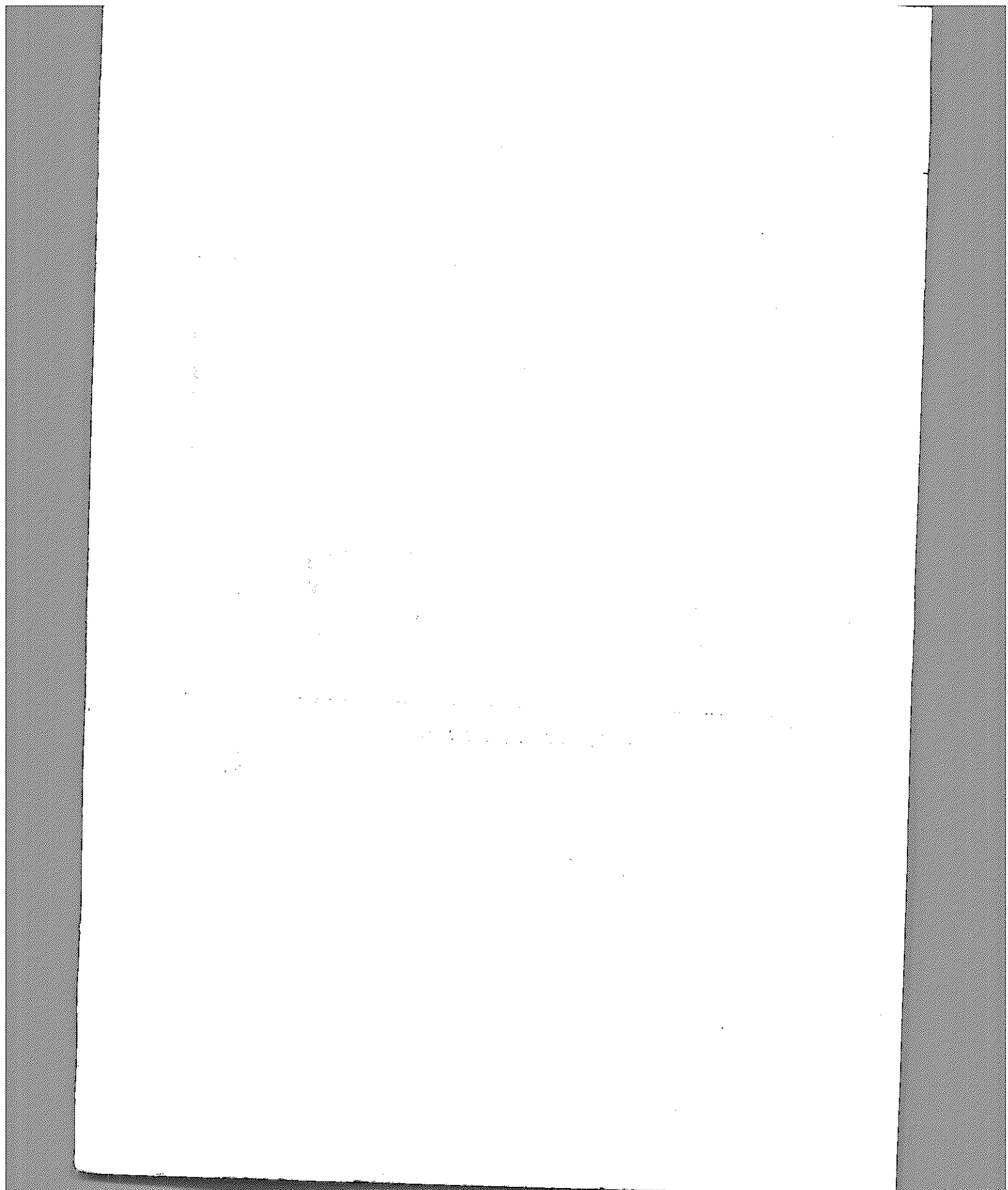
(4) Os jurados a que se referia o acusado e que o condenaram por nove votos contra três, eram os seguintes: Dr. Luís Cavalcante de Albuquerque Buriti, Bento Correia Lima Júnior, Daniel Eduardo de Figueiredo, José Cavalcante de Albuquerque, Amaro Gomes Coutinho, Alexandre Guedes Alcoforado, João de Melo Azevedo, João Barbosa de Melo, Joaquim Enéas Cavalcante, Tomás Ferreira de Melo, José Severino da Silva e Antônio Dias Pereira da Silva.

removidos para a capital, ficando recolhidos à cadeia Carlota, Beiju e Galdino. Joaquim e Manuel dos Santos Leal foram para o quartel da fôrça de linha, em virtude das patentes que lhes asseguravam a regalia de prisão especial.

Em abril de 1853, novo julgamento dos réus pelo Júri de Areia. Repetiu-se a cena melodramática da chegada, com o mesmo aparato da anterior. A sessão do Júri estava convocada para maio, mas foi antecipada extraordinàriamente, por constar um plano de evasão dos presos, que o promotor público alegara ter sido descoberto pelas autoridades. Contra essa convocação extraordinária formulou protestos veementes o advogado Aragão e Melo, que levantou sem êxito a preliminar de nulidade do julgamento.

Na tribuna da acusação está agora o promotor público Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, depois Visconde de Cavalcante, que renhida e brilhantemente se bate com Aragão e Melo. De nada valem, porém, argumentos jurídicos, prova dos autos ou exploração do patético para jurados que votavam na conformidade da disciplina partidária. Do processo constava apenas o depoimento de uma única testemunha, uma escrava que nada sabia do fato delituoso, menos ainda de sua autoria. O resto eram interrogatórios dos acusados, só isso e nada mais. Mas os jurados, fiéis aos compromissos políticos, reeditam as condenações anteriores, salvo no caso de Carlota que, condenada da primeira vez à morte, tem agora sua pena modificada para prisão perpétua.

Vale salientar que nesse segundo julgamento os jurados vão ao ponto de querer aplicar em Joaquim dos Santos Leal, contra quem não pesava a menor acusação, nem mesmo referência dos acusados, a pena de galés perpétua e, assim deliberaram por oito votos contra quatro, mas o honrado juiz Francisco de Assis Pereira Rocha decide na

Aspecto da Praça 3 de Maio

sentença que o réu não fôra qualificado como autor e sim como cúmplice, pelo que deixava de aplicar a pena imposta, condenando-o a 20 anos de galés. (5)

Embora o Júri tivesse agido em função do critério partidário, ainda assim as decisões proferidas não agradaram ao situacionismo. A linha política do partido não tinha limites quando se tratava de oprimir adversários, sobretudo num caso como aquêle, convertido desde os primeiros dias em crime político. Atribuia-se aos esforços dos réus, seu poderio e riqueza, a condescendência das condenações, que estavam a significar compadecimento com os decaídos. O próprio presidente da província, em relatórios produzidos a respeito do fato, não foge ao juizo que nasce da paixão política, quando se refere ao desagravo da justiça contra as influências do dinheiro, da família, da amizade e da proteção.

No dia em que o infeliz Antônio José das Virgens se submete a julgamento quem preside a reunião do Júri é o juiz substituto Fausto Benjamim da Cruz Gouveia, que foi quem lavrou a sentença de morte, proferida por onze votos contra um. O conselho de sentença ficou composto de Augusto Clementino de Almeida Albuquerque, José Joaquim de Carvalho, Manuel Nogueira de Carvalho, José Severino da Silva, Alexandre de Sousa Barros, Antônio de

---

(5) Eis a sentença proferida a 22 de abril de 1853: "À vista da decisão do Júri e considerando que o réu Joaquim José dos Santos Leal fôsse qualificado como autor do crime lhe seria imposta a pena de galés perpétua (Cód. Crim., art. 332 e Regulamento de 31 de janeiro de 1842, art. 383), entendo que sendo julgado cúmplice, como foi, não deve sofrer aquela pena, por isso o condeno a 20 anos de galés, grau médio do. art. 192, combinado com o arts. 34 e 35 do Código Criminal e nas custas". Os jurados que no caso compunham o conselho de sentença eram os seguintes: Jerônimo José César de Melo, Carlos Bezerra do Vale, Antônio de Barros Carvalho, Joaquim José Enrique da Silva, Manuel Francisco Alves Gama, Silvano José de Oliveira, José Soares Pereira, João Carlos de Almeida, Alexandre de Sousa Barros, João Agostinho do Amparo, Jerônimo de Faria Jurema e Francisco Cavalcante de Albuquerque.

Barros Correia, Jerônimo César de Melo, Tomás de Aquino Pereira, Antônio da Costa Lira, Francisco Xavier de Melo, José da Costa Lira e Teotônio Guedes de Moura. [6]

Inconformada com a decisão do Júri, a defesa interpõe apelação de todos os julgamentos, mas em dezembro do mesmo ano a Relação de Pernambuco confirmou as sentenças condenatórias. Em conseqüência, os réus foram cumprir pena no presídio de Fernando de Noronha.

Da sentença de morte contra Beiju houve apêlo para o imperador, que era a última instância nas penas capitais. Geralmente, o monarca comutava em galés perpétua as penas de morte, até mesmo em casos de maior responsabilidade criminal, pois era conhecida em todo o país sua magnanimidade. Mas para que o desgraçado Beiju não fôsse julgado digno de sua imperial clemência, a família Chacon não sossega de tomar providências, muitas das quais inspiradas em sentimentos de vingança.

Dêste modo, antes que fôsse tarde de mais, o padre Antônio Chacon, vigário de Pilar, irmão do padre Francisco Chacon, vigário de Areia, embarcou para o Rio de Janeiro, levando consigo cópia do processo e como documento de irrecusável valor probante e não menor impressão visual a camisa ensanguentada do morto, que era guardada como relíquia intocável. Na Côrte, tanto forcejou que conseguiu chegar à presença do imperador, perante quem exibe a camisa do desventurado irmão, numa rogativa piedosa pela justiça implacável.

O caso demora a ser julgado, mas durante o longo compasso de espera não cessa a vigilância dos acusadores. Só ao cabo de seis anos é que o imperador, contrariando as normas de seu proceder, decidiu, afinal, que o réu Antô-

---

(6) Teotônio Guedes de Moura, posteriormente comendador da Ordem de Cristo, é irmão de Felipe Guedes de Brito, que foi quem matou Manuel Joaquim dos Santos Leal.

nio José das Virgens não era digno de sua imperial clemência. A decisão foi dada a 20 de março de 1860 e recebida a comunicação pelo govêrno da Paraíba 21 dias depois, a 11 de abril. Assim, em execução da sentença, vai o infeliz condenado subir à fôrca, não em desagravo da sociedade, mas à saciedade dos que tinham fome e sêde de vingança, pensando que era justiça. O monstruoso ato praticado em nome da lei oprimiu a sociedade mais do que a morte trágica do Dr. Trajano Chacon.

Da família Santos Leal, composta de 12 irmãos, seis homens e seis mulheres, quase todos passaram por duras provas, castigados inclusive pela mão inclemente do destino. Rufino José dos Santos Leal, casado com Rosalina dos Santos, filha do rico comerciante João dos Santos, morreu môço, sem filhos, no cólera de 1856. Antônio José dos Santos Leal e José Antônio dos Santos Leal, atingidos cedo pela cegueira, recolheram-se à fazenda Jandaíra, onde morreram obscuramente. Manuel José dos Santos Leal, cumprida a pena em Fernando de Noronha, retornou a Areia em estado deplorável, cego e louco, indo acabar seus dias em Jandaíra. Joaquim José dos Santos Leal, o chefe da irmandade, também cegou em Fernando de Noronha, onde morreu na maior desolação, traumatizado de desgôsto e de vergonha, mais ainda pelo abandono da mulher por quem se deixara arrastar ao sacrifício e à ruína. Claudino José dos Santos Leal, pouco depois de formado em direito, emigrou para o Cariri, onde constituiu família e lá ficou morando.

As seis filhas môças tôdas se casaram. D. Mariana com Francisco Tôrres, filho do português Jorge Tôrres, não havendo filhos do casal. D. Maria Emília, casada com Matias Soares, mãe de monsenhor Valfredo Leal e avó de José Américo de Almeida. D. Justina, casada com Manuel Mota, avó do saudoso político Antônio Simeão dos Santos Leal. D. Joana, casada com Manuel Joaquim dos Santos

Leal, assassinado por Felipe Guedes, com filhos já referidos. D. Francisca e D. Paulina, primeira e segunda espôsas de Manuel Borges, havendo filhos apenas do primeiro dêsses matrimônios, um dos quais era o espasmado Maturi. (7)

Também não se pode dizer que a família Chacon tenha sido feliz. Os dois irmãos padres, alquebrados pela idade, tiveram um fim de vida melancólico, esquecidos dos amigos e menosprezados dos estranhos. A casa onde morava o vigário Chacon em Areia lembrava uma estribaria, ocupada por dois únicos viventes. Na sala da frente, deitado num catre, o padre velho, já caduco, gemia os padecimentos dos seus 90 anos de idade, na cozinha, como seu último companheiro de decadência, um burro velho aposentado, que pastava no quintal. Assim lhe fruiu a existência até o ano de 1886.

O desventurado Dr. Trajano Chacon deixou um filho, com o mesmo nome do pai, que se formou em medicina e foi morar no Recife. Pouco tempo depois, já casado, foi mordido por um cão raivoso e teve morte bem triste, atacado de hidrofobia. Um filho que deixou, por estranha fatalidade, foi aquêle outro Chacon, jornalista intimorato, que sucumbiu trucidado a cano de espingarda, no govêrno Dantas Barreto, na mesma cidade do Recife. (8)

---

(7) Maturi, cujo verdadeiro nome era Antônio Borges, tinha horror ao apelido por que era conhecido. Meio avariado do juízo, sentia-se provocado se em sua presença alguém falava em caju. Os moleques da rua, quando o viam passar, gritavam de longe — Maturi!!! O débil mental, fora de si, sacolejando os braços como um possesso, vociferava os nomes mais feios que podiam caber numa bôca suja, xingando de preferência a mãe do insolente.

(8) Dr. Trajano Chacon, o primeiro dêste nome, nasceu em Pilar, mudou-se para Areia ainda estudante, tendo se formado bacharel em Direito em 1835. Foi promotor público da comarca de 1836 a 1838, deputado geral em 1838, preenchendo a vaga de Manuel Maria Carneiro da Cunha, deputado provincial nas legislaturas de 1839 a 1845, presidente da província em 1839-40 e juiz municipal de Areia de 1840 a 1848. Em 1849, no dia em que era novamente eleito deputado geral, na vaga de Manuel Maria Carneiro da Cunha, tombou assassinado.

Quanto a Carlota, único personagem dêsse drama que sobreviveu a todos os acontecimentos, longe de abater-se, soube tirar proveito da tragédia com que cobrira de luto e opróbrio duas famílias das mais distintas. Em Fernando de Noronha chegou a gozar de regalias especiais, por conceder favores ao diretor do presídio. Fôra para lá com 40 anos de idade, pouco mais ou menos, mas ainda em boa forma, dona de magnífica carnação, capaz de pegadio sexual sem continência. Mesmo quarentona, uma espécie de fluido capitoso parecia emanar da voluptuosa criatura. Sustentou amigação com o diretor do presídio por muitos anos, sem mais levar em conta o companheiro de infortúnio, que, cego e abandonado, amargurava as conseqüências de sua aventura amorosa.

Em 1890, já velha, despediu-se da ilha, beneficiada por decreto do govêrno provisório, que logo após a proclamação da República reduziu a 30 anos a pena de galés perpétua. Foi então morar no Recife, onde morreu em avançada idade, dona de uma pensão de estudantes, na qual moravam vários rapazes de Areia.

Enquanto o vigário Chacon foi vivo e regeu sua paróquia nunca mais batizou nenhuma criança com o nome de Carlota, que considerava amaldiçoado de Deus e da Virgem Maria.

EXECUÇÕES NA FÔRCA

s revoluções de 1817 e 1824 levaram ao patíbulo valorosos brasileiros, ainda hoje chorados com sentida emoção patriótica. Foram vidas roubadas à Pátria só porque queriam vê-la livre do jugo opressor, numa época em que aspirar as liberdades públicas era crime de opinião. Entre os condenados à morte contavam-se alguns paraibanos, implicados nas rebeldias de sua terra, cujos nomes ficaram na história como heróis ou como mártires.

Os verdugos que constituiam as comissões militares, instaladas na Bahia e no Recife, não trepidavam em mandar inocentes à fôrca, tal o açodamento com que se esmeravam em prestar meritório serviço à causa do despotismo. Observa uma autoridade militar da época, o brigadeiro Lima e Silva, que a comissão incumbida dos julgamentos no Recife, classificada pelo povo de tribunal de horror, suscitava, com seus métodos de ação, ainda mais ódio contra o govêrno. Os presos politicos condenados por aquela comissão eram levados a cumprir pena no campo das Cinco Pontas, onde estava armada a fôrca para execução do supremo castigo. Ali perderam a vida os paraibanos que se rebelaram contra a vassalagem imposta pelos reinóis.

Na Paraíba, o único lugar onde a fôrca se ergueu e funcionou foi em Areia, não para execução de criminosos politicos, mas para que nela padecessem suplicio os presos

comuns, condenados à morte pela justiça local. Em nenhuma outra comarca do interior, nem mesmo na capital, o vil instrumento de expiação chegou a ser armado. De sua existência só nos anais de Areia se encontra notícia.

O pequeno planalto onde assenta a cidade carecia de um lugar êrmo, afastado das habitações e das vias públicas, mas não seria essa a dificuldade para implantação da fôrca. Foi escolhido um capoeirão por trás da Rua do Grude, nas imediações do matadouro, que o povo chamava de matança. Já existia o matadouro quando se inaugurou o patíbulo em 1847, embora o curral de madeira para o gado só fôsse erguido em 1863, após a última das execuções. Os antigos apontavam o lugar da matança como o campo maldito das execuções, de tradição tão lúgubre que poucos moradores da cidade se dignavam de conhecê-lo a olhos vistos.

Ainda hoje podia ser identificado o local exato da fôrca, não fôsse a modificação que se operou na fisionomia do terreno. De um lado, havia uma cabana onde morava o mendigo Coringa, do outro, o curral da matança, contornado de arvoredos sombrios até as bordas do desfiladeiro que circundava ao nascente. Mas onde foi a matança ergue-se hoje o edifício da maternidade e outros estabelecimentos de assistência social, inclusive o Grupo Escolar Álvaro Machado, situados com rara infelicidade num dos extremos da cidade, cujo tamanho se mede pelo comprimento. Não se perdoa aos areienses a ausência de um marco histórico a assinalar o sítio funesto dos homicídios legais, antes de levantadas as atuais construções. Contudo, pode ser apontada a parte trazeira da maternidade como o local mais provável onde funcionou a fôrca.

Compunha-se a dita de dois pesados esteios de madeira fincados ao solo e ligados ao alto por espaçoso travejamento. Entrava ainda na composição do aparelho a escada por onde subiam o padecente, o algoz e o sacerdote.

Por longos anos, as peças dêsse instrumento de suplício permaneceram a um canto do salão do Júri, quando esta instituição funcionava no alto da cadeia velha. Acontecida a demolição do prédio, em 1922, deram sumiço ao madeiramento histórico, que ali estêve guardado durante mais de 60 anos. Material que devia figurar em museus, lamentàvelmente foi aproveitado em obras, tal o extremo de decadência a que se chegava, sem uma voz capaz de dar um grito de alerta.

Na fôrca de Areia houve sòmente duas execuções, a de Marçal e a de Beiju. Embora diminuta a criminalidade, outros réus de justiça estiveram a pique de ser pendurados, como aquêle desgraçado roceiro que se tornou criminoso dois meses após o casamento, por encontrar a espôsa em adultério com o próprio pai. O promotor público Dr. Trajano Chacon fêz tudo por levá-lo à forca, mas o advogado José Antônio Maria Ibiapina, depois padre-mestre Ibiapina, numa brilhante defesa que correu escrita, convenceu o Júri de que improcedia a imputação delituosa. Êsse fato ocorreu em agôsto de 1837, sendo o réu absolvido em março de 1838.

Marçal, escravo de Manuel Gomes da Cunha Lima, senhor de Jussara e de Mundo Novo, era casado com uma escrava da mesma senzala, havendo filhos pequenos do casal. Um dia, vendo a mulher debaixo de açoite, às mãos do senhor, correu em socorro da mesma. Seu temperamento forte contrastava-se com o servilismo da raça a que pertencia. Aconteceu que por essa indébita intromissão, a favor da companheira, entrou também no castigo. Desvairado, investiu contra o senhor, ferindo-o no braço, tentando ainda estrangulá-lo. Com a intervenção de terceiros, foi subjugado, flagelado e entregue à justiça, que o condenou à morte, por tentativa de homicídio.

Da severidade do julgamento o próprio Manuel Gomes foi o primeiro a reconhecer, embora tarde de demais para

reparar o mal. O fato ocorreu em 1847, sendo promotor público da comarca Manuel Correia Lima e juiz de direito Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque. Infelizmente, não é possível recompor o quadro, nesta oportunidade, com detalhes mais precisos. Debalde se diligenciou em busca do processo nos cartórios de Areia, perdido por lá na confusão dos papéis velhos, destinados a alimento das traças. Mas a julgar pelas execuções da época, sobretudo a de Beiju, ocorrida 14 anos depois, pelos testemunhos idôneos que o autor ainda ouviu sôbre o fato, bem como por um artigo que Ulisses Costa publicou no "Democrata" em 1893, muita coisa pode ser reconstituída, não sòmente quanto ao cerimonial da execução, como principalmente sôbre o móvel do crime e comportamento do executado.

A pragmática começava pela lavratura da decisão condenatória. Quando o juiz proferia a sentença de morte quebrava a pena. Três dias antes da execução, armava-se oratório num dos cubículos da cadeia, para onde era transportado o condenado. No primeiro dia o sacerdote confortava o paciente, no segundo ouvia-o em confissão e dava-lhe comunhão, no terceiro era levado ao suplício. O cerimonial da execução começava às sete horas da manhã, com a fôrça do destacamento local formada no pátio da cadeia. Em seguida, chegava o juiz, acompanhado do escrivão e do porteiro dos auditórios e ordenava ao carcereiro que o prêso saísse da cadeia. Aparecia então o paciente vestido de alva, pés descalços, as mãos algemadas atrás das costas, com um capuz branco sôbre a cabeça. Ao seu lado, vinha o padre, exortando-o e animando-o no espírito da religião. Formava-se assim o cortejo em direção à igreja, acompanhado da fôrça, autoridades civis e militares e muitos expectadores.

Na igreja, de pé na soleira da porta principal, ouvia missa até a recitação do credo, que é a parte preparatória

do ofício. Nesse momento, anunciado pelo toque da campainha e pelo badalar dos sinos, os soldados davam volta ao condenado e saíam com êle para o pátio da igreja. Formava-se ali a procissão fúnebre dos enforcados. À frente do condenado iam as ordens religiosas, as escolas com todos os seus alunos e professôres e o meirinho. Junto, o sacerdote, o carrasco e os oficiais de justiça. Um pouco atrás, o juiz da execução, o escrivão, a tropa e o povo. No meio do povo, a poucos passos do sentenciado, alguns homens vestidos de opa conduziam cestas com doce, queijo, bolos e vinho para levantar as fôrças do infeliz, se lhe faltasse resistência.

Ao dobre dos sinos, o paciente beijava a imagem do Cristo que o sacerdote lhe apresentava, e o cortejo se punha em marcha, lentamente, até o lugar onde se achava ereta a fôrca. De espaço a espaço, a procissão parava ao toque da campainha do meirinho, que procedia a leitura da sentença e fazia, em altas vozes, o pregão do condenado: Que morra de morte natural no lugar da fôrca! Isso repetia dezenas de vêzes, de modo que o cortejo levava horas para ir da igreja matriz ao campo da execução, alongando assim os padecimentos do desgraçado.

Quando enfim chegava ao pé da fôrca, o sacerdote entoava a oração de encomendação, dava novamente ao condenado a imagem do Cristo a beijar e, aspergindo-o com água benta, procedia-se à subida do cadafalso. Subiam pela ordem o carrasco, o condenado e o padre. Lá em cima, o carrasco atava o baraço à trave e punha o laço ao pescoço do padecente. Enquanto isso, o padre descia os degraus da escada, rezando o credo em voz alta. Já em terra, ao pronunciar as últimas palavras, o carrasco precipitava o condenado, que se debatia pendurado da corda. Imediatamente, o carrasco, agarrado à trave, punha os pés sôbre os ombros do enforcado, firmando-se com todo o pêso do seu corpo, para que expirasse mais depressa. Em

seguida, cortava a corda com uma machadinha, sendo o corpo conduzido ao cemitério.

Nas duas execuções registradas em Areia houve imprevistos ocasionais que aliviaram os carrascos de cumprir até o fim seu dever. Nem Chico Sola impeliu Marçal para a morte, nem Antônio Pereira de Jesus plantou os pés sôbre os ombros de Beiju. Servia de carrasco para cada caso um prêso já condenado, que era tirado das grades da cadeia, tivesse ou não vocação para o ofício. Antônio Pereira de Jesus, carrasco de Beiju, havia sido condenado a quatro anos e oito meses de prisão, por crime de furto de animais.

Com inaudita coragem Marçal enfrentou a morte. Ao ser perguntado qual o seu último desejo, pediu doce com queijo, que comeu sôfregamente. Na hora extrema, não esperou que o carrasco Chico Sola lhe pusesse as mãos. Vociferou impropérios contra as autoridades presentes e pulou para a morte. Era o protesto de um espírito revoltado contra a justiça caricata dos homens. Aquela morte violenta lhe parecia menos cruel que a condição de escravo, como uma bêsta de carga, reduzido ao último grau da degradação humana, trabalhando a vida tôda debaixo do chicote, até cair pela idade e pela exaustão, como um rebotalho inteiramente imprestável. A sua desgraça, a desgraça da sua raça, era antes de tudo um mal social.

De arrependido, Manuel Gomes da Cunha Lima libertou mais tarde todos os filhos de Marçal. Manuel Gomes era pai do Dr. Cunha Lima, que ao tempo da execução não havia ainda nascido. Nasceu três anos depois, em 1850 e, conquanto filho natural, foi quem mais alto elevou o nome da família.

Já Beiju (Antônio José das Virgens), indigitado matador do Dr. Trajano Chacon, caminhou para a morte com serenidade, anestesiado pela fé de que estava possuído no momento. Durante três dias, recebeu assistência espi-

ritual do padre José Genuíno de Holanda Chacon, sobrinho do assassinado, mas que pertencia ao partido liberal. Subiu à fôrca sem desfalecimento, depois de ter ouvido, contritamente, a missa rezada pelo padre José Gomes da Silva e as últimas exortações do seu confessor e assistente espiritual. Quando o carrasco o precipitou do alto da fôrca, a corda partiu-se, o que era interpretado como sinal evidente de inocência. Não obstante o clamor geral, foi levantado de ordem do juiz para que se procedesse a nova execução. Mas não houve necessidade de repetir-se o ato porque, ali mesmo, às mãos dos soldados que o reconduziam ao patíbulo, expirou.

A execução se realizou a 8 de maio de 1861, presidida pelo juiz municipal Dr. Antônio da Cunha Xavier de Andrade, que se fazia acompanhar do escrivão Félix José Nunes Pinto e do meirinho Benedito Barbosa de Gouveia, que era quem apregoava o condenado com o repetido chavão de que ia morrer na fôrca, de morte natural.

As escolas pública eram obrigadas a acompanhar a procissão dos enforcados. De volta, os professôres aplicavam meia dúzia de bôlo em cada aluno para que lhe servisse de lição. Até os inocentes pagavam pelos pecadores.

FLAGELOS

regime monárquico, com o critério pouco feliz das sucessivas mudanças de presidente, constituia-se em fator de desequilíbrio na vida administrativa das províncias. Os presidentes vinham de fora, estranhos ao meio, nem sempre escolhidos entre os mais capazes e, antes de ambientados, eram substituídos.

No curto período que vai de 1830 a 1840 passaram pelo govêrno da Paraíba nada menos de dez presidentes e dezessete vice-ditos, ocorrendo a mesma coisa, com maior ou menor freqüência, nas décadas seguintes. Primava a administração da província por sua inatividade, dada a instituição de norma tão perniciosa aos interêsses públicos. Os presidentes não tinham planos, nem podiam ter, não só em razão da descontinuidade administrativa, como também da carência de recursos. Mesmo que houvesse, da parte de alguns, visão dos problemas ou capacidade de resolvê-los, nada era possível fazer, porquanto a receita mal chegava para sustentar a incipiente máquina burocrática que, vez por outra, degringolava, em conseqüência de erros crônicos que a imprevidência não cuidava de eliminar.

A seu turno, as câmaras municipais viam-se forçadas a cruzar os braços diante dos problemas mais instantes da comunidade, pôsto que inexistia, ao tempo, discriminação de rendas e, em conseqüência, os municípios não tinham o direito de elaborar os seus próprios orçamentos. Era o

govêrno da província quem baixava os orçamentos municipais, com estimativa apenas das despesas, porque a receita, quando não pertencia à União, era tôda da província. Na economia colonial em que se vivia, estrutura de uma época que se caracteriza pela ausência de povo, a coisa pública só aparece como fruto da iniciativa privada e do trabalho particular.

No ano em que Areia foi elevada à categoria de cidade (1846), o orçamento que lhe foi dado estimava a despesa em 810 mil réis, especìficamente destinada a fazer face ao ordenado dos três únicos funcionários remunerados, secretário da Câmara, porteiro e procurador, bem assim ao aluguer da casa da Câmara e da cadeia, móveis e utensílios para o salão do Júri, reparo das fontes públicas e eventuais. Três anos depois, ou seja em 1849, ao invés de aumento, reduz-se o orçamento da despesa a 772 mil réis, sendo no entanto dos maiores da província, pois o de Campina Grande, no mesmo exercício, era apenas de 480 mil réis.

Nesse entorpecimento viveram os municípios até o fim do regime, sem elementos de vida, impedidos de promover a melhoria das condições locais. Só recebiam auxílio extraordinário, a título de esmola, nos períodos de calamidade pública que amiúde surgiam. As obras de emergência eram quase sempre de iniciativa privada, custeadas por seus moradores. Nada de providências acauteladoras que visassem a prevenir os efeitos das insurreições da natureza.

Quando ocorria desequilíbrio nas finanças, tirava-se dos municípios o pouco que lhes era dado. Em 1841, o govêrno suprimiu, por medida de economia, as cadeiras de primeiras letras do sexo feminino das vilas de Areia e de Pombal, bem como as de latim de Mamanguape, Campina Grande e Rio do Peixe, "até que melhorem as finanças da província". [1]

[1] Lei n.º 8, de 8 de novembro de 1841.

A cadeira do sexo feminino em Areia foi restaurada em 1847, tendo a professôra o ordenado de 400 mil réis por ano.

A receita da Paraíba, na primeira metade do século passado, mostra a instabilidade das fôrças econômicas da província, incapazes de imprimir um ritmo normal de crescimento, ou mesmo evitar colapsos periódicos. Haja vista a arrecadação geral no decênio que vai de 1837 a 1846. Em cifras redondas, foi de 80 contos no primeiro ano e de 110 no segundo, oscilando nos seis anos seguintes entre 75 e 130 contos. Nos dois últimos exercícios, 1845 e 1846, a arrecadação decai a cifras inexpressivas: 57 contos para o penúltimo e 44 para o último. A razão dessa tão forte depressão encontra-se no flagelo da sêca, a terrível sêca de 1845, que se prolongou, devastadora e cruel, pelo ano de 1846.

Uma desgraça para todo o sertão. O povo morre de fome, os rebanhos se aniquilam, a miséria e a ruina invadem os lares, nivelando todo mundo no mesmo grau de degradação humana. A vida se torna um fardo pesado demais para ser carregado pelos míseros retirantes. Famílias que possuíam bens de fortuna são reduzidas ao último extremo de penúria. Os que conseguem fugir da terra calcinada, que os consome em vida, demandam o Brejo ou o litoral em busca de salvação. Levas de homens, mulheres e crianças arrastam-se pelas estradas, no derradeiro alento de suas fôrças. Muitos se abandonam, exaustos, à beira dos caminhos, durante a penosa jornada. Onde caem, aí ficam, resignados à morte, sem uma lágrima de saudade dos companheiros de infortúnio, que prosseguem viagem, sem destino certo, apegados a farrapos de esperanças. A miséria era tão pungente que alfaias de ouro e prata, até mesmo a virgindade das donzelas, trocavam-se por migalhas de alimento, segundo refere Felipe Guerra. Os mais gananciosos, acrescenta o autor, aproveitavam-se da des-

graça do povo para tirar proveito, havendo quem comprasse escravo com o produto de um barril de mel de furo. E afirma que muita gente afluiu do Seridó para o Brejo de Areia, uns a exercer trabalho assalariado, outros a adquirir gêneros alimentícios, apesar das dificuldades de transporte, que era o que mais oprimia. (2)

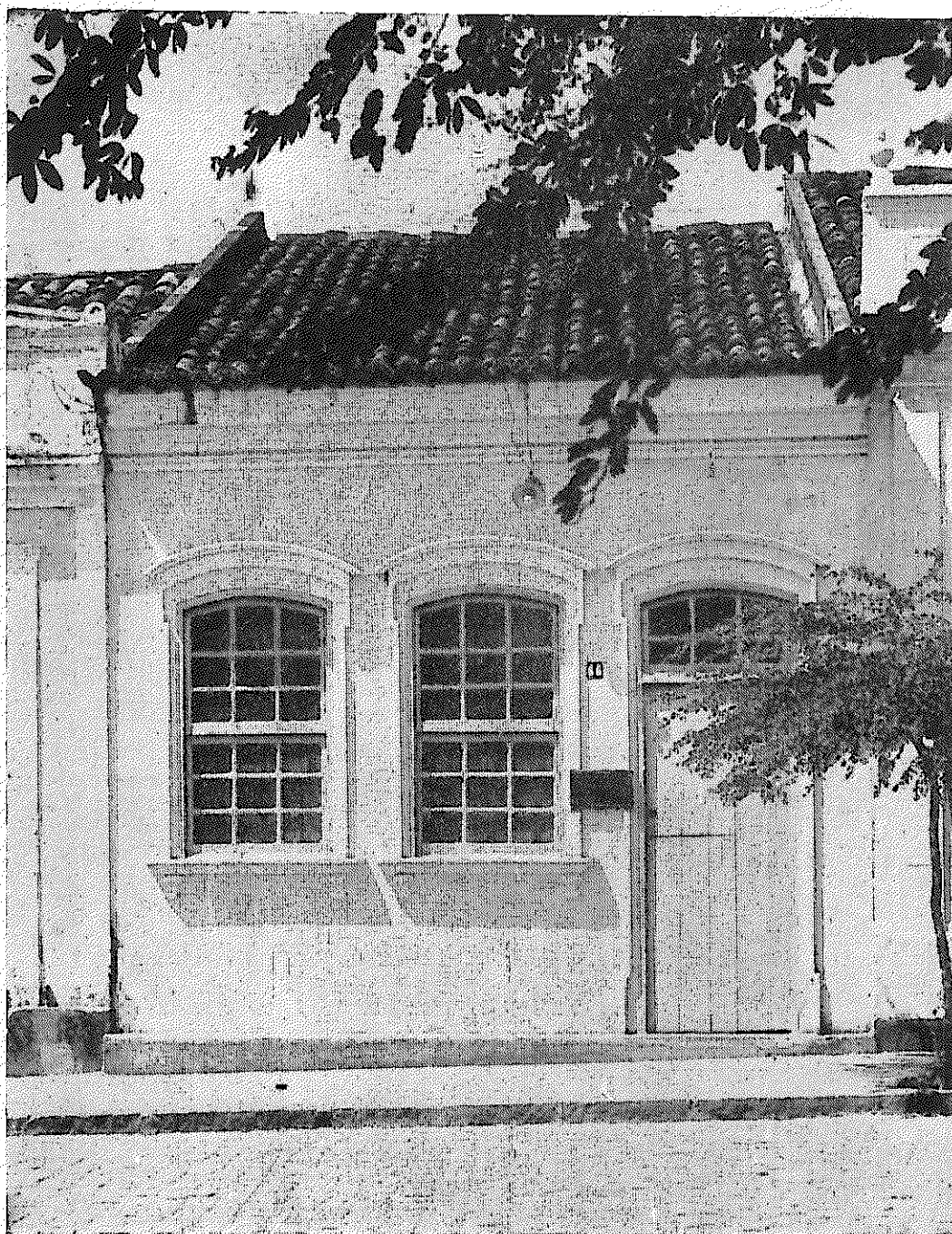
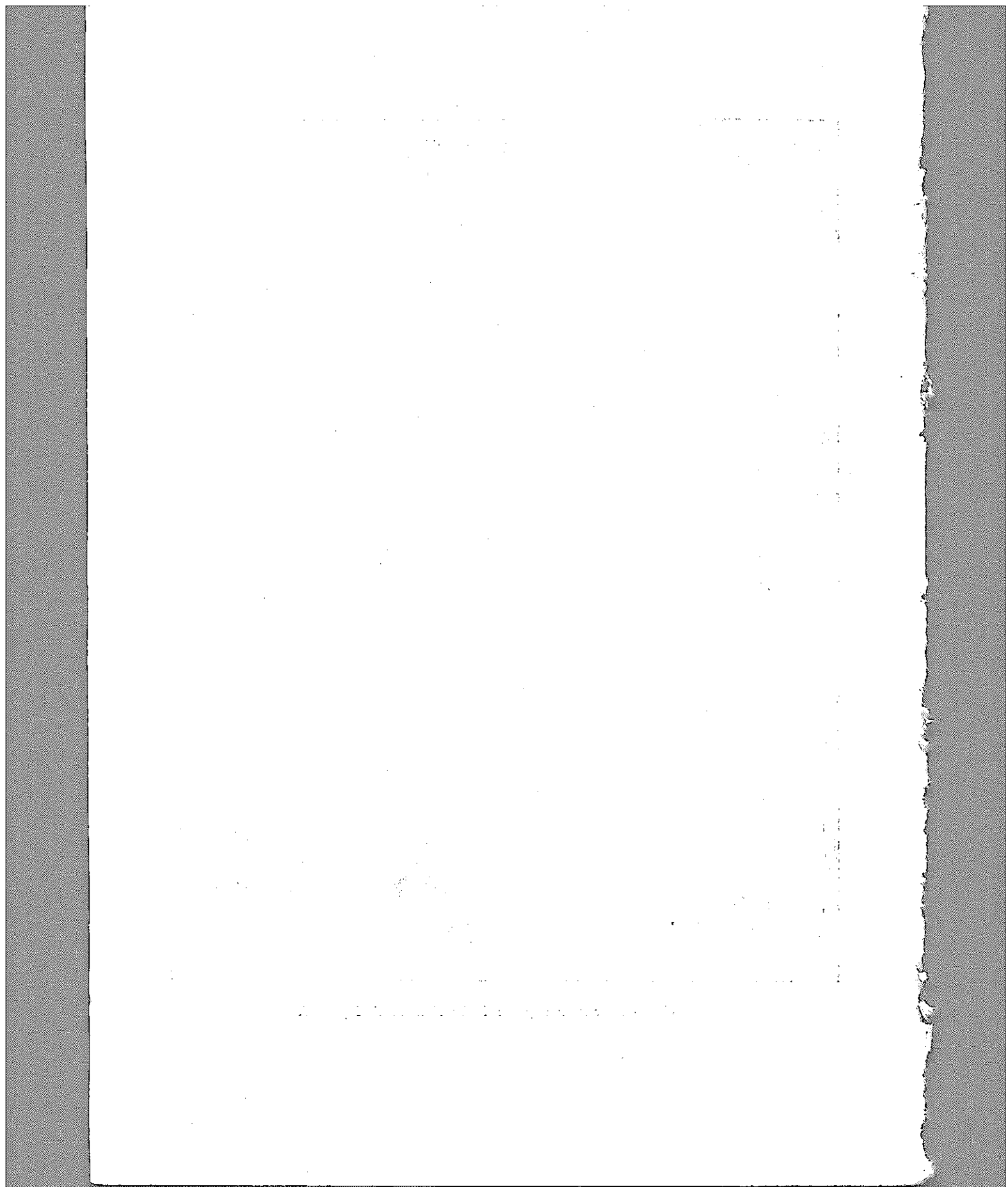
Em Sousa, morrem de fome de 10 a 20 pessoas por dia, informa ao govêrno imperial o presidente da província — Frederico Carneiro de Campos (3)

Os horrores dêsse quadro dantesco nunca foram narrados ao vivo. O presidente Carneiro de Campos quis ver de perto a extensão do mal, a fim de prestar auxílios na medida do possível, mas não pôde ir além de Campina Grande porque lhe pareceu temeridade prosseguir viagem em socorro dos que morriam de inanição na zona do maior castigo. Nem mantimentos conseguiu enviar ao sertão, pois as comunicações estavam interceptadas pela falta dágua e de pasto para as cavalgaduras. Ficou impossibilitado de tomar providências compatíveis com a amplitude da tragédia. A farinha destinada ao sertão foi distribuída aos infelizes retirantes que se aglomeravam por Campina Grande e seus arredores.

De Campina Grande regressou o presidente por Areia, prosseguindo viagem por Independência, Bananeiras e Mamanguape. Viu muita gente do sertão na zona do Brejo, mas nenhum lhe pareceu carregar na face o espectro da fome e da morte, como vira nos infelizes retirantes esparramados em Campina Grande. A abundância do Brejo era tal que um armazém de farinha foi logo criado em Areia para prover aos flagelados da sêca. Em todo o Brejo houve muita fartura, muita riqueza, estimulou-se a agricultura e beneficiou-se o comércio com o afluxo da população.

---

(2) *Sêcas contra a Sêca* — pág. 27.

(3) IRINEU PINTO — *Datas e Notas para a História da Paraíba*, v. 2.º, pág. 175.

Casa onde nasceu o pintor Pedro Américo de Figueiredo

Não era a primeira vez que êsse terrível flagelo se abatia sôbre a Paraíba. Vinha se repetindo em ciclos periódicos desde séculos atrás — 1692, 1711, 1723 a 1727, 1736-37, 1746-47, 1777-78, 1791 a 1793, 1803-04, 1824-25, 1845-46, 1877 a 1879, 1888-89 e 1898, para encerrar o século. (4)

A sêca de 1791 a 1793 dizimou quase dois têrços da população da província. Até bichos do mato morreram de fome. Os escravos do engenho São Bento, na várzea do Paraíba, para não sucumbirem à míngua de alimentos, comiam ervas, como se fôssem bois. Mas não se pode dizer tenha sido de tôdas a maior, porque essa triste primazia cabe a 1877.

O govêrno central só se lembrava das abandonadas províncias do nordeste quando graves comoções perturbavam sua vida. Prestados os socorros de emergência, eram logo esquecidas. Nenhuma ação eficaz, destinada a prevenir a repetição do mal ou revigorar o organismo depauperado, punha-se em execução. Tudo ficava na sentimentalidade das palavras generosas e dos auxílios saídos do bolsinho particular do monarca, no momento da dor e da desolação.

Dez anos depois da sêca de 1845-1846, irrompeu a epidemia do *colera-morbus*, que dizimou grande parte da população da Paraíba. Desta vez o sertão pouco sofreu, mas o Brejo, a caatinga e o litoral pagaram um tributo dos mais pesados.

A peste asiática manifestou-se em fevereiro de 1856 na zona do Cariri, município de São João, vinda das margens do São Francisco, pelo interior de Pernambuco. De início, fêz umas 80 vítimas na povoação de Monteiro, conquanto aparecesse por lá em caráter benigno. Em fins

---

(4) FELIPE GUERRA — ob. cit., págs. 15 a 56. No mesmo sentido, JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA — *Paraíba e seus Problemas*, páginas 125 a 175.

dêsse mês de fevereiro, alastrou-se com maior violência, pelo litoral e pelo Brejo. O Brejo, sobretudo, transformou-se em campo aberto à invasão destruidora, que foi deixando, em sua passagem, vilas e povoações quase reduzidas a necrópoles abandonadas.

Naquele ano, havia apenas quatro médicos em todo o território da Paraíba, três na capital e um em Areia. Quatro médicos, desaparelhados de recursos, para uma população que orçava em 300 mil habitantes. Se em todo o Brasil a medicina da época era atrasada, mais grave se tornava a situação na Paraíba com o reduzido número de facultativos. A essas deficiências, outras se juntavam: falta de hospitais, falta de medicamentos, ausência de noção de higiene e de profilaxia, falta, enfim, de conhecimentos específicos para combate de um mal, cuja patologia se ignorava. Na maioria dos casos, quando se acertava na terapêutica, errava-se na dieta, pois os doentes, esvaídos em disenteria, eram proibidos de beber água. De higiene pública, observa Capistrano de Abreu, incumbiam-se as águas das chuvas, os raios do sol e a diligência dos urubus.

Os remédio mais indicados para o mal eram chá de sabugueiro, doses de acônito, elixir paregórico, sinapismo nos pés, cataplasma de linhaça na barriga e clister de goma com láudano. Cruz Cordeiro, cirurgião-mor da Paraíba, recomendava, nos casos mais graves, que se aplicasse aos clisteres raspa de ponta de veado. Quando os vômitos se tornavam incoercíveis, toleravam os médicos que os doentes bebessem um pouco de água morna. Às vêzes, faziam sangria no enfêrmo para aliviar a opressão da circulação e também para ajudar a morrer.

O médico de Areia, Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, contava quatro anos de clínica na cidade natal e já se iniciava na política como presidente da Câmara Municipal. Bom médico, estimado de todos por sua nunca desmentida benemerência, viu-se numa roda-viva com o

avultado número de doentes, entre os quais pessoas de sua família. Por fim, êle próprio foi acometido do mal, deixando a população à mercê das circunstâncias. O povo, em face da calamidade e do abandono em que se achava, não teve outro recurso senão apelar para Deus, fazendo promessas, penitências, preces e procissões.

Aos primeiros sinais do cólera, o presidente Pinto e Silva, apavorado com as conseqüências da epidemia, fêz um apêlo ao presidente da Bahia, solicitando socorro urgente. De Salvador chegaram dois médicos, um farmacêutico e quatro acadêmicos de medicina. Um dêsses acadêmicos era o areiense Ábdon Felinto Milanez, filho do comerciante José da Fonseca Milanez. Formados à tôda os escalões de combate, o acadêmico Ábdon é enviado a prestar serviços na Cruz do Espírito Santo, onde, logo de entrada, é atacado do mal, que o leva às portas da morte. Outros facultativos também são contagiados e postos fora de combate.

Na vila de Pilar, a epidemia irrompeu com tamanha violência que dentro das ruas corvejavam os urubus. Até o médico que para lá fôra mandado fugiu espavorido. Os que escaparam de contaminação da peste abandonaram a vila e se refugiaram nos campos. Foi preciso que o govêrno enviasse, às pressas, um destacamento de 16 praças e um oficial, a fim de enterrar os mortos que jaziam insepultos, tendo sido encontrados, dentro das casas vazias, 26 cadáveres já em estado de putrefação. Os presos da cadeia, abandonados do carcereiro, que também fugira da localidade, morreram dizimados pelo flagelo. Já os presos de Areia e Bananeiras tiveram melhor sorte. Evadiram-se da prisão, largada ao abandono, uma vez que os destacamentos locais não cuidavam de outra coisa senão de enterrar os mortos.

Na capital, o obituário anda na casa dos 50 a 60 por dia, mas em Areia a situação é mais grave, quase o dôbro

daquele número para uma população bem menor, calculada a da cidade em cêrca de três mil habitantes. Nunca se soube ao certo quantas pessoas morreram no município. Um quadro impreciso, organizado pela secretaria do govêrno e divulgado por Irineu Pinto, dá para Areia 3.308 mortos em menos de dois meses. (5)

Sobreleva notar que nesse registro não estão computados os que faleceram nas castigadas povoações de Alagoa Grande e Pilões, então pertencentes ao município, nem também muitos dos que foram enterrados nos campos remotos, sem conhecimento das autoridades. As estatísticas da época longe estão de exprimir em cifras reais a extensão do obituário causado pelo flagelo.

Uma grande perda sofreu Areia na ceifa epidêmica: a do maestro Manuel de Cristo, egrégia glória da cidade. Faleceu, também, entre outras figuras de destaque, Manuel Martins Casado, comandante superior da guarda nacional e deputado provincial. A viúva d. Chiquinha, do engenho da Várzea, viu morrer num mesmo dia duas filhas, uma casada com Manuel da Fonseca, irmão do acadêmico Ábdon Milanez, outra com Benjamim da Cruz Gouveia, irmão do médico José Evaristo.

Nesse mesmo engenho da Várzea, à margem de um cercado, foi sepultada uma escrava de estimação, vítima do cólera. No dia seguinte, um outro escravo exumou o cadáver a fim de retirar uns brincos de ouro que a desventurada levara nas orelhas. Êsse fato foi narrado pelo pai do autor, que era filho da viúva d. Chiquinha e teve ainda a confirmação de seu irmão mais velho, Tôta da Várzea, que morreu com cem anos em 1942. Quando outro valor histórico não tiver o registro ora feito, servirá ao menos para comprovar o enterramento de gente no mato, acrescida a circunstância de que a propriedade Várzea fica a menos de um quilômetro da cidade.

---

(5) *Datas e Notas para a História da Paraíba*, v. 2, pág. 248.

A epidemia manifestou-se na província em fins de fevereiro, propagou-se em março e em abril já estava pràticamente extinta. O mês terrível foi março, sem precedente na história em devastação do contingente humano.

Por tôda parte, foi maior o obtuário entre as classes desvalidas do que mesmo nas camadas superiores da população. Incalculável a mortalidade verificada em Campina Grande, Ingá, Pilar, Mogeiro, Itabaiana, Mamanguape, Guarabira, Bananeiras, Alagoa Nova e outras localidades do Brejo e da caatinga. Segundo os registros deficientes da época, a Paraíba perdeu, em pouco mais de um mês, acima de 30 mil pessoas.

Até então os mortos se enterravam nas igrejas e suas imediações. Areia não tinha cemitério, mas com o assombroso aumento da mortalidade foi à tôda improvisado um campo santo no local onde existe o atual cemitério da cidade, em terreno doado pelo coronel João Batista Pereira, filho do capitão-mor Bartolomeu da Costa Pereira. (6)

Os defuntos eram carregados em rêde ou padiola, depositados uns sôbre os outros na área do improvisado cemitério, enquanto os coveiros abriam valas para sepultá-los. Aconteceu que do amontoado de cadáveres alguns chegaram a levantar-se, assombrados consigo mesmo e assombrando ainda mais os coveiros com súplicas cavernosas. É que não estavam bem mortos quando foram levados pelos carregadores, na pressa que se davam de enterrar os coléricos.

---

(6) O cemitério ficou em aberto e abandonado dez anos. Passada a epidemia, os enterros continuaram a ser feitos na igreja, *até que* foram definitivamente proibidos em 1866, em virtude de postura municipal. Por fôrça dessa postura, os cadáveres só seriam enterrados 24 horas depois de ocorrido o óbito. Nesse mesmo ano de 1866, o govêrno concedeu para as obras do cemitério uma loteria de quatro contos de réis. Com a República, o cemitério é secularizado pelo Conselho Municipal, que confia sua administração a Silvestre Freire. Mas em 1894, por outra deliberação do Conselho, é devolvido à autoridade da igreja que o fundou.

Mal desapareceu a peste, começou a fome a campear por tôda a zona devastada. Os gêneros alimentícios atingiram preços inacessíveis à bôlsa do povo. Para remediar a situação houve subscrições públicas em socorro da pobreza. O imperador mandou do seu bolsinho a importância de quatro contos de réis, destinada às famílias desamparadas. Em cada município, o presidente da província nomeou uma comissão de três membros para aplicação do imperial donativo e também das esmolas públicas que fôssem arrecadadas. Por incrível que pareça, houve um saldo de dois contos de réis, que o govêrno fêz recolher aos cofres do tesouro. Em mensagem dirigida à Assembléia, o presidente Pinto e Silva alude a êsse fato. (7)

Embora raros, alguns casos de *colera- morbus* são reregistrados no ano seguinte em Areia, Bananeiras, Mamanguape e Patos. Nesse mesmo ano, um surto de febre amarela fêz estragos na província, mas é logo debelado.

O cólera volta à Paraíba, pela segunda vez, em 1862, em caráter menos violento. A êsse tempo o padre-mestre Ibiapina estava fazendo missões em Areia, para onde afluíam devotos de tôda parte, até mesmo dos lugares onde já se manifestara o mal. Por isso mesmo Areia foi o campo onde mais vítimas fêz o flagelo. Informa Joaquim da Silva que nesse segundo surto epidêmico o número de afetados foi maior que no primeiro, sendo, contudo, menor a mortalidade. (8)

Também havia na cidade dois médicos residentes — José Evaristo e Abdon Milanez — com melhores conhecimentos e experiência no combate ao mal. Abdon Milanez foi logo contratado pelo govêrno da província para atender aos municípios de Guarabira e Bananeiras, ficando em Areia seu colega que tudo fêz em socorro da população.

---

(7) IRINEU PINTO — obt. cit., v. 2, pág. 247.

(8) Manuscrito da Biblioteca Nacional, datado de 1881.

Tendo a epidemia irrompido no mês de fevereiro, já em março estava quase extinta. Todavia, na rápida incursão que fêz sôbre a Paraíba despachou para o cemitério 3.300 pessoas, das quais 1.500 são de Areia, o que representa 45% do total.

A calamidade de 1856 ficou conhecida como primeiro cólera, para distinguir-se do segundo, irrompido seis anos depois. Era comum, entre os moradores antigos de Areia, assinalarem-se os fatos com a indicação de terem ocorrido antes ou depois do primeiro ou do segundo cólera.

Ibiapina, no segundo cólera, prestou relevantes serviços à cidade. Construiu, com auxílio do povo, a Casa de Caridade de Areia, que funcionou, durante meio século, como orfanato, abrigo de indigentes e pronto socorro, sustentada pela caridade pública. Essa notável instituição esquecida da administração local, terminou na mais deplorável decadência, com um bando de beatas velhas a morrer de fome, ante a indiferença de uma população, que se mostrava impermeável aos sentimentos de solidariedade humana.

A uma desgraça, outra se segue, cada qual mais nefasta à economia da Paraíba. Sobreveio a sêca de 1877, que foi de tôdas a pior, a que deixou a província transformada em vasto campo de desolação. Durou três anos de extermínio, abrangendo quatro províncias do nordeste brasileiro — Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Por tôda parte, esqueletos de animais misturados a esqueletos humanos davam a medida da triste calamidade. Retirantes famintos, nos ermos do sertão, disputavam aos urubus um pedaço de carniça. Crianças que já andavam voltavam a engatinhar, segundo refere Felipe Guerra.

Nas zonas menos castigadas pela inclemência climatérica era de estarrecer o desfile dos flagelados em demanda de socorro. A cidade de Paraíba ficou inundada de fa-

mintos, na ordem de 35.000, expondo sua indigência pelas ruas, nos extremos da ruína física.

Em Mossoró, para onde deriva uma parte dos retirantes, aproximadamente 25.000, há indivíduos pagos pelo poder público para o trabalho exclusivo de transportar cadáveres ao cemitério. De tal modo os encarregados dessa lúgubre empreitada se habituam ao serviço que é cantarolando pelas ruas da cidade que carregam os defuntos, atados a um varal, sôbre seus ombros calejados. (9)

Em Patos, registra-se uma cena hedionda de antropofagia. Uma mulher faminta — Dionisia dos Anjos — decapitou e comeu uma menina de cinco anos.

Se grande é a convergência de retirantes na capital, não menor é a que se verifica na zona do Brejo, que já não comporta tantos flagelados. Areia concentrou cêrca de 25.000 imigrantes, muitos dos quais morriam de fome pelas calçadas, segundo o testemunho de um ilustre conterrâneo. (10)

Criou-se um hospital na cidade, confiado ao médico José Evaristo. Os retirantes válidos são aproveitados nos trabalhos de campo e nas obras do açude de Arara. Joaquim da Silva, por conta dos socorros atribuídos ao município, aproveita os braços capazes na construção de uma estrada de Areia a Alagoa Grande, por um traçado que êle próprio estudara e que foi aproveitado, 30 anos depois, pelo engenheiro Kromenacker, no govêrno João Machado. Assim que choveu no sertão, o govêrno cortou o auxilio ao hospital, sem levar em conta que os doentes não estavam ainda em condições de ter alta. Mas o generoso médico José Evaristo, compadecido do infortúnio daquela gente, continuou a manter o estabelecimento por sua conta.

O sertanejo, tão cioso da honra e do pundonor de sua familia, já não repara que a espôsa ou a filha ande seminua, com as carnes à mostra. E para maior desgraça sua

---

(9) Felipe Guerra, ob. cit., pág. 38.

(10) Coelho Lisboa — *Problemas Urgentes*, pág. 100.

os atentados à honra se repetem, sem que sejam lavados em sangue, como sempre foi do feitio daquele povo varonil.

Dêsse aviltamento de costumes não se subtrai a civilizada cidade de Areia. Um jornal da época — *O Areiense* — registra fato estarrecedor, que mais grave se torna pela qualidade de quem o cometeu. O sargento comandante do destacamento de linha, estacionado na cidade, saiu com uma escolta a fazer diligências pelo interior do município. De volta, ao passar por Mata Limpa, às onze da noite, invade o lar de honrado retirante que, sem culpa e sem saber por que, é espaldeirado e reunido a outros presos. Enquanto os esbirros guardam o detido, o sargento vai ao interior do domicílio solicitar favores de uma menor, filha do dono da casa. A mãe intercede, angustiosa, sendo também prêsa e contida por dois beleguins. Como a menor resiste, é arrastada para fora do domicílio e brutalmente violentada. (11)

Depois de 77, a Paraíba voltou a sofrer os efeitos da sêca nos anos de 88 e 98. Entre as referidas datas, isto é, em 1894, a febre amarela fêz centenas de vítimas em Areia. Nas povoações de Mata Limpa e Remígio muitas casas ficaram ao abandono por terem morrido todos os seus moradores. Não havia por essa época médico na cidade e é de estranhar que estando um areiense no govêrno do Estado — Álvaro Machado — e outro na inspetoria de higiene — Agnelo Lins Fialho — nenhuma providência de socorro à população tenha sido tomada, apesar do clamor público que ecoava de todos os quadrantes do município.

Em 1904, sem tempo ainda de recomposição, sobrevém outra sêca, em virtude da qual o Brejo ficou regurgitando de retirantes. Mulheres esquálidas e andrajosas deambulavam pelas ruas da cidade, com crianças macilentas escarranchadas aos quadris. Alguns filhos chegaram a morrer de inanição nos braços das próprias mães que, entor-

---

(11) José Américo — *Paraíba e seus Problemas*, pág. 145.

pecidas de tanto sofrer, nem mais uma lágrima encontravam nas pálpebras ressequidas para desabafo da alma triste.

No ano anterior, como um aviso pressago, bandos de pássaros, em revoada suicida, projetavam-se sôbre a cidade. Uns batiam nas fachadas dos edifícios, caindo mortos nas calçadas, outros, assustados, entravam nas casas ou pousavam nas janelas e soleiras das portas. Todo dia, ao cair da tarde, começava aquela alucinação coletiva, que entrava pela noite a desoras. Eram pássaros de tôdas as espécies, até mesmo aves aquáticas, em tamanha quantidade que, na colheita, o povo se aturdia. Escolhia-se a melhor prêsa, porque eram muitas as que se deixavam apanhar, desde as rolinhas aos nambus, às galinhas dágua. Por vêzes, um urubu se arrebentava na tôrre da igreja ou no frontispício dos sobrados. Todo mundo dizia a uma voz que aquilo era mau sinal, porque nunca se vira espetáculo semelhante. Os mais supersticiosos recusavam-se, inclusive, a comer os pássaros suicidas.

Isso ocorreu em fins de 1903 e, no ano seguinte, coincidindo com a aglomeração dos retirantes famintos, as câmaras de sangue causaram devastação profunda no município, dizimando de preferência a população infantil. Os sinos da igreja não paravam mais de dobrar a finados à saída dos enterros para o cemitério. Homens da plebe, uns após outros, quase em fila fúnebre, carregavam os filhinhos mortos em tabuleiros sôbre a cabeça. Enterros com acompanhamento apenas alguns por dia. Quando o vigário Odilon não estava presente para fazer a encomendação do corpo, o auxiliar de sacristão, Anulino, que regulava pouco do juízo, ia despachando os cadáveres a seu jeito.

Ao cabo de tanto castigo, eis que o govêrno federal resolveu volver suas vistas para o problema do nordeste abandonado. Foi o presidente Rodrigues Alves quem lançou as bases para a criação da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas, concretizada em 1909, no govêrno de Nilo Peçanha,

depois que muito se bateu no Senado da República pela criação dêsse serviço o areiense Coelho Lisboa.

Mas as providências que de início foram adotadas não valeram senão como débil tentativa de solução. De nenhum efeito para a Paraíba as medidas tomadas pelo govêrno, no período de 1907 a 1909, pois um único açude que havia sido projetado deixou de ser construído, e cinco perfurações de poços, já iniciadas, ficaram abandonadas a meio caminho. Por muito tempo, ainda, continuaria a Paraíba ao desamparo, desservida da colaboração do poder central no combate ao flagelo das sêcas.

Só recebeu benefícios ponderáveis quando o preclaro paraibano Epitácio Pessoa, na presidência da República, procurou, com braço forte, resgatar o nordeste dos erros do passado.

Em prosseguimento dessa obra de salvação pública, sobreveio, anos depois, a ação patriótica de um filho de Areia — José Américo de Almeida — a quem se deve a solução dos problemas fundamentais de uma região secularmente devastada. O eminente estadista, quando ministro da Viação, no govêrno revolucionário instalado em 1930, se não fêz tudo quanto estava nos seus planos e exigia o nordeste, fôrça é reconhecer que ninguém o sobrepujou na intervenção vigorosa com que procurou saldar uma dívida de quatrocentos anos que a Nação tinha com o nordeste.

A reincidência das sêcas, como fenômeno perturbador da vida numa região castigada, é, ainda hoje, o mais grave de todos o problemas, responsável pelos colapsos econômicos que devastam, em períodos cíclicos, o nordeste brasileiro.

QUEBRA QUILOS

Foi uma sedição que começou em Campina Grande e se alastrou por nove municípios, envolvendo Cabaceiras, São João do Cariri, Ingá, Pilar, Alagoa Nova, Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira e Areia. Em pouco tempo, o movimento sedicioso propagava-se como um incêndio pelo território de quatro províncias, do Rio Grande do Norte a Alagoas.

Irrompeu de um pequeno tumulto no povoado de Fagundes, comarca de Campina Grande, em novembro de 1874. O povo, num dia de feira, opôs-se ao pagamento do chamado impôsto de chão, cobrado pelo município, na base de um tostão por carga que se levava à feira. A autoridade policial interveio a favor da cobrança, mas teve de abandonar o campo à discrição dos amotinados, já sangrando das cacetadas que recebera.

Estava implantada a desordem na província. Poucos dias depois, a 21 de novembro, grupos armados invadem a vila de Ingá. Cêrca de 800 homens, sob comando de vários chefetes locais, queimam cartórios e arquivos públicos, quebram os padrões do sistema métrico decimal, perseguem maçons e praticam outras violências. A vila estava guardada por uma fôrça de 50 praças que, temerosa de enfrentar a turba enfurecida, assiste de braços cruzados o desenrolar dos acontecimentos. Limita-se a defender a cadeia contra possível ataque dos rebelados.

Nesse mesmo dia 21, iguais atentados são cometidos em Campina Grande, Cabaceiras, Pilar e em quase tôdas as cidades e vilas da zona do Brejo, inclusive Areia. Os sediciosos, por onde passam, vão queimando arquivos municipais e cartórios, ao mesmo tempo que soltam da cadeia os presos de justiça, perseguem maçons e quebram pesos e medidas nos estabelecimentos comerciais, provindo daí a sua denominação de Quebra Quilos.

Cada grupo, de 50 a 100 homens, tem seu chefe, que age por conta própria, mas dentro de um plano geral. Os chefes se agrupam engrossando as ondas invasoras, quando investem sôbre uma cidade. Todavia, não se sabe quem é o dirigente geral da intentona, o responsável principal de tôda aquela convulsão. Ou não existe, ou permanece oculto, não revelado.

O que se pratica numa localidade, repete-se na outra, no mesmo estilo, ao mesmo tempo, seja qual fôr a distância. Nas cidades ocupadas os Quebra Quilos, operam à vontade, diante da fraqueza ou impotência das autoridades, que não oferecem a menor resistência.

Os sublevados, homens rústicos, na sua maioria camponeses, já falam em govêrno do povo e por estranha coincidência manifestam intolerância pelo chamado govêrno de bacharéis. Escolhendo os dias de feira para os assaltos às localidades, vão conseguindo fàcilmente a adesão do povo. As cidades se submetem sem derrame de sangue e, embora estejam os rebeldes senhores da situação, não praticam o saque.

O caso vai tomando aspecto de uma revolução de fundo social, que se alastra ràpidamente para além das fronteiras da província, como se a opressão exercida contra a população pobre do interior fôsse o motivo de sua eclosão. Até negros cativos tomam parte no levante, como ocorreu na invasão do sítio Timbaúba, a duas léguas de Campina

Grande, cujos moradores e refugiados, que ali se encontravam, foram levados presos para a cidade, por elementos servis, que os entregaram ao vigário Calixto da Nóbrega.

Várias são as causas apontadas como determinantes da sedição, entre as quais o sistema métrico decimal, pôsto em uso no ano anterior, o aumento de impostos provinciais, a lei do alistamento militar e por fim o fanatismo religioso.

Um exame objetivo das mencionadas causas convence desde logo da improcedência de muitas delas, inculcadas subrepticiamente no intuito de acobertar o verdadeiro motivo da mazorca.

a) A lei que mandou adotar no país o sistema métrico decimal data de 1872, além do que não acarretava prejuízo para as massas. Dêste modo, quando as turbas se levantaram em novembro de 1874 o grosso da população já devia estar acostumado com os novos pesos e medidas. Sobreleva ainda notar que o quilo de ferro, em substituição à libra de pedra, aferida segundo os padrões antigos, só podia trazer vantagens ao comprador, da mesma forma que o metro, em substituição à vara ou à braça.

b) Quanto ao aumento de impostos, não é possível aceitar êsse motivo. Trata-se de pretexto que deve ser despresado por irrisório. Basta dizer que a lei que criara novos tributos não havia ainda sido posta em execução.

c) O mesmo ocorre com relação à lei que dera nova organização ao exército e estabelecera o alistamento militar, apelidada pelos Quebra Quilos de lei do cativeiro. Sabe-se que só posteriormente foi essa lei executada. E bem examinada a questão, verifica-se que beneficiava as camadas mais baixas da população livre, sôbre as quais recaia, até então, o impôsto de sangue devido ao exército, como se dizia na linguagem da época, com referência ao serviço militar.

Resta a última das causas apontadas, a do fanatismo religioso, que foi de tôdas a que influiu decisivamente no ânimo dos rebeldes.

Depois da guerra do Paraguai surgem as primeiras manifestações de dissolução do regime. Sobrevém a êsse tempo a célebre questão religiosa, suscitada pela prisão de dois bispos, que tanto abalou o prestigio do govêrno imperial, acusado de agir a serviço da maçonaria. A prisão de D. Vital, bispo de Olinda e paraibano de nascimento, excita o clero de Pernambuco e da Paraíba contra o govêrno e contra a maçonaria. Os agentes do poder passam a ser increpados de heréticos, expostos pelos padres à execração pública.

No ano de 1873 ia alta a luta entre a igreja e a maçonaria. Corre processo contra o bispo de Olinda por imputação de desobediência ao govêrno. D. Vital, ainda em liberdade, recebe do Supremo Tribunal a denúncia contra êle oferecida para que se defenda.

Na Paraíba, quem mais exaltado se mostra é padre Calixto da Nóbrega, vigário de Campina Grande. Tomado de zêlo apostólico pela causa da igreja, vai ao Recife visitar o bispo D. Vital, que está sendo processado e já avulta no conceito da população católica como mártir de um govêrno herético. De volta, convida padre Ibiapina, missionário de real prestígio no seio da população do nordeste, para abrir missões em sua freguesia.

Ibiapina prega doutrina subversiva. Manso de índole e notável em virtudes, como sempre se mostrou durante uma vida de sacrifícios e renúncia, consagrada tôda ela à causa do amor e da caridade, deixa-se contaminar da paixão que o clero fomenta em desagravo da igreja ultrajada.

Falando à multidão devota, declara-se admirado de o povo não haver ainda se levantado, como um só homem,

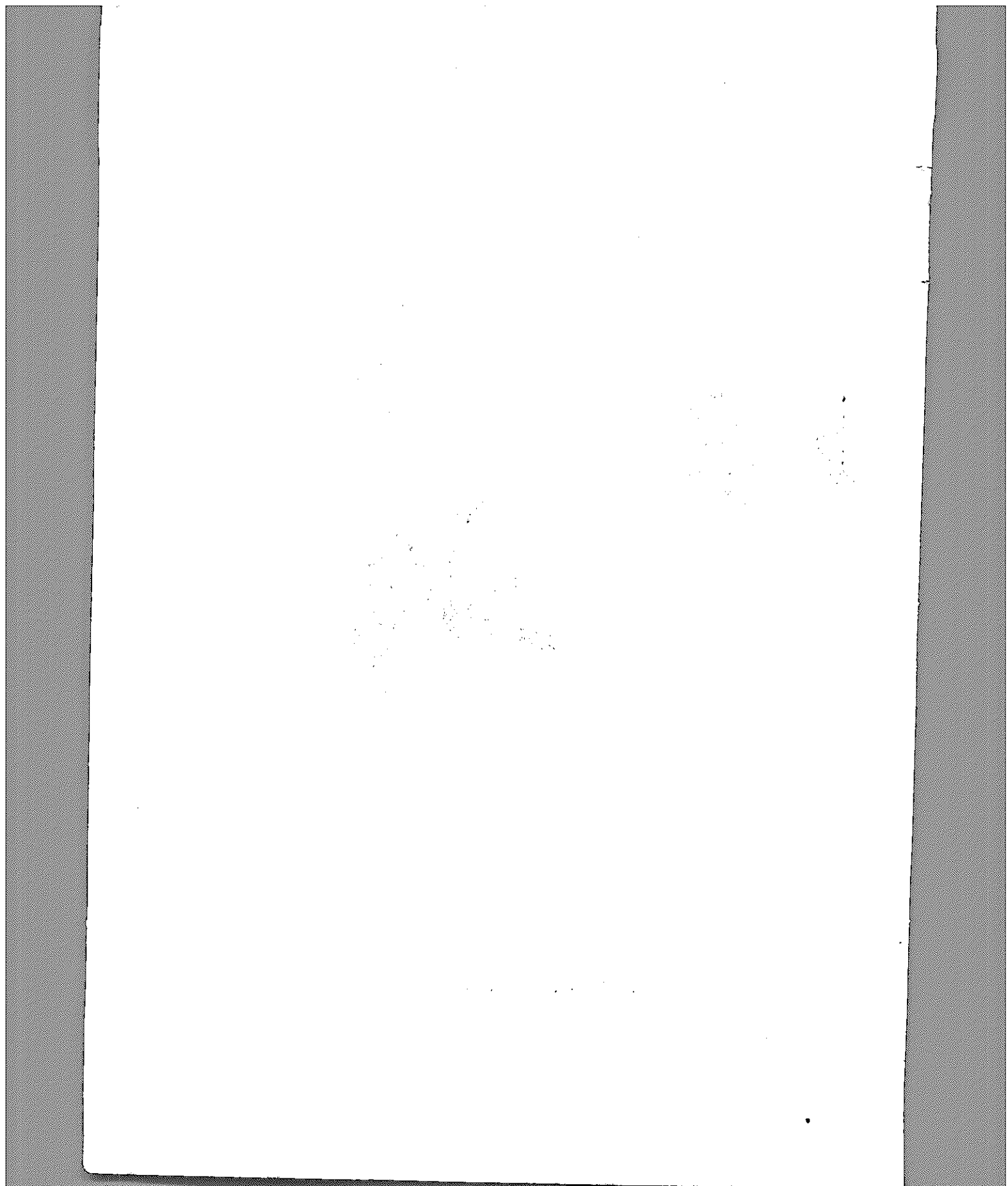
contra o govêrno. E acrescenta, com ênfase, que não há de que recear, porque a proporção entre os defensores da religião e os do govêrno era de cem para um. Em suma, aconselha desobediência às autoridades, ao mesmo tempo que alerta o povo para não comprar nem vender nada aos maçons.

As missões realizadas em dezembro de 1873 foram a semente da sedição, germinada em novembro de 1874.

Nesse meio tempo, o zêlo religioso transborda de todo o clero em chagas que sangram. D. Vital é prêso no seu palácio episcopal de Olinda, a 2 de janeiro de 1874 e transportado incontinente para o Rio de Janeiro. Julgado a 21 de fevereiro, é condenado a quatro anos de trabalhos forçados, que o imperador comuta em quatro anos de prisão simples, numa fortaleza do Rio de Janeiro.

Padre Calixto da Nóbrega não deixa que o fogo da exaltação religiosa se apague. Espírito de luta, prossegue na campanha contra os maçons, enquanto Ibiapina, arrependido do excesso de suas palavras, volta com redobrado amor a cuidar de suas casas de caridade.

Funcionava em Campina Grande, por aquela época, uma sociedade maçônica denominada — Segrêdo e Lealdade — cujos membros, católicos praticantes, foram expulsos da igreja pelo padre Calixto, debaixo de apóstrofes vexatórias, a que não faltava a de maçons excomungados. Alguns tiveram até de acautelar-se, não saindo à noite de suas casas, receosos de serem assassinados. A intolerância dos católicos mais chegados ao padre era tal que a menor discussão, a respeito de religião, degenerava em briga, com exibição de armas e ameaças de morte. Durante todo o ano de 1874 os atritos se sucedem, até que em novembro estoura o movimento sedicioso, envolvendo ao mesmo tempo vários municípios da província.

Teatro Recreio, na época em que foi transformado em cinema

Irineu Jófily nega a participação do clero paraibano, inclusive a de Ibiapina, na sedição. Afirma, como testemunha de vista, não ser verdadeira essa versão.

Tratando-se de um nome de alto conceito na história da Paraíba, sua opinião foi seguida por outros historiadores que, de passagem, têm aludido ao episódio dos Quebra Quilos, ainda hoje tão mal interpretado. Não sòmente Irineu Jófily testemunhou os fatos como há suspeitas fundadas de que houvesse participado da intentona como um de seus mentores.

Realmente o notável historiador paraibano foi testemunha de vista dos graves acontecimentos que convulsionaram a Paraíba, pois exercia as funções de promotor público de Campina Grande ao tempo em que rebentou a sublevação. Jugulada a rebelião, exonerou-se do cargo, abandonando-o no mesmo dia em que chegava a Campina Grande o chefe de polícia para apurar a responsabilidade dos implicados. Como justificativa da atitude tomada, alegou que estava sendo prejudicado nos seus interêsses de advogado.

O chefe de polícia, Caldas Barreto, em relatório apresentado ao presidente da Paraíba, a 23 de fevereiro de 1875, mostra-se surpreendido com o gesto do ex-promotor e não faz reservas em referir, a propósito, suas ligações de amizade com o padre Calixto da Nóbrega.

Ainda, em contrariedade à opinião de Irineu Jófily, pode ser invocada a palavra do presidente da provincia — Silvino Elvídio — depois barão de Abiaí, na mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, em outubro de 1875. Frisa que os impostos provinciais e lei do alistamento militar serviram apenas de pretexto aos agitadores, movidos do fanatismo religioso. E mais preciso se torna quando afirma: "O fanatismo religioso de alguns párocos preparou o espirito inculto das populações para os lamentáveis movimentos sediciosos".

Graciliano Lordão, homem probo, professor público em Campina Grande, depois deputado provincial, depondo no processo da sedição, afirmou que o padre Calixto e o missionário Ibiapina insuflaram o povo contra os maçons. Sustenta em seu depoimento que os católicos foram advertidos por aquêles sacerdotes a não obedecer ao govêrno porque pesava contra êste o anátema da Santa Sé. Narra as violências praticadas em Campina Grande, tais como quebramento de pesos e medidas, queima de cartório e arquivo da Câmara, arrombamento da cadeia, desarmamento da fôrça pública aquartelada na cidade e, em seguida, acrescenta: "O povo ficou fanatizado a ponto de não comprar nem vender a pessoas que eram consideradas maçons, e no distrito de Fagundes negaram-se logo ao pagamento dos impostos, sob pretexto de ser o govêrno maçom, como afirmara o referido padre, sendo que, desde então, ficou o povo amotinado, desobediente e desejoso de ofender àquêles que eram supostos maçons; e aparecendo agora a nova lei do orçamento provincial e novo regimento de custas tomaram os sediciosos a essas leis como causa e atreveram-se a praticar os desatinos já mencionados".

Os Quebra Quilos quando acometeram a vila de Ingá entraram dando *morra* aos maçons e *viva* aos católicos, como ficou apurado no processo.

Areia se entrega sem reação. Os sediciosos entram na cidade com vontade de "fazer o serviço bem feito", mas são contidos no seu furor por influência de cavalheiros respeitáveis, que vão ao seu encontro para dissuadi-los de tais propósitos. Até a banda de música saiu a tocar em honra dêles.

Não obstante a festiva recepção, cometem algumas violências. Queimam os papéis da Câmara Municipal, ocupam repartições públicas, depredam móveis, soltam os presos da cadeia e quebram tudo quanto encontram de pesos e

medidas. Um retrato de Pedro II que havia na Câmara é rasgado e pisado. Insatisfeitos, pretendem demolir o teatro por lhes parecer casa de maçonaria. A custo, são contidos e desistem do macabro intento, sem, contudo, deixar de destruir o que nêle encontram. Querem ainda exumar do cemitério o cadáver do Dr. Araújo Barros, que fôra juiz de direito da comarca, porque entendem que não devia repousar em lugar sagrado o corpo de um maçom.

Eram uns 200 homens armados de bacamarte, sob a chefia de Antônio Lelis de Sousa Pontes, Alexandre Viveiros e outros, que os conduziam de Alagoa Grande. Alexandre Viveiros era um pardo, já qualificado na justiça de Areia, com o nome no rol dos culpados. Uma vez senhor da cidade, foi ao cartório e queimou o processo contra êle instaurado.

Durante a permanência dos Quebra Quilos em Areia, o comércio não abriu as portas, conservando-se também fechadas as casas de família. Aterrorizava-se a população local diante daquela horda de invasores armados, mas a verdade é que não derramaram sangue nem violaram domicílios. Limitavam-se a mandar abrir os estabelecimentos comerciais a fim de quebrar pesos e medidas.

Muitas famílias saíram para o interior do município, onde se sentiam abrigadas de perigo. O advogado Luís Vicente Borges correu para seu engenho Lameiro, em cujos partidos de cana andou procurando lugar para enterrar um caixote com 20 contos de réis. Receoso de que alguém sonhasse com a botija, todo dia tirava de um lugar para outro o tesouro enterrado.

De sua casa, o juiz de direito João da Mata Correia Lima contemplava de braços cruzados o desenrolar dos acontecimentos, nada podendo fazer, uma vez que a fôrça pública fôra desarmada, sem oferecer resistência. Já se

dava por feliz em não ser molestado, como aconteceu ao juiz de Campina Grande — Dr. Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques — que teve seu domicílio violado.

O govêrno da província mostra-se impotente para sufocar a insurreição. Mas o movimento popular por si mesmo vai amortecendo e caminha para completa extinção. A ordem já está quase restabelecida quando chega do Rio a fôrça federal, em fins de 1874, composta do 14.º batalhão de infantaria e mais uma ala do 17.º, com o efetivo de 750 praças e 47 oficiais, sob o comando do coronel Severiano da Fonseca, depois general, irmão de Deodoro da Fonseca, proclamador da República. Severiano estêve em Areia, onde deixou acampada uma ala de seu batalhão, comandada pelo capitão Longuinho, enquanto outra ia estacionar em Campina Grande, às ordens do capitão Piragibe. O grosso da tropa ficou aquartelado na capital da Paraíba.

No interior, se grande foi o sobressalto da população diante dos sediciosos, não menor foi seu constrangimento depois da chegada da tropa de linha que, a pretexto de implantar a ordem, excedia-se em violências. Longuinho deixou uma tradição bem triste em Areia, com a selvagem aplicação dos colêtes de couro. A fôrça de linha, acampada na cidade, não se limitou à manutenção da ordem, que já encontrara pràticamente restabelecida. Foi aos extremos de uma perseguição cega e desalmada, envolvendo pessoas estranhas ao levante. As prisões eram feitas em massa e, depois de castigados os infelizes prisioneiros, eram remetidos para a capital, acorrentados e metidos em colête de couro. Muito caíam pelos caminhos, deitando sangue pela bôca.

Segundo o depoimento de uma testemunha da época, o deputado João Florentino, "o asilo do cidadão era violado a qualquer hora, a honra da espôsa, da donzela, da viúva e da mulher honesta, exposta ao assalto e à violên-

cia militar. As mães, as filhas, as irmãs, seguiam até a capital seus filhos, pais e protetores. Mas que podiam fazer, senão derramar lágrimas, porque a autoridade se mostrava indiferente a seus clamores"? (¹)

Alexandre Viveiros, escondido no engenho Mineiro, foi prêso e bàrbaramente açoitado na cadeia da cidade, para que todos se consternassem, temerosos, aos seus urros de dor. Vários outros prisioneiros passaram pelo mesmo castigo, muitos dos quais sem qualquer participação na revolta. Aos detidos era aplicado o famigerado colête de couro, tortura inominável que os soldados egressos da guerra do Paraguai haviam trazido, na bagagem de suas psicoses, como sinistra lembrança das planícies meridionais.

Molhava-se o couro e cosia-se ao tronco do indivíduo para que, ao secar, lhe comprimisse o tórax, a ponto de provocar vômito de sangue. Os que sobreviveram a êsse suplício, diante do qual se regalava o capitão Longuinho, não escaparam da tuberculose ou das lesões cardíacas que, cedo ou tarde, os levariam ao túmulo. De uma canção dolente, que recordava a feroz perseguição exercida em nome da lei, é êste fragmento:

E ao quebra quilo, desonrado, louco,
É tudo pouco quanto a infâmia faz!
Se aqui contempla da família o roubo,
Ali, no dôbro, o flagelam mais...

Por tôda parte, Areia, Campina Grande, Rio Grande do Norte, Pernambuco, repetia-se a mesma cena de selvageria, aplicada cegamente contra culpados ou inocentes, vítimas da prepotência disciplinadora. Procurava-se dêste modo salvar o regime carcomido, que ainda sobreviveria 15 anos ao memorável êrro político da questão dos bispos.

(¹) José Américo de Almeida — *Paraíba e seus Problemas*.

Coincidindo com a presença da tropa de linha no interior, o chefe de polícia Caldas Barreto entrou a formar a culpa dos cabeças da sedição, em tôdas as cidades e vilas onde houve perturbação da ordem. Em Campina Grande decretou a pronúncia e efetuou a prisão do padre Calixto da Nóbrega, Antônio de Barros Arruda, Manuel de Barros Sousa, Antônio Martins de Sousa, José Martins de Sousa, Manuel Nunes e João Vieira da Silva, vulgo João Carga Dágua.

Em sua passagem por Areia, pronunciou o major Antônio Lélis de Sousa Pontes, tenente Cleodom Clementino Pereira, alferes Jeremias Clementino de Vasconcelos, alferes Antônio de Sousa Ribeiro, Alexandre Viveiros e Antônio Severino, quase todos de Alagoa Grande e Ingá. Eram os mesmos que haviam chefiado o atentado à vila de Alagoa Grande, de onde partiram no mesmo dia para ocupar Areia.

O promotor público da comarca, Emiliano Gomes da Silva, esforçou-se em dar colaboração ao chefe de polícia, não só em Areia como na vila de Alagoa Nova, onde foi também instaurado inquérito para punição dos responsáveis.

O padre-mestre Ibiapina não chegou a ser denunciado, graças ao prestígio de seu nome no seio de tôda a população do nordeste, glorificado por um passado de notórias virtudes, mas não ficou isento de ser apontado em relatórios oficiais, inclusive pelo coronel Severiano da Fonseca, que vê no missionário um santo, mas lamenta increpá-lo de mentor do movimento sedioso, pois que pregara do púlpito de Campina Grande desobediência ao govêrno.

Os bispos e demais implicados na sedição foram anistiados no ano seguinte, mas Alexandre Viveiros, por fas ou por nefas, continuou prêso na cadeia de Campina Grande, de onde fugiu na sêca de 1877.

CICLOS ECONÔMICOS

IRES DE CASAL, ao descrever as vilas do Brasil no remoto ano de 1817, menciona Areia num registro lacônico, em que acentua que a riqueza de seu povo é o algodão. De fato, era o algodão naqueles tempos a base da vida econômica de tôda a região do Brejo, do mesmo modo que a pecuária constituia a única fonte de riqueza do sertão. Em conjunto ou separadamente, cultivam-se outras lavouras subsidiárias. As terras se mostravam favoráveis ao plantio da cana, mandioca, café e cereais. Mas não havia chegado ainda a época da pequena burguesia rural, nascida da cana de açúcar, embora já se contassem no município alguns engenhos de boi, com moenda de pau, montada em sentido vertical.

No meado do século, o algodão vai perdendo terreno para a cana de açúcar, que passa daí por diante a ocupar o primeiro lugar na ordem da produção agrícola. Nem por isso deixou de pesar, ainda, como valiosa contribuição, na balança comercial do município. Haja vista a colheita de 1862, estimada em 18.000 arrobas, a maior de todos os municípios da Paraíba, segundo certifica o relatório do presidente Araújo Lima. Enquanto Areia produz 18.000 arrobas de algodão, Mamanguape registra uma colheita no mesmo ano de apenas 2.500 arrobas, São João do Cariri de 1.000 e Cabaceiras de 800. No tocante à cana de açúcar, é de lamentar que o referido documento não atribua

volume à produção do Brejo de Areia, limitando-se a dizer que o plantio é feito em larga escala.

A cultura do algodão era mais compensadora que a da cana, mas havia contra ela os inconvenientes das chuvas excessivas, da friagem e também das pragas, não raro prejudicando as safras pendentes. De outro lado, nenhuma localidade da Paraíba estava tão bem aparelhada como Areia para manter em alto nível o comércio algodoeiro. Só de bolandeiras havia quatro na vila desde o começo do século, não contadas as existentes nos povoados, bem assim nas fazendas. Dos municípios vizinhos chegava também o produto para ser beneficiado na vila e transportado depois para Goiana e Recife, em cujas praças Areia se abastecia.

As bolandeiras, máquinas primitivas de descaroçar algodão, deixavam muito a desejar. Recorda-se, contudo, que nada havia de melhor na época. Eram engenhos rudimentares, acionados a mão ou a tração animal, já aperfeiçoados segundo o modêlo de Arruda Câmara, que o presidente Delgado de Castilho preconizara desde 1798. As mais antigas do sistema ainda de facão, haviam caido em desuso. As máquinas de serra, movidas a vapor, só apareceram muitos anos depois. Mal chegaram à Paraíba foram logo adotadas em Areia. O primeiro maquinismo moderno de descaroçar algodão que se instalou na cidade foi o do major Joaquim Gomes, montado em 1867. Informa Celso Mariz que o primeiro entrado na Paraíba data de 1864, mas não adianta a quem coube essa iniciativa pioneira. [1]

O exemplo de Joaquim Gomes foi logo imitado por seu desafeto, o erudito professor de latim Joaquim da Silva, que também possuia bolandeira. Outros areienses trataram, por igual, de atualizar-se com o progresso, substituindo seus antiquados engenhos por máquinas modernas, movidas a vapor.

---

[1] IBIAPINA — *Um Apóstolo do Nordeste*, pág. 111.

Pouco a pouco, a cana de açúcar vai tomando o lugar do algodão na zona pròpriamente do Brejo. E à medida que essa nova cultura sobe pelas encostas dos morros, as matas vão desaparecendo à fôrça de derrubadas e de incêndios. Não tardou que muitas propriedades ficassem de tal modo devastadas que, em época menos remota, já algumas não possuiam lenha para consumo ordinário de seus moradores. A devastação acarretava a erosão da terra e, pior do que isso, o esgotamento do solo e dos mananciais, expondo o Brejo à invasão das sêcas.

Em agôsto, era a botada dos engenhos. Os bois ou bêstas puxavam as almanjarras, fazendo rodar os cilindros da pequena moenda de pau ou de ferro fundido, por onde se metia a cana. Do outro lado saia o bagaço esmagado em menos da metade, voltando muitas vêzes a ser passado novamente nos eixos da moenda a fim de ficar mais espremido. Mesmo assim, levava para a bagaceira mais de metade do suco. A garapa que caia no cocho escorria por uma bica que mijava no parol, de onde ia para o cozimento, a fim de ser transformada em açúcar ou rapadura.

No comêço, os engenhos fabricavam sòmente açúcar, mas como a rapadura passou a ser artigo mais vendável e de tratamento menos demorado no processo de fabricação, todos os senhores de engenho deram preferência a êsse tipo de produção, na indústria de transformação da cana de açúcar. O sertanejo comia feijão com rapadura e o brejeiro adoçava com rapadura o seu café. Do sertão ao Brejo dizia-se que onde houvesse farinha e rapadura estaria o pobre de barriga cheia, em condições de enfrentar as mais prolongadas sêcas.

Cada gangorra fazia, no máximo, 300 rapaduras por dia, ou seja uma carga e meia. Com o tempo, os estabelecimentos agricolas foram crescendo em número e também na sua capacidade de produção. Os mais bem mon-

tados já fabricavam de três a quatro cargas por dia, de duzentas unidades a carga, começando o trabalho às duas da madrugada e terminando às oito da noite. Alguns produziam também cachaça com as bôrras do melaço.

A curta distância uns dos outros, os engenhos de rapadura, movidos ao passo ronceiro das juntas de boi, fumegavam. De longe, sentia-se o cheiro gostoso do melaço que se desprendia do cozimento. Sobranceiro ao engenho, a casa grande de morada, que de grande só tinha o nome, onde a rêde de tapuirana nunca deixava de estar armada na sala da frente, como peça indispensável ao mobiliário, do qual fazia parte, também, o baú de pregaria, à guisa de cadeira. Ao lado da morada, a casa de fazer farinha, o curral da vaca de leite, o chiqueiro dos porcos. Nada de pomar, nem de banheiro, nem de latrina. Tomava-se banho nos açudes ou nos riachos e era no mato que cada um se desapertava de suas necessidades.

O senhor de engenho quase não se distinguia dos cabras do eito, face ao grotesco de sua postura. Andava descalço, camisa por fora das calças, aos berros com a cabroeira, já acostumada aos destampatórios intempestivos daquela saudação diária. Alguns chegavam à bagaceira do engenho do modo como saíam da cama, de chambre e ceroula, tendo à mão, como distintivo, um alfange ou gancho de virar bagaço.

Mas quase todos tinham seu pé de meia. Era gente honrada e trabalhadora, sensível às idéias do progresso e, embora a classe mais poderosa do município, não tinha bem a consciência de sua fôrça, nem jamais chegou a adquiri-la. Apesar de rústicos, não descuravam a educação dos filhos, a exemplo dos comerciantes estabelecidos na cidade. Pelo menos um dos rapazes, quando as condições permitiam, havia de tirar o pé da lama para ser encaminhado aos estudos, de preferência ao seminário de

Olinda. Não foram poucos os que seguiram para as faculdades do Recife e do Rio de Janeiro, alguns até para a Europa.

Os mais abonados davam-se ao luxo de ter casa montada na cidade, para onde levavam a família, uma vez ao ano, durante as festas da padroeira. O velho Casusa do Macaco chegou a construir um vistoso sobrado para essa pequena temporada festiva. (2)

Encerradas as solenidades religiosas, estavam de volta no outro dia, aos cafundós dos engenhos, com grande pesar das filhas môças e casadoiras, que só de tempos em tempos tinham a alegria de ver a face enamorada da cidade. Bem poucos deixavam de ter sua fazendola de gado no Curimataú, onde passavam alguns meses do ano, no período do inverno, fugindo ao frio e à lama do Brejo.

A única espécie de cana que se cultivava no município era a caiana, mas por volta de 1884 apareceu a moléstia da gomose, que dizimou por completo todo o canavial. Os engenhos cairam de fogo morto durante duas ou três safras, pois a cana que novamente se plantava era atacada da doença e quando moída não dava rapadura que prestasse.

Por êsse tempo, o engenheiro Retumba estêve em Areia, comissionado pelo govêrno da província, a fim de examinar a causa do mal e o remédio a ser aplicado. Retumba, engenheiro de minas, vendo que o assunto escapava de sua especialidade, apesar dos conhecimentos gerais que possuia, sugeriu ao govêrno a criação de uma escola de agricultura no interior. No particular da cana de açúcar, fêz o que pôde pela salvação dessa lavoura.

---

(2) Êsse sobrado foi adquirido pelo vigário Odilon Benvindo, sobrinho do velho Casusa do Macaco, e instituído, após sua morte, em residência paroquial, conforme disposição de última vontade consignada em testamento. Ficava situado ao lado da matriz e ùltimamente foi demolido para alinhamento da Rua Vigário Odilon.

Os terrenos, a seu ver, estavam esgotados pela continuidade de uma mesma cultura, que exaurira da terra os sais de potassa de que se alimentava. Aconselhou aos senhores de engenho que empregassem cinza nas terras cultivadas, o que alguns já vinham fazendo sem resultados positivos.

Muitos agricultores, desanimados com a praga, mostravam-se inclinados a adotar a cultura do café, que já vinha ensaiada no município desde muitos anos, mas neste ponto Retumba revelou imprevidência ao procurar demovê-los do intento. Achou que obrariam com desacêrto abandonando a monocultura da cana. Ao cabo de algumas tentativas, a solução foi afinal encontrada pelos próprios senhores de engenho que, por intuição ou experiência, trataram de substituir a cana caiana pela preta ou crioula, espécie que resistiu ao mal com absoluta incolumidade.

Em 1888 monta-se o primeiro engenho a vapor no município. O autor dêsse arrojado empreendimento foi o coronel Manuel Gomes da Cunha Melo, senhor do engenho Jussara. Segue-se outro no Saboeiro, de Arcanjo Cabral, e o terceiro no Mundo Novo, do Dr. Cunha Lima, cunhado de Maneco da Jussara. Em sua maioria, os engenhos continuavam movidos a tração animal. Só muito espaçadamente as locomóveis iam tomando o lugar das obsoletas almanjarras. Não era fácil aos agricultores a adoção de métodos modernos para aproveitamento da lavoura, tanto por causa da rotina como pelo esgotamento de recursos. Mesmo assim, o Brejo continuava sendo o celeiro do sertão. Através da Chã do Jardim, em compridas récuas de mulas, escoava-se tudo quanto produzia em rapadura, aguardente, fumo, café e cereais. Vieram depois, como novidade dêste século, as caldeiras de fogo central, que davam produção na ordem de 20 cargas de rapadura por dia.

Em contrapartida, a rapadura ia perdendo cotação no mercado. Não fôssem os salários baixos e o exagerado da economia, muitos senhores de engenho não podiam man-

ter-se com a insignificante margem de lucro que as safras lhes proporcionavam. Mas os salários baixos haviam de resultar, como inevitável, na escassez de braços. Os cabras do eito, quando não emigravam para o eldorado do Amazonas, onde encontravam a morte certa, arribavam para o sertão ou trocavam a enxada pela vida mais folgada da cidade.

Por sua vez, o sertanejo escasseia com seus comboios para as compras que costumava fazer no Brejo. Já não precisa de buscar tão longe um produto que a própria zona consumidora entrava a produzir em escala crescente. Em agravo dessa situação, a Assembléia da Paraíba, no orçamento de 1894, tributou a rapadura com o impôsto de dois mil réis por carga que saísse do Estado. O resultado dêsse malfadado impôsto de barreira foi a perda do mercado do Rio Grande do Norte, que era o mais forte de todos os consumidores. O sertanejo rio-grandense passou a abastecer-se nos Cariris Novos, com evidente prejuízo para a lavoura canavieira do Brejo.

A cana de açúcar, que fôra uma cultura de nobreza, desmoralizava-se de ano para ano. Já em 1894 afigurava-se grave a situação do município, não só pela falta de braços para a lavoura como pela estagnação dos produtos no mercado. Chamando a atenção dos poderes públicos para êsse fato, bradava o *Democrata* que a depreciação das safras podia provocar abalos ruinosos na economia da Paraíba. (3)

A partir de 1900, à medida que as estradas de ferro fecham o cêrco em tôrno de Areia, acentua-se a crise na economia canavieira. O trecho ferroviário da capital a Guarabira, inaugurado desde 1884, prossegue em demanda do Rio Grande do Norte. Mulungu liga-se a Alagoa Grande em 1901, Itabaiana a Campina Grande em 1907, Guarabira

---

(3) Edição de 28 de novembro de 1894.

a Borborema em 1913. Estava Areia, por esta forma, apertada num cinturão de ferro, que lhe tirava as fôrças de sobrevivência.

A rapadura que antes se vendia a cem mil réis o milheiro e até a mais, cai verticalmente de preço na entrada dêste século. Sua cotação, em plena safra, oscilava entre 25 a 30 mil réis o milheiro, o que vale dizer a cinco ou seis mil réis a carga. E quando o produto não era de primeira custava a encontrar comprador, mesmo oferecido a três mil réis a carga, só para evitar que voltasse da feira para o engenho de onde saira. Decididamente não dava para cobrir as despesas de custo. [4]

Um senhor de engenho com o apurado de uma semana de moagem mal podia pagar o jornal de seus trabalhadores. Muitas vêzes ficava sem dinheiro para fazer feira. Se acontecia encalhar o produto no mercado, por falta de comprador, a agonia ultrapassava os limites de sua capacidade de sofrimento. No periodo de entre-safra, os mais esgotados de recursos vendiam até os bois da almanjarra ou o quartau de sela para aguentar o trem de vida. Fiado não se comprava porque ninguém tinha crédito. Se as tachas do cozimento se furavam, o que amiúde estava a acontecer, recebiam remendos, uns sôbre os outros, do fundo até à bôca, pois bem poucos dispunham de 50 ou 60 mil réis para comprar uma nova.

Em muitas propriedade tão diminutas eram as safras que o melão de são caetano cobria a bagaceira do engenho, durante a maior parte do ano. Casas deterioradas, moradas sórdidas, trabalhadores emulambados, tudo denotava decadência. Os assalariados moravam em mocambos de

---

[4] Atualmente já se vende uma carga por 400 cruzeiros. O município possui uma usina de açúcar e vários engenhos com capacidade para 45 e 50 cargas de rapadura por dia, além da produção de aguardente, que é grande. Não obstante, a quebradeira geral continua um problema de difícil solução.

palha, que mais pareciam chiqueiros de porco. E nessas esterqueiras criavam a família, dormindo aos magotes, em jiraus de vara ou no chão úmido, na mais abjeta promiscuidade. Quando chovia, a àgua corria em bica por dentro da pocilga, onde todos viviam agachados. No terreiro dos casebres, meninos pançudos, de pés cambados, ostentavam a barriga cheia de lombrigas. As filhas môças não tinham mais que uma muda para cobrir o corpo, e os moleques de dez anos já pegavam no pesado para ajudar os pais. Roçados não tinham porque mourejavam no alugado os seis dias da semana e também porque o patrão não lhes dava terra para plantar. A única alegria era beber dois vinténs de cachaça nas feiras, aos sábados. O saldo do salário, que ao fim da semana recebiam, mal chegava para a farinha e a pinga. Às vêzes, um litro de fava para o consumo da semana. Tomavam bons tragos, mas não ficavam alterados. Embora tristes, sem razão mesmo para expansão de alegria, eram dóceis, respeitadores, serviçais. Comendo pirão dágua com caíco, ou fava pura com farinha, resistiam ao trabalho pesado de sol a sol, com inexplicável energia física. Os que tinham uma cabra de leite para sustento do filho de colo consideravam-se ricos. Meninos de cinco anos cachimbavam à vista dos pais para prevenir contra possível dor de dente. O pito e a pinga tanto serviam para enganar o estômago como de consôlo ao aviltamento da condição social em que viviam. Acostumados com a desgraça, não proferiam uma palavra de lamentação, não se davam mesmo que lhes faltasse tudo, menos a graça de Deus e um pedaço de fumo pacaia com que espantavam os mosquitos e a tristeza. Gente que não roubava nem mesmo para matar a fome e ainda sofria as injustiças, por vêzes clamorosas, que os patrões estavam sempre prontos a praticar.

A melhor riqueza que escorria das bagaceiras de engenho e que lamentàvelmente quase tôda se perdeu era a do

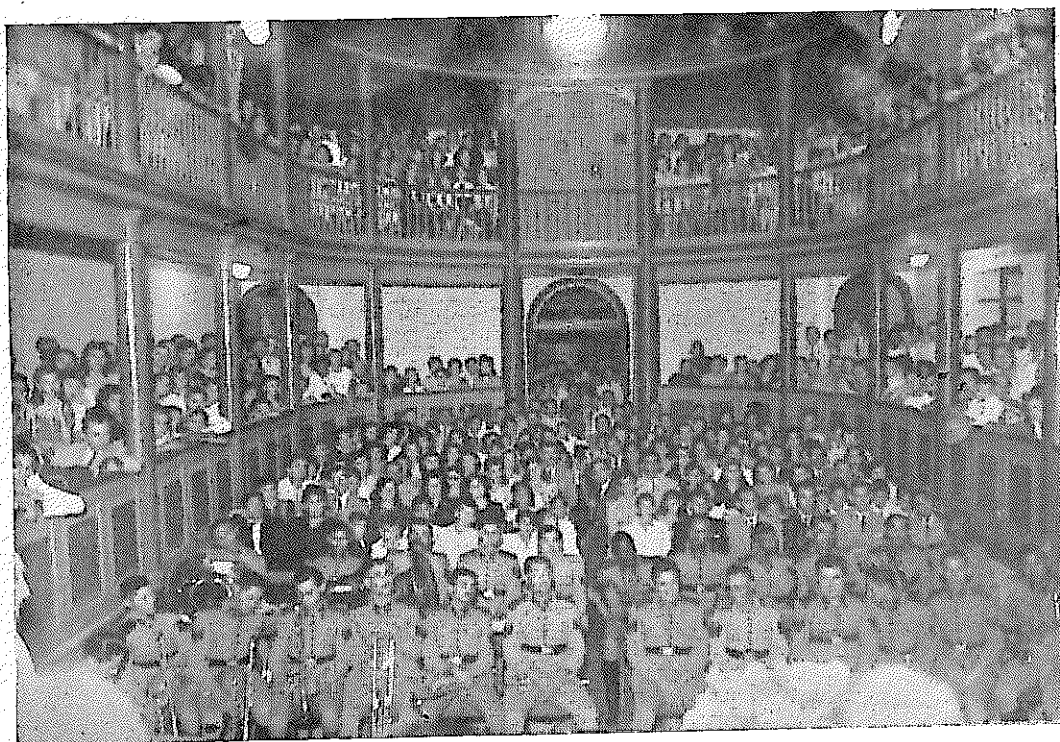
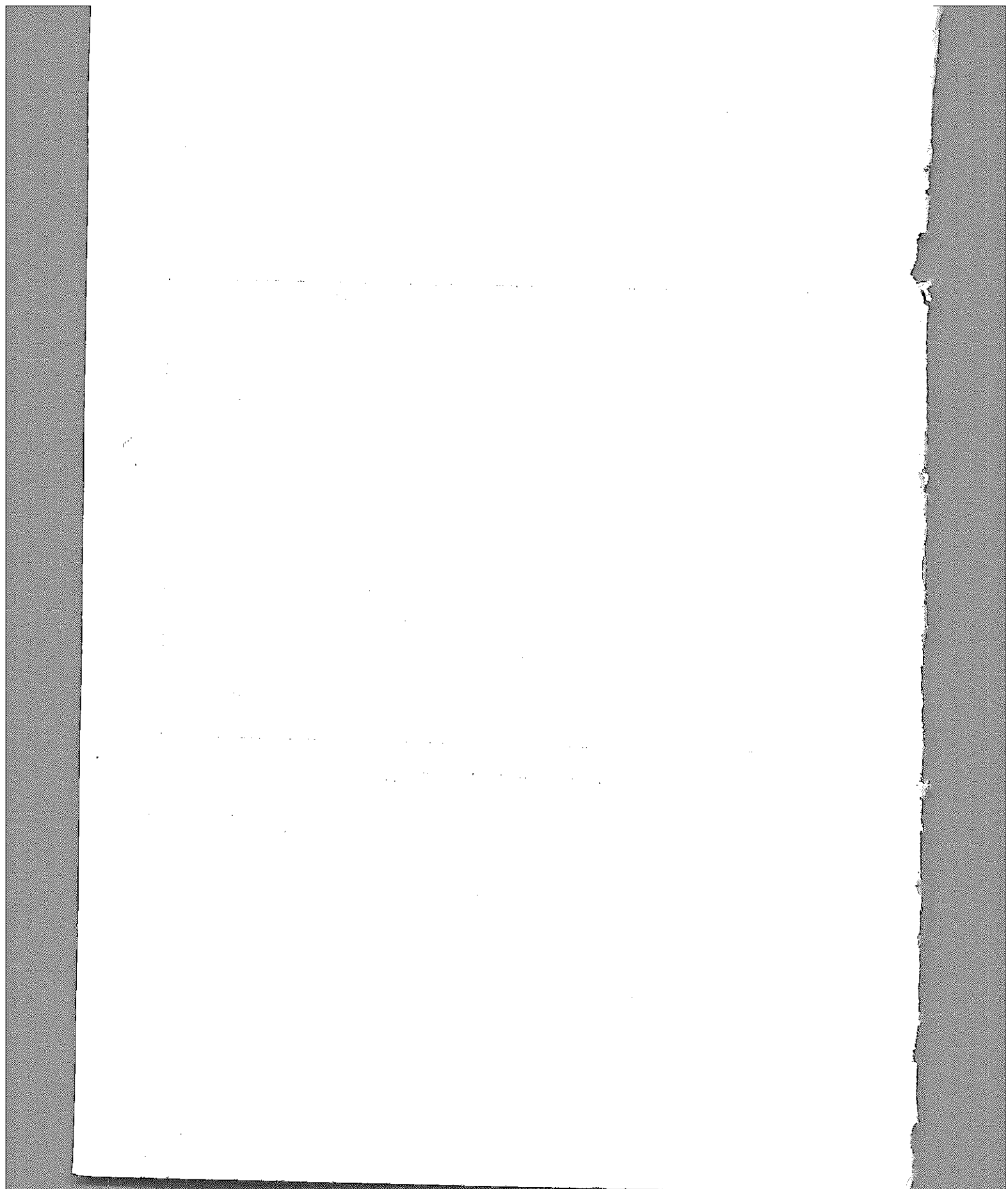
folclore, na sua expressão mais genuína, manifestado na arte de curar e no sabor da linguagem brejeira, tanto pelo negro velho como pelo cambiteiro de cana. No alto das almanjarras, os moleques tangedores assobiavam com alacridade, enquanto rodopiavam o chiquerador, ao trote estrepitoso das bêstas. Às vêzes, esganiçavam a voz numa sátira gostosa contra o senhor de engenho, quando êste andava por longe:

Sereno da madrugada
Dá frio, sono e calô
Bota as bêstas na manjara
Que senhô de engêm mandô!

Senhô de engêm tá dormino
Na porteira do currá
Acorda senhô de engêm
Que a boiada qué passá!

Senhô de engêm tá no inferno
Lavradô tá nas profunda
Fornaieiro vai atrás
Tocando fogo na bunda.

Senhô de engêm ceva cana
Lavradô tira bagaço
A filhinha que êle tem
Carrega mel no cabaço.

Tão grande o pauperismo no seio da classe que se contavam os senhores de engenho que não andavam encalacrados, com suas propriedades hipotecadas. Presos às gavetas dos capitalistas, nem os juros podiam pagar. Bancos não havia para financiamento da lavoura, mas havia, em compensação, capitalistas que emprestavam a 18 e até 24 por cento ao ano, conforme o valor da dívida. Os empréstimos pequenos, até dois ou três contos de réis, podiam

Vista interna do Teatro Recreio

ser tomados mediante promissórias, livres de aval, instituto que só veio a ser conhecido em Areia depois de 1930. Os que tomavam dinheiro emprestado para fundar nova safra, arriscavam-se a ficar sem mel e sem cabaça. Alguns agricultores, desanimados com a quebradeira, procuravam o credor para entregar-lhe o bem hipotecado, mas nunca se deu o caso de haver um só perdido seu sacrificado patrimônio. No fôro de Areia nenhuma execução por dívida se registrou contra senhor de engenho naquela época de triste decadência da classe.

Os banqueiros de então eram Manuel Torquato de Freitas, Zuca Palmeira e Alfredo Simeão. O maior de todos, Torquato de Freitas, possuía uma fortuna em dinheiro superior a 800 contos de réis, sendo além disso fazendeiro de café. Os outros tinham em giro capital na ordem de cem contos e com o produto dêsse dinheiro mantinham-se cada vez mais capitalizados. Nunca perderam um real do principal ou juros nas operações de empréstimo, fôsse a dívida apenas de bôca ou coberta com garantia real.

Os agricultores que se dedicaram ao plantio de café fizeram sua independência em pouco tempo. Já havia no município um ensaio de cultura cafeeira desde quando Areia se erigiu em vila, mas em tão diminuta escala que deixava de ter expressão econômica. Os que possuiam ao redor de sua morada alguns milheiros de pés de café não se animavam a alargar-se nessa cultura, que pouca confiança inspirava, não só pela longa espera da primeira colheita como pela margem de lucro, que lhes parecia menos compensadora que a da cana de açúcar. Não levavam em conta que depois de fundado o sítio à sombra de cajueiros e de árvores leguminosas, as despesas de conservação ficavam pràticamente anuladas.

Quem foi o pioneiro da cultura cafeeira no município, a rigor, não se sabe. Apolônio Nóbrega, apoiado em de-

poimentos do coronel Estevam de Ávila Lins e de Simão Patrício da Costa Neto, aponta como tal Inácio Nogueira, dono da propriedade Ipueira. [5]

Êsse fato deveria ter ocorrido em princípio do século passado, pois em 1820 já outros proprietários plantavam a rubiácea, segundo pesquisas feitas pelo mesmo Apolônio. Quando João Baracho comprou umas terras em Mata Limpa, em 1830, encontrou cafezal com mais de dez anos de existência. Eram, enfim, núcleos experimentais que ficaram sem desenvolvimento apreciável durante cêrca de 60 anos, em nada influindo na economia do município.

Tardio foi o incremento da cultura cafeeira em Areia. O presidente da província José Rodrigues Pereira, em outubro de 1879, baixou decreto concedendo gratificação de dois contos de réis ao agricultor que colhesse de suas lavras oito mil quilos de café por ano, mas não houve no município ou mesmo fora dêle quem estivesse em condições de habilitar-se ao prêmio. Já nesse tempo Segismundo Guedes Pereira largava-se de Areia para enriquecer em Bananeiras, plantando café.

A produção local pouco excedia do consumo. Muitos anos depois, quando as safras de cana se perderam em virtude da moléstia que arrasou os canaviais, os senhores de engenho, mesmo assim, não se mostraram inclinados a adotar a rubiácea como sucedâneo da cana de açúcar. Todavia, os menos rotineiros foram aos poucos alargando as lavras, com resultados encorajadores. No fim do Império, o comerciante Antônio Pereira dos Anjos plantou cêrca de 30.000 cafeeiros, no sítio Pirunga, que adquirira às portas da cidade e já em 1894 instalava ali a primeira máquina de despolpar café. No ano seguinte, era Zábulon Jovem Herói da Trindade quem montava em sua propriedade outro despolpador. Tão bons resultados obteve Antônio Pereira dos Anjos em sua iniciação agrícola que

---

(5) História do Café no Ceará e na Paraíba.

largou o comércio para dedicar-se à lavoura, adquirindo inclusive a propriedade Gruta Funda, que cobriu de café. Mas nesse tempo quem intensificou com mais fôrça a cultura cafeeira no município foi Manuel Torquato de Freitas, que em 1892 lavrou uma plantação de 400.000 pés no Bujari. Além de produtor, comprava grandes partidas do produto na fôlha, consolidando, assim, a fortuna mais respeitável do município. (6)

Diante das vantagens colhidas pelos que rompiam com a monocultura da cana, houve uma corrida sôbre o café, surgindo então grandes cafeicultores, como Dr. Cunha Lima, no Mundo Novo, Manuel Gomes, na Jussara, Antônio da Silva, na Ipueira, Bento Jardelino, no Ôlho Dágua Sêco, Armando Freitas, na Gruta Funda, Graciano Soares, no Pirunga, Bertoldo Guedes, no Marzagão, Afonso Costa, Luís Baracho, Silvestre Freire e Quintino Alves, em Mata Limpa. Por último, Luís Inácio de Melo, Pedro Silva, João Henriques, Adauto Pio, Jaime de Almeida, Álvaro Marinho e muitos outros entre os plantadores de maior categoria. Na época da colheita, os proprietários libidinosos saciavam-se nas cabrochas bonitas, como bem define a trova matuta:

Quem tiver a sua filha
Não mande apanhar café,
Se fôr menina vem môça
Se fôr môça vem mulhé.

Os engenhos iam caindo de fogo morto. Em breve, estaria o município em condições de competir com Bananeiras, o maior centro de produção de café da Paraíba, tal a expansão da cultura nos ensaios das primeiras safras. Mas veio a praga, como terrível flagelo, exatamente na época em que os grandes cafezais começavam a produzir.

(6) Comprar na fôlha significa comprar a baixo preço o produto da safra pendente para recebimento depois da colheita. Só vendia na fôlha quem estava enforcado.

Arrasou a cultura existente em menos de cinco anos, deitando por terra, mais uma vez, a economia do município.

Manifestou-se a praga na fazenda Tauá, entre Areia e Guarabira, no ano de 1921. Rápido se alastrou, com fúria devastadora, por todo o município, invadindo, ao mesmo tempo, os territórios de Serraria e Bananeiras. O povo apelidou de *vermelho* o bicho responsável pela doença do cafezal, mas os entomologistas do Ministério da Agricultura deram-lhe o nome pomposo de *Cerococus Parahybensis*.

Houve muita discussão palavrosa em tôrno do assunto, sem que fôsse acompanhada de orientação científica, no sentido de debelar o mal. Os técnicos chamados a estudar a praga detiveram-se em exames profundos sôbre aspectos os mais sutis da questão. Agarraram-se ao inseto, analisando-lhe o tamanho, a côr, o comprimento da tromba, o casulo, o sexo, a excreção, a carapaça córnea da fêmea, o processo de reprodução, e ao cabo de tudo isso concluiram que o *Cerococus* não era uma doença e sim uma praga.

Nesse meio tempo, aconteceu o que tinha de acontecer. Consumou-se a ruína do cafezal, como uma desgraça das maiores que desabasse sôbre a castigada zona do Brejo. Enquanto os técnicos discutiam e elaboravam alentados relatórios, nenhuma providência concreta, mesmo a título experimental, foi tentada. O govêrno estadual permaneceu inativo, em atitude contemplativa, esperando que os entomologistas acabassem com a discussão e lhe mostrassem o caminho. O federal deu por cumprida sua missão em fornecer os técnicos. Os deputados, aguardando displicentemente que o govêrno ou a natureza agisse. Os agricultores, de mãos na cabeça, contemplando o quadro de ruína, que devastou o Brejo e afetou a economia do Estado.

Conquanto não houvesse estatística certa sôbre o cafezal existente na zona do Brejo, a estimativa para Areia,

em 1920, era da ordem de seis milhões de pés, a maior parte em início de frutificação.

Com a queda do café, tentou-se por algum tempo, a exemplo de Bananeiras, a cultura do fumo de estufa, logo abandonada, por não ter dado os resultados desejados. Foi uma iniciativa sem reflexos econômicos, tal e qual a da amoreira, juntamente com o bicho-da-sêda, experimentada com grandes esperanças por João Barreto.

O agricultor, apegado à terra, insistia em lutar contra a adversidade. De novo, os engenhos de rapadura voltaram a fumegar, numa paisagem onde apenas reinava desolação, provocada por tantos e tão repetidos desequilíbrios econômicos. O padrão dos pobres era adotado por todos, a ponto de nivelar aos mais baixos a classe dos remediados.

Foi por essa época que surgiu uma cultura nova, a do agave, que levantou os ânimos decaídos. O pioneiro dessa cultura no município foi Germano de Freitas, na mesma propriedade Bujari, que seu pai, o velho Torquato de Freitas, cobrira de café. Germano lançou-se ao plantio com a obstinação de quem estava cavando uma mina e enquanto plantava adotava métodos racionais de extração e industrialização da fibra. Mas não ficou apenas nisso. Aperfeiçoou uma máquina rudimentar de extração, que Antônio de Andrade vinha experimentando, incipientemente, no vale do Gramame, incentivou os agricultores do município a que o acompanhassem na nova exploração agrícola, oferecendo de graça as mudas que desejassem, montou cordoaria e foi êle, finalmente, quem abriu o mercado do agave na Paraíba, exportando pela primeira vez a fibra para o exterior.

Em pouco tempo, a economia do município estava recuperada. A cultura do sisal estendeu-se ràpidamente por vasta zona do território da Paraíba, do litoral aos Cariris, disseminando-se inclusive pelos Estados vizinhos. Por tôda

parte só se via agave. Onde foi engenho de rapadura ou fazenda de café não se fazia outra plantação. Os maiores produtores de Areia eram Germano de Freitas, José Rufino, João Barreto, Nilo Moreira, Bento Jardelino, Francisco Gondim, José Leal, Sebastião Maia, Severino Teixeira e muitos outros entre grandes e pequenos. A lavra de José Rufino orçava por um milhão de pés, não sendo poucos os que trabalhavam para ultrapassá-lo no volume da plantação. As terras se valorizavam de ano para ano, por modo a anular as previsões mais otimistas. Propriedades que antes eram oferecidas a 50 contos de réis e não encontravam comprador, tinham agora cotação acima de dois milhões de cruzeiros. O Banco do Brasil montou uma agência em Areia, logo classificada entre as melhores do interior.

Era o tempo das vacas gordas. Todo mundo gastava dinheiro à-toa porque as boladas recebidas quase não cabiam no bôlso. Abriam-se estradas particulares para que o automóvel chegasse a todos os estabelecimentos agrícolas, onde antes era difícil o acesso a cavalo. José Rufino e Germano Freitas foram os primeiros a melhorar as condições de habitação dos trabalhadores rurais. Substituíram por casas de alvenaria, cobertas de telha, bem acabadas e higiênicas, os mocambos e choças de palha, onde moravam os agregados. A princípio censurados por aquela extravagância, terminaram imitados pelas mentalidades retrógradas que persistiam em reagir contra o progresso. Em muitas propriedades, as velhas casas de morada foram reformadas e substituídas por vivendas confortáveis, com luz elétrica, água encanada, geladeira, rádio, telefone e, ao redor, magnífico pomar.

Entretanto, pouco durou o reinado do agave, talvez menos de oito anos. De repente, a fibra caiu a preços irrisórios, com graves prejuízos para a balança comercial do Estado. Fato recente, ocorrido em 1952, seus efeitos ainda perduram.

A lavoura do sisal na Paraíba, embora já conhecida desde 1916, só tomou incremento a partir de 1940, quando o mercado da fibra abriu novas e promissoras perspectivas. Em 1940, a Paraíba exportou cêrca de 40 mil quilos, no valor de Cr$ 47.241,00. Já no ano seguinte a exportação subiu a 269.774 quilos, deixando um saldo de Cr$ 826.653,00. O mercado franco e o preço compensador aceleraram o ritmo de produção. Em 1951, a exportação alcançou o volume de 51.765.519 quilos, no valor de Cr$ 423.355.233,00, ao preço de oito cruzeiros por quilo. Daí por diante, com o retraimento dos mercados compradores, entróu em crise a lavoura agavieira, acarretando graves reflexos para a economia do Estado, mais ainda para a dos agricultores da zona do Brejo, já castigados por tantos reveses econômicos.

Novamente os engenhos de rapadura voltaram a fumegar, mas contra essa atividade agro-industrial há agora uma conspiração muito séria. Surgiu o problema do salário alto, agravado mais ainda com a falta de braços para a lavoura. O êxodo do homem do campo para o sul do país, atraído pela miragem das cidades grandes e também pelo espírito de aventura, aumenta de ano para ano, acarretando agonia aos agricultores. Os govêrnos se mostram indiferentes a êsses deslocamentos em massa, nos chamados "paus de arara", cujas conseqüências estão sendo fatais para a lavoura do nordeste. Os morros e favelas do Rio de Janeiro já transbordam de desajustados, e é nessa lixa de corrupção e de malandragem que vai cair o nordestino para desgaste de suas últimas reservas morais.

Não sòmente o trabalhador braçal vem abandonando o campo. O fenômeno é antigo e tem causas mais profundas do que parece, tanto do lado econômico como do social. Já os filhos do senhor de engenho, quando aprendiam a ler, abandonavam a bagaceira, levando saudades apenas das cabrochas brejeiras. Muitos saíram para brilhar nas

letras e na política, outros se encarreiravam nas profissões liberais, no comércio, na burocracia. Também os assalariados ao cabo da enxada acharam que era chegado o momento de romper com o conformismo tantas vêzes secular. Compreenderam o esfôrço inútil de um trabalho que não compensa, de sol a sol, de pai a filho, sempre na mesma pindaíba. O próprio senhor de engenho não larga aquela vida por outra menos ingrata porque não pode, é um homem chumbado à terra, nascido para remar contra a maré, sem direito sequer a um período de férias durante 50 ou 60 anos de trabalho. Sabe que se deixar de trabalhar deixará também de comer. No Brejo, o trabalhador braçal aprendeu a ler e como acontece em todo o Brasil quando o homem aprende a ler não quer mais negócio com o cabo da enxada, salvo se fôr o dono da terra.

Os terrenos acidentados do Brejo não permitem a mecanização da lavoura, de modo a atenuar a situação da falta de braços. Os agricultores, desalentados com tantos problemas, estão introduzindo a criação de gado nas terras dos engenhos. Os fatôres contrários a essa experiência, tais como carrapato, frio e lama, poderão ser superados por medidas de previdência e proteção. Enfim, é uma experiência do momento, que não entrou ainda para o domínio dos fatos consumados.

O freqüente abandono de uma solução por outra, nos ciclos econômicos, mostra a instabilidade da produção básica do município, em cuja ordem se sucedem algodão, cana, café, agave e por fim a pecuária. A cana de açúcar tem sido, em todos os tempos, a cultura intermitente, que nunca foi totalmente abandonada, nem deu jamais ao homem os meios de tirar o pé da lama. Vem, assim, Areia, desde muitos anos, sofrendo colapsos mortais, caracterizados pela instabilidade econômica das crises cíclicas. Vive ainda hoje uma economia consumptiva, como nos dias do passado em que produzia quase que exclusivamente para seu consumo.

COMÉRCIO

Areia viveu uma infância que não tem história durante os anos em que a capitania da Paraíba estêve anexada à de Pernambuco, de 1755 a 1799. Nesse período de abandono, não era sòmente a nascente povoação que definhava, mas tôda a capitania, que já fôra anexada em razão da debilidade de suas rendas. Os produtos da lavoura, principal fonte de arrecadação, escoavam-se em grande parte pelo pôrto do Recife, e essa sangria durou muito tempo, prolongou-se por anos a fio, mesmo depois de restabelecida a autonomia da Paraíba.

O pequeno comércio que então havia era exercido por mascates, na sua maioria portuguêses, que terminavam estabelecidos com armazéns de secos e molhados. Maximiano Machado frisa êsse fato, que já tinha por si a autoridade de Koster. Em 1810, quando Koster andou peregrinando pelo território da Paraíba, viu nos mascates homens úteis, geralmente probos, que em suas incursões pelo interior jamais perdiam de vista a povoação onde moravam. (1)

Mais tarde, quando Areia se constituiu em município, um pequeno comércio local já satisfazia as exigências do meio, abrangendo inclusive tôda a zona do Brejo. Em pouco, tornava-se o maior do interior. Mas na segunda metade do século foi superado pelo de Mamanguape, que lhe arreba-

---

(1) *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pág. 100.

tou a supremacia, embora houvesse também caído, por modo quase fragoroso, em conseqüência do isolamento das comunicações, quando as estradas de ferro penetraram o interior.

Em Areia, preponderava a feira no desenvolvimento do comércio. Estando na agricultura a base de todo o florescimento, havia muito que vender em produtos da lavoura e, via de regra, quase tudo se escoava para o sertão. Era ali que se davam as trocas dos produtos da região agrícola com os da pastoril. Essas trocas, de ordinário, se processavam nos dias de feira, aos sábados. A influência da feira não só animava o comércio como também vitalizava a economia do município. As safras cresciam de volume, os negociantes faziam melhor apurado e, dêste modo, todo mundo usufruia vantagens, até mesmo os que viviam do artesanato.

Outro centro de maior abundância não havia por perto, onde o sertanejo pudesse se abastecer das utilidades necessárias ao seu consumo. Tropas de burro chegavam de tôdas as ribeiras, dos Cariris e de além Borborema, uma vez que o Brejo estava em condições de suprir o sertão num raio de 60 léguas. De outro lado, comércio em grosso só mesmo em Pernambuco, nas cidades de Goiana e Recife, a maior distância do sertão. O da capital, igualmente afastado, era demasiado fraco para estender seu raio de ação além da várzea do Paraíba. Uma única firma de importância que possuía, a de Vitorino Pereira Maia, estabelecida com o gênero de estivas, terminou falida.

Campina Grande, embora mais velha do que Areia, não adquirira ainda expressão comercial. Mais para o fim do século é que vai saindo do marasmo em que se conservara estagnada durante tantos anos. Seu comércio só cresceu de importância depois que a feira de gado recuou de Itabaiana para lá. Essa feira de gado, onde quer que se instalasse, dava expressão econômica ao lugar. Primei-

ramente, foi em Iguaraçu, depois em Goiana, a seguir em Itabaiana, de onde passou para Campina Grande. As cidades que iam ficando para trás caiam em decadência. Mas o progresso de Campina Grande só se tornou verdadeiramente notável a partir de 1907, com a inauguração do trecho da estrada de ferro, ligando aquela cidade à capital e ao Recife. Passou então a fechar as portas do sertão ao Brejo e à capital, como antes fizera Areia.

A feira de Areia, nascida com a criação do município, gozou a reputação de ser a maior da Paraíba, até o fim do século. Afirma Joaquim da Silva que era a maior do norte do Império, pelo menos até 1881, época em que enviou ao Barão de Ramiz Galvão o memorial que figurou na Exposição de História do Brasil, que o ilustre historiador organizara na Biblioteca Nacional. [2]

De longe, ouvia-se o zunzum do aglomerado humano que enchia os quadros da cidade, atravancada também de animais de carga. Já em 1847, passando por Areia o engenheiro Francisco Pereira da Silva não se conteve de surprêsa diante do tamanho da feira. Essa circunstância êle deixou consignada em relatório apresentado ao presidente da província, no qual declara que mais de duas mil pessoas concorriam ao mercado da cidade, nos dias de feira, ocupadas em atividades de compra e venda. Viu lojas de fazenda tão bem sortidas que avaliou em 20 contos de réis as mercadorias que enchiam as prateleiras. [3]

Não há dúvida que a importância de uma praça se mede pelo número e qualidade dos estabelecimentos comerciais nela existentes. Havia casas em Areia com sortimento orçado em 20 contos de réis antes do meado do século. E para que se tenha idéia do valor do dinheiro na época basta dizer que o preço de um engenho de rapadura, com

[2] *Manuscrito da Biblioteca Nacional*, datado de 1881.

[3] *Memorial transcrito por João Lira em A Paraíba*, vol. I, pág. 50.

tôdas as suas terras e benfeitorias, não excedia de um conto de réis. O engenho da Várzea, por exemplo, situado ao pé da cidade, hoje ocupado pela Escola de Agronomia do Nordeste, foi adquirido por quinhentos mil réis em 1842. O adquirente foi Francisco Coelho de Albuquerque, bisavô do autor.

Naqueles tempos, os maiores comerciantes de Areia eram Francisco Jorge Tôrres, João dos Santos, Manuel Gonçalves Lisboa, Antônio Gonçalves Lima, Joaquim Gomes e José da Fonseca Milanez, êste último avô de Álvaro Machado, primeiro presidente constitucional da Paraíba. Só de botica, havia duas, a do homeopata Sabino Coutinho e a de Inácio Evaristo Monteiro.

Daí por diante, em tôda a segunda metade do século passado, o progresso fêz morada em Areia. Pouco faltava à cidade para que ostentasse a fisionomia de uma minúscula capital. Sobrados de azulejo, ruas calçadas, teatro, colégios, biblioteca, jornais, banda de música, sociedade dramática, clube de dança, tudo isso e mais um comércio à satisfação, completando o quadro da urbe. A cidade, pelo seu ar de importância, fugia à chateza comum aos burgos da época. Clara, limpa, graciosa, nos dias de sol, mas se chovia dava também uma nota característica, quando as bôcas de jacaré, do alto dos sobrados, espanejavam água nas calçadas de pedra, com estrondos de catadupa.

O comércio não ficava em ser exercido por negociantes de grandes giros. Acima dessa credencial, compunha-se de homens honrados, de mentalidade esclarecida, integrados em tôdas as iniciativas de interêsse da comunidade, e ainda com gôsto pela educação dos filhos. Basta dizer que, nascidos de comerciantes, havia em Areia dois médicos, numa época em que os facultativos eram raros nas próprias capitais: Dr. José Evaristo e Dr. Ábdon Milanez, o primeiro formado em 1852, o segundo em 1857.

Na segunda metade do século, as maiores casas de negócio eram as de Antônio dos Santos, Teotônio Guedes de Moura, Alves Gama, Joaquim Bezerra, Santos da Costa Gondim, Francisco Arteiro e Casumba. Pelo menos uma vez ao ano, os comerciantes iam à praça do Recife, acompanhados de tropas de burro, para renovação do sortimento. Alguns, como Francisco Arteiro, recebiam diretamente da Europa, enquanto outros iam fazer compras à capital do Império, velejando 20 dias por mar, numa época em que ir ao Rio de Janeiro constituía aventura para ser contada aos netos. De fato, muitos anos depois, já afastados do comércio, Francisco Cavalcante, Antônio Pereira e outros narravam desvanecidos os episódios da heróica viagem.

O quadrilátero da antiga Praça do Consumo era quase todo ocupado pelas lojas de Manuel Gonçalves Lisboa e seus filhos José Gonçalves, Teosônio e Manuel Bamba, bem assim do genro Epifânio dos Santos, que morreu môço, já dono de apreciável fortuna. Teosônio era o pai de Coelho Lisboa, político na Paraíba e lente do Colégio Pedro II. De permeio, naquela praça, havia apenas a loja de Daniel de Figueiredo, onde o filho Pedro Américo revelou seu talento pictórico desenhando um galo na parede, a padaria de Manuel Mota e outros estabelecimentos menores.

O rico comerciante Antônio dos Santos, casado com a viúva de Epifânio, começara como caixeiro de seu tio João dos Santos, homem de grandes posses, que terminou abandonando tudo para viver isolado, numa fazenda do sertão, desgostoso com o casamento de sua filha única — Rosalina — já viúva, com o caixeiro Francisco de Oliveira, a quem apenas deixou a propriedade Queimadas. O sobrinho terminou dono de quase tudo quanto era do tio, casas, sobrado, estabelecimento comercial, fazendas de gado. O

mesmo desgôsto por que passara o tio aconteceu também ao sobrinho, quando viu sua filha mais môça fugir para casar com Tito Silva. Largou-se de Areia e foi morar no Jacu, onde viveu como um eremita, até morrer em avançada idade.

Francisco Arteiro chegara a Areia com a profissão de sapateiro, mas entrando para o comércio em pouco tempo conquistou posição. Acreditou-se entre os comerciantes mais destacados da praça, senão o maior de todos. Conquanto solteiro, construiu o sobrado hoje pertencente a Américo Perazzo, cuja fachada era tôda de azulejo, no qual morava com um sócio que admitira aos seus negócios. Faleceu môço, quase de repente, dando lugar a suspeitas de envenenamento. Tanto êle como Casumba eram os comerciantes que mais satisfaziam ao gôsto da moda, seguidos depois por Antônio Pereira, Orestes Cunha, Clementino de Oliveira, Soares & Melo e Nicolau Pagano. Casumba também era solteiro e dizem que deixou sua fortuna, em ouro e prata, enterrada no sobrado que construira na Rua do Comércio. Igual procedimento se atribui ao rico e usurário comerciante Joaquim Bezerra, como a outros do passado. [4]

---

[4] O costume antigo de enterrar dinheiro poucos adeptos encontrou em Areia. Contudo, houve casos conhecidos de botijas arrancadas e sabe-se de outros, cujas suspeitas são fundadas. Êsse costume, só usado pelos ricos ou pelos avarentos, era uma tradição dos portuguêses, vinda dos tempos coloniais. Os escravos também enterravam seus dobrões de cobre, custosamente amealhados, com que pretendiam comprar a própria liberdade. No que toca à burguesia nascente, mesmo nos tempos em que se apoiava no braço escravo, eram poucas as possibilidades de deixar tesouro oculto. As casas grandes de engenho, a julgar pela indigência de sua arquitetura, estavam a mostrar que lhes faltava fundação sólida. Não fôsse o suor do negro, derramado copiosamente ao cabo da enxada, ficariam reduzidas a taperas. Não obstante, alguns senhores mais apegados ao metal sonante sempre enterravam os patacões de ouro e prata, economizados durante uma existência de trabalho e sacrifício.

O comendador Teotônio Guedes de Moura, pai do Dr. Inácio Sobral, também construiu um dos sobrados da cidade, onde hoje funciona o único hotel que possui Areia. Aborrecido do comércio ou da cidade, passou o negócio a Francisco Cavalcante, a quem deu crédito na praça, retirando-se para seu engenho Pindoba. Seu protegido Francisco Cavalcante tornou-se depois um dos comerciantes mais abastados de Areia.

Outro comerciante que também construiu sobrado foi Santos da Costa Gondim, genro do português Jorge Tôrres. Além de suas atividades no alto comércio, era dono do engenho Vaca-Brava e de fazenda de gado no sertão, no lugar denominado Cubati. O sobrado por êle edificado, em frente ao do seu sogro, data de 1850 e pertence atualmente aos herdeiros de Efrém César Falcão.

Manuel Francisco Alves Gama era dos mais ricos comerciantes de Areia, mas seduzido por espirito de aventura transferiu-se para Mamanguape, onde terminou falido. Seu filho José Francisco Alves Gama ficou na cidade, onde foi tabelião público e professor de latim. O pai, antes de deixar Areia, construiu um casarão na Rua do Rosário, aos fundos do teatro, no qual morava juntamente com seu cunhado padre Borges. Essa casa pertenceu depois ao Dr. Cunha Lima.

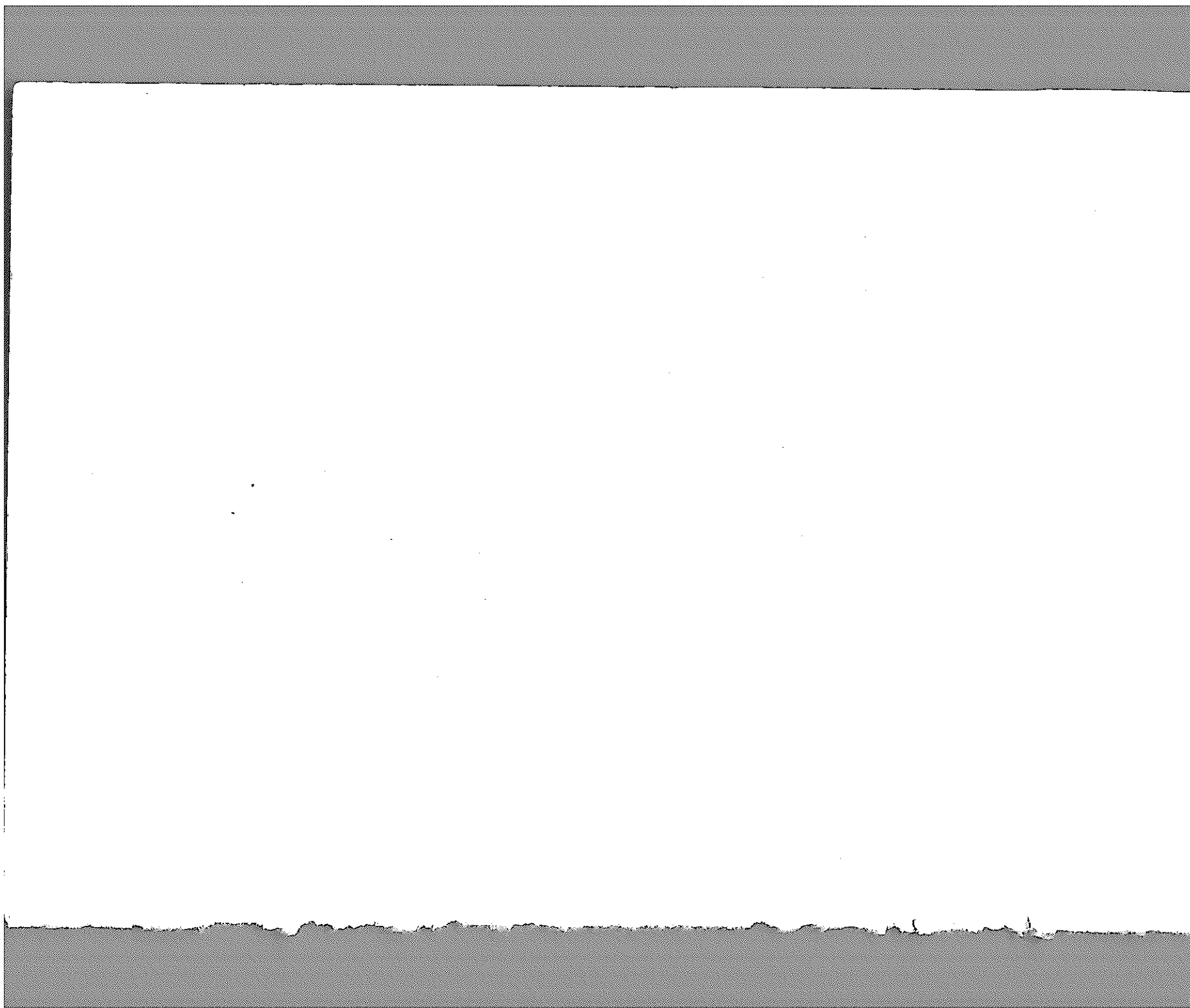
O comerciante João Lopes Machado, irmão do historiador Maximiano Lopes Machado, não deixou fortuna em dinheiro nem construiu sobrado na cidade, mas educou os quatro filhos que teve de seu primeiro matrimônio, a saber: generais Álvaro e Afonso Lopes Machado e doutores João e Artur Lopes Machado, dois dos quais ocuparam a presidência do Estado. Cumpre esclarecer que nessa tarefa dos filhos foi ajudado por seu cunhado Dr. Abdon Felinto Milanez, a quem os sobrinhos deram depois eloqüentes provas de reconhecimento.

Três boticas contavam-se em Areia na segunda metade do século: a de Simão Patrício da Costa, a de Agápito Ponce de Leon e a de Manuel da Silva. A botica do Simão, a mais antiga de tôdas, pertencera ao afamado homeopata Sabino Coutinho, de quem Simão fôra caixeiro, depois de ter sido carregador dágua na cidade. Em 1857, com a mudança de Sabino para o Recife, passou a dono do estabelecimento, com larga prática em aplicações homeopáticas, tornando-se daí por diante uma das figuras mais prestimosas e acatadas de Areia. Era ali, na sua botica, o ponto preferido das palestras, onde se jogava gamão, se discutia política e se falava da vida alheia. Casado numa grande família, educou dois filhos, um dos quais ordenado na Europa, onde faleceu após haver recebido ordem sacerdotal. Essa botica foi continuada por seu neto, também chamado Simão Patrício da Costa.

A botica do Agápito tinha mais teia de aranha do que remédio nas prateleiras. Agápito era um homem excêntrico, além de negligente e espirituoso. A água corria em bica do telhado para dentro do estabelecimento, mas êle se justificava da desídia com a angélica explicação de que só gotejava quando chovia.

Manuel da Silva, diplomado em farmácia em 1862, não foi sòmente farmacêutico em Areia. Foi o mais benemérito dos areienses pela relevância dos serviços que prestara à terra natal. Chegava a esquecer-se de si mesmo, no desprendimento e na coragem cívica com que se empenhava a fundo nas campanhas empreendidas pelo renome da cidade que o viu nascer. Como farmacêutico diplomado aplicava meizinha e fazia curativos, até mesmo fora do município, com a proficiência de médico.

Os comerciantes compravam e vendiam fiado, sem necessidade de documento escrito, não se registrando jamais prejuízo nessas operações de crédito. Vinha-se de uma época em que o fio de barba era documento mais valioso

Procissão da festa da padroeira, em princípio dêste século

que muitos compromissos hoje assumidos em escritura pública. (5)

Marcolino Evaristo de Gouveia Monteiro, numa noite de festa da Conceição, em 1878, viu devorado pelas chamas seu estabelecimento comercial. Por milagre o incêndio não se propagou ao quarteirão da Rua do Comércio, mas tudo quanto existia na loja foi consumido pelo fogo. Não obstante os prejuizos sofridos, quase totais, o honrado comerciante pagou aos seus credores até o último ceitil do que ficara devendo.

Mais ou menos no meado do século, Arlindo Cabral andou mascateando pelo sertão, como faziam os bufarinheiros da época. O sertanejo, quando não tinha dinheiro para fazer compras, oferecia em paga cabeça de gado. Foi o que sucedeu com Arlindo, que recebeu uma novilha de vaca por peças de fazenda, mas deixou a rês em poder do fazendeiro para arrecadá-la noutra oportunidade. Nunca mais voltou ao lugar, até que, em 1875, chegou a Areia um sertanejo procurando por Arlindo Cabral, a fim de comprar-lhe um rebanho de dezenas de cabeças, que se desenvolvia em sua fazenda. Arlindo, crescendo a vista no rebanho, que podia ser maior do que lhe diziam, recusou a oferta, prometendo, entretanto, que no ano seguinte iria buscar o gado. Mas no ano seguinte teve preguiça e não foi. Veio então a sêca de 1877 e acabou pràticamente com semente de gado no sertão.

No artesanato, as atividades exercidas não deixavam de dar importância à cidade. Possuia Areia três oficinas de ourives, aparelhadas à execução de qualquer trabalho em ouro ou prata. Pertenciam aos eximios artistas Este-

(5) A propósito de fio de barba, recorda-se que o primeiro proprietário do lugar, onde assenta atualmente a vila de Remígio-Luís Barbosa da Silva Freire — era possuidor de uma data de terra no Rio Grande do Norte, que permutou pela de Lagoa, posteriormente denominada Lagoa do Remígio, sendo o negócio convencionado e selado mediante a troca de fios de barba entre os dois proprietários.

vam Pires, Antônio Quirino e Francisco Marinho, êste último especialista na confecção de rebenques de prata. Havia ainda a oficina de relojoeiro de José Aprato, negociante de jóias. Em marcenaria, Paulino Costa, hábil fabricante de móveis de entalhe. Na arte de alfaiate, Joaquim Serrão, de quem Picico fôra discípulo, na de sapateiro, João Ivo, afamado na feitura de botas russianas, pirotécnicos como Manuel Januário, que caprichava nos fogos de artifício, sem falar nas tendas de ferreiro, funileiro, tanoeiro, etc. Antônio Liberato e João Bezerra viviam à tripa fôrra do ofício de barbeiro, cortando cabelo a 300 réis e fazendo barba a meia pataca.

As festas da Conceição animavam sobremodo o comércio. Apurava-se mais na temporada da festa do que nos resto do ano. Já no fim do século, de 1890 a 1895, quando evidentes se mostravam os sintomas de decadência local, ainda assim, o comércio parecia sustentado por um fogo sagrado que animava a cidade. Antônio Pereira dos Anjos ocupava o primeiro lugar com lojas de fazenda, miudezas, armarinho, artigos para homens, ferragem, louça, molhado, drogaria e livros escolares. Depois dêle vinham Soares & Melo (Graciano Soares e Francisco Cícero de Melo), Clementino de Oliveira, Francisco Cavalcante, Nicolau Pagano e outros.

Na casa do Clementino, a mesma que fôra de Orestes Cunha, comprava-se desde o coxim para sela aos perfumes, espartilhos, leques, luvas, rendas, fichus, mantilhas, véus, capelas para noiva, casimira, cassineta, madapolão, algodãozinho e fazendas de tôdas as qualidades. Nas outras lojas, os mesmos artigos e também chapéus de feltro, cartolas, chapéus de sol, colarinhos de borracha, punhos de celulóide, cobertor de baeta, cambraia, sêda, cretone, merinó, sargelim, metim, gorgurão, gorgurina, chita, fustão, ganga, belbutina, ninon, cetim, etc., tudo àvidamente disputado pela freguesia numerosa. O cetim de primeira ven-

dia-se a 300 réis o côvado, medida antiga equivalente a 66 centimetros. Todos os comerciantes se anunciavam em negrita pelas colunas do *Democrata* e às vêzes também da *Verdade*, como numa festa de despedida.

A sapataria — Bota Negra — de Neco Pires, anunciava calçados aos gôsto da moda, em pelica, couro de lustro, marroquim, chagrém, cordavão e charlote. Botinas para homem a oito mil réis o par, para senhora a seis, sapatinhos para noiva a oito e até a dez mil réis. Do outro lado da rua, Zeca Pereira chamava a atenção da freguesia, anunciando em letras de fôrma:

Tenho botinas prá homens
Sapatões para senhoras,
Chinelos de marroquim,
Tudo isso feito agora.

As senhoras não iam aos estabelecimentos comerciais fazer compras. Mandavam buscar as amostras, que os caixeiros pressurosos levavam a domicílio, numa caixa de madeira envernizada, com o preço marcado à margem. Só as matutas de feira é que compravam ao balcão. Ainda neste século, em 1905, os costumes eram quase os mesmos. Os preços é que estavam um pouco alterados, acrescidos da margem correspondente às despesas, que começavam a crescer. Já se pagava a um caixeiro cem mil réis por ano, com a bóia, obrigado a permanecer ao balcão até às oito horas da noite, inclusive aos domingos. (6)

Antigamente era de graça, tendo sòmente cama e mesa, isto é, comida, dormida e roupa lavada. Eis porque muitos caixeiros, môços diligentes, terminavam casados com as filhas do patrão e, em seguida, donos dos estabelecimentos, não tendo sido poucos os exemplos registrados.

---

(6) Em 1895 bradava a *Verdade* contra o abuso de alguns comerciantes que conservavam abertos seus estabelecimentos até as dez horas da noite.

Areia começou a cair com a República, não por causa da mudança do regime, mas pelo cêrco das estradas de ferro, que a deixaram isolada, e pelo fermento da política interna, que degenerou em desordem. O desenvolvimento comercial e correlativamente o social estavam em função dos fenômenos reversíveis da economia do município, cuja base assentava na lavoura. Mas é sabido que onde os transportes se tornam difíceis a decadência toma conta do lugar. O tempo pára, o progresso emigra, o homem fracassa em suas tentativas. Foi o que se deu em Areia, a garbosa e destronada princesa da Borborema. Estrangulada, submergiu no lugar comum das cidades mortas, deixando aos pósteros o consôlo lírico de rememorar as tradições do passado.

A classe forte, encarnada na sociedade agrária, andava atolada à beira do abismo, de mãos estendidas, tomando dez mil réis emprestados para completar o pagamento dos trabalhadores ou para fazer a feira. O produto da colheita não dava para fazer face às despesas de custo. Dêste modo, a debilidade da economia agrícola tinha que acarretar forçosamente a paralisia do comércio. Feiras acabadas, bandas de música dissolvidas, colégios fechados, festas da padroeira suspensas, eis o retrato de Areia na entrada dêste século. As teias de aranha tomavam conta das prateleiras, enquando os comerciantes, à porta dos estabelecimentos, empertigados, mãos espetadas nas cavas do colête, olhavam a rua deserta, na expectativa do primeiro freguês. Alguns formavam grupos pachorrentos, matando o tempo em discutir as trivialidades do momento.

A venda de Rufino de Almeida, no antigo sobrado do velho Jorge Tôrres, era dos pontos preferidos para o cavaco. Ali se reuniam, à tarde, na forma do costume, Dr. Inácio Brito, juiz de direito da comarca, Miguel Gouveia, professor público, Napoleão Tavares, tabelião, Joca César, comerciante, Ciro Cândido de Gouveia Monteiro, republicano

histórico aposentado, Arlindo Cabral, lunático e outras figuras de proa. Discutiam política, literatura, história. Alguns chegavam de palito à bôca, tão apressados vinham do jantar. Quando Efrém, da loja fronteira, via a roda formada, largava-se de seu estabelecimento e caía gostosamente na tertúlia. Ciro era forte no latinório, Efrém na gabolice, Miguel Gouveia no acacianismo, Arlindo na besteira. Dr. Brito, chupetando a ponta de um cigarro de fumo picado, decidia as controvérsias com sentenças nem sempre invulneráveis. Rufino, pitadeando grosso, babava-se de gôzo diante daquela assembléia, que tão versada se mostrava em cultura de almanaque. E se, para contrariedade sua, algum freguês chegava ao balcão, ia logo dizendo que não tinha a mercadoria desejada, que fôsse ao estabelecimento vizinho do Joca Mesquita, onde seria atendido. Joca Mesquita não era homem de conversa fiada. Por isso mesmo ficava na sua bodega, sentado por trás do balcão, coçando os pés e distraidamente cheirando os dedos.

Quando o velho Rufino cuidou de si estava quebrado. Liquidou às pressas o negócio, pagou as dívidas e foi dar com os costados no engenho da Várzea, de onde saíra, com o pecúlio de que dispunha, para a aventura do comércio.

Por essa época, alguns comerciantes de Areia passaram a mascatear na feira de Lagoa do Remígio. Outros, de chinela aos pés e um barbante, ao invés de cinturão, amarrado à barriga, passavam o dia acarrapatados em seus estabelecimentos à espera de fregueses que não apareciam. Na modorra em que viviam tiravam sonecas por trás do balcão. Nem caixeiros tinham porque o comércio não mais comportava êsse luxo. Assim se exibia Areia no comêço dêste século, decaída de tôda a sua importância e, pior do que isso, conformada com a estagnação daquela água de pântano, que era o espelho de sua vida social.

ASPECTO CULTURAL

NTIGAMENTE, no tempo ainda da colônia, era negado o ensino primário para todo o Brasil. Receava o govêrno da metrópole que os habitantes da terra, saídos da ignorância, encontrassem o caminho da independência. E como a Paraíba não podia fugir à regra, tinha apenas duas escolas públicas, até 1821, instaladas na capital. Nenhuma no interior. O ensino no interior, quando acontecia ser ministrado, devia-se ao devotamento de particulares, dedicados a êsse ramo de atividade. Só às vésperas de ser proclamada a independência foi que o govêrno criou dez escolas de primeiras letras para o sexo masculino, distribuídas pelo território da província. (1)

Foi assim que Areia teve a honra de possuir a primeira escola primária, instalada em 1822, percebendo o professor o ordenado de 150 mil réis por ano. Em 1850, funcionavam em tôda a província 37 escolas públicas de primeiras letras, com uma freqüência inferior a mil alunos. O ensino era o mais desordenado, sem método nem sistema. A instrução que o povo recebia, descontados os rigores da técnica, circunscrevia-se aos rudimentos de leitura, escrita e conta.

---

(1) Foram as seguintes as vilas contempladas com cadeiras primárias, criadas em 1821: Conde, Alhandra, Montemor, São Miguel de Taipu, Pilar, Vila Real do Brejo de Areia, Vila Nova da Rainha, Vila Real de São João, Vila Nova de Sousa e Pombal (IRINEU PINTO — *Datas e Notas para a História da Paraíba*, v. 2, pág. 30).

Só muitos anos depois de instalada a primeira escola de instrução primária é que se cogitaria do ensino destinado ao sexo feminino. Até então a mulher estava pràticamente impedida de receber instrução, mesmo no lar, porquanto as mães também eram analfabetas. Na própria capital da Paraíba a primeira escola do sexo feminino foi criada em 1828. A de Areia instalou-se em 1836, regida por d. Ana Umbelina Cavalcante Chaves. Aconteceu que essa escola, por motivos de economia, foi suprimida em novembro de 1841 e restabelecida em maio de 1847. (2)

Em 1855, com a aposentadoria de d. Ana Umbelina, após 13 anos de magistério, foi a cadeira preenchida pela prendada filha de Manuel de Cristo — Maria do Rosário Brasileira e Melo — conhecida por Bahia, que inestimáveis serviços prestou à cidade natal, como professôra de letras e de música. Jubilou-se com o ordenado de 37 mil réis por mês, depois de haver ensinado a duas gerações, vindo a falecer em extrema pobreza, esquecida de todos, com mais de 90 anos de idade.

Na segunda metade do século, a escola pública do sexo masculino era regida pelo professor José Inácio Guedes Pereira, que substituira Antônio Vitor Pereira da Silva, irmão do latinista Joaquim da Silva. Embora rigoroso, o professor Guedes Pereira gozava do melhor conceito pelo amor que tinha ao ensino e pela dedicação aos assuntos de interêsse local. Foi substituído por Cândido Fabrício do Espírito Santo, depois tabelião público da Comarca. Em 1872 criou-se mais uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino, provida com a nomeação de Targino Calaça Buril. Targino era altamente especializado na arte de dar bôlos e de infringir castigos corporais. Naqueles tempos era lícito ao professor submeter o aluno a tôda sorte

---

(2) Pela Lei n.º 8, de 8 de novembro de 1841, foram suprimidas também as cadeiras de latim de Mamanguape, Campina Grande e Rio do Peixe, bem assim a escola feminina de vila de Pombal.

de vexames, até mesmo aplicar tapas na cara. Tendo o professor Targino se aposentado em 1892, foi substituído por Otacílio de Albuquerque, que teve por sucessores, até o fim do século, Cândido Fabrício do Espírito Santo Filho, Anacleto de Matos, Manuel Lins, Antônio Elias Pessoa e Miguel Gouveia. Na primeira década dêste século, apenas uma escola pública do sexo masculino, esta mesma com uma freqüência diminuta. A do sexo feminino andava às môscas, com um espantalho da professôra que era o terror das meninas.

Além das escolas primárias já referidas, havia em Areia, desde 1835, a cadeira de latim e francês, regida a princípio por Luís Monteiro da Franca que, dois anos depois, é transferido para Pilar, sendo substituído por Francisco Garcia do Amaral, que estêve no exercício apenas três anos. A partir de 1841 a cadeira passou a ser regida pelo eminente professor Joaquim José Enrique da Silva, que fôra aluno particular dos padres Cassiano e Joaquim Álvares, logo cedo superados pelo talentoso discípulo.

O prestígio da língua latina naqueles tempos conservava sua reputação como base indispensável ao preparo dos conhecimentos superiores. Quem não fôsse capaz de deglutir os clássicos da latinidade estaria classificado no rol dos ignorantes. Até senhores de engenho faziam suculentas tiradas de Ovídio e Horácio. Também havia na cidade latinistas de fama, como os irmãos Cassiano e Joaquim Álvares, o vigário Chacon e José da Costa Machado, tão familiares aos segrêdos da língua que eram considerados compêndios abertos a tôdas as consultas.

Nesse ambiente nasceu Joaquim da Silva, que floriu e brilhou como insigne humanista. Bem môço, aos 20 anos de idade, ganhou em concurso a cadeira de latim e francês, em cujo exercício permaneceu por 25 anos, de 1841 a 1865, época em que se aposentou para entregar-se à advocacia. Entrementes, fundou um colégio com internato

para ensino secundário, que manteve até quando se mudou para a capital em 1882.

Pode se dizer, sem exagêro, que Joaquim da Silva assinalou uma época na cidade de Areia. Fêz discípulos e seus discípulos se tornaram mestres de outros mestres. Tinha êle 35 anos quando publicou sua veneranda gramática, intitulada modestamente — Manual do Estudante de Latim — editada na Bahia em 1855, por não haver na Paraíba, nem mesmo no Recife, oficinas aparelhadas para sua composição. Essa magnífica obra vinha a tempo de suprir a deficiência dos compêndios existentes na época — "A Arte", do padre Pereira e a "Sintaxe", de Dantas. O govêrno da província adiantou ao autor, por conta de seus ordenados, a importância de um conto de réis para impressão do afamado livro, em cujas páginas se reflete o saber do mestre, não só na concisão dos preceitos para compor e traduzir, como na síntese mitológica e na sinopse dos tratados sôbre as cerimônias da vida civil e religiosa, observadas entre os romanos.

Já autor de uma obra didática de real valor, teve Joaquim da Silva oportunidade de demonstrar a proficiência de seus conhecimentos quando, em 1865, concorreu a uma cadeira de latim, no Curso Anexo à Faculdade de Direito de Recife. Ao inscrever-se soube que as celebridades com que ia defrontar-se eram Tobias Barreto e padre Félix Barreto de Vasconcelos, dois nomes de consagrada fama no campo da latinidade. Mas nas provas, o mestre-escola de Areia se houve com tão onímoda competência que a banca examinadora ficou em perplexidade para fazer a classificação, a despeito mesmo do prestígio pessoal dos outros dois concorrentes. A solução que afinal foi encontrada discrepava das normas adotadas em concurso, em todos os tempos. Os três candidatos foram aprovados em primeiro lugar, tendo sido, enfim, nomeado o padre Félix Barreto pelo critério da idade, por ser o mais idoso. To-

bias Barreto, tomado de admiração pelo preclaro areiense, ficou mantendo com êle correspondência amistosa, redigida em latim.

O autodidata de Areia não se confinava aos conhecimentos das matérias que ensinava. Latim, francês, português e matemática eram as disciplinas de sua especialidade. Freqüentava também autores gregos, cuja língua aprendera por si mesmo. Chegou a escrever um método para ensino do grego, mas o manuscrito se perdeu após sua morte, assim como desapareceu a tradução que fizera da Arte Poética, de Horácio. Educador, aboliu os métodos arcaicos que predominavam no ensino do seu tempo. Regeu as cadeiras de latim e francês, exercendo ainda o magistério particular no colégio que fundara, bem assim numa escola noturna que mantinha para meninos pobres. Político, foi eleito cinco vêzes deputado provincial, nas legislaturas de 1850 a 1868, além de presidente da Câmara Municipal de Areia. Advogado (era provisionado pela Relação de Pernambuco), militou no fôro, tanto cível como criminal, ao lado de Diogo Velho, Manuel Correia Lima, Aragão e Melo, Costa Machado e Luís Vicente Borges, o velho. Administrador, fêz calçamentos na cidade e executou os trabalhos da estrada de rodagem, na Serra da Onça, entre Areia e Alagoa Grande, por um traçado que êle mesmo estudara e que foi aproveitado depois pelo engenheiro Kromenacker.

Ainda lhe sobrava tempo para servir com idealismo a terra natal. Foi dêle a iniciativa para construção do teatro de Areia, que tanta influência exerceu no desenvolvimento cultural da cidade. Foi sob sua inspiração e estímulo que se criou o gabinete de leituras, com uma biblioteca constituída de obras selecionadas e raras. Foi a êle que Areia ficou devendo a criação de um clube de dança, que congregava e unia a sociedade local. Finalmente, foi devido ao seu incentivo e colaboração que Júlio Silva, seu filho mais velho, lançou *O Areiense*, em 1877, primeiro

jornal que circulou em Areia. Em meio a tôdas essas atividades, era ainda dono de uma bolandeira de descaroçar algodão.

De uma feita, por mero capricho, mandou abrir um poço em plena cidade, a poucos metros de sua casa, no local onde hoje existe o mercado municipal, só para convencer os incrédulos que das cumeadas da Borborema podia extrair água de lençóis subterrâneos. Durante algum tempo êsse cacimbão, cujo fundo se perdia de vista, serviu para abastecer a cidade. Mas teve de ser soterrado, depois que nêle caiu uma menina, que vinha perseguida da própria mãe.

Em religião, professava o espiritismo. Apenas essa doutrina começou a ser divulgada na França, já em Areia o professor de latim fazia experiências, num grupo familiar, em que servia de *medium* seu filho Júlio Silva.

De seus dois casamentos, o primeiro com d. Joaquina Nunes Pinto, da família Costa Machado, o segundo com d. Raquel Augusta de Gouveia, irmã do Dr. José Evaristo, teve 26 filhos, dos quais se destacaram pela reputação conquistada no magistério, no jornalismo, na fama latinística, Júlio Silva, Horácio Silva, Tito Silva, Cincinato Silva e Abel da Silva.

Em 1882 mudou-se para a capital da Paraíba, onde foi inspetor do tesouro. Ali fundou o Colégio Paraibano, educandário que alcançou renome como o mais importante da província, instalado primeiramente à Rua Direita, depois no prédio onde hoje funciona o Colégio das Neves.

Por sua morte, a direção do estabelecimento passou a seus filhos Horácio Silva e Abel Silva, bem assim ao seu genro Francisco Xavier Júnior.

Joaquim José Enrique da Silva nasceu em Areia a 3 de julho de 1820 e faleceu a 18 de julho de 1889. Era irmão de Manuel da Silva, o abolicionista, de Antônio Vitor Pereira da Silva, professor público e de José Pedro da Silva Casumba, comerciante.

Muitos discípulos ilustres passaram por suas mãos, nomeadamente Dr. José Evaristo, Dr. Abdon Milanez, Dr. Matias da Gama, Dr. Cunha Lima, Pedro Américo, padre Antônio Borges, padre Sebastião Bastos, monsenhor Luís Sales, Alves Gama e José Berardo. De todos, o que mais se distinguiu nos estudos de latim foi José Berardo que, mal saído do curso, com menos de 20 anos, substituiu o mestre, quando êste se aposentou em fins de 1865. Os próprios filhos de Joaquim da Silva — Júlio, Horácio, Tito e Cincinato — foram alunos de Berardo, bem como outros rapazes da terra, entre os quais Álvaro Machado, Adauto Aurélio de Miranda Henriques, Valfredo Leal, Coelho Lisboa, Aurélio de Figueiredo e Xavier Júnior, nomes que se projetaram além das fronteiras da Paraíba.

Competência não faltava a José Berardo dos Santos Leal para reger a cadeira, mas era um modêlo de orgulho, de arrogância, de incivilidade. Esquecido das condições obscuras e equívocas de seu nascimento, achava que todo mundo em Areia devia sujeitar-se às exigências de sua vontade. Na escola, trazia os alunos amofinados, fora da escola eram os pais de família que se mostravam constrangidos diante da prepotência do mestre. Exigia tudo dos amigos e ainda os repreendia quando não se considerava servido a contento.

Quem não estêve pelos caprichos dessa majestade sem trono foi o Dr. José Evaristo que, numa das vêzes em que assumiu o govêrno da província, 1873, demitiu Berardo a bem do serviço público. A causa dêsse episódio não se procure no temperamento insofrido do professor de latim, mas pode ser encontrada no romance das aventuras amorosas. Solteirão impenitente, fêz uma conquista em terreno proibido, que lhe custou a perda do emprêgo. Depois disso quis entrar para o seminário, embora sem vocação, a fim de ordenar-se padre, mas teve de desistir do intento diante dos obstáculos encontrados.

Como seu substituto na cadeira de latim foi nomeado Gervásio Fernandes Bonavides, que lecionou apenas dois anos. Em 1875 a cadeira foi suprimida e restabelecida em 1887, sendo então provida com a nomeação de José Francisco Alves Gama, ex-tabelião público, que fôra dos melhores alunos de Joaquim da Silva. Novamente suprimida em 1891 e restabelecida em 1893, passou a ser regida por Sabino Romariz, que permaneceu no exercício até 1896. No ano seguinte reassume a cadeira José Berardo, reintegrado no cargo por Álvaro Machado, seu antigo discípulo. Berardo volta pior do que quando saíra de Areia. Durante 24 anos vivera como um inconformado, acumulando recalques no voluntário degrêdo do Rio de Janeiro, em cujos colégios particulares lutava pela sobrevivência. Retomando a cadeira, não tardou em ficar sòzinho na escola. Era um homem sem mais qualidades para o ensino, irascível, intratável, de modos brutais, aos berros com todo mundo. Quando o último aluno sumiu da escola, que era também a sua morada, sentiu-se aniquilado, porque já não tinha a quem torturar, com desabafos de descomposturas, no vazio da escola e da morada. Aos domingos, de fraque, bengala e bacorinha, ia almoçar em casa do vigário Odilon, seu amigo de infância, sentando-se sempre à cabeceira da mesa. No culto que tinha de si mesmo, gostava de ser admirado, considerado de todos, que todo mundo lhe prestasse atenção, lhe rendesse homenagem, nunca perdendo oportunidade de fazer o próprio elogio. (8)

Dos antigos alunos de Berardo o que mais sobressaiu em humanidades foi Francisco Xavier Júnior, educador emérito, que deixou tradição pelos métodos modernos que

---

(8) Ainda hoje vive em Areia, em avançada idade, uma filha de José Berardo — Júlia Verônica dos Santos Leal — que se gastou por mais de 50 anos desasnando meninos. José Américo, a quem ela ensinara a ler, já lhe fêz o elogio: "Júlia foi mais útil a Areia do que todos os seus filhos doutores".

implantou na instrução pública da Paraíba. Xavier Júnior manteve em Areia um colégio de alto padrão, que acolheu alunos ilustres, muitos dos quais deixaram a marca da inteligência por onde desenvolveram suas atividades. Por aquela época outros colégios havia em Areia, como o Externato 25 de Março, fundado pelo Dr. Juventino Cabral, com a colaboração dos Drs. Augusto Cabral e Alípio Sales; e o Externato 5 de Janeiro, dos Drs. Álvaro Jefferson e Sá Lima. Tempos depois, com a morte de Juventino Cabral e a retirada de Álvaro Jefferson para Recife, nomeado chefe de polícia de Pernambuco, fechou-se o colégio por êste mantido, enquanto o outro passava da direção de Augusto Cabral para a de Frederico Campos. A êsse tempo, Dr. José Sizenando de Miranda Henriques, filho do Dr. Crispim Antônio de Miranda Henriques, largou-se de Areia para fundar um colégio em Bananeiras, com apoio e colaboração do Dr. Celso Cirne, educandário que meritórios serviços prestou àquela cidade. O colégio de Xavier Júnior — Culto às Letras — fechou-se em 1893, quando seu fundador se mudou para a capital do Estado, onde foi inspetor do tesouro, diretor da instrução pública, lente de latim e português do Liceu Paraibano e da Escola Normal.

Os didatas de Areia espalhavam-se pela Paraíba e por outros Estados. Já em 1851 Rufino Olavo da Costa Machado saía de Areia para reger a cadeira de aritmética, álgebra, geometria e trigonometria do Liceu Paraibano. Rufino Olavo era filho do revolucionário José da Costa Machado. Mais para o fim do século, entre os lentes do Liceu Paraibano, contavam-se três filhos e um genro de Joaquim da Silva, a saber: Horácio Silva, Tito Silva, Júlio Silva e Xavier Júnior, êste último diretor do estabelecimento. Quando mais tarde Xavier Júnior, já autor de excelente obra didática — Língua Materna — assumiu a direção da instrução pública da Paraíba, no govêrno

João Machado, encontrou desorganizado o aparelho educacional do Estado, com apenas 83 escolas primárias para uma população em idade escolar na ordem de 120.000. Das 83 escolas, sòmente 40 eram providas com professôres diplomados, a maioria com preceptores leigos. Além da falta de capacidade técnica do professorado, os estabelecimentos de ensino eram instalados em prédios inadequados, tomados por aluguel, sem aparelhamento escolar, sem mobiliário, sem condições de higiene. Por iniciativa sua, de acôrdo com o plano que elaborara, o govêrno reorganizou a Escola Normal, iniciou a construção dos primeiros grupos escolares do Estado, ajustou o ensino aos modernos métodos da pedagogia, criou os lugares de inspetor geral e inspetor regional, melhorou as condições econômicas dos professôres e preconizou a criação dos jardins de infância, instituídos por Froebel na Alemanha e já então adotados, com proveito, na América do Norte. Mais não fêz pela instrução pública da Paraíba porque as condições econômicas do Estado, agravadas com a luta armada de Alagoa do Monteiro, não permitiam. Cercou-se Xavier Júnior de auxiliares competentes, chamando para inspetor geral do ensino seu cunhado Abel da Silva e para inspetor regional o escritor Celso Mariz.

* * *

Noutros setores de atividade intelectual expandia-se a área dos conhecimentos. O teatro de Areia, o mais antigo da Paraíba, inaugurado em 1859, emoldurava o aspecto cultural da cidade, no tocante às artes. Não sonhava a capital da província de possuir uma casa de espetáculo digna dêsse nome e já Areia tinha o seu Teatro Recreio Dramático, obra de iniciativa particular, construído sem ajuda do govêrno, graças ao idealismo de Joaquim da Silva e José Evaristo, duas personalidades marcantes na se-

gunda metade do século passado. Para realização do empreendimento organizou-se uma sociedade, em 1857, composta de 60 membros, com a contribuição mensal de cinco mil réis cada um. Faziam parte dos 60 os seguintes sócios: Joaquim da Silva, José Evaristo, Nuno Guedes de Miranda Henriques, Daniel Eduardo de Figueiredo, Tristão Grangeiro de Almeida e Melo, Teotônio Guedes de Moura, Manuel Gonçalves Lisboa, João dos Santos, José Fonseca Milanez, Cândido Fabrício do Espírito Santo, Manoel Francisco Alves Gama, João Pedro da Silva Casumba, Simão Patrício da Costa, Luís Vicente Borges, Augusto Clementino de Almeida e Albuquerque, Virgínio Virgulino Cavalcante de Albuquerque, Santos da Costa Gondim e outros mais.

A sociedade Recreio Dramático, além da construção e administração do teatro, tinha a finalidade de nuclear artistas amadores para as representações locais. Do Recife chegavam a Areia conjuntos teatrais, que deixavam de exibir-se na capital da província pelo desestímulo do meio. O teatro Santa Rosa, que hoje existe na capital, só foi inaugurado ao apagar das luzes do Império, quando o de Areia já contava 30 anos de existência. Até companhias de opereta, como a de Helena Balsemão, representaram no Recreio Dramático. Dramalhões célebres no repertório da época, como Inês de Castro, Milagres de Santo Antônio, Pedro Cem, Anjo da Meia-Noite, a Morgadinha, arrancavam soluços e aplausos da platéia, levados à cena pela gente da casa.

A *Verdade*, em minguado editorial publicado a 8 de novembro de 1894, recordava os tempos bons do passado, enumerando as peças e os artistas amadores que deram vida ao já abandonado Teatro Recreio.

Já havia um conjunto local, que fazia as delícias do povo e da própria sociedade Recreio Dramático, quando chegou a Areia o famoso cômico Joaquim Peixoto, que

Rua Getúlio Vargas

vinha de exibir-se nos melhores teatros do país. Peixoto gostou da cidade, dela se afeiçoou a ponto de ali ficar morando pelo resto da vida, desgarrado da companhia de que fizera parte. O artista fêz discípulos no elenco que a sociedade dramática congregava, composto dos rapazes da terra, dos quais sobressaiam pela desenvoltura no palco Tristão Grangeiro, Cândido Fabrício, José Inácio Guedes Pereira, José Quirino, Matias da Gama, Casumba, Júlio Silva, Joca Xavier, Firmino Costa, Belino Souto, Horácio Silva e Rodolfo Pires. Outros jovens também se exibiam como galãs, entre os quais estavam os futuros dignitários da igreja D. Adauto de Miranda Henriques e monsenhor Valfredo Leal. [4]

Naqueles tempos o elemento feminino não tomava parte nas representações. O papel que de direito lhe devia caber era executado a perfeição por jovens do sexo oposto, fantasiados de mulher. Rodolfo Pires encarnou-se muitas vêzes em donzelas graciosas, a contracenar airosamente com cavalheiros de barba hirsuta. Homens da maior respeitabilidade faziam parte do Recreio Dramático, caracterizados a rigor quando assomavam o proscênio.

Tamanha a pletora do conjunto local, que em 1885, pouco mais ou menos, por divergência havida no seio da classe, cindiu-se a sociedade em duas alas. A facção dissidente, encabeçada por Joca Xavier, pai de Otacílio de Albuquerque, saiu a procura de outro palco. De repente, como um milagre de improvisação, nascido do entusiasmo e da vontade inquebrantável daquela gente, novo teatro foi montado em Areia. A improvisada casa de espetáculo

---

[4] O próprio monsenhor Valfredo Leal confirmou ao autor dêste trabalho que tanto êle como o arcebispo D. Adauto de Miranda Henriques, antes de entrarem para o seminário, representaram no teatro de Areia, como galãs, ao lado de outros conterrâneos que se tornaram igualmente ilustres. Recorda-se que tanto monsenhor Valfredo como D. Adauto quando tomaram batina já eram maiores de 20 anos.

instalou-se no pavilhão outrora ocupado pelo descaroçador de algodão de Joaquim da Silva, onde hoje se ergue o mercado municipal.

Estava Areia, dêste modo, com dois teatros e dois conjuntos amadores, funcionando por despique ao mesmo tempo. O de Joca Xavier, batizado com o nome de 8 de Dezembro, por ter sido inaugurado no dia da festa da Conceição, era também conhecido por Teatro Popular. Animados pela rivalidade, os dois teatros davam espetáculos no mesmo dia, apanhando casas geralmente cheias. Dr. José Evaristo, correndo de um a outro, em cada um dêles assistia metade da representação, só para comentar gostosamente no outro dia qual a melhor performance dos artistas em cena. Assim corria a vida em Areia no último decênio do regime imperial, em cujo meio o teatro constituia motivo de vida social e sobretudo de emulação à cultura.

Joca Xavier, que é o mesmo João Aureliano Camelo de Albuquerque, integrado desde môço naquele ambiente de representações, era um espírito irrequieto, em nada parecido com seu irmão Xavier Júnior, o ilustre educador paraibano, que sempre foi um devoto do ensino. O elenco que o acompanhou ao Teatro Popular compunha-se dos artistas Rodolfo Pires, Joaquim Cordeiro, Lindolfo Cavalcante, Neco Pires, Antônio Calafate, José Martins, Bento Nobre, Santos Cômico, Frutuoso Alexandrino, Zacarias Cabral e outros.

Com a velha guarda do Recreio Dramático ficou uma parte da ala môça, composta de João Serrão, Duarte Machado, Ulisses Costa, Cícero Leal, Pedro Miquelino, João Ivo, Porfírio Fabrício e Flávio Pinto.

Evidentemente, dois teatros não satisfaziam as exigências de uma cidade pretensiosa como Areia. Então Otacílio de Albuquerque, já rapazinho, reuniu os adolescentes

de sua classe e com êles fundou um teatro para crianças, que funcionou na casa onde foi depois a padaria de Antônio Laurentino, hoje ocupada em parte pelo estabelecimento de Clementino Coelho. Dêste modo, enquanto o pai assomava o proscênio no Teatro Popular, o filho animava os pequenos artistas Francisco Agápito, Álvaro Monteiro, Edésio Silva, Pícico José Fialho, Francisco Pereira Cavalcante, João Camelo, etc., no improvisado palco infantil. Mais tarde, ainda estudante, Otacílio escreveu peças que foram representadas com grande sucesso no Recreio Dramático, tais como — Noivos da Época e Guerra de Canudos. [5]

Quando nada havia para representar no teatro, estava em cena o pastoril de José Ataide, ou era então a banda do Recreio Musical a executar peças de seu repertório. Aos poucos, foi arrefecendo o prurido de entusiasmo. Areia estava prestes a refluir do fastígio a uma era de sombras, como o indivíduo que dissipa duma vez tôda a sua fortuna. Quando mergulhou na decadência, nem o guarda-roupa do teatro escapou. Entrou a ser desbaratado pelos grupos carnavalescos, que se exibiam como papangus pelas ruas da cidade. Já então o teatro era uma coisa sem dono, uma casa abandonada, transformada depois em cinema de ínfima categoria. [6]

No comêço dêste século, quando Otacílio era prefeito, recebeu o Teatro Recreio os últimos benefícios de sua história. Contando o prefeito com a colaboração de Horácio Silva, que regia na época um curso de português e matemática em Areia, dotou o teatro com jardim, varanda, ilu-

---

(5) A comédia — *Noivos da Época* — foi representada pela primeira vez em outubro de 1892, no Teatro Recreio, tendo tomado parte na representação os amadores Rodolfo Pires, João Serrão, Picico, João Ivo e o próprio Otacílio de Albuquerque (*Democrata* — 5 de outubro de 1892).

(6) O último diretor do Recreio Dramático foi Simão Patrício da Costa, falecido em 3 de abril de 1895 e que substituira Júlio Silva, que se mudara de Areia no ano anterior.

minação a acetilene, mobiliário e outros melhoramentos. Horácio Silva, nessa oportunidade, colocou no frontispício do prédio uma estatueta da deusa Minerva, recuperada do jardim público de Santa Rita, originando-se daí o apelido que vingou e ainda perdura de Teatro Minerva.

* * *

Também na música a rivalidade crescia. Desde muito cedo possuía Areia uma escola de música e canto, fundada por Manuel de Cristo Grangeiro e Melo, renomado compositor sacro. Manuel de Cristo deve ter chegado a Areia pouco depois de 1820, procedente de Pernambuco, onde deixara fama como regente de orquestra. (7)

Instalado na vila, organizou magnífico conjunto do qual faziam parte os membros de sua família, composta de exímios musicistas. Integravam o conjunto seus filhos Zeferino, Daniel, Tristão e as filhas Bahia e Dondon, os três últimos nascidos em Areia. Sua orquestra conquistou reputação como a melhor da Paraíba, possìvelmente a melhor do nordeste, disputada pelas freguesias de Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, para as grandes solenidades religiosas. Quase todo ano Manuel de Cristo saía de Areia com seu conjunto para abrilhantar a festa das Neves, padroeira da capital da província, convidado para tocar e cantar no côro da igreja, indo por vêzes até Recife com o mesmo objetivo.

O filho Daniel Eduardo de Figueiredo, figurante da orquestra como primeiro violinista e já estabelecido comerciante em Areia, casou-se na capital da província com d. Feliciana Cirne, nascendo do casal dois pintores de per-

---

(7) Em 1824, tanto êle como seu filho Daniel subscreviam a histórica ata de 3 de abril, em virtude da qual o Senado da Câmara de Areia protestava contra o golpe de Pedro I, dissolvendo a Constituinte Nacional a 12 de novembro de 1823.

sonalidade — Pedro Américo de Figueiredo e Francisco Aurélio de Figueiredo — bem assim o astrônomo amador Daniel de Figueiredo Júnior, João Antônio de Figueiredo e outros mais, todos com acentuada vocação para as artes.

À noite, em sua residência, Manuel de Cristo reunia a família e discípulos para os costumeiros ensaios, nos quais ensinava música vocal e instrumental. A orquestra religiosa era a sua paixão, mas aproveitando a iniciação musical já disseminada no pequenino meio, organizou, em 1847, a primeira banda de música que teve Areia, desde logo considerada excelente. A corporação da banda era formada pelo corpo da guarda nacional, ao tempo em que Joaquim José dos Santos Leal era seu comandante, e mantinha-se às expensas da unidade militar a que pertencia, nada custando aos cofres públicos. Como a orquestra religiosa era um conjunto selecionado não se confundia com a banda de música, embora regidas ambas pelo mesmo maestro.

Em 1856 a cidade chorou a morte de Manuel de Cristo, vítima do *colera morbus*. Foi uma perda irreparável, mas a semente por êle lançada já havia germinado e estava em condições de dar fruto. A orquestra sacra passou a ser regida por sua filha Dondon, enquanto Bahia fazia a primeira voz no côro da igreja. Dondon tocava flauta, Bahia violino, ambas instruídas, sabiam um pouco de latim, ensinavam música, tocavam e cantavam na igreja e nos salões, igualmente exímias ao violão. Por muitos anos, Dondon (Claudina Joaquina de Albuquerque Melo) manteve a regência da orquestra religiosa, com orgulho para a cidade, auxiliada por sua irmã Bahia (Maria do Rosário Brasileiro Melo), que era também professôra do sexo feminino. Infelizmente, porém, a glória do passado morria com Areia. Essas duas criaturas tão prendadas desapareceram quase centenárias, esquecidas dos parentes e dos conterrâneos, numa pobreza que confinava com a indigência.

Com o desaparecimento de Manuel de Cristo, a banda de música local passou a ser regida por seu filho Tristão Grangeiro de Almeida e Melo, que foi uma das figuras mais simpáticas de Areia, pela popularidade que grangeara no amor à arte e no devotamento à terra natal, sem prejuízo de suas rapaziadas de boêmio, como temperamento folgozão que era. Tristão organizou a sociedade — Fénix Musical — que congregava o conjunto por êle dirigido. Mas da sobra dos artistas, que eram muitos, surgiu uma outra banda em Areia, sob a batuta de Félix Cantalice. Foi um conjunto que teve pouca duração. Pretendendo rivalizar-se com a Fênix, terminou incorporado a ela, com a retirada de seu mestre. Tão pujante se mostrava o meio artístico que até para a capital da Paraíba saiam de Areia mestres de música. Ábdon Milanez Filho, que ali nascera e participara na infância daquele ambiente festivo, chegou a acreditar-se mais tarde, no Rio de Janeiro, como diretor do Instituto Nacional de Música, hoje Escola Nacional de Música. [8]

Tendo falecido Tristão em 1886, assumiu a regência da Fênix Musical o maestro Argemiro Calaça Buril, que fôra seu discípulo. Ao tempo ainda da banda de Argemiro, surgiu em Areia uma outra corporação, a orquestra do

---

[8] ÁBDON MILANEZ era filho do Dr. ÁBDON FELINTO MILANEZ e de d. Gracinda Cotegipe Milanez. Nasceu em Areia a 10 de agôsto de 1858, formou-se engenheiro em 1880 pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e faleceu na capital da República a 1 de abril de 1927. Foi Superintendente de Imigração na Europa, Chefe do Serviço de Expansão Econômica na Suíça, Diretor da Central do Brasil e Diretor do Instituto Nacional de Música, em sucessão a Alberto Nepomuceno. Representou a Paraíba como deputado federal na legislatura de 1903-1905. Como musicista, ao lado de Francisco Braga, Leopoldo Miguez, Lourenzo Fernandez e Camargo Guarnieri, compôs várias peças para piano e orquestra, executadas sob sua regência. Compôs, ainda, operetas e o Hino da Abolição, escrevendo, também, no gênero sacro, uma missa completa — *Santa Luzia* — e um *Te Deum*. No teatro da época, fêz representar, sob vivos aplausos, as comédias de sua autoria — *O Lírio, Fruto Proibido, A Centelha* e outras de que o público carioca ainda guarda lembrança. Era uma grande vocação para as artes.

Recreio Musical, organizada em 1892 e que fêz furor sob a regência de Manuel Nunes de Oliveira. Dos rapazes que faziam parte dêsse conjunto destacavam-se Otacílio de Albuquerque, João Serrão, Lindolfo Xavier, Neco Pires, Anízio Borges, José Santiago, Bento Nobre, José Perazzo, Picico, Sabino Romariz, Artur Henriques, Olímpio Costa e Santos Gonçalves.

Durante um ano as duas bandas coexistiram pacificamente, animadas apenas pela rivalidade. Mas logo passaram da rivalidade à hostilidade, como se fôssem grupos inimigos, no mesmo campo de operação. Quando as duas filarmônicas se cruzavam pelas ruas da cidade, nos dias de festa, queriam passar por dentro uma da outra, a peito, escusando-se cada qual de abrir caminho. Esperava-se a todo instante um choque de conseqüências desagradaveis, tal a exaltação de ânimo de lado a lado. E como as provocações partiam mais da Fênix, que era a mais antiga e a menos aplaudida, o delegado de polícia tomou a cautela de fazer acompanhar a do Recreio por uma fôrça armada, a fim de evitar incidentes. Na festa da Conceição de 1893 a banda do Recreio Musical só desfilava pela cidade escoltada pela polícia. Alguns anos mais tarde, dêsses dois conjuntos nada mais restava, senão uma memória diluída no passado. O único instrumento sonoro que ainda se fazia ouvir em Areia era o sino da igreja matriz, nas suas badaladas plangentes, chamando para a missa ou anunciando a saída dos enterros. As bandas de música que eram a alegria e a emoção da cidade acabaram-se.

Já em dias dêste século, apareceu uma orquestra mista, composta de rapazes e môças, organizada por Francisco Rafael Picico, antigo discípulo de Argemiro. Picico era uma figura singular de boêmio, que podia ter sido muito e não foi nada. Alfaiate, solteirão, bem falante, orador, rábula, poeta, olhar faminto e espiritual, viveu sòmente para esperdiçar inteligência. Sua orquestra dissolveu-se

depois de promissores ensaios, porque Pícico não tardou a substituir pelo copo os instrumentos de sua arte. (9)

Pícico, Manuel Nunes, Argemiro e Tristão deixaram admiráveis composições, principalmente em dobrados e valsas. Quanto a Manuel de Cristo, a notícia que ficou é que teria deixado grande quantidade de músicas sacras, de sua autoria, mas desgraçadamente tudo se perdeu. Os que sobreviveram não se mostraram capazes, sequer, de olhar para as duas filhas velhas que morreram quase à míngua.

* * *

Naqueles tempos áureos possuía Areia um gabinete de leituras, com excelente biblioteca, obra de iniciativa do mestre Joaquim da Silva, que contou para isso com a colaboração de Manuel da Silva e Dr. José Evaristo. A biblioteca era a mais antiga da Paraíba, instalada em 1871, no sobrado da Praça do Consumo, onde também funcionava um clube de dança, pelos mesmos fundado. Manteve-se a biblioteca até o fim do século, administrada por uma sociedade, organizada com êsse objetivo. Tendo Joaquim da Silva deixado Areia em 1882, assumiu a administração da biblioteca seu irmão Manuel da Silva, substituído mais tarde por Rodolfo Pires, seu último bibliotecário. Com a morte de Rodolfo Pires, verificada em 1892, esfacelou-se o gabinete de leituras, dilapidado por sócios inescrupulosos. Desapareceu, assim, o tesouro bibliográfico, que era o acalento dos mestres do passado. Houve quem carregasse estantes repletas de livros, sem dar satisfação a ninguém. Isso aconteceu quando as lutas políticas acabavam de desgraçar Areia, transformando-a em terra de ninguém, como noutro capítulo se demonstrará.

---

(9) Entre os rapazes que compunham sua orquestra estava João de Lourenço, ministro aposentado do Tribunal de Contas, que se expandia na execução do bandolim.

* * *

Cidade intelectual, não podia deixar de ter os seus jornais. Eis os que circularam em Areia no período de 70 anos.

— *O Areiense* — 1877. Foi o primeiro, na ordem cronológica, fundado por Júlio Silva, com a colaboração de seu pai Joaquim da Silva. Imprimia-se em oficina própria e não em prelo de pau, como jocosamente disse Celso Mariz na magnífica conferência que proferiu em abril de 1944, sob o título — Areia antes e depois da gameleira. A parte gráfica estava confiada à improvisada competência técnica de Tito Silva, irmão do diretor. Era um periódico de bom formato, que durou pouco mais de três anos.

— *O Século* — 1883. Circulou sob a direção do Dr. Alfredo Moreira Gomes, juiz municipal da comarca. Imprimia-se na antiga oficina de *O Areiense*, da qual se tornou proprietário Tito Silva.

— *A Educação* — 1886. Direção de Xavier Júnior, colaboração de diversos. Circulou durante menos de um ano.

— *O Areiense* — 1887. Sob a direção do Dr. Alfredo Moreira Gomes, ressurge o primeiro jornal que teve Areia. Sua duração, nessa segunda fase de circulação, foi precisamente de um ano.

— *Verdade* — 1888. Fundado por Manuel da Silva, que andava empenhado a fundo na campanha abolicionista. Embora contasse seu diretor com as colunas de *O Areiense*, que também defendia a causa dos escravos, fundou o pequeno órgão, que marcou época nos anais da imprensa de Areia. Ficou, assim, a cidade com dois jornais, pelo menos até meados de 1888, quando *O Areiense* suspendeu sua circulação. Depois da campanha abolicionista, Manuel da Silva fêz do seu jornalzinho o porta-voz da propaganda republicana. Se é verdade, como já se tem dito, que a Paraíba se tornou republicana tôda de uma

vez, após o 15 de novembro, tanto na esfera política como no grosso da população, da generalidade dêsse conceito excetua-se Areia, onde ressoava o clarim da *Verdade* pelo advento do novo regime e de onde já havia saído um grande apóstolo republicano — Coelho Lisboa — para a propaganda do novo credo político no sul do país. Por morte de Manuel da Silva, assumiu a direção da *Verdade* Xavier Júnior, que teve por substitutos, sucessivamente, Rodolfo Pires, Otacílio de Albuquerque e José da Costa Machado. Durante oito anos circulou a *Verdade*, de 1888 a 1896.

— *A Escola* — 1890. Jornalzinho de estudante, impresso nas oficinas da *Verdade*, redigido por Ulisses Costa, Pedro Miquelino, Otacílio de Albuquerque, João Serrão e outros. Teve vida efêmera.

Democrata — 1892. Direção de Firmino Costa, circulou de 1892 a 1895. Órgão político, literário e noticioso, foi, sem exagêro, o melhor jornal que já teve Areia, pelo formato e pela feição intelectual. Do corpo redacional faziam parte Caldas Brandão, Cunha Lima, Ulisses Costa, Luís Vicente Borges, Pedro Miquelino, Sabino Romariz, Anacleto de Matos, etc. Abrindo luta contra o situacionismo do Estado, silenciou a 18 de julho de 1895, quando teve empasteladas suas oficinas.

— *O Mosquito* — 1894. Jornalzinho humorístico, que se imprimia na redação do *Democrata*, confeccionado por um grupo de rapazes, entre os quais Abel Costa, Francisco Agápito, Picico, Bento Nobre e Artur Henriques. Durou de 1894 a 1895.

— *Libertador* — 1895. Órgão do partido republicano, lançado pelo Dr. José Elias de Ávila Lins, com a colaboração dos Drs. Belino Souto, Simeão Leal, Leopoldo Loureiro e Frederico Campos. Nasceu e viveu em polêmica com o *Democrata*. Era impresso nas oficinas da *Verdade*. Nesse ano de 1895 circulavam em Areia quatro jornais: *Verdade*, *Democrata*, *Libertador* e *O Mosquito*.

— *Cidade de Areia* — 1899. Direção de Simeão Leal. Pouco tempo teve de vida êsse periódico.

— *A Evolução* — 1900. Diretor: José da Costa Machado.

— *Correio da Serra* — 1907. Fundado por Eduardo de Medeiros, que tinha a colaboração de Edésio Silva, Lívio César, José Américo de Almeida, João Minervino de Almeida e outros.

— *O Centro* — 1909 — Direção de Simão Patrício da Costa Neto, com a colaboração de Edésio Silva, João de Lourenço, José de Ávila Lins, João Camelo e outros.

— *A Ronda* — 1917. Jornaleco, meio político, meio humorístico, lançado pelo autor, com a ajuda intelectual de José Rufino, Nestor de Queirós, Ladislau Ramos, Otaviano Carneiro e José da Costa Machado.

— *O Luzeiro* — 1927. Outro periódico fundado pelo autor, de feição sectarista, em prol do espiritismo. Viveu pouco mais de um ano.

— *O Século* — 1946. Fundado por Antônio Benvindo, que era ao mesmo tempo diretor, redator e distribuidor. Salvo engano, foi o último jornal que circulou em Areia, encerrado seu expediente em 1948.

* * *

Tôda a grandeza de Areia ficou sepultada no passado. O progresso tomou outros rumos, deixando isolada a antiga aldeia de Bruxaxá, na estagnação de uma cidade morta, onde nada de novo acontece. As terras cansaram para a lavoura, o comércio murchou, o teatro virou cinema poeira, ao paladar da nova geração apeteceu o *café-society*. Assim ficou Areia, arquejando à beira da desolação, em luta contra a adversidade, sem mais jornais, sem sociedade dramática, sem biblioteca, sem clube de dança, sem banda

de música, numa inferioridade mórbida, que tem raizes profundas nos elementos perturbadores da economia do município.

Há, contudo, esperanças de recuperação. O nome que já teve poderá ser reconquistado em futuro que não parece longinquo. O antagonismo reinante nas fontes de produção, entre a cultura do agave e a cultura da cana, tende a desaparecer. A cana de açúcar está em processo de absorção pelo desenvolvimento da pecuária, ou por outros meios de riqueza, tirados do solo, com lavoura menos precária.

Um sintoma de reação favorável já se nota no gôsto pelas letras. Foi essa, aliás, a vocação histórica da cidade, desde os áureos dias do passado, e será, por certo, o melhor esplendor do futuro. Talvez, em nenhuma outra parte do Estado, seja tão forte como em Areia o pronunciamento pela formação intelectual da nova geração.

Os estabelecimentos de ensino que atualmente existem na cidade poderão servir de fulcro a uma nova ação criadora. Parece que Areia, com êsses instrumentos de progresso, procura ressurgir da calmaria podre, despertar para a vida, buscar-se a si mesma no destino para que foi nascida, que é o da fertilidade da inteligência. Há educandários modelares, como a Escola de Agronomia do Nordeste, o Ginásio Santa Rita (para môças), o Ginásio Coelho Lisboa (para rapazes), o Grupo Escolar Álvaro Machado, as Escolas Paroquiais Reunidas Padre Ibiapina, etc. Tais centros de estudo destacam-se na fisionomia da cidade, a projetar luz, embora ainda bruxoleante, das cumeadas da serra às depressões dos vales. Todos êles ou quase todos, inclusive o estabelecimento de nível universitário, vêm sendo providos de professôres saídos de lá mesmo, das forjas onde foram moldados.

Especial referência merece o Ginásio Santa Rita, fundado como Escola Normal, em 1937, pela ordem das madres franciscanas, posteriormente ampliado com os cursos pri-

mário e ginasial. Pôsto que ainda em obras, é um fabuloso monumento que sobressai do cume da Borborema a dar maior relêvo à paisagem urbanística da cidade. Mais ainda avulta pela grandeza interna, em tudo manifestada, na amplitude das acomodações, na alegria de vida lá dentro reinante, no passadio, na higiene, na disciplina moderada e sobretudo no aproveitamento. A função do ensino é exercida por amor, sem sombra de mercantilismo. Das 281 alunas matriculadas, contam-se 21 môças pobres que recebem ensino gratuito, valendo ainda salientar que o estabelecimento mantém 54 internas que nada pagam e 48 com sensível redução de preço nas mensalidades. Em tôda a Paraíba, diga-se mesmo em todo o Brasil, não há exemplo de educandário particular que tenha por ponto alto de seu programa tão nobilitante obra de assistência social. [10]

Êsse modêlo de organização não visa a outro lucro que não seja o da formação moral e intelectual da juventude brasileira. Por isso mesmo vive em luta com as maiores dificuldades financeiras, não só quanto à manutenção como no que toca ao gigantesco plano de construção. Todo aquêle colosso arquitetônico está sendo levantado com o capital-coragem, que nunca faltou desde a primeira hora. Os recursos, quando obtidos, mal chegam para pagamento das dívidas acumuladas. E as obras continuam. Quem fizer uma visita ao Ginásio Santa Rita não se surpreenderá de ver madre Carolina, espírito superior de religiosa e educadora, misturada aos operários, por vêzes esfolando as delicadas mãos em trabalhos grosseiros, ou chegando ao estabelecimento na boléia de um caminhão, de suas peregrinações em busca de recursos.

Outro educandário digno de igual registro são as Escolas Paroquiais Reunidas Padre Ibiapina, instaladas na antiga Casa de Caridade de Areia, organização meritória

---

[10] Os dados acima mencionados referem-se ao ano de 1956.

do vigário Rui Vieira. Para que se tenha idéia da obra assistencial, consagrada a meninos pobres, basta dizer que êsse estabelecimento de ensino mantém 220 alunos matriculados, aos quais fornece, gratuitamente, farda, livros e merenda escolar.

Mas não ficam aí as atividades do dinâmico vigário. Graças a seus esforços, tem Areia, em vias de conclusão, o Artesanato D. Adauto e o Albergue Pedro Simeão, do Serviço Social da Paróquia. O Artesanato conta com oficina mecânica, sapataria, marcenaria, alfaiataria, tipografia, latoaria, tecelagem de agave, com capacidade para 150 alunos, em regime de semi-internato. O Albergue tem por fim abrigar a velhice desamparada da paróquia. Além disso, o laborioso sacerdote mantém, em Remígio, a Escola Doméstica Nossa Senhora de Fátima, que já preparou várias turmas para tarefas do lar, e ainda sustenta um pequeno artesanato, com seções de sapataria e marcenaria, além de atividades agrícolas, compreendendo horticultura, pomicultura e avicultura.

Um fato que ficou sem eco põe em relêvo a figura do jovem e extraordinário padre Rui Vieira. Por ocasião da chamada festa da colheita, em 1956, organizou êle uma procissão tìpicamente original em Remígio. O andor saiu à rua transportado em possante trator, ornamentado de flores silvestres, seguido de outros tratores e de homens do campo, de enxada ao ombro, formando o acompanhamento. Ao recolhimento dessa singularíssima procissão, houve a bênção dos tratores, que é um ato simbólico bem mais significativo do que a bênção de espadas.

CRUZADA BENEMÉRITA

abolição do tráfego negreiro em 1850 apenas estancou a fonte de exploração do homem no mercado brasileiro, mas não despertou ainda a consciência nacional em pronunciamentos de solidariedade humana. Essa consciência só vibrou pelos ideais libertários aos clarões da lei de 28 de setembro de 1871, em virtude da qual os nascidos de escravas não mais acompanhavam as condições do ventre.

Muito antes de instituído o ventre livre no Brasil, já em Areia José Alves de Lima dignificava-se como precursor do abolicionismo. Rico proprietário, dono de Ôlho Dágua Sêco e de fazendas de gado no sertão, viúvo e sem filhos, deu um exemplo da mais alta generosidade, libertando todos os seus escravos e deixando para os mesmos metade de sua fortuna. A outra metade legou a seu sobrinho Matias Soares, pai de monsenhor Valfredo Leal. Em todo o curso da campanha êsse exemplo ficou como caso isolado, sem encontrar seguidores.

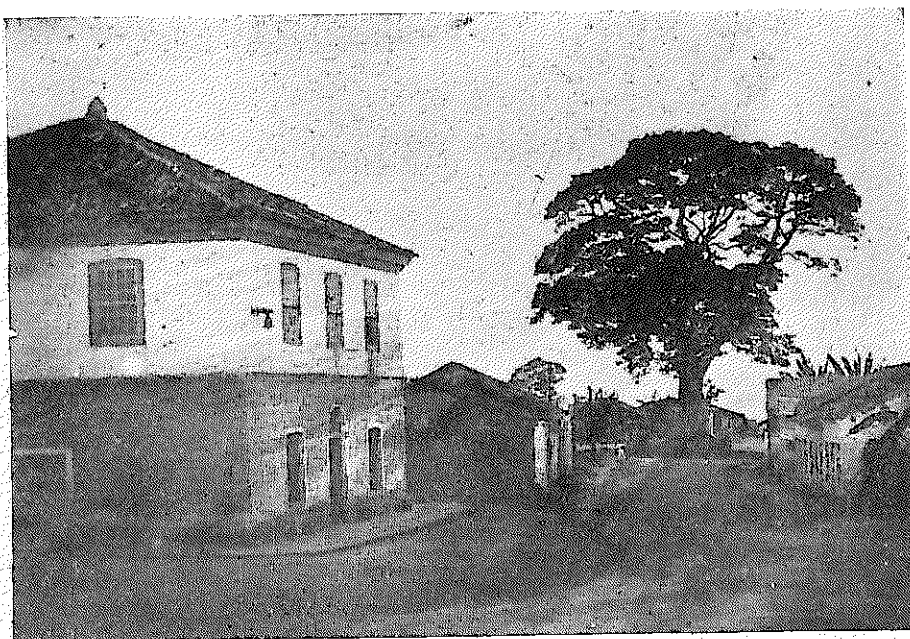
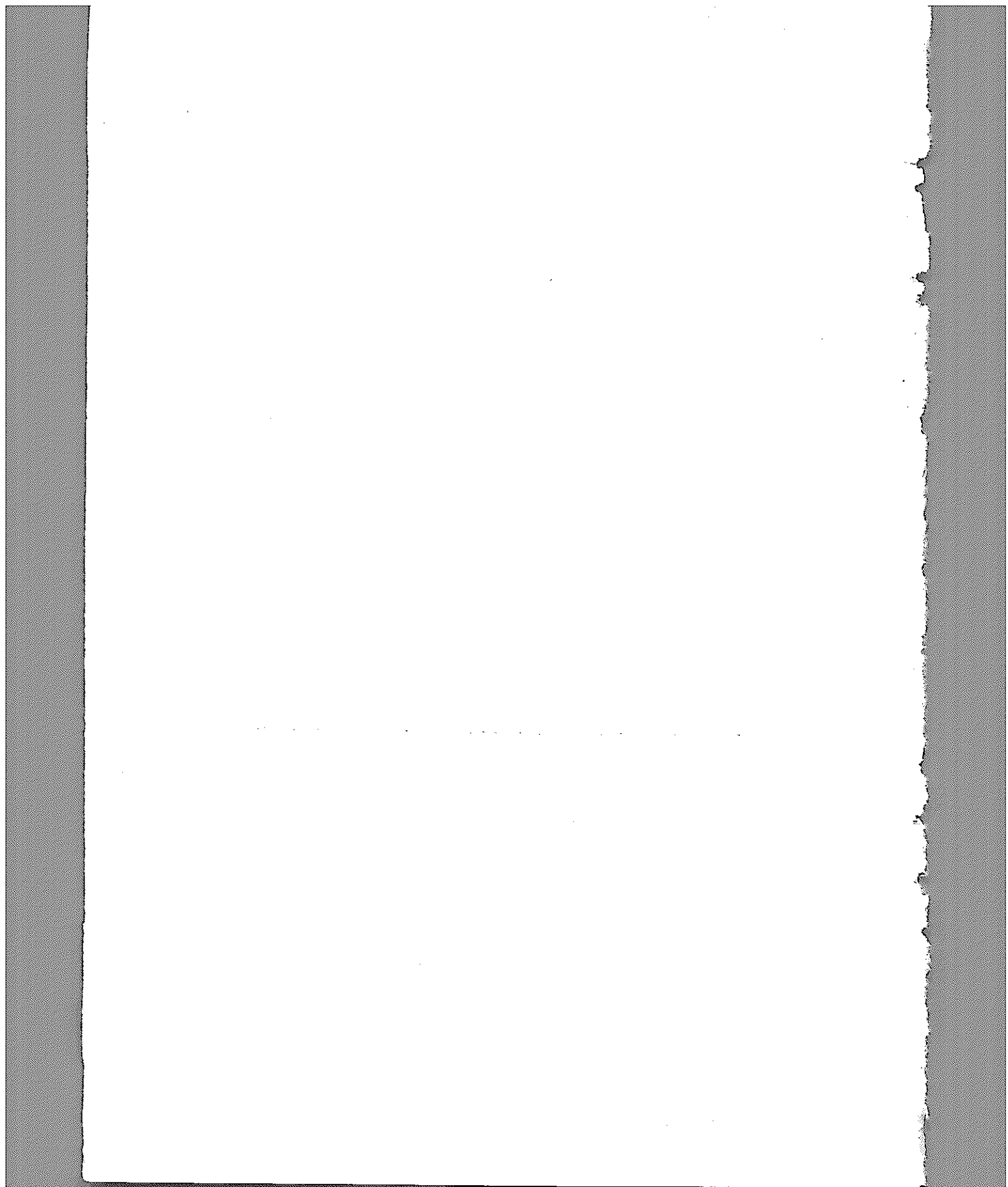
Anos depois, já inspirado na lei do ventre livre, foi que Manuel da Silva levantou em sua terra a bandeira da libertação. Sentindo a receptividade da idéia, lançou os fundamentos da Emancipadora Areiense, destinada a promover a defesa do escravo, até extirpar a chaga social, que a lei de então só objetivaria a longo prazo. Alma de eleito, sensível a tôdas as iniciativas que visavam a dignificar a pessoa humana, não sòmente madrugou na jornada, mas

sustentou a campanha, por anos de luta, até a redenção da terra natal. Em 1873, aos 36 anos de idade, congregou amigos e homens de boa vontade contra o negregado regime, deixando a Areia a mais gloriosa página de sua história. Ao apêlo que fizera acudiram os valores mais representativos do meio, comerciantes, professôres, advogados, tabeliães, até mesmo senhores de engenho, anuindo todos ao compromisso solene de tomar a defesa da causa. (1)

Mas o terreno não estava suficientemente preparado para o êxito imediato da benemérita cruzada. A solidariedade dos que se opunham à exploração da mercadoria humana parecia mais nascida do sentimento afetivo ao propugnador da idéia. A prova é que, decorridos dez anos, muitos dos signatários do memorável documento permaneciam impassíveis na posse de seus escravos. Pràticamente Manuel da Silva estava sòzinho, mas não desanimou um instante em preparar o campo da luta, com exaustivo esfôrço, para a libertação do município.

Dada a pouquidão dos frutos colhidos naquele decênio, tratou de reorganizar a Emancipadora em moldes mais explícitos, com cinco membros efetivos e tantos colabora-

---

(1) Eis os que assinaram o compromisso, com profissão de fé abolicionista, lançado a 7 de setembro de 1873: Manuel José da Silva, Manuel Francisco Alves Gama, Ermínio Melquiano da Silva Ramos, José Pedro da Silva Casumba, Trajano Soares Raposo, José Francisco Alves Gama, Firmino dos Santos Oliveira, Cândido Fabrício do Espírito Sânto, Simão Patrício da Costa, Dr. João Lopes Pessoa da Costa, Tristão Grangeiro de Almeida e Melo, José Inácio Guedes Pereira, Dr. Ivo Magno Borges da Fonseca, padre Luís Cavalcante de Albuquerque Buriti, Francisco Arteiro do Amorim, Ciro Cândido de Gouveia Monteiro, Dr. Luís Vicente Borges, Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, Dr. José Antônio Maria da Cunha Lima, Nuno Guedes Pereira Júnior, Francisco Xavier de Melo, Sebastião José Casado, Bento Correia Lima Neto, Francisco dos Santos Leal, Estevam Dionísio Tôrres, Florentino Cavalcante de Albuquerque, Manuel João Francisco Duarte, Agápito Ponce de Leon, Francisco José de Oliveira, Firmino José Alves da Costa, Targino Antônio Calaça Buril, Marcolino Evaristo de Gouveia Monteiro, José Joaquim Freire Vasconcelos e Manuel Gomes da Cunha Melo.

Antiga cadeia de Areia, em cujo local foi construído o Grupo Escolar Álvaro Machado, transformado depois no Ginásio Coelho Lisboa. Ao fundo, a legendária gameleira

dores quantos quisessem concorrer com as contribuições estipuladas nos Estatutos. A primeira diretoria, eleita em 1883, após a aprovação dos estatutos, ficou assim constituída: Manuel José da Silva, João Coelho Gonçalves Lisboa, padre Sebastião Bastos de Almeida Pessoa, Marcolino Borges da Fonseca e Firmino Alves da Costa. (²)

Os resultados obtidos até então, além de não corresponderem aos esforços despendidos, prometiam uma demanda demasiadamente longa. A população escrava do município em 1873, época em que se iniciou a campanha abolicionista, era de 1.680 indivíduos. Dez anos depois, isto é, quando se reorganizou a Emancipadora, havia descido a 1.105, com diferença para menos de apenas 575, incluídos nesse número os mortos, que não foram poucos.

Conquanto o braço escravo fôsse o instrumento mais prestadio aos agricultores, sobretudo o mais barato, numa zona essencialmente agrícola, com cêrca de cem engenhos de fazer rapadura, ainda assim ocupava Areia o quinto lugar da província, no quadro da população servil, levantada por município. São João do Cariri tinha 2.059 escravos, a capital 1.894, Mamanguape 1.398, Pilar 1.185 e Areia 1.105. (³)

Mas a partir da reorganização da sociedade, a campanha tomou incremento. Coelho Lisboa mostrava-se arrebatado de amor à causa, por vêzes intempestivo no ataque aos reacionários. Infelizmente não pôde levar até o fim a jornada cívica. Tendo concluído seu curso de direito no ano seguinte, 1884, pouco tempo ficou em Areia depois de formado. No período, porém, em que atuou como membro da Emancipadora, convenceu a muitos recalcitrantes. O primeiro a quem submeteu pela eloqüência de seus argu-

---

(²) ELPÍDIO DE ALMEIDA — *Areia e a Abolição da Escravatura* — Conferência realizada a 18 de maio de 1946, pág. 12.

(³) Estatística colhida de relatórios oficiais por JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA em *Paraíba e seus Problemas*, 1.ª edição, pág. 459.

mentos foi o juiz de direito Mendes Ribeiro, de formação escravista. Mudando-se para o sul do país, onde brilhou na propaganda republicana, foi substituído na diretoria da sociedade pelo prestimoso areiense Rodolfo Pires, discípulo bem amado de Manuel da Silva, que já vinha credenciado por copiosos serviços prestados à causa.

Coelho Lisboa era homem violento. Em julho de 1885, sendo promotor público da comarca, investiu, na botica de Simão Patrício, contra Antônio José Henriques, só porque um irmão dêste — Dr. Samuel Henriques — o atacara pela imprensa da capital. Após êsse fato, foi que emigrou para o sul do país.

Um dos mais eficientes colaboradores de Manuel da Silva foi padre Sebastião Bastos, vigário da freguesia. Também não chegou ao fim da cruzada redentora por ter sido removido para a freguesia de Serra da Raiz, às vésperas da libertação do município. Todavia, antes de deixar Areia, promoveu uma reunião de seus paroquianos na sacristia da igreja matriz, aos quais falou em linguagem persuasiva, concitando-os a que se convertessem ao credo abolicionista. Louvando a iniciativa do vigário, discursou na ocasião o advogado João Lopes Pessoa da Costa, chefe do partido liberal, que concluiu enfàticamente sua oração, declarando livres, desde aquêle momento, todos os seus escravos. O exemplo contagiou os presentes, sendo de pronto imitado por Francisco Jorge Tôrres Júnior, Estevam Dionísio Tôrres, Simão Patrício da Costa, Ciro Cândido de Gouveia Monteiro, Pedro José da Costa, Silvério José dos Santos, Francisco Alves de Lima, Manuel da Rocha Araújo, Manuel Clementino da Costa, Félix Maria de Oliveira, major Joaquim Gomes da Silva e seus filhos Joaquim Gomes da Silva Júnior e d. Clementina Pia da Silva Correia Lima, viúva de Bento Correia Lima Neto. [4]

---

[4] Elpídio de Almeida — ob. cit., pág. 18.

Daí por diante as manumissões se sucediam em ritmo acelerado e, por fim, já era até um motivo de festa concedê-las. O coronel Francisco Cavalcante, ao passar carta de alforria a todos os seus escravos, comemorou o ato com missa solene de ação e graça. A mesma coisa fêz o coronel Santos da Costa Gondim, que muito de propósito havia retardado a libertação dos escravos que ainda possuía, a fim de solenizar o ato ao ensejo da primeira missa cantada por seu filho padre Francisco de Assis Gondim. Também Cunha Lima, ao efetuar o batizado de dois dos seus filhos, concedeu liberdade aos escravos que restavam em sua senzala. Matias Soares foi levado ao generoso ato por imposição de seu filho padre Valfredo Leal, vigário de Guarabira, que se escusara de visitar o pai enquanto houvesse escravos na casa paterna. Festejou o acontecimento com missa de ação e graças, oficiada pelo próprio filho.

A essa altura, a Câmara Municipal aderiu ao movimento, criando impôsto sôbre escravos, como meio de apressar a redenção do município. Assim procedeu porque havia recalcitrantes que a nenhum argumento se dobrabravam, embora reduzido o número dos mesmos e de suas infelizes vítimas em fins de 1887.

Um dos maiores inimigos da causa da liberdade era o então juiz de direito da comarca Dr. Gonçalo Pais de Azevedo Faro, que não sabia resguardar sua consciência de magistrado nas questões em que era chamado a decidir. Inimigo do abolicionismo e endurecido em suas idéias anacrônicas, chegou ao ponto de perseguir os membros da Emancipadora, principalmente Rodolfo Pires, que estava debaixo de sua sujeição, como partidor do Juizo. Não satisfeito em demiti-lo do emprêgo, fêz pressão junto à Câmara até vê-lo também exonerado das funções que exercia como secretário do Conselho. Aos outros, ameaçava de prisão. Mas terminou constrangido a retirar-se de Areia para Recife, levando consigo uma escrava que persistia em conservá-la sob o jugo do cativeiro. Saiu de liteira, no

dia 20 de dezembro de 1887, acompanhado dos cavaleiros Belo Miranda, Glicério Cavalcante, Inácio Augusto de Almeida, Manuel Gomes, o delegado Cândido Valente e praças do destacamento local, receoso de sofrer agressão.

Poucos dias antes, fôra desacatado em Pilões, onde se achava procedendo à revisão do corpo de jurados. Alguns rapazes da terra, encabeçados pelos filhos de Misael e Norberto, ameaçaram de reagir a cacête contra todos quantos faziam parte da junta revisora, indignados com as escandalosas depurações que se vinham fazendo no propósito manifesto de extinguir o têrmo. O juiz, diante da insolência dos manifestantes, ordenou a prisão dos mesmos, mas os dois policiais que estavam presentes foram imediatamente subjugados e desarmados pelos paisanos. Antes que acontecesse pior, retirou-se às pressas para Areia, onde chegou à noite do mesmo dia, acompanhado de Glicério Cavalcante e Cunha Lima.

Chegava-se ao fim da campanha. A cidade, pràticamente, estava limpa da mazela social, mas ainda havia alguns infelizes pelos engenhos e fazendas, cujos senhores se obstinavam em conservá-los no cativeiro. Manuel da Silva desdobrava-se na ação libertadora por todos os quadrantes do município. Desenvolvia a propaganda inclusive pelas colunas do *Areiense,* periódico que circulava na cidade e que vinha pugnando pela vitória do abolicionismo. No intuito de ativar a caminhada, fundou outro periódico — *Verdade* — que desde o primeiro número passou a divulgar a relação dos escravos e respectivos senhores, que ainda restavam ao município.

À medida que diminuia o número de cativos, outros surgiam, egressos dos municípios vizinhos, que corriam a pleitear a liberdade debaixo da proteção da Emancipadora Areiense. Era um problema a mais para os beneméritos compatriotas de Areia. Mas não houve obstáculos que Manuel da Silva não procurasse vencer, nem perigo que não enfrentasse, escudado na inquebrantável coragem,

que nascia da fé. Só descansou quando, a 22 de abril de 1888, viu alforriados os três últimos escravos que ainda enodoavam o município.

Estava Areia limpa da mancha do cativeiro. A gloriosa jornada que sagrou a liberdade do elemento servil na terra de Manuel da Silva ia ser comemorada com manifestações do mais vivo entusiasmo. A Câmara Municipal, regozijada com o êxito da campanha e pela participação que tivera no caso, resolveu marcar o dia 3 de maio para, em pública solenidade, declarar remido o município. (5)

Foi uma festa como nunca houve igual em Areia. Durante quatro dias a cidade vibrou numa manifestação pública de alegria, sem precedentes em tôda a sua história. Salvas de tiro, banda de música, foguetório, missa solene de ação e graça, passeata ao som do hino da redenção, composto por Rodolfo Pires e cantado por meninas e môças, discursos inflamados e sessão magna da Câmara, com a proclamação de — MUNICÍPIO LIVRE — gravado no pavilhão em letras de ouro, foram as festas cívicas do primeiro dia.

---

(5) Alforriados os últimos escravos a 22 de abril, reuniu-se a Câmara a 25 para tomar a seguinte resolução: "A Câmara Municipal de Areia, compenetrando-se de seus mais altos deveres de zelar pelo bem dêste Município e cheia do mais justo regozijo pela atitude honrosa tomada por esta briosa população em favor da santa causa da remissão dos cativos, resolveu, de acôrdo com os últimos possuidores de escravos, extinguir para sempre a escràvidão dêste Município, e marcou o dia 3 de maio futuro para solenemente declarar livre êste heróico Município, com assistência de tôdas as autoridades, empregados públicos, clero e povo, que para tão honroso fim comparecerem; e assim esta Municipalidade convida todos os habitantes do Município e bem assim tôdas as autoridades civis e militares para comparecerem a uma hora da tarde do dia 3 de maio próximo vindouro, ao Paço Municipal, depois da missa solene celebrada na capela de Nossa Senhora do Rosário, a fim de assistir à sessão em grande gala. Outrossim, espera e pede esta Municipalidade que todos os habitantes desta cidade iluminem as suas casas no referido dia, bem como nos dias seguintes. Confiada esta Municipalidade nos corações leais de seus munícipes, está certa de não serem poupados esforços no sentido de ser abrilhantada tão grande quanto justa festa, digna de um povo brioso como tem sabido ser o povo areiense".

Em cada varanda de sobrado uma colcha de tecido fino e quem tinha sua toalha de damasco vinha com ela para a janela da frente. À noite, a cidade resplendia de luz, com dísticos luminosos por tôda parte e lanternas coloridas nas fachadas das casas. O povo então se pôs em marcha improvisada, puxado pela banda de música, ouvindo-se novamente a fluência dos oradores. Na sessão magna da Câmara usaram da palavra o juiz municipal Dr. Alfredo Moreira Gomes, em nome da municipalidade, Dr. Francisco Xavier Júnior, em nome da Emancipadora Areiense, e mais os seguintes oradores: Dr. Cunha Lima, Dr. Diogo Velho Sobrinho, Dr. Juventino Cabral de Vasconcelos e Dr. Alípio Sales Pessoa. (6)

Nos dias seguintes — 4, 5 e 6 — prosseguiram as festas com observância das solenidades estabelecidas no programa. Escravocratas da véspera, contagiados de ardor cívico, aclamavam delirantemente o nome de Manuel da Silva, como o grande herói da cruzada redentora. Mas a nota alta das manifestações populares era ver libertos e ex-senhores confraternizados em igual expansão de júbilo, até às lágrimas da emoção.

Os libertos ofereceram um jantar aos abolicionistas, sendo prestada nessa oportunidade tocante homenagem a Manuel da Silva. Cobriram-no de pétalas de flores quando chegava ao local do festim, onde já estava inaugurado o seu retrato. Olhos inundados de lágrimas, o insigne areiense não conseguiu articular palavra, inibido pela emoção.

Nessa gloriosa jornada, o libertador do município teve colaboradores eficientes: Rodolfo Pires, o poeta da abolição, Firmino Costa, que estêve dentro do movimento desde a primeira hora, Xavier Júnior, o orador doutrinário, chamado à direção da Emancipadora em substituição a Marcolino Borges da Fonseca, que se inutilizara pela cegueira,

---

(6) Elpídio de Almeida — ob. cit., pág. 33.

Simão Patrício da Costa, substituto do padre Sebastião Bastos, ausente de Areia, Manuel Gomes da Cunha Melo. presidente da Câmara Municipal e deputado provincial, todos animados do mesmo ideal libertário na altruística campanha abolicionista. À última hora, foi deveras notável o concurso de Manuel Gomes, pressionando o reduto final dos escravistas, sem o que, talvez, Areia não se tivesse glorificado do feito celebrado a 3 de maio.

Faltou a Manuel da Silva a colaboração de Joaquim da Silva, seu irmão no sangue e nos mesmo sentimentos humanitários. Desde 1882 o emérito professor de latim estava residindo na capital da Paraíba, onde deu sua contribuição à causa, juntamente com Daniel de Figueiredo, numa sociedade emancipadora fundada naquela cidade em 1883. No dia de sua instalação alforriava dez escravos, solenizando o ato com a presença do governador, muitos discursos e foguetório, mas não parece que tenha correspondido aos promissores auspícios. (7)

Areia teve a honra de ser o único município da Paraíba para o qual chegou tarde o benefício da lei de 13 de maio de 1888. O braço escravo foi substituído pelo braço livre, sem quebra da produção, ao contrário do que ocorreu noutros centros do país, sobretudo no sul, onde grande foi o desequilíbrio. Pagava-se por um dia de serviço ao cabo da enxada a insignificância de 500 réis e, não obstante, todos viviam satisfeitos, proprietários e trabalhadores.

Abolida a escravidão, o negro procurou integrar-se na sociedade, apesar do preconceito da côr, que ainda existe. Com relação a essa assimilação, nos diferentes métodos de integração, tanto em Areia como no resto do país, os ensaios que enriquecem a literatura brasileira versam de preferência sôbre os elementos colhidos dos processos históricos, ainda hoje oferecidos pelas sobrevivências. Aos

---

(7) CELSO MARIZ — *Apanhados Históricos da Paraíba*, pág. 285.

sociólogos só interessam as contribuições exteriores de língua, religião, costumes, folclore. O aspecto humano da questão, condições de vida, suor derramado no trabalho, sangue salpicado no tronco ou no labor diuturno, tudo enfim quanto constituiu o conteúdo dos processos históricos, cede lugar a estudos mais profundos na literatura empolada.

Mesmo restituído à liberdade, não era possível ao liberto entrar na posse imediata de sua personalidade. Havia que desgastar primeiro as espêssas camadas de ignorância, secularmente acumuladas. A inferioridade em que viveu o negro, durante o tempo em que foi propriedade particular do branco, deprimido ainda mais pela insuficiência alimentar, permitia-lhe apenas revelar as qualidades de coração, como animal doméstico, nunca as do espírito, como ser capaz de evoluir e dignificar-se. Já Arruda Câmara, oitenta anos antes da abolição, clamava para a aristocracia "cabunda" da época que acabasse com o atraso da gente de côr para que o Brasil pudesse ter progresso.

A distância que separava o branco do prêto oferecia contrastes chocantes, até mesmo nos aspectos da vida sexual. Para o branco não havia freios à vontade, inclinado por índole e por influência ancestrais a cometer adultério e a lavar em sangue se cometido pela espôsa. Já o prêto, fôsse escravo ou liberto, casado ou amancebado, vivia exclusivamente para a companheira de leito, que o senhor branco ainda lhe disputava.

O servilismo era a sua condição social. Marçal perdeu a consciência dessa condição quando viu o senhor branco açoitando sua espôsa, a mãe dos seus filhos, a quem amava e em defesa da qual achou por bem de intervir. Possuído de cólera diante daquela ignomínia, que lhe parecia maior do que tôdas as desgraças de sua vida, feriu o senhor num impulso irrefletido de defesa. Foi por isso entregue à justiça, que o pendurou na fôrca.

Outros morreram no tronco, debaixo de açoite. Manuel de Lemos, homem de má catadura, marcado pelo destino, por ter nascido sem nariz, deixou fama de mau senhor. Num açougue da cidade, um infeliz escravo, destampando o corrimboque, inadvertidamente lhe ofereceu uma pitada de tabaco. Ofendido com aquela afronta, pois não tinha venta para tabaquear o caso, comprou o prestimoso e boníssimo negro para dar-lhe uma lição em regra. Conta-se que o desgraçado sucumbiu no tronco, flagelado pelo azorrague.

Em Areia, como de resto em todo o Brasil, era uma rotina açoitar escravos. Mesmo depois de abolido o calamitoso regime, o selvagem costume não cessou de todo. Alguns dos antigos senhores continuaram a espancar os cabras de engenho, como medida disciplinar. Houve até quem amarrasse indivíduo, inteiramente despido e lambuzado de mel, em cima de formigueiro assanhado, para que o infeliz se sovertesse aos poucos. Mas êsses exemplos não constituiam a regra, tanto que, após a abolição, não foram poucos os libertos que continuaram na companhia dos antigos senhores, principalmente os mais idosos, que temiam a separação como se fôsse o abandono. Haja vista também a espontaneidade de centenas de alforrias, o que prova a boa formação moral da maioria dos donos de senzala.

Dados os repetidos cruzamentos, o negro puro quase não existe mais. Dos grupos étnicos em formação, o mulato predomina sôbre o mameluco, remanescente dos avós tapuias. Foi essa mestiçagem, no grosso da classe proletária, representada pelo cabra de eito, o chamado cabra de engenho, que fêz a riqueza da terra, desde a época da economia canavieira.

Manuel da Silva não deu por terminada sua missão com o coroamento da propaganda abolicionista. Tornou-se pregoeiro da República e continuou pelas colunas da *Ver-*

dade a bater-se pela melhoria dos costumes, contra tôdas as instituições servis, sobretudo contra os maus tratos infringidos aos libertos. Foi uma glória republicana da Paraíba, na definição apropriada de Coelho Lisboa, outro republicano histórico, que saiu de Areia para expandir-se na propaganda, pregando pelas províncias do sul o advento do novo regime. Apenas uma vez Manuel da Silva saiu de Areia para conquistar na Bahia o diploma de farmacêutico. Tôdas as suas energias gastou dentro dos muros da cidade, nas muitas causas em que se empenhou pelo renome da terra natal.

Cinco anos depois de declarado livre o município, foi decretado feriado municipal o dia 3 de maio, por deliberação da Câmara Municipal, na sessão em que comemorava o glorioso feito, a 3 de maio de 1893, mas não tardou que caísse no esquecimento da população e dos poderes públicos da localidade. Há que reconhecer, a propósito, um êrro histórico. O 3 de maio foi escolhido para as festas comemorativas do Município, mas a data exata da libertação, como ficou demonstrado, foi a 22 de abril de 1888.

NO TEMPO DO CARRANCISMO

NAS dobras do passado ocultam-se tempos ominosos. O sistema de vida durante o período de escravidão deixou nos chefes de família a marca da severidade. Acostumados ao mandonismo, levavam de cambulhada quantos estivessem debaixo de sua dependência, não escapando do jugo opressor nem mesmo a mulher e os filhos. Achavam os carranças que era de seu dever impor ao máximo o princípio de autoridade, inclusive contra os escravos brancos, que constituiam a grei doméstica.

Mesmo depois de abolido o negregado regime, o rebarbativo sistema de proceder não cessou de todo, continuando por dilatado tempo com seus métodos esmagadores da personalidade. A espôsa não tinha voz ativa nas deliberações do marido, enquanto os filhos perdiam até a alegria de viver diante do pai carrancudo. Bastava um olhar de reprovação para deixá-los estuporados de mêdo, como se tivessem recebido uma chicotada. Na mesa, todos calados e de olhos famintos, aguardavam que o dono da casa se servisse primeiro. Só depois é que chegava a vez da arraia miúda. Terminada a refeição, ninguém se levantava antes do chefe da família, a menos que pedisse licença com motivo justificado.

O lugar da espôsa era no interior da casa, sempre ocupada nos labores domésticos, lavando, engomando, costurando, cozinhando. Tudo quanto pudesse caber na responsabilidade de uma mãe de família exigia-se dela, casa

arrumada, comida na mesa, roupa passada e remendada, filhos cuidados dia e noite — um no colo, outro na barriga — sem a compensação do menor confôrto ou carinho. Uma vida de renúncia forçada e, em agravo dessa situação, nem ao menos podia fiar na fidelidade conjugal do marido. Muitos dêles, conquanto não fôssem garanhões dissolutos, eram espertos em conquistas baratas, a ponto de não poderem as espôsas ter mulatas novas na cozinha.

Mal a menina se matriculava no rol das môças todo mundo ficava sabendo, porque o vestido que antes era nos joelhos descia logo aos tornozelos. Além do mais, estando no seu tempo, só usava roupas vermelhas. Decididamente já estava em ponto de casamento. Os pais, em conselho de família, cuidavam de arranjar marido para as filhas. Se a môça chegava solteira aos vinte anos não era sòmente ela que se considerava no caritó. Os pais também se preocupavam com o futuro da filha, encalhada no celibato. Então o remédio era mandar para o seminário um ou mais filhos para que, depois de ordenados, tomassem à sua responsabilidade o amparo das irmãs solteiras.

Meninas na idade da inocência, quando a imaginação andava ainda cheia de devaneios pueris, casavam-se com cavalheiros de bigode retorcido, duro de cosmético, as mais das vêzes impregnado de tabaco. Eram casulos ainda em formação biológica, nada sentindo e tudo ignorando com relação ao sexo, tanto que, às vésperas do casamento, passavam a ser doutrinadas pelas próprias mães. Por ocasião das núpcias, as noivas tinham de chorar copiosamente, como demonstração de apêgo ao lar paterno. Era um costume antigo, observado a rigor, sob pena de constituir uma nota de escândalo, principalmente para as solteironas provectas.

Os casamentos precoces e mais particularmente os casamentos consangüíneos, à fôrça de repetidos, acabaram por constituir norma adotada a preceito pelas gerações passadas. Eram freqüentes as uniões consangüíneas, sobre-

tudo de tios com sobrinhas, não só pelo preconceito de branquidade, como pelo receio de dar ingresso a estranhos no seio da família. Dos repetidos cruzamentos dentro de uma mesma esfera de reprodução, a degenerescência de tipo seria conseqüência óbvia. Houve famílias inteiras de aparvalhados e introvertidos, cujos avós foram homens capazes, embora já casados no mesmo sangue que lhe corria nas veias.

Nunca se dirá o bastante a respeito da influência, boa ou má, que os costumes locais teriam exercido no seio da família. Recorda-se, contudo, que os casamentos davam certo, talvez mais do que hoje, mas isso se devia acima de tudo a um fator preponderante, que era a submissão da mulher — peça silenciosa do lar — sem noção de personalidade e tampouco sem possibilidades econômicas que lhe assegurassem independência. Reduzida a um ser humano protegido, resignava-se a desempenhar a função de procriar e às vêzes até de criar filhos naturais do marido.

Com o passar dos tempos, aconteceu a revolução branca, em virtude da qual a mulher emergiu da prisão, com vontade de desforrar-se de prejuizos seculares, sem medidas de contemporização. Atualmente, já se mostra capaz de nivelar-se ao homem, não sòmente na igualdade dos sexos, como também na conquista dos direitos políticos. O perigo que agora ocorre, na marcha em que andam as coisas, é o de masculinizar-se demais, a ponto de querer fazer do homem o que êle fizera dela nos séculos passados.

Ao tempo de sua sujeição, começava o sacrifício pelo casamento, realizado muitas vêzes sem manifestação de sua vontade. Nem era preciso que a môça namorasse para poder casar. E quando noiva, só excepcionalmente recebia a visita do futuro marido, isso mesmo em ambiente de cerimônia, cercada de tôda a família, que ficava montando guarda. Chamava-se a isso fazer praça aos noivos.

A mulher, obediente aos preceitos da moral católica, não reparava no rebaixamento do padrão em que vivia na sociedade conjugal. Sabia que ao sexo forte estava assegurado o domínio sôbre o sexo frágil, com o que, aliás, se mostrava conformada. Mas essa fragilidade não a eximia de sacrifícios mais penosos. Trabalhando mais do que o homem, ajudando-o como uma escrava em tudo quanto pudesse representar uma contribuição aos valores econômicos, mal vestida e alimentada insuficientemente, gastava-se ainda em dar ao marido dezenas de filhos. Mesmo assim, sentia-se feliz em ter o seu lar, ser dona de casa, mãe de família.

Sem intenção absolutamente de coscuvilhar a vida de família, não relacionada com os fatos históricos, convém, todavia, mencionar aqui alguns casos, dos muitos que aconteceram em Areia, no tocante aos casamentos precoces e por isso mesmo compulsórios.

* * *

Com 12 anos de idade, Naninha Cabral, mais conhecida por Naninha do Saboeiro, casou-se com Arcanjo Cabral, irmão do velho Cazuzinha Cabral, seu avô. O avô de Naninha e também seu cunhado era pai do coronel José Cabral de Vasconcelos, chefe do partido liberal e prefeito de Areia no comêço da República. Quando Naninha recebeu ordens para se casar com o tio-avô não pensava senão nos brinquedos da infância, segundo confessou certa vez ao autor destas notas. Entretanto, viveu feliz na união conjugal da qual houve duzia e meia de filhos, nem todos de mente sã.

* * *

Em idade tão tenra d. Sinhazinha, nascida Miquelina, casou-se com seu primo o major Remígio Veríssimo de

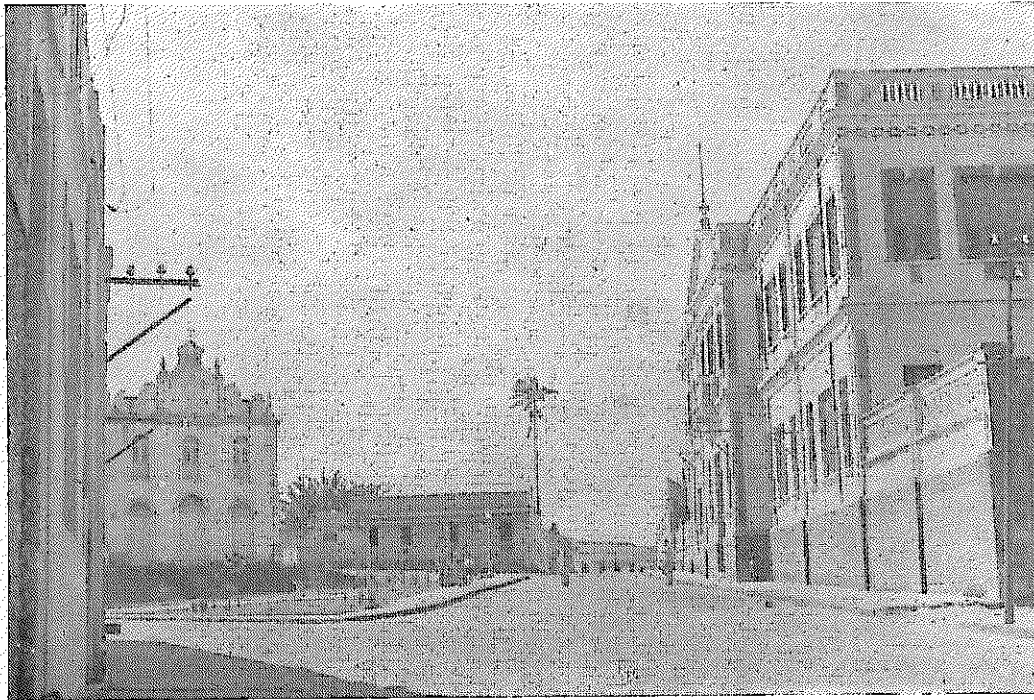
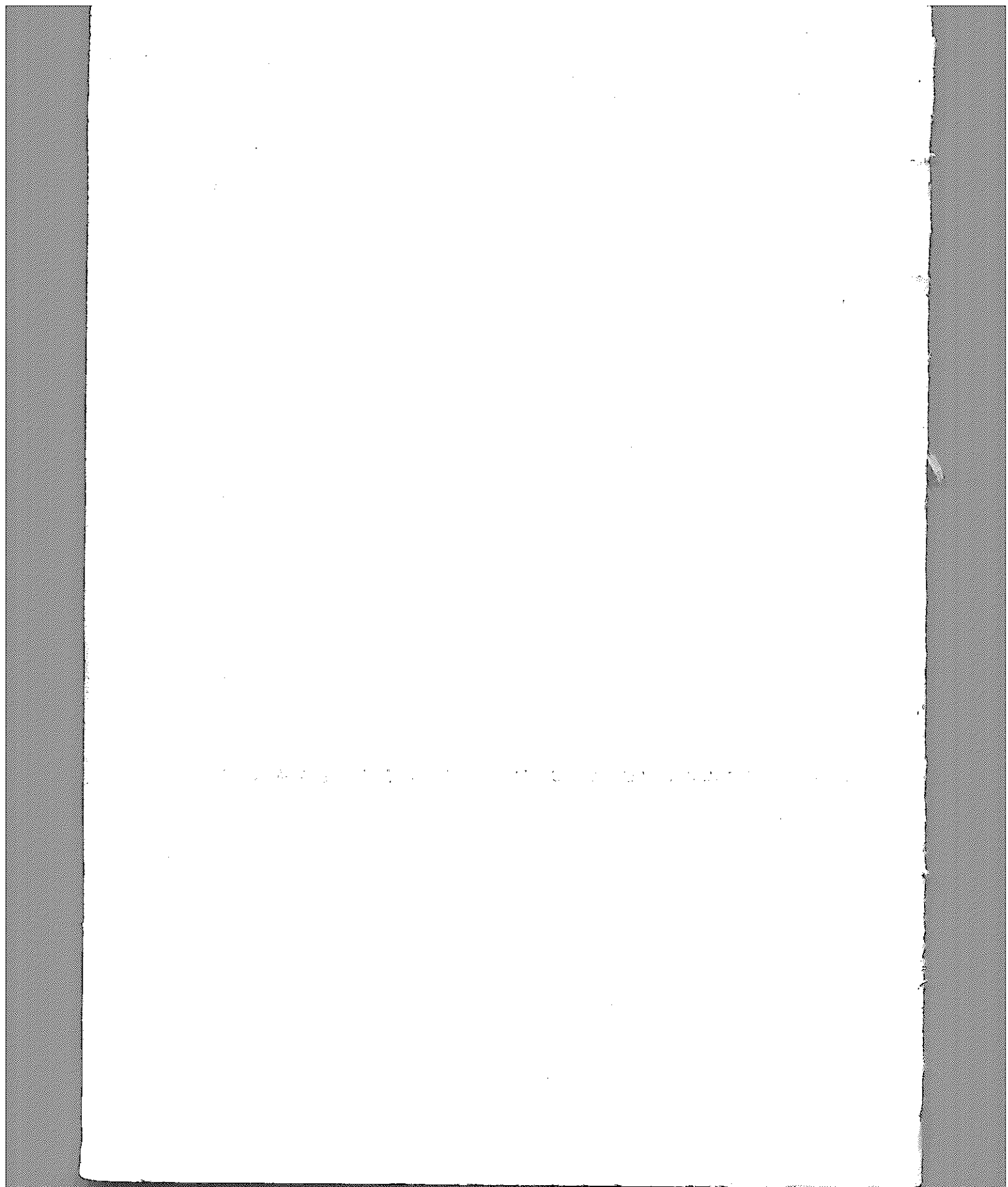
Ávila Lins, que teve de ficar onde estava, na casa paterna, brincando de boneca na travessura dos seus onze anos de idade. Só depois de um ano é que foi entregue ao marido, mais velho do que ela 16 anos, de cuja união nasceram 14 filhos.

* * *

João dos Santos, rico comerciante de Areia, teve uma filha única — Rosalina — que aos 12 anos se casou com Rufino dos Santos Leal, falecido no cólera de 1856, após oito anos de vida conjugal. Quis o pai casá-la novamente com seu sobrinho Antônio dos Santos, mas a viúva já havia dado preferência a Francisco de Oliveira, caixeiro do futuro sogro, com quem finalmente veio a se casar. Desgostoso, João dos Santos abandonou Areia e foi morar sòzinho, numa de suas fazendas no sertão. Tempos depois, padre-mestre Ibiapina mandou buscá-lo para que se reconciliasse com a filha, que de joelho lhe pedia perdão, não que fôsse infeliz no casamento, mas pelo desejo que sentia de tornar a receber a bênção paterna. Terminada a exortação, que se realizou dentro da igreja, João dos Santos, sem proferir palavra, grave e impassível, saiu para retomar o caminho de seu voluntário exílio. Rosalina, torturada pela inquietação religiosa de haver causado desgôsto ao pai, passou a viver em casa como uma monja. usando hábitos de freira. Sem filhos dos dois casamentos, foi a mãe de criação de Coelho Lisboa, senador da República e paraibano dos mais eminentes.

* * *

D. Totô, filha de Manuel Gonçalves Lisboa, aos 12 anos se casou, aos 13 teve um filho, aos 14 enviuvou, aos 15 estava novamente casada com Antônio dos Santos, primo do seu primeiro marido Epifânio dos Santos. Era irmã de Teosônio Gonçalves Lisboa, pai de Coelho Lisboa.

Do seu casamento com d. Totô, Antônio dos Santos teve duas filhas — Quilu e Cilu — apelidos domésticos. Casou Quilu com o Dr. Matias da Gama, irmão mais velho de Coelho Lisboa, enquanto Cilu, desde os 13 anos de idade, vinha pegada de namôro com Tito Silva, filho do professor de latim Joaquim da Silva. Da parte de Antônio dos Santos a oposição era formal, só pelo fato de o pretendente ser pobre. Não obstante, o romance continua e Tito, no seu papel de namorado, passeava tôda noite para lá e para cá, na calçada do sobrado onde morava a môça. Um dia, porém, Cilu preparou-lhe uma surprêsa. Amarrou a um lenço as jóias que possuía e quando o rapaz, desprevenidamente, passava pela calçada saiu ao seu encontro. Tito foi sendo levado, entre perplexo e preocupado, porque só tinha no bôlso meia pataca e não sabia onde ir buscar dinheiro para resolver o problema do casamento. Ali mesmo, no sobrado vizinho, esquina da Praça 3 de Maio, onde morava a tia dêle, D. Xixi, casada com Hermínio Melquiano da Silva Ramos, a môça foi depositada, enquanto o rapaz, debaixo ainda da maior emoção, saia a tomar providências. Poucos dias depois, no ano da graça de 1879. estavam casados. Cilu, môça rica, na frescura dos seus 18 anos, acostumada a não fazer nada, com duas escravas jovens ao seu serviço, para penteá-la, para fazer-lhe as unhas, para calçar-lhe os sapatos, logo após o casamento estava lavando a roupa do marido e cozinhando. O confôrto do lar paterno não lhe amolecera a personalidade. Foram-se as jóias, mas ficou a satisfação de um ideal realizado. Em tudo ajudava o marido, inclusive espremendo caju para fabrico de vinho, numa traquitanda doméstica, embrião de futura e moderna fábrica. Tito, por seu merecimento e capacidade, tornou-se um homem rico, alto industrial na Paraíba, onde exerceu também as funções de lente do Liceu Paraibano e diretor da *A União*, órgão de que foi fundador.

À direita, fachada do atual Ginásio Coelho Lisboa, vendo-se ao fundo a Igreja do Rosário

Miquelina de Almeida orçava pelos 15 anos de idade, em 1870, com a fama de ser a môça mais bonita de Areia. Pretendentes não lhe faltavam, mas a dificuldade estava na definição da escolha, por parte da familia. Fôra criada por sua avó, a viúva d. Chiquinha, do engenho da Várzea, por ter ficado órfã poucos meses depois de nascida. Nesse mesmo engenho da Várzea nascera e se criara o vigário Odilon Benvindo de Almeida Albuquerque, sobrinho de d. Chiquinha. Ainda garôto, eis que o pai se mudou para o engenho Ôlho Dágua, a uma légua de distância, onde o futuro clérigo se fêz rapaz. Aos 25 anos de idade vivia sonhando com a prima Miquelina, que parecia não tomar conhecimento dos olhares dardejados sôbre sua pessoa. Igualmente apaixonado por ela andava outro môço de Areia — Luis Sales — que não logrou melhor sorte que seu taciturno rival. Talvez Miquelina ignorasse essas duas paixões ou fingia ignorá-las, pois sua imaginação andava cheia da figura de Francisco Arteiro, elegante e conceituado comerciante da cidade.

A familia, por vaidade ou por ignorância dos amôres que abrasavam tantos corações enamorados, mandou buscar em Campina Grande um primo bacharel para casar com Miquelina, de vez que julgava da maior importância um doutor na familia. E quando a môça, aos 15 anos, se casou com Dr. Capistrano de Almeida, Odilon Benvindo e Luis Sales arrumaram as malas e seguiram resolutos para o seminário de Olinda. A igreja ganhou dois sacerdotes dos mais dignos e exemplares por suas notórias virtudes, enquanto Francisco Arteiro se resignava, melancòlicamente, a ficar recolhido ao celibato. De seu casamento com Capistrano, Miquelina teve 22 filhos e já velhinha, aos 90 anos, recordava como uma sombra do passado o fugaz e malogrado idílio que tivera em sua juventude.

O pai de Miquelina — Benjamim Evaristo da Cruz Gouveia — viúvo desde 1856, casou-se novamente com uma irmã do vigário Odilon Benvindo, prima co-irmã de sua primeira espôsa, havendo muitos filhos do casal. Sua filha Nana, muito jovem e muito viva, morria de amôres por José Santiago, um rapaz de ótimas qualidades que lhe fazia a côrte. Mas contra essa pretensão de casamento erguia-se a vontade todo poderosa do vigário Odilon Benvindo que, assumindo patriarcalmente a tutela da família, trancou a sobrinha debaixo da maior vigilância na residência de d. Débora Gouveia, tia da môça e já então viúva de João Lopes Machado. E como Nana, mesmo assim, não renunciasse ao namorado, foi desterrada para o engenho Bondó, onde morava seu tio Ciro Cândido de Gouveia Monteiro, levada à fôrça, quase descomposta de tanto debater-se, amarrada a um irmão na garupa do cavalo. Alguns anos depois, casava-se com um primo, filho de seu tio Ciro, rapaz de pouco espírito, com quem, aliás, viveu em boa harmonia, embora nunca esquecida da mágoa que lhe fizeram sofrer na idade em que a vida lhe sorria para o amor.

* * *

Havia também o reverso da medalha. Virginio Virgulino Cavalcante de Albuquerque, rapagão bem apessoado, irmão de d. Chiquinha da Várzea, noivou com uma filha do comendador Feliciano Meira Henriques, residente na capital. O compromisso fôra firmado à sua revelia, em conselho de familia, nos idos de 1840. Tudo quanto sabia a respeito da noiva é que era um pouco mais velha do que êle, mas êsse fato perdia de importância, uma vez que se tratava de pessoa pertencente à família de alto conceito politico e social, ligada ainda à sua por vinculos de parentesco. Como de praxe, montou a cavalo e foi visitar os futuros sogros, na expectativa de conhecer também a môça,

Mas não lhe deram o gôsto de ver a eleita, que sempre o via pelo buraco da fechadura.

No dia do casamento, o noivo ao pé do altar, muitos convivas presentes, parentes e amigos, eis que se aproxima o comendador, em grande estilo, com a filha pelo braço. Virgínio, estarrecido, não acreditava no que via. Mas não teve outro jeito senão aceitar como espôsa o espicho de mulher, que vinha embrulhada num vestido de noiva. Se fôsse sòmente velha e feia não tinha nada de mais, mas quando a piedosa Apolinária abria a bôca para falar a voz cavernosa lhe saía pelo nariz.

Tendo enviuvado de D. Apolinária, Virgínio Virgulino casou-se segunda vez com uma sobrinha de sua primeira espôsa, d. Rosarinha, que não tardou em enfermar da mente. Mesmo assim, conseguiu eleger-se deputado duas vêzes à Assembléia Provincial.

* * *

José Coletor, filho do velho Cazuza do Macaco, era noivo de sua prima Sinhá, filha de Bento Macambira. Esfriando no noivado, esperava que a môça rompesse o compromisso. Mas a noiva não estava por êsse expediente e levou o fato ao conhecimento do pai. Então o velho Macambira, explodindo de cólera, mandou convidar José Coletor para um almôço em sua casa. Mal o convidado apeou-se do cavalo, encostou-lhe aos peitos o cano de uma garrucha, ajudado pelos filhos e membros da família, com a clássica intimação: ou casa ou morre! O padre já estava na sala, preparado para o ato. E ali mesmo, de bota e espora, José Coletor se casou com a prima Sinhá, por sua livre e espontânea vontade.

* * *

Chegava a vez de as môças fugirem para o casamento de sua preferência. Joaquim da Silva, o emérito professor

de latim, queria por fôrça que a filha Lucila se casasse com seu irmão Manuel da Silva. Mas a môça tinha lá as suas pretensões e não estava disposta a renunciá-las, menos ainda a tomar a bênção ao marido, como faziam Naninha Cabral e muitas outras. Diante da pressão exercida pelo pai, resolveu fugir de casa para casar-se com João Antônio de Figueiredo, irmão do pintor Pedro Américo. Ferido na sua austeridade, Joaquim da Silva intrigou-se com a filha durante cêrca de vinte anos, só voltando às pazes quando já estava perto de morrer.

* * *

Um dos homens mais austeros de Areia era o major Joaquim Gomes da Silva, rico comerciante e fazendeiro, grave no trajar e caprichoso no falar. A todo mundo só tratava por vós e quando aos domingos ia à missa ostentava sobrecasaca, cartola e guarda-chuva de cabo de marfim. Nos dias comuns trajava casimira ou alpaca e chapéu do chile. Seu filho Emiliano, que brilhara como promotor da comarca, enlouqueceu pouco depois de formado, porque o pai, segundo diziam, se opunha ao casamento que pretendia com uma filha do Dr. João da Mata Correia Lima, juiz de direito da comarca.

Joaquim Gomes havia casado antes duas filhas, uma com seu cunhado, isto é, com o tio da môça, Dr. Antônio da Cunha Xavier de Andrade, juiz municipal de Areia e depois desembargador da Relação de Pernambuco, a outra com Bento Correia Lima Neto, que falecera em 1883, quando exercia o mandato de deputado provincial. A terceira — d. Lidia — na intimidade d. Lico, namorava o comerciante Francisco Cavalcante de Albuquerque, a despeito da feroz oposição do pai. Vendo êste que a filha persistia em sua inclinação pelo namorado, retirou-a de Areia para sua fazenda Lameiro, no município de Guarabira, onde passou um ano segregada. De volta, a môça fingiu estar tudo aca-

bado, com o que foi possível um pouco de afrouxamento na vigilância. Mas uma noite, quando todos se sentavam à mesa para a ceia, escapuliu sorrateiramente ao encontro do namorado, que já estava à sua espera no bêco da esquina, o conhecido Bêco do Major Gomes. Conduzida à tôda para a casa do Dr. João Lopes Pessoa da Costa, um mês depois deu-se ali o casamento. Nesse meio tempo, Francisco Cavalcante, que era homem rico, foi ao Recife e comprou um enxoval completo para a noiva, que saíra de casa apenas com a roupa do corpo. Joaquim Gomes sustentou intriga com a filha até quando morreu, recusando todos os empenhos de família para uma reconciliação.

* * *

O velho Augusto Clementino de Almeida e Albuquerque, aos 80 anos de idade, já viúvo duas vêzes, raptou uma filha de José Pereira Cópque, a quinquagenária e lunática Naninha, com quem se casou, tumultuàriamente, pela terceira vez. Foi o casamento mais espetacular que já houve em Areia. O nubente era pai do vigário Odilon Benvindo, já colado na paróquia.

* * *

Casamentos de tio com sobrinha eram freqüentes. Além dos já mencionados, outros podem ser trazidos à citação, entre os quais os de Efrém Justiniano César Falcão, pai dos padres Jerônimo e Álvaro César, e o de Fausto Benjamim da Cruz Gouveia. Dr. Fausto, casado com sua sobrinha d. Débora, irmã do Dr. José Evaristo, faleceu no cólera de 1862, juntamente com a única filha do casal — Miquelina — quase môça. A viúva convolou novas núpcias com o viúvo João Lopes Machado, pai do Dr. Álvaro Machado.

* * *

Menino, naqueles tempos de carrancismo, não era gente. Em casa, apanhava dos pais, na escola, do professor, na igreja, do padre-cura. Os pais castigavam quase sempre imoderadamente e ainda recomendavam ao professor que cascasse o bôlo no fedelho, porque menino que não apanha não dá para gente. Costumavam chamar os filhos de côrno, mesmo que se tratasse de crianças sérias, sem a menor vocação para as complacências que o modernismo instaurou nas altas rodas com foros de civilidade. Côrno, peralta e vadio eram denominações comuns a tôdas as crianças, na bôca dos carranças. Pela menor falta, a palmatória cantava na palma da mão, quando não era a chibata de relho cru, que deixava pelo corpo, durante dias, a marca de sua visita. Sòmente nas surras os pais se mostravam pródigos.

Na escola, o professor trabalhava com a famigerada palmatória e também com o cocorote, a régua de madeira no alto da sinagoga, a degradação do castigo em pé, no meio da sala, às vêzes com uma pilha de livros sôbre os braços estendidos em arco, o quarto escuro de prisão, a descompostura acrimoniosa, crivada de expressões rebaixativas. Mais parecia um cárcere do que mesmo uma escola. (1)

Os professôres, mal pagos e estimulados pelos pais, desforravam-se nas crianças, obrigadas, pelo regulamento da época, a passar cinco a seis horas sentadas em bancos duros, sem uma hora de recreio, fatigadas do esfôrço despendido, sem nada aprender e, pior do que isso, assustadas de mêdo só com a presença do mestre-escola.

---

(1) O autor passou por tôdas essas provas, executadas a rigor. Aos seis anos de idade entrou para a escola, de onde saiu aos quinze, quase tão analfabeto como naqueles dias em que sentado sôbre um banco duro, a carta de a-b-c na mão esquerda, o ponteiro de osso na direita, as pernas em ritmo acelerado balançando no espaço, assoletrava cantando: um *b* com um *a* é *b-a ba*, um *b* com um *e* é *b-e be*. Os mais adiantados liam por cima a plenos pulmões: Paulina mastigou pimenta, Fernando escreveu errado. Na taboada é que muitos se esguelavam a valer. De longe, a 200 metros de distância, ouvia-se o ruidoso vozerio da bicharada miúda, que estava entrando no ôlho do conhecimento.

Em época mais remota, havia nas escolas ensino religioso pelo catecismo da igreja, com oração da manhã e da noite, na abertura e encerramento da aula. O regulamento estabelecia castigos corporais e degradação em lugar que excitasse vexame. Melhor do que mandava a lei e recomendavam os pais, faziam os professôres, que davam asas ao instinto de malvadez contra pequenos e débeis sêres, dignos dos cuidados maternos. No fim da aula, saiam os alunos, um a um, à medida que o professor mandava embora, com recomendação expressa de se recolherem diretamente ao lar.

Naqueles tempos mais antigos, os negrinhos, filhos de escravos ou de libertos, não eram admitidos à matrícula. Proibia-o o regulamento do ensino, aprovado em 1862. Negrinho, tal como tratava o regulamento, era apenas uma cria, que longe estava de integrar-se na sociedade, na qualidade de ser humano.

A maior alegria para a petizada era quando o professor amanhecia doente e não podia dar aula. Então todos rezavam para que aquela doença se prolongasse por muitos dias ou levasse de uma vez o desinfeliz para a catacumba. Felizes os que se criavam analfabetos, como os moleques de rua, os cambiteiros de cana, que não conheciam escola, êsse instrumento de suplício. O desgraçado método tanto era aplicado ao sexo masculino como ao feminino, mais vexatório ainda para êste, e só se modificou depois de 1909, quando Xavier Júnior, na direção da instrução pública da Paraíba, introduziu reformas radicais e salutares no ensino.

* * *

O padre-cura ficava no puxavante de orelha, mas puxavante de verdade, suculento, de modo a levantar o freguês na ponta dos pés. Não raro, saia menino da igreja com as orelhas rasgadas. Essa moda vinha dos tempos

de Chacon e mais incremento tomou depois que o vigário Odilon Benvindo entrou na posse da freguesia. Quando o vigário estava nos seus azeites ia logo ao cachação, ao murro disciplinador, por culpa ou sem culpa do paciente. Muitos ignoravam porque estavam sendo fustigados, quando apanhados de roldão entre os que provocavam o castigo. Não há dúvida que havia indisciplinados, mas os meninos modelos da época, os que pelo bom comportamento mereciam elogios até das beatas, quase todos, com raríssimas exceções, ficaram estagnados na mais obscura mediocridade.

O vigário Odilon Benvindo não fazia por menos de duas horas o ofício da missa domingueira, obrigando assim a assistência a purgar seus pecados com os joelhos no tijolo duro. Antes, havia a aula de catecismo, na sacristia da igreja, com bombardeio de perguntas que a turma, entanguida e abichornada, ia respondendo na ponta da língua, sem qualquer explicação daquilo que sabia de cor.

Pior que as surras de rebenque, os bolos de palmatória, os puxavantes de orelha, era a privação da liberdade para os folguedos mais inocentes, os únicos que podiam constituir a alegria da infância numa terra sem distração. Jogar peteca, soltar pião, empinar papagaio, eram brinquedos de moleque, proibidos aos filhos de família. Diversões públicas não havia, de modo que os meninos saíam de casa, apenas, para a escola, que era uma tortura, ou para a igreja, que era uma penitência. Brinquedos só mesmo os de cavalo de pau, carretel de linha, castanha de caju e outros que não custavam dinheiro, praticados de porta a dentro. Os filhos, ainda que só conhecessem miséria hereditária, tinham que pagar aos pais o trabalho da criação. Se adoeciam, qualquer que fôsse a moléstia, o remédio caseiro começava por um purgante de óleo de mamona. Ingeriam canecas inteiras daquele repugnante azeite, subjugados pelos pés, pelas mãos, pela cabeça, a bôca escan-

carada, enquanto o fedorento óleo descia de goela a dentro. Como se não bastassem os rigores da criação, as mucamas e as titias aterrorizavam as crianças com histórias de almas penadas, que aos próprios adultos faziam arrepiar os cabelos.

* * *

Os rapazes, quando não eram recrutados para o trabalho, no mesmo ofício do pai, comerciante, agricultor, marceneiro, ourives, seguiam para o estudo nos colégios e escolas superiores, depois de terminado o primário e já iniciado o secundário na cidade natal. Embora os pais não soubessem educar, eram capazes de ir ao sacrifício pela ilustração dos filhos. Um, pelo menos, devia seguir para o seminário, tivesse ou não vocação para a carreira eclesiástica. Abriam, assim, um roçado na cabeça do filho, como garantia ao futuro da família. Alguns achavam pouco ter apenas um padre como sustentáculo da clã e por via das dúvidas obrigavam dois ou mais de seus filhos a vestir batina.

Já Arlindo Cabral não pôde tomar essa providência porque de seu casamento com a prima d. Anginha, irmã do vigário Odilon, teve vinte e duas filhas e nenhum rapaz. De todo êsse mulherio apenas duas môças se casaram e logo retornaram ao lar paterno, viúvas, com gente nova a criar.

Ai do formigão que entendesse de jogar fora a batina! Iria para o eito, para o cambito da cana, para o trabalho pesado, ou expulso de casa até que descobrisse um pouco de vocação para o sacerdócio. José Américo, que já tinha um irmão padre, tirou a batina e quase lhe cai a casa por cima. Álvaro Pio César também tirou, mas tornou a vestir, porque não aguentou por muito tempo a formiga preta mordendo os pés no serviço pesado do eito. Alguns rapa-

zes se ordenaram contrariados, guardando mágoa da família pelo sacrifício que lhes fôra impôsto.

* * *

Em matéria de alimentação, passava-se mal. Não havia ainda o gôsto pelo boa mesa, não obstante o preço excessivamente baixo das utilidades. Carne muito pouca, só para dar um gostinho à comida, e nada de frutas, verduras ou legumes. Da cidade ao campo, a alimentação era deficiente. O próprio senhor de engenho, que devia viver na fartura, fazia sua principal refeição à base de farinha, feijão, charque ou bacalhau. A pequena porção de carne que vinha para a mesa tinha que ser dividida em pedacinhos para que pudesse ser mastigada por tôdas as bôcas famintas.

No entanto, o preço de um boi no comêço do século passado era apenas de cinco mil réis. Quase cem anos depois, custava 20 a 30 mil réis. Um quilo de carne, já na República, comprava-se pela bagatela de 200 réis, moeda atualmente sem utilidade no mercado. Seu preço, considerado alto em 1920, não ia além de 800 réis o quilo. O curioso é que todo mundo comia menos carne do que hoje, quando se compra no açougue um quilo de pelanca congelada por 50 cruzeiros.

Essa alimentação escassa não deixava de agir sôbre o desenvolvimento físico do indivíduo. Por isso mesmo é que se dizia que o brejeiro era um empalamado, em comparação com o sertanejo, que era um forte. Os cabras do eito, trabalhadores de engenho, davam-se por felizes quando não lhes faltava a fava pura com farinha. Assim mesmo, mal nutridos, trabalhavam o dia todo, enxarcados de suor, ao cabo da enxada ou do machado.

Aos domingos era quando se tirava a barriga da miséria. Comia-se à tripa fôrra em quase tôdas as casas de tratamento, porque tinha panelada com mocotó de boi ou cozido de carne verde. Às sextas-feiras, por ser dia de pre-

ceito, o prato obrigatório era o bacalhau. Mas bacalhau havia também nos dias que não eram de preceito. Naqueles tempos, bacalhau era comida de pobre, quase sem preço no mercado. Só nas festas da padroeira é que alguns cavalheiros abriam dos peitos e compravam um queijo do reino para regalo da família, repartido em fatias tão delgadas que mal chegavam para os buracos dos dentes. Custava então cinco mil réis um queijo do reino. A manteiga que vinha para a mesa, a famosa manteiga lepeletier, quase não sabia ao paladar das crianças, porque quando acontecia ser servida era privilégio dos adultos. O queijo de manteiga, comprado fresco, deixava-se ficar velho para encascar, de modo a ser preciso um machado para reduzi-lo a pedaços.

Sobremesa não havia. Algumas casas, entretanto, costumavam arrematar a principal refeição do dia com rapadura ou melaço com farinha. As melhores famílias da terra adoçavam o café com rapadura. Arroz, só em casos excepcionais, quando havia hóspedes de cerimônia em casa, o que muito raramente acontecia. Nem as mulheres de resguardo comiam arroz, porque era comida fria, segundo a crença corrente. O leite não entrava em casa senão quando havia menino novo. Frutas, verduras, legumes, não eram pratos que merecessem aprêço. De legumes, comia-se o maxixe, o quiabo, o jerimum, colhidos dos pés que nasciam ao acaso, pelos quintais ou pelos roçados, porque ninguém se dava ao trabalho de plantar êsses quibebes. Alface, agrião, espinafre, repolho, eram verduras desconhecidas da cozinha areiense. Sòmente o coentro, a hortelã, a cebola, entravam na panela como tempêro. Ainda, assim, havia muita gente que repelia a presença de tais ingredientes na comida.

As frutas eram mesmo as do mato, frutas silvestres, que se colhiam pelos campos incultos, o araçá, a goiaba, o caju, o cajá, a pitomba, o jenipapo, o araticum-cagão, o jatobá, a ingá, o maracujá, o camucá, a jaboticaba, a

massaranduba, etc. Um ou outro agricultor dava-se ao luxo de plantar ao redor de sua morada algumas árvores frutíferas, de preferência jaqueira ou fruta-pão. Bananeiras, apenas algumas touceiras atrás do açude e também atrás da casa, onde se despejam pela manhã os urinóis, porque latrinas poucas moradas possuiam. As laranjas de Mata Limpa, doces como favos de mel, ficavam sobejando nas feiras, apesar de vendidas a cinco por um vintém. Não raras vêzes os vendedores entornavam na rua os restos dos caçuás para não retornar à casa com o produto levado ao mercado da cidade. O gôsto pelos pomares coincidiu com a intensificação da cultura do café, na primeira década dêste século. Quem plantou as primeiras mangas-espada e mangas-rosa em Areia foi o coronel Antônio Pereira dos Anjos, de sementes que trouxera do Recife e fincara num sitio de café na grota do Pirunga.

Café pela manhã não havia. Fazia-se o almôço às nove horas, o jantar às duas da tarde e a ceia à bôca da noite. No almôço e na ceia havia macacheira, inhame, batata dôce, tapioca, angu, beiju e cuscus. Sòmente no artigo tapioca apareciam diversas modalidades — tapioca com manteiga, tapioca enrolada, tapioca no leite de côco, o mesmo acontecendo na família do cuscus. Podia haver de um tudo na mesa, mas não havendo carne com farofa era almôço de burundanga. Sendo com carne, dizia-se então que era comida sólida. E para compensar a escassez de carne no jantar, nunca faltava à panela de feijão um bom pedaço de toucinho.

* * *

Raríssimas casas possuiam aparelhos de porcelana ou baixelas de prata. O geral da população levava vida apertada, sem gôsto pelo passadio, menos ainda pelo arranjo da casa. As casas grandes de engenho eram tôscas habitações, de camarinhas escuras, nas quais se entrava de

lamparina acesa durante o dia. A cozinha era tôda ela um pretume de fuligem. A fumaça do fogão entrava pela sala de jantar, deixando as paredes tão negras como o chão.

Alguns cavalheiros comiam de colher, outros amassavam a comida com a mão, só usando faca para cortar a carne. O vigário Chacon comia com a mão. Na idade média era assim, até os príncipes comiam com a mão, amassando e torando o bôlo nos dentes. Nos séculos passados, observa Capistrano de Abreu, só os homens comiam de faca, as mulheres e meninos comiam com as mãos.

A única propriedade onde havia reuniões festivas, isso mesmo em estilo modesto, era a de Sindulfo Guedes Alcoforado, na Várzea Nova, sem têrmo de comparação com o engenho Cunhaú, do coronel André de Albuquerque Maranhão, em Mamanguape. Conta o inglês Henry Koster que chegando de improviso a êsse engenho, em 1810, ficou surpreendido quando se sentou à mesa para o jantar. Era uma comprida mesa, coberta de muitas iguarias, em tôrno da qual havia apenas quatro cavalheiros, sendo êle o único estranho. O elemento feminino, como se sabe, nunca tomava parte às refeições quando havia gente de fora em casa. A comida que enchia a mesa dava para mais de vinte pessoas. Maior foi a surprêsa do hóspede quando, já saciado, viu chegar um segundo serviço tão profuso como o primeiro e depois mais outro, tudo preparado ao gôsto de um epicurista inglês. (2)

Em Areia, ao contrário, ninguém conhecia a mesa do vizinho. Excetuada a casa do vigário Odilon, na cidade, a de Cunha Lima e a de Francisco de Oliveira, no campo, onde aos domingos sempre havia comensais para a gororoba do costume, os demais comiam a portas fechadas sua frugalíssima refeição. E ainda havia quem fôsse arrotar na botica do velho Simão os pitéus e acepipes que saboreara ao jantar. Conta-se até de vomitórios pespegados

---

(2) *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pág. 102.

enganosamente pelo boticário aos arrotadores, que acabaram lançando na calçada o bacalhau deglutido. Os mais precavidos tinham gavetas na mesa de jantar para esconder às pressas a paçoca, na hipótese de uma visita inoportuna na hora da mastigação.

Os homens viajavam a cavalo, carregando os filhos na garupa, as mulheres de silhão ou em carro de boi, mas se a caminhada era curta, do engenho à cidade, iam a pé com tôda a filharada, enquanto o marido, montado no seu quartau, acompanhava pachorrentamente o grupo da família.

A gente do bom tom vivia mais para a tristeza do que para a alegria, gente macambúzia, incapaz de manifestação pública de vivacidade. Os filhos eram educados nesse sistema rígido, para formação do caráter. Até as môças tinham que mostrar bom comportamento, mantendo-se de bôca fechada, sem rir e sem falar. Do contrário, podiam passar por môças semostradeiras. As solteironas passavam o dia todo com o cotovêlo fincado na janela, espiando as ruas desertas. Namôro só de longe, alimentado pelo fluido magnético que os raios do olhar transmitiam.

Quando um indivíduo ia à casa de outro, ao chegar, batia palmas e dizia — ô de casa! De lá de dentro, respondia uma voz: ô de fora! Sendo de paz, abria-se a porta para entrar. O mulherio que estivesse nas peças da frente recolhia-se imediatamente ao interior do domicílio. Não havendo ninguém de fora, as mães de família andavam de cabeção em casa. Andar de cabeção é ter apenas a saia por cima da camisa de dormir. Mas quando se vestiam de verdade usavam pelo menos meia dúzia de anáguas. Nas camarinhas, após a refeição, as môças se trancavam para fumar cigarros, às vêzes até cachimbo. Os filhos casados não fumavam à vista dos pais, mas podiam tomar tabaco, que era o vício da moda.

Assim corria a vida em Areia nos tempos ominosos do carrancismo.

TERRA DE NINGUÉM

PÓS as históricas jornadas, ia soar para Areia a hora do mandonismo e da prepotência, desencadeada no fim do século. Ao culto das letras e das artes, às campanhas da abolição e da República, havia de suceder um período de agitação partidária, que anunciava uma época de sombras.

Estava a Paraíba sob o govêrno de uma junta revolucionária, apossada do poder desde a deposição de Venâncio Neiva, ocorrida após o golpe de Estado que o presidente Deodoro desferira a 3 de novembro de 1891. Essa junta, presidida pelo coronel Savaget, entendeu de substituir por outra de sua confiança a Intendência de Areia, nomeada pelo govêrno anterior, entregando a gestão do município à família Cabral de Vasconcelos, que obedecia à orientação política do Dr. João Lopes Pessoa da Costa. A Intendência nomeada pela junta compunha-se de Rufino Augusto de Almeida, Francisco Galdino de Almeida e Maximino de Almeida Nobre, todos ligados por laços de parentesco, inclusive com o chefe político local José Cabral de Vasconcelos.

Inconformados com a situação que se criava no município, Cunha Lima e seu cunhado Manuel Gomes da Cunha Melo, acompanhados de amigos e populares, dissolveram a nova Intendência a 5 de fevereiro de 1892, conduzindo para o engenho Jussara todo o arquivo da municipalidade. Ao tomar conhecimento daquele ato de fôrça, a junta gover-

nativa fêz seguir para Areia o chefe de polícia Dr. Antônio Baltar, com 30 praças, a fim de restabelecer a ordem e reconduzir a seus lugares os intendentes depostos.

Houve preparativos de luta sangrenta, que prometia pouco favorável ao delegado do govêrno. Cunha Lima pegou em armas e concentrou em Jussara numeroso grupo, disposto a levar às últimas conseqüências o golpe que desferira. Dos amigos que a seu lado se achavam em pé de guerra, havia um, de evidente projeção, que estava em vilegiatura por Areia e que chegaria depois à presidente da República. Era o jovem deputado Epitácio Pessoa, que vinha de conquistar renome no parlamento nacional pela bravura cívica e fulgor da eloqüência. A amizade de Epitácio com Cunha Lima nascera dos tempos em que ambos serviram ao govêrno Venâncio, o primeiro como secretário de Estado, o outro como chefe de polícia. Diante da situação que se esboçava grave, Dr. Baltar, aconselhado pela prudência, achou por bem não cumprir as instruções que recebera da junta governativa. Ao cabo de alguns dias de entendimentos e de observação, regressou à capital, deixando tudo como estava, sem repor a Intendência deposta.

Enquanto isso, telegramas para o Rio de Janeiro anunciavam que Cunha Lima e Maneco da Jussara, à frente de 1.800 homens, haviam deposto as Intendências de Areia, Alagoa Nova, Alagoa Grande e marchavam sôbre a capital, contra a junta governativa. O alarme dessas notícias, divulgadas pela imprensa do Rio, teve a virtude de precipitar a nomeação do governador da Paraíba, que estava se tornando um caso crônico, por fôrça das competições do momento. Recaiu a nomeação no major Álvaro Machado, que se encontrava na Bahia, onde recebeu ordem telegráfica de Floriano Peixoto para assumir o govêrno de seu Estado. Partindo para a Paraíba, empossou-se no

A imemorial gameleira que era o céu verde da cidade

cargo a 18 de fevereiro de 1892, sem título de nomeação, suprido, aliás, por uma aclamação, que se reputou desnecessária.

Álvaro, embora sem tirocínio político e quase desconhecido na Paraíba, de onde saíra ainda estudante, revelou-se hábil como chefe de Estado. Seu primeiro ato com relação a Areia, terra de seu nascimento, foi confirmar no pôsto a Intendência discricionária, investida no poder a 5 de fevereiro, composta de Manuel Gomes da Cunha Melo, Graciano Soares Cavalcante e Agápito Ponce de Leon. Essa Intendência, levada em conta a precariedade do meio e o curto prazo de sua duração, foi a que mais serviços prestou ao município. Restabeleceu a cadeira de latim e francês, que fôra extinta desde o nascimento da República, criou duas escolas de instrução primária, uma do sexo feminino em Remígio, outra do sexo masculino em Arara, melhorou a iluminação pública da cidade, conservou estradas e manteve limpas as ruas, criou um corpo de guardas municipais e, finalmente, instituiu o chamado travessão entre a zona do pastoreio e a agrícola, numa larga faixa do município.

Quando Álvaro Machado chegou ao govêrno da Paraíba encontrou dissolvida, por ato da junta governativa, a Assembléia Constituinte convocada por Venâncio, a despeito de já ter sido promulgada a primeira Constituição. Poucos dias após sua investidura no poder, convocou outra Constituinte, prometendo então uma política larga, generosa e imparcial. E, sem perda de tempo, organizou e fundou o partido republicano na Paraíba, apoiado em políticos de tradição, que lhe asseguravam vitória certa nas urnas. O partido fêz, com efeito, a totalidade da representação. Dos 30 deputados eleitos, três são de Areia: Cunha Lima, chefe político local, Valfredo Leal, vigário de Guarabira, e Prudêncio Milanez, erradicado do meio, mas primo do governador do Estado. Diga-se de passagem que não

foi Álvaro quem deu a Cunha Lima o prestígio de chefe político na cidade natal. Já o encontrou nessa posição, conquistada desde o govêrno Venâncio, embora rompido com êste e em luta agora contra os autonomistas locais, seus aliados de véspera, os quais obedeciam ao comando do coronel José Cabral de Vasconcelos, que era acolitado pelo Dr. João Lopes Pessoa da Costa, juiz de direito de Itabaiana e que fôra chefe do partido liberal em Areia.

A segunda Assembléia Constituinte, convocada por Álvaro, instalou-se a 1 de julho e a 30 dêsse mês, com apenas 30 dias de trabalho, promulgava a Constituição do Estado. A seguir, realiza-se a eleição para presidente e vice-presidente da Paraíba, recolhendo-se das urnas o resultado proclamado: presidente — Álvaro Lopes Machado; 1.º vice — Valfredo dos Santos Leal; 2.º vice — João Tavares de Melo Cavalcante.

De acôrdo com a Constituição, que estabelecera o princípio da organização autônoma dos municípios, vai entrar em funcionamento o mecanismo político do Estado, à base de eleição para os conselhos municipais, desaparecendo assim as intendências nomeadas, instituição que vinha do regime imperial. Os municípios, pela lei de organização decretada a 17 de dezembro de 1892, passam a ser constituídos, administrativamente, por um conselho composto de 9 membros para as cidades e de 7 para as vilas, eleitos por quatro anos. Essa lei foi modificada em 1895, ainda no govêrno de Álvaro Machado, quando se instituiu a inovação de prefeitos e subprefeitos, nomeados pelo presidente.

Para não ir mais longe em busca de causas remotas, a política de Areia vinha fermentando desde o famoso golpe da deposição da Intendência. As famílias Cabral, Ávila Lins, Almeida e Santos Leal, por sinal entrelaçadas por vínculos de parentesco, conspiravam abertamente contra a política de Mundo Novo, feudo de Cunha Lima, que

increpavam de prepotente e deletéria. Os mais exaltados eram Arcanjo Cabral e seu filho Zacarias, que se mostravam inconformados com o despotismo reinante. Mas Cunha Lima, querendo atrair os adversários, fêz incluir na chapa de conselheiros municipais Inácio Augusto de Almeida, irmão do vigário Odilon Benvindo, a quem todos ouviam como influência moderadora.

A oposição, convencida da debilidade de suas fôrças, ainda mal articuladas, abstém-se de comparecer às urnas. Assim, a 9 de abril de 1893, são eleitos, por unanimidade, os seguintes conselheiros, para o exercício de 93 a 97: Dr. José Antônio Maria da Cunha Lima, coronel Ildefonsiano Clímaco de Miranda Henriques, coronel Francisco Cavalcante de Albuquerque Melo, major Francisco Bezerra Cavalcante de Albuquerque, capitão Inácio Augusto de Almeida, capitão Belmino Cavalcante Souto, capitão Manuel Félix Pereira de Melo, capitão Manuel Bezerra da Cunha e Francisco das Chagas Neves. A 3 de maio toma posse o conselho eleito, prestado o compromisso, em sessão solene, perante o coronel Manuel Gomes, presidente da extinta Intendência. Para presidente e vice-presidente foram escolhidos, respectivamente, Dr. Cunha Lima e coronel Ildefonsiano de Miranda Henriques. Decretou-se nessa mesma reunião feriado municipal o dia 3 de maio, data gloriosa que sagrou a liberdade do elemento servil no município. Durante todo o dia e pela noite a dentro durou a festa, com passeata, banda de música e discursos inflamados. Jorraram eloqüência nesse dia Cunha Lima, Caldas Brandão, Luís Vicente Borges, Ulisses Costa, Pedro Miquelino, Abílio Cavalcante, João Serrão, Pícico, João Ivo e outros. Manuel Gomes, ao deixar a Intendência, é nomeado delegado de polícia. Pouco tempo Cunha Lima estêve à frente do Conselho. Quem ocupou a presidência até o fim foi coronel Ildefonsiano de Miranda, figura respeitável pela

idade e pela correção de um passado inatacável. Era pai de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro bispo e arcebispo da Paraíba.

No ano seguinte, 1894, dá-se a eleição para representação federal, sendo eleitos pelo partido republicano, para senador, Abdon Milanez e, para deputados, Cunha Lima, Coelho Lisboa, Chateaubriand Bandeira de Melo, Silva Mariz e Trindade Meira Henriques. Dos cinco deputados, os dois primeiros são de Areia e o senador também. No fim do ano, prepara-se Areia para receber a visita de um filho ilustre — D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques — fundador da diocese da Paraíba. Brilhante a recepção prestada ao eminente prelado, com a cidade em festa, vestida de gala, realçando ainda mais a homenagem por coincidir com a comemoração da padroeira. [1]

Três dias após a estada do bispo em Areia, ainda em festa a cidade, eis que chega o presidente Álvaro Machado, cuja acolhida foi menos calorosa. Cunha Lima e seus correligionários mais chegados isolam-se do presidente, en-

---

[1] D. Adauto nasceu em Areia, no engenho Buraco, a 30 de agôsto de 1855, filho do coronel Ildefonsiano Clímaco de Miranda Henriques e de d. Laurinda Esmeralda de Sá. Estudou primeiras letras na cidade natal, onde fêz também os cursos de latim e francês, tendo prestado exame dessas disciplinas no Seminário de Olinda. Aos 20 anos de idade, em 1875, partiu para o Colégio de São Sulpício, em Issy, na França, ali concluindo seus estudos de humanidades e filosofia. Dois anos depois seguiu para o Colégio Pio-Latino Americano, em Roma, onde recebeu ordens sacras em 1880. Na mesma cidade doutorou-se em direito canônico pela Universidade Gregoriana, em 1882, quando então regressou ao Brasil. Foi durante anos professor de filosofia, retórica, teologia e francês do Seminário de Olinda. Nomeado bispo da diocese de Curitiba, Estado do Paraná, em 1893, declinou da honraria, assim como declinou da nomeação que recebera no mesmo ano para governador do arcebispado do Rio de Janeiro. Teria dito então que se o Rio de Janeiro ficasse mais perto do céu do que sua cidade natal, aceitaria a investidura. Ainda em 1893, criada a diocese da Paraíba e Rio Grande do Norte, foi nomeado seu primeiro bispo, instalando a sede do bispado na capital da Paraíba a 4 de março de 1894. Fundou o Seminário Episcopal, Colégio Diocesano e Colégio das Neves na capital de seu Estado. Faleceu como arcebispo da Paraíba a 15 de agôsto de 1935, com 80 anos de idade e 55 de sacerdócio.

quanto a ala dissidente que o combate no município esforça-se por desanuviar o ambiente. Está declarado o rompimento político, que vinha sendo preparado para estourar noutra oportunidade. Álvaro sente-se envolvido no enrêdo que êle próprio consentira em ser arquitetado. Durante os dias em que permaneceu em Areia, de 6 a 11 de dezembro, hospedado em casa de Marcolino Evaristo de Gouveia Monteiro, nunca lhe pareceu tão sombrio o céu da terra em que nascera, que tão belo já vira noutras oportunidades. Fazia pouco tempo estivera em Areia, revendo a terra natal, satisfeito com a recepção que lhe fôra tributada. Matara saudades à sombra da velha gameleira, de que guardava inesquecível recordação. Isso aconteceu logo após sua investidura no govêrno da Paraíba, nos primeiros dias de 1892. Agora, Areia parecia não ter mais os encantos da infância, que encontrara bem vivos na primeira visita presidencial. Raramente saía à rua, sempre acompanhado dos membros de sua pequena comitiva, composta do mano Afonso Machado, do vice-presidente Valfredo Leal, do inspetor do tesouro Xavier Júnior, e do desembargador José Peregrino. Um jornal da terra, noticiando o melancólico episódio, assim remata suas observações: "A gameleira, tocando os céus, é um gigante de pé, que concentra tôdas as tradições de Areia. Parece também uma sentinela em defesa da cidade. Pois bem, nela não achou o presidente o menor motivo de admiração e, ao pé do colosso, sentia-se triste, ainda mais triste". (2)

Bem examinada a questão, a culpa do rompimento cabia por inteiro ao próprio Álvaro Machado. Foi êle quem programou e realizou êsse passeio a Areia sem aviso prévio a Cunha Lima, seu amigo, correligionário e chefe local do partido republicano. Mas os que se batiam contra Cunha Lima, nas turras municipais, sabiam de tudo, estavam pre-

---

(2) *Democrata* — 12 de dezembro de 1894.

parados para a recepção e disso faziam alarde, acintosamente, para maior descrédito do responsável pelo situacionismo.

Ao que demonstram os fatos e a julgar por suas declarações à imprensa, Cunha Lima nunca teve intenção de romper com Álvaro. Foi o vice-presidente Valfredo Leal quem, de acôrdo com o presidente, preparou o terreno para a derrubada do político que já havia caído na despreferência do govêrno desde alguns meses atrás. Aconteceu que Cunha Lima, na Assembléia do Estado, mostrara e provara que João Tavares tivera mais votos do que Valfredo e, assim, na verificação de poderes, levantara a questão de que ao mais votado é que se devia conferir o lugar de primeiro vice-presidente, uma vez que ambos haviam sido eleitos sem discriminação. Mas contra os protêstos do deputado areiense a Assembléia fêz do padre Valfredo primeiro vice-presidente, conforme desejo manifestado pelo chefe do govêrno. Por êsse e por outros atos de rebeldia, o expurgo fôra decretado nas antecâmaras do palácio, incumbindo-se Valfredo Leal de consertar a coligação que havia de tomar conta do município.

A êsse tempo, havia chegado de Manicoré, no Amazonas, Dr. José Elias de Ávila Lins, que logo foi nomeado para um cargo que não existia, o de delegado de higiene em Areia. Seu irmão, major Remígio Veríssimo de Ávila Lins, era coletor de rendas estaduais no município. O inspetor de higiene, na capital do Estado, Dr. Agnelo Lins Fialho, era primo. José da Costa Machado, escrivão da Coletoria, também era primo. Um outro primo, Dr. Belino Souto, juiz municipal de Ingá, vivia mais tempo em Areia, em conciliábulos políticos, do que mesmo em sua comarca. A êsse grupo, que recebia inspiração do vice-presidente Valfredo, outros se juntavam, decididos a arrancar de Cunha Lima a bandeira do partido republicano.

Por causa da botica do Simão quase cai tempestade em Areia. O velho Simão, farmacêutico licenciado, adoeceu para morrer e como precisasse afastar-se da cidade para tratamento de saúde, entregou a direção do negócio a seu neto Simão Patrício, que era menor e não estava habilitado ao exercício da profissão. Imediatamente, no interêsse da política local, o inspetor de higiene Dr. Agnelo Lins concedeu licença ao menor, mas o Conselho Municipal, achando que a licença fôra concedida com inobservância da lei, mandou fechar a botica. Essa questão durou meses, com apelos sucessivos ao presidente do Estado, que nada decidia, imprensado entre a cruz e a caldeirinha. Por fim, Dr. José Lins assumiu a responsabilidade da farmácia, à frente da qual já estava seu primo Leovegildo Lins, associado com o menor Simão Patrício. Só assim terminou a pendência, sem desmoralização do Conselho que, entretanto, estava com seus dias contados.

Havia em Areia, por êsse tempo, três correntes políticas, que se degladiavam pela posse do poder: a do partido republicano, chefiada por Cunha Lima, a dos autonomistas, dirigida pelo coronel José Cabral de Vasconcelos, e a dos que apoiavam o govêrno, com discrepância da orientação de Cunha Lima, comandada pela família Ávila Lins. As duas últimas terminaram coligadas contra a primeira, na luta pela conquista do município.

Paralelamento, três jornais circulavam na cidade: *Verdade*, *Democrata* e *O Mosquito*. O primeiro dêles fundado por Manuel da Silva em 1888, estava agora sob a direção do escrivão da coletoria José da Costa Machado, primo do Dr. José Lins, em oposição aberta ao partido de Cunha Lima. *Democrata*, fundado em 1892, pertencia ao escrivão de órfãos Firmino José Alves da Costa e era o órgão do partido republicano, de cujo corpo redacional faziam parte Dr. Cunha Lima, Dr. Caldas Brandão, Dr. Luís Vicente Borges, Dr. Ulisses Costa, Dr. Pedro Miquelino, pro-

fessor Anacleto de Matos, Professor Sabino Romariz e outros. *O Mosquito*, jornalzinho humorístico, lançado em 1894 por um grupo de rapazes, entre os quais se contavam Abel Costa, Francisco Agápito, Bento Nobre, Picico, João Serrão e Artur Henriques, era alheio às tricas partidárias. Os dois primeiros andavam de testilhas, mas como a luta política tomava vulto, mal podia a *Verdade* aguentar-se sòzinha contra os embates do *Democrata*, não só pela diferença de formato como, sobretudo, pelo conteúdo da colaboração. Da capital do Estado, *A União* entrou em polêmica com o *Democrata*, na defesa do govêrno e em socorro da dissidência areiense. Foi então que surgiu mais um jornal em Areia — *Libertador* — sustentado por José Lins, com a colaboração de Belino Souto, Frederico Campos, Simeão Leal e Leopoldo Loureiro. Nessa altura da campanha, *Democrata* avulta em esplendor e coragem, com lúcidos comentários e bem elaborados editoriais, até que foi empastelado a 18 de julho de 1895, da mesma forma como emudecera *O Paraibano*, de Artur Aquiles, na capital do Estado. Ocorreu o empastelamento no silêncio da noite, só descoberto no dia seguinte, sem que jamais se apurasse a autoria do atentado. [8]

Na evolução dos acontecimentos, entre os vários episódios ligados à luta facciosa, sobressai a derrubada política na terra do presidente, por modo a não ficar pedra sôbre pedra. Ferido em seu amor próprio, Álvaro Machado não trepida em tomar medidas de fôrça que visam a desforrá-lo da humilhação sofrida em sua terra. Aquela política larga, generosa e imparcial, de moldes amplos e evolução democrática, que prometera no início de seu go-

---

[8] Segundo revelação feita ao autor pelo engenheiro José de Ávila Lins, filho do major Remígio Veríssimo de Ávila Lins, o empastelamento do *Democrata* teria sido praticado pelo Dr. Belino Souto, juntamente com seu tio Francisco Cavalcanti Souto, dono do engenho Marzagão. O ilustre informante disse ter ouvido de seu pai essa revelação, que por isso mesmo deve ser considerado incontestável.

vêrno, transformou-se cedo em vingança mesquinha, cujo efeito mais nocivo foi o envenenamento do clima político de Areia. Duas vêzes o ilustre areiense governou a Paraíba, outras tantas foi senador da República, dirigiu durante vinte anos a política de seu Estado, realizou melhoramentos, deixou tradição de honradez, mas faltava ao homem político um traço marcante de personalidade. Nem era forte diante do poderoso, nem compassivo diante do vencido. Em tudo agia por cálculo, com prudência, nos limites da dissimulação. Seu retrato de corpo inteiro fê-lo Celso Mariz nestas quatro palavras: ambicioso, polido, dissimulado, organizador. (4)

A promessa de gênio que se destacara no Ginásio Pernambucano foi um juízo que o tempo não confirmou, já disse dêle um escritor paraibano, alheio às competições da política em seu Estado. (5)

Todavia, seria injustiça negar-lhe méritos. Em menino, foi decurião na escola primária de José Inácio Guedes Pereira e um dos bons alunos do curso de latim e francês, sob a férula de José Berardo. Deixou nome no Ginásio Pernambucano. Foi doutor em matemática, engenheiro militar, general do Exército, professor da Escola Superior de Guerra e da Escola Politécnica. Quando Euclides da Cunha, seu ex-aluno, estêve em visita à Paraíba, fêz questão de cumprimentá-lo, confessando que rendia homenagem ao velho mestre.

Mas em política era capaz de calcar a Constituição aos pés para satisfazer caprichos pessoais. Após sua visita a Areia, convocou extraordinàriamente a Assembléia Legislativa para que lhe desse os instrumentos adequados ao exercício da administração. Dócil aos acenos do chefe, a Assembléia votou de afogadilho algumas leis, entre as

---

(4) *Apanhados Históricos da Paraíba*, pág. 305.

(5) Olívio Montenegro — *Memórias do Ginásio Pernambucano*, pág. 178.

quais a de n.º 26, de 2 de março de 1895, que trata da reforma de organização judiciária, classificada pela *A União* de saudável e necessária ao equilíbrio das instituições. Entretanto, êsse diploma legal feria à tôda evidência a pureza do regime, porquanto suspendia aos magistrados, durante o período daquela legislatura, as garantias constitucionais. Uma lei ordinária, contrariando a Constituição, dava ao govêrno o arbítrio de aposentar, até mesmo de remover magistrados. Fôra feita, sob medida, para Dr. Trajano Aurélio de Caldas Brandão, juiz de direito de Areia, que já tinha substituto à vista, disputando o cargo. (6)

Por singular contraste, essa lei fôra inspirada pelo desembargador Antônio Trindade Antunes Meira Henriques, deputado federal e candidato do govêrno à sucessão estadual, acrescida ainda a circunstância de ter sido o projeto apresentado pelo Dr. Bento Viana, juiz de direito de Catolé do Rocha, então deputado estadual. E como a lei era uma colcha de retalhos, encaixou-se nela o art. 22, segundo o qual ficava criado o município de Pilões, mais uma vez desmembrado do território de Areia e mais uma vez restabelecido.

No final de contas, por causa do mencionado dispositivo legal, o da criação do município de Pilões, sofreu Areia indébita intervenção estadual. A coisa se processou de rampa a riba, com sacrifício do direito, mas de acôrdo com os métodos políticos da época. A pretexto do desmembramento do município de Pilões, o govêrno dissolveu, de imprevisto, o Conselho Municipal de Areia e nomeou uma Intendência, a seu critério, até que se procedesse a nova eleição. Decididamente, nenhuma lei autorizava o restabelecimento de um instituto já caduco desde a organização autônoma dos municípios.

---

(6) O candidato era Dr. Belino Souto, que não fazia reserva dessa sua pretensão.

A Intendência nomeada compunha-se dos seguintes membros: Efrém Justiniano César Falcão (presidente), José Joaquim Lopes e José Vicente Bezerra do Vale, e mais os suplentes: Lindolfo Xavier Camelo, Joaquim Coelho Serrão e Adelino de Carvalho. Não esperou essa Intendência que lhe dessem posse. Assim que chegou a seu poder a portaria de nomeação, saiu incorporada da loja de Efrém para o Paço Municipal, na ilustre companhia do Dr. José Elias de Ávila Lins, Dr. Belino Souto, Joaquim Bezerra e outros respeitáveis cavalheiros. Ali chegando, na manhã do dia 28 de março, a casa foi ocupada pela violência, com arrombamento de portas. Dias antes, já o Dr. Belino Souto, num rompante de eloqüência, em saudação ao primo Dr. José Lins, traçara o caminho da escalada ao poder: "É preciso libertar a Borborema, levando-se tudo a tacão de bota". [7]

O primeiro ato da Intendência, logo após a violência do arrombamento, foi a demissão em massa de todos os humildes funcionários da municipalidade, substituídos de imediato pelos preferidos da situação dominante. Mas não ficou sòmente na energia dessa proeza a estréia da ilustre corporação. Na mesma ocasião de posse, sem que se procedesse a inventário ou tomada de contas, suprimiu, por medida de economia, as cadeiras de latim e francês da cidade, bem assim a de primeiras letras do sexo feminino, em Lagoa do Remígio. Reformou, ainda, o orçamento a meio do exercício, anulando as arrematações de impostos, sem levar em conta que os arrematantes já haviam entrado com dinheiro para os cofres municipais. No número dos prejudicados estavam José Perazzo e Nicolau Pagano, que debalde reclamaram contra tão exorbitante resolução. Seus requerimentos eram indeferidos sob fundamento de que não havia verba. Os jornais que apoiavam a nova ordem

---

(7) *Democrata*, 13 de março de 1895.

— *Verdade* e *Libertador* — narram, em têrmos de caloroso elogio, o episódio da posse violenta e também as deliberações adotadas pela Intendência. (8)

Preparava-se Areia para a eleição do novo Conselho, a realizar-se a 22 de abril. A êsse tempo as facções políticas do Dr. José Lins e coronel José Cabral de Vasconcelos já estavam coligadas contra Cunha Lima, ambas sob a bandeira do partido republicano. O vigário Odilon, que era neutro até então, definiu-se a favor dos coligados. Tôdas as providências foram tomadas no sentido de assegurar vitória aos libertadores do município. Como preliminar das medidas postas em execução, Manuel Gomes da Cunha Melo e Pio de Vasconcelos Melo foram exonerados dos cargos de delegado e subdelegado de polícia, substituídos por Joaquim Bezerra e Zacarias Cabral, com seus respectivos suplentes Ladislau Pires e Paulino Pinto, homens

(8) Não era sòmente em Areia que imperava a distorção política coroada por métodos de violência. Em Itabaiana, oposicionistas venceram as eleições, formando o Conselho Municipal, mas um ano depois de estar em funcionamento o poder constituído foi o pleito anulado e nomeada uma Intendência para administração do município. Campina Grande também gemia sob o domínio a ferro e fogo do coronel João Lourenço Pôrto, senhor do Cumbe, que se comprazia diante dos desvarios de seus parentes, investidos em cargos de autoridade. No desenrolar dos acontecimentos perde a vida seu cunhado José André, presidente da Intendência, abatido por Eufrásio Câmara, em Matinhas. Embora tivesse caído vítima de sua própria imprudência, procura-se envolver no caso a reputação de adversários dignos, que nada tinham com a lamentável ocorrência. Os processos da baixa política conduzem a cenas degradantes, piores que as de Areia. A casa do juiz Gonçalo Bôto é lambuzada de fezes, a do vigário Luís Sales riscada de pornografias. Mais enxovalhante que a afronta da famulagem insólita era a supressão das franquias democráticas, que obrigava o povo a calar diante dos escândalos da administração. Não se dava conta aos campinenses da fabulosa renda do município, estimada em cêrca de cinco contos de réis, naqueles agitados anos de fim do século. Cunha Lima advoga a causa de Eufrásio, que é absolvido pelo Júri de Alagoa Nova, em cujo têrmo ocorreu o delito. Anos depois, marcha contra Eufrásio, em defesa dos Tavares, do Geraldo, nas intermináveis contendas de Alagoa Nova, só encerradas quando Eufrásio Câmara sucumbe numa emboscada que lhe fôra armada por parentes do coronel José André, no mesmo lugar em que êste fôra abatido.

nascidos e temperados para a violência. O promotor público Luís Vicente Borges também foi demitido e nomeado em seu lugar Miguel Santa Cruz, pouco depois substituído por José Leopoldo da Silva Loureiro. Até o professor de primeiras letras Anacleto de Matos, homem quase valetudinário, foi removido para a povoação de São Tomé, já porque colaborava no *Democrata*, já porque convinha abrir vaga para um irmão do Dr. José Lins, o agricultor Manuel Lins, que tomou conta da cadeira. Por sua idade e pela falta de recursos para transportar-se a tão remoto destino, preferiu o professor removido ficar em Areia, ensinando meninos numa modesta escola particular. Mas a Intendência de Efrém cogitou logo de criar um imposto de 25 mil réis para professôres particulares.

Ganhar eleição era o objetivo máximo, pouco importando que a agremiação partidária ou candidatos disputantes estivessem em condições de corresponder às aspirações do povo. Nessa conformidade, as mesas eleitorais foram constituídas a capricho, porque delas, em última análise, é que dependia o resultado do pleito. Tudo estava a inspirar confiança, mas, por via das dúvidas, foi Areia convertida em praça de guerra, que era outro argumento garantidor da vitória. Um contingente de 75 soldados de polícia foi pôsto à disposição dos agentes do govêrno num aparato bélico sem precendentes, como ameaça ao eleitorado rebelde. Por sua vez, as novas autoridades policiais abusavam da fôrça, cometendo prisões injustas, ao mesmo tempo que rumores de possivel atentado pessoal cresciam contra o chefe decaido. Vendo-se ameaçado, Cunha Lima responsabilizou o govêrno pelo que acontecesse contra sua pessoa, em artigo divulgado pelo *Democrata*.

Nesse ambiente de opressão realizou-se a eleição, abstendo-se Cunha Lima, na última hora, de concorrer ao pleito, convencido de que seria inútil qualquer tentativa

de consulta ao eleitorado. Mas para demonstrar fôrça, concentrou amigos e correligionários nesse dia, fêz comício de protesto e lançou manifesto, subscrito pelos presentes, com cêrca de 500 assinaturas. Coube, assim, à coligação eleger por unanimidade os seguintes conselheiros: Efrém César Falcão, José Joaquim Lopes, José Vicente Bezerra do Vale, José Cabral de Oliveira, Francisco Cavalcante Souto, João César de Vasconcelos, Joaquim Inocêncio de Araújo, José Augusto de Almeida e Rufino Augusto de Almeida. Deu-se a posse do Conselho a 30 de maio, sendo Efrém escolhido presidente.

Na mesma data em que era decretada a reforma da organização Judiciária (Lei n.º 26, de 2 de março de 1895), baixava o govêrno outra lei, a de n.º 27, que embora visando a objetivos políticos, trazia em seu bôjo uma inovação aos métodos de administração municipal. Por fôrça dêsse novo instrumento legislativo, ficavam criados os lugares de prefeito e subprefeito, de livre nomeação do govêrno. Para Areia foram nomeados Dr. José Elias de Ávila Lins e Zábulon Jovem Herói da Trindade, respectivamente, prefeito e subprefeito, empossados no dia 5 de junho de 1895.

Sem embargo da conquista e dominação do município, as perseguições continuam. Zacarias Cabral regalava-se de exibir prestígio, mandando espaldeirar nas feiras pobres matutos, por motivo de vingança, ora exercida contra o infeliz, ora contra seu patrão. Até senhores de engenho foram arrastados para a cadeia, subjugados pelo cós das calças, como sucedeu a Camilo José da Silva, do engenho Pau Ferro, só por constar ao delegado Joaquim Bezerra ter êle destratado de sua pessoa, na feira de Lagoa do Remígio. A propriedade Mundo Novo sofreu varejamento da polícia, quando Cunha Lima estava no Rio, com assento na Câmara dos Deputados. O cartório de Firmino

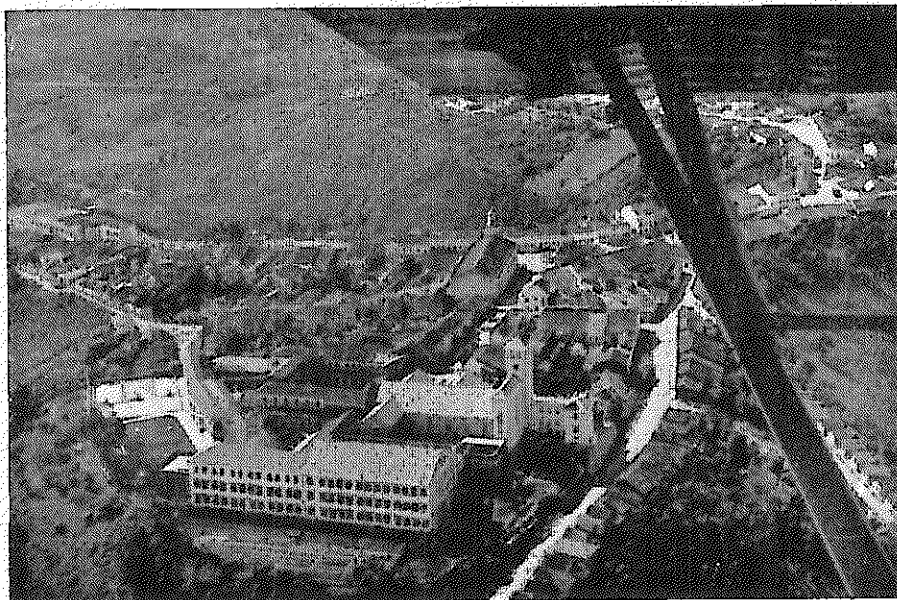
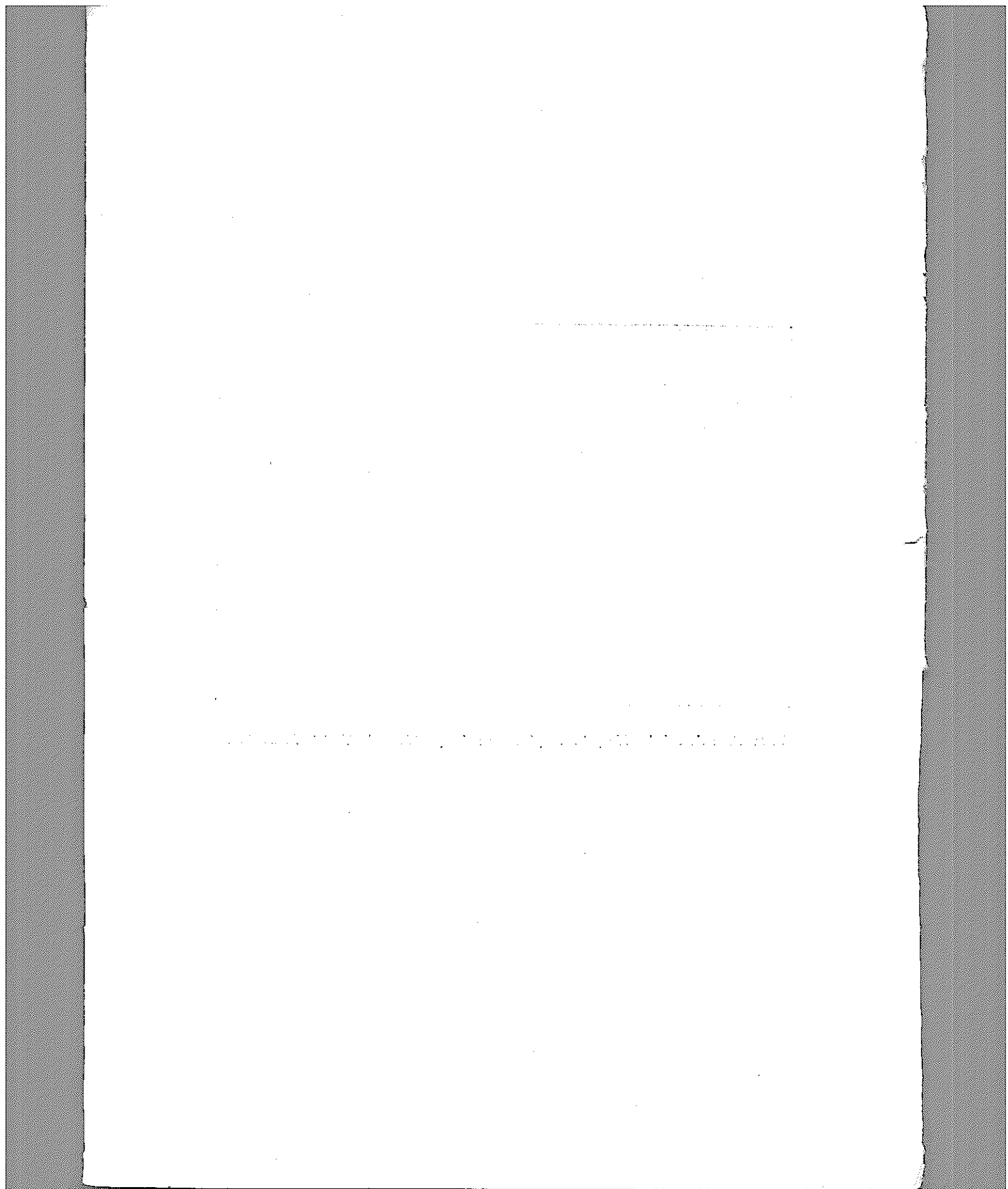
Costa, a quem chamavam de Firmino Mungunzá, foi dividido, ficando pràticamente sem renda, sujeitos à distribuição os serviços que lhe eram privativos. Caldas Brandão, juiz de direito, terminou desocupando o lugar para o Dr. Belino Souto, como estava assentado nos compromissos políticos. E para promotor público da comarca foi nomeado o bacharelando Antônio Simeão dos Santos Leal, que se constitui o esteio da situação dominante.

Na Câmara dos Deputados Coelho Lisboa toma a defesa de Álvaro Machado, abafando com a potência de sua voz os protestos pouco enérgicos de Cunha Lima. Tornou-se depois o mais incômodo inimigo que o chefe do partido republicano da Paraíba jamais teve em tôda a trajetória de sua vida política.

Com o empastelamento do *Democrata*, desaparece também *O Mosquito*, que se imprimia na mesma oficina. Emudecida a voz da oposição, ficam à vontade os dois órgãos de imprensa que ainda circulam em Areia, para as arremetidas de costume. Enquanto a *Verdade* faz mofina, o *Libertador* usa de linguagem agressiva contra os antagonistas, a ponto de Manuel Gomes da Cunha Melo chamar a Juízo o diretor do jornal, por crime de injúria. No dia da audiência, o querelado não deu confiança de comparecer, mas em compensação vários soldados rondam pelas imediações do *Forum*. E quando Dr. Ulises Costa, advogado do queixoso, se aproxima é vistoriado de maneira vexatória, escapando de ir para a cadeia pelo fato de não estar armado. Nesse mesmo dia são desacatados pela polícia seu irmão Abel Costa e seu pai Firmino Costa.

O sectarismo político dividia a sociedade de Areia. Cunha Lima, acusado de violento e arbitrário, era exposto como influência maléfica, embora estivesse acompanhado de homens da maior respeitabilidade, como Ildefonsiano de Miranda Henriques, João Canuto Correia Lima, Pio de

Vasconcelos Melo, Antônio Peregrino de Albuquerque Montenegro, Luís Vicente Borges, Francisco Cavalcante de Albuquerque Melo, Antônio Pereira dos Anjos, Marcolino Evaristo de Gouveia Monteiro e outros de igual categoria. Era em casa de Marcolino Evaristo, irmão do Dr. José Evaristo, que Álvaro Machado se hospedava quando ia a Areia. No entanto, Marcolino também subscreve o manifesto lançado por Cunha Lima a 22 de abril de 1895, contendo protestos, em linguagem veemente, contra os métodos políticos adotados pelo presidente do Estado. Cumpre ainda esclarecer que Marcolino era irmão de d. Débora Gouveia, madrasta de Álvaro Machado.

Dos correligionários de Cunha Lima, nenhum foi mais combatido do que Firmino Costa, a quem se acusava de frasco de veneno, mentor político do cacique, responsável por tôdas as desgraças que se abatiam sôbre Areia. Realmente Firmino tinha seus pecados e não eram pequenos, mas nem todos que corriam atrás dêle estavam em condições de atirar-lhe a primeira pedra. Reconheça-se nêle pelo menos uma virtude que está se tornando rara, a firmeza de atitude, sem falar no devotamento que sempre demonstrou ao progresso da terra. Foi solidário com o chefe na vitória e na derrota, jamais se dobrando ao jugo opressor de seus adversários. Fundou jornal, o melhor que Areia já possuiu, incentivou iniciativas de utilidade pública, participou da campanha abolicionista desde a primeira hora, foi combatido e combateu, perdeu o cartório, arruinou-se, mas não fraquejou diante dos poderosos. Quando viu que não era mais possivel aguentar-se em Areia, esgotado de recursos, odiado de muitos, mudou-se para a capital do Estado, onde foi recomeçar a vida como modesto negociante, dono de uma bodega no remoto bairro de Cruz do Peixe, até que conseguiu ser nomeado amanuense do Conselho Municipal. Formou um filho, Ulisses

Vista aérea da cidade. No primeiro plano, um dos pavilhões do Ginásio Santa Rita

Costa, que foi chefe de polícia em Pernambuco, magistrado em Santa Catarina e jornalista de mérito nos intervalos de suas atividades.

Mas no Olimpo reina confusão. As arbitrariedades dos subdelegados Zacarias Cabral e Ladislau Pires acabam por afligir parentes e amigos. O prefeito, por sua vez, invade atribuições da Câmara, baixando um código de posturas, em virtude do qual os moradores da cidade ficam obrigados a varrer as ruas em frente a suas casas, como medida de salutar economia aos cofres públicos. Até a *Verdade*, jornal dirigido por um parente do prefeito, brada contra a incúria da administração, por causa de um matagal existente na Rua Pedro Américo (edição de 12 e 19 de novembro de 1895).

Na esfera estadual, o presidente Álvaro Machado queria Trindade Meira Henriques para seu sucessor, mas termina concordando com a candidatura Gama e Melo, que reúne maiores probabilidades de êxito. Nesse meio tempo, renuncia ao govêrno, que transmite a monsenhor Valfredo Leal, elege-se senador, outro pôsto também ambicionado por Trindade, o qual não demora a romper com o chefe do partido republicano da Paraíba, da mesma forma como já haviam rompido João Tavares, de Alagoa Nova, padre Aires, de Mamanguape, Felizardo Leite, de Piancó, e outros chefes políticos de tradicional prestígio.

No govêrno Gama e Melo os venancistas respiram na Paraíba e mais fôlego tomam quando o presidente da República — Campos Sales — chama para seu ministro da Justiça o preclaro paraibano Epitácio Pessoa, que caíra com Venâncio na política do Estado. Já então o prefeito de Areia não era mais Dr. José Lins, que fôra nomeado inspetor de higiene do Estado, em substituição ao primo

Dr. Agnelo Lins Fialho. Com a mudança de govêrno, são nomeados para prefeito e subprefeito de Areia coronel José Cabral de Vasconcelos e Inácio Augusto de Almeida. (9)

O juiz Belino Souto é promovido para a comarca da capital, indo para seu lugar em Areia o Dr. Inácio Brito, que se casa com uma sobrinha de monsenhor Valfredo Leal e entra de rijo na política, cujo chefe agora é o promotor público Simeão Leal. A seu turno, Firmino Costa deixa o mutilado cartório de órfãos pela agência dos correios, ocupada antes por Miguel Gouveia, que passa a reger a escola de primeiras letras.

Apesar de vencido, Cunha Lima não se dobra diante dos que lhe arrebataram o poder. Tinha cabras bons a seu lado, capangas de confiança, acoitados em Mundo Novo, alguns dos quais serviam de guarda-costas. Essa influência nociva, nascida das circunstâncias, degenerou em proteção a criminosos, refugiados à sombra de seu prestígio pessoal. Vai se criando por esta forma um clima de intranqüilidade e perturbação da ordem no município, apropriado a gerar conflitos mais sérios. Convulsionava-se Areia com desmandos e correrias, ora praticados pelas autoridades locais, ora por elementos irresponsáveis, que a situação decaída sustentava. Até rapazes de boa família, e o que é pior, do situacionismo dominante, saíam à noite, de massaranduba em punho, a praticar arruaças pelas ruas da cidade, quando não cometiam ações mais degradantes. Era o reinado do terror, que desabrochava do mandonismo. Os mais fortes tomavam presos das mãos dos policiais, regougando, com ênfase, velha frase de ressonância intimidativa: "Sabe com quem está falando"!!!

Em 1900, por solicitação de Firmino Costa, um contigente do 27 batalhão de caçadores foi destacar em Areia,

---

(9) Inácio Augusto de Almeida — pai de José Américo de Almeida — faleceu pouco depois, em 1899.

a pretexto de garantir a agência do correio. Na realidade, a presença daquela fôrça do Exército tinha por fim dar cobertura aos políticos da oposição, uma vez que Epitácio Pessoa, estava de cima e havia ainda o jôgo do prestígio militar na chapa apresentada por Venâncio Neiva para a Assembléia do Estado, tanto que noutras localidades, inclusive na capital, o Exército guardou também as agências do correio.

Aquartelado o contingente federal na casa de Cunha Lima, à Rua do Rosário, esquina do Bêco do Teatro, e de outra parte reforçado o destacamento da polícia, esperava-se a cada momento um choque entre as duas fôrças. De fato, a 19 de maio, num dia de feira, soldados do Exército entraram a desacatar as autoridades municipais, mobilizando-se logo a favor destas a fôrça policial. Dentro em pouco, rompia cerrado tiroteio entre as duas corporações militares, acabando-se de repente a feira. O resultado do conflito não foi favorável à guarnição federal, cujo comandante — capitão Silvério de Araújo — saiu ferido, registrando-se ainda ferimentos em algumas de suas praças e morte de um feirante, colhido por bala, na confusão da debandada. No dia seguinte, recomeçou cedo o tiroteio e não cessou durante todo o dia, mas desta vez foi o quartel da polícia, no prédio da cadeia velha, que ficou assediado pela tropa do Exército. O tenente Paulino Pinto, bravo comandante do destacamento local, não tinha folga de pôr a cabeça de fora, sem, contudo, deixar de responder ao fogo. A coisa iria às piores conseqüência, se não chegasse a tempo da capital o capitão Ivo Rodrigues da Rocha, comandante do batalhão de caçadores, que a pedido do presidente Gama e Melo pôs têrmo a contenda. Por muitos dias, ainda, a cidade viveu sobressaltada, na expectativa de novo conflito, tal a exaltação de ânimo e aparato de luta entre as duas corporações. Nada aconteceu de anormal porque a fôrça da polícia, cautelosamente, ficou resguardada no quartel.

À êsse tempo, Simeão Leal deixa a promotoria de Areia para assumir o juizado de direito de Borborema, hoje Cuité. Toma posse do cargo, requer avulsão e volta imediatamente ao foco da luta, a fim de dirigir a política de sua terra, que dia a dia esquenta mais. Por indicação sua é nomeado Frederico Campos, promotor público da comarca. Frederico era uma figura enigmática, de reputação um tanto duvidosa. Havia chegado a Areia nos albores da República, dizendo-se bacharel em direito, sem que, entretanto, ninguém soubesse ao certo de onde vinha e quem era. Foi ensinando meninos, em escola particular, que iniciou suas atividades, mas em 1892 já aparece na direção do "Externato 25 de Março", em substituição ao Dr. Augusto Cabral de Vasconcelos, estabelecimento de instrução primária e secundária, no qual se destacaram pelas notas, em seus tempos de estudantes, monsenhor Odilon Coutinho e o político e historiador paraibano Manuel Tavares Cavalcante.

Nas horas vagas, Frederico espremia o cérebro, rabiscando apoucados sueltos na *Verdade*. Já melhorado de sorte, casou-se com d. Sinhá, filha do comerciante Zeca Pereira, mas pouco depois desaparecia de Areia, com rumo provável ao Ceará, que dizia ser a sua terra. Decorrido algum tempo, os acadêmicos Ulisses Costa e Pedro Miquelino cismaram de um padre que viram no Recife, no Largo do Arsenal da Marinha. Puseram-se em contacto com a polícia e mais adiante era efetuada a prisão do sacerdote, que outro não era senão Frederico Campos. Sôlto por *habeas corpus*, retornou tranqüilamente ao ensino e ao seio de sua família. Nem era formado, nem se chamava Frederico Campos, nome aliás com que se casara. Seu verdadeiro nome era Antônio Frederico Correia de Campos e foi tudo quanto se apurou a respeito de sua identidade. Anos depois, mudou-se para o Pará, onde morreu em grande decadência.

Naquele ano de 1900, a 22 de outubro, José Peregrino assume o govêrno do Estado e chama Simeão Leal para seu chefe de polícia. Simeão tornou-se o braço forte do govêrno e antes disso já era êle quem mandava como chefe político de Areia. A 5 de abril do ano seguinte, de ordem do chefe de polícia, a propriedade Mundo Novo foi cercada para captura de criminosos. Executaram a operação militar os tenentes Paulino Pinto e Tolentino Leite, comandando uma fôrça de mais de 80 praças. Cunha Lima recebe a fôrça a bala e sustenta o tiroteio durante 16 horas, de uma da madrugada às cinco da tarde, sem folga de um instante. Apesar de desprevenido, tinha a seu lado homens de confiança, que gostavam de brigar, como o negro Belarmino, Manuel Damásio, João Lopes e alguns outros. A coisa estava assumindo aspecto de tragédia quando chega da cidade ao teatro da luta uma comissão pacificadora, encabeçada pelo vigário Odilon Benvindo, que, de crucifixo em punho, suplica misericórdia aos contendores. Graças a essa intervenção, foi o cêrco levantado, sem que houvesse captura de criminosos. Cunha Lima estava de armas na mão, decidido a vender caro sua vida, seu filho Sizenando baleado gravemente desde a madrugada, a família mergulhada em terror. Contudo, a tropa do govêrno não conseguiu penetrar na casa grande do Mundo Novo, nem efetuar prisão de um só dos capangas. Pelo contrário, alguns soldados mais avançados é que foram agarrados e desarmado por Manuel Damásio.

Três meses antes do cêrco de Mundo Novo, um incidente grave ocorreu em Areia, para consumação do qual nenhuma participação tiveram os oposicionistas. Era comandante do destacamento local o tenente Garcez, oficial que tinha fama de truculento, sobretudo quando se achava embriagado. Em tais condições procedia com a irresponsabilidade de louco. Em janeiro de 1901, ao cair da tarde de um sábado, já bastante bêbado, entrou no estabelecimento de Alfredo Simeão, fêz compras e foi saindo, sem

falar em pagamento. Advertido pelo comerciante, sentiu-se ofendido e, tomado de súbita cólera, sacou de uma faca, não se dando conta de que investia furiosamente contra o irmão do chefe de polícia. Aconteceu que na loja estava também Pedro Simeão, rapaz resoluto, que trabalhava de caixeiro para o irmão. De um salto, atracou-se com Garcez, tomou-lhe a faca e ainda lhe aplicou fortes cachações.

O oficial saiu vomitando ameaças terríveis. Chegando ao quartel, reuniu a tropa e marchou como um possesso sôbre o sobrado da família Simeão, onde já se encontravam, a portas fechadas, o velho Francisco Simeão Soares da Costa e seus filhos Alfredo e Pedro Simeão. A própria mãe do chefe de polícia, d. Sinhá Simeão, cumpria resguardo do nascimento de uma filha. De repente, num baticum de portas que não acabava mais, a cidade se trancou, na expectativa de uma grande desgraça. Nesse meio tempo, alguns cavalheiros mais determinados sairam ao encontro da tropa, no propósito de demover Garcez do desígnio em que estava. Mas o alucinado oficial correu com todos a golpes de espada e ameaças de fuzilamento. O que ia na frente — João de Vasconcelos César — genro do prefeito, às primeiras bastonadas, disparou como uma flecha pela grota do Bonito, que é um abismo de encosta escarpada, enquanto os outros retrocediam a todo o pano.

Garcez pôs cêrco ao sobrado e mandou abrir fogo. Aterrava-se a cidade diante daquele selvagem atentado, mas ninguém tinha coragem de tomar providências. Lá para as tantas da noite deu curiosidade em Pedro Domiciano Marinho, caixeiro de Belizio Zumba, de abrir a porta do estabelecimento, onde se achava recolhido, a fim de ver melhor o espetáculo do ataque. Teve a imprudência de deixar acesa a luz do estabelecimento, que ficava bem em frente ao sobrado da familia Simeão. O reflexo da luz interna chamou a atenção de Garcez que, num movimento rápido, pegou o infeliz môço e mandou açoitá-lo com tanta

estupidez até vê-lo estendido na calçada, como morto. No outro dia, Garcez descia a serra, a pé, escoltado por oficiais e praças, que foram buscá-lo prêso.

Dos políticos da Paraíba, Simeão Leal foi o que mais irradiação de popularidade teve, sem preocupar-se jamais em cultivar personalidade encantadora. Com êsse dom de espírito, nascido da bondade natural, prendia amigos e desarmava inimigos. Não alegava favores, não cobrava recompensa, nada fazia por cálculo, com fingida polidez, menos ainda com objetivos políticos. Eleito deputado federal em 1904, manteve-se na cadeira por prestígio próprio até quando faleceu a 13 de novembro de 1921. Mesmo rompido com o situacionismo, nunca deixou de eleger-se pela oposição e, sòzinho, prestava mais serviços a seus conterrâneos que todo o resto da bancada.

Inteligência viva e penetrante, carecia contudo de conhecimentos, pois nunca tivera tempo de ilustrar-se. Em 1892 era comerciante estabelecido em Areia, depois de ter sido mascate pelos vilarejos do interior. No ano seguinte, liquidou o negócio e já aí começa a brilhar sua estrêla. Foi à capital do Estado e, como quem toma parte num bródio, entrou no Liceu Paraibano e saiu de lá aprovado em todos os preparatórios, feitos duma assentada. Ato contínuo, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, onde foi favorecido por uma reforma do ensino, em virtude da qual alinhavou o curso em três anos, saindo formado em 1896. Foi promotor público de Areia desde a fase acadêmica, chefe político local, impondo-se à admiração dos amigos e ao respeito dos adversários.

Quando em 1904 deixou a chefatura de polícia, estava eleito vice-presidente do Estado, na mesma chapa em que Álvaro Machado era presidente. Mas Álvaro não estava muito a gôsto com seu substituto legal, pois que pretendia demorar-se pouco no govêrno. Aceitara a companhia de Simeão receoso de vê-lo eleito presidente, caso houvesse

disputa do pleito entre os dois conterrâneos. A candidatura do chefe de polícia seria sustentada pelo presidente José Peregrino, de quem era o preferido.

No final de contas, Álvaro achou jeito de compor a situação pelos costumeiros cambalachos da época, com beneplácito do eleitorado de cabresto. Havia na Câmara dos Deputados uma cadeira vaga, deixada por Valfredo Leal, que se elegera senador na vaga de Álvaro Machado, agora presidente do Estado. Para essa cadeira foi Simeão Leal, ao mesmo tempo que Valfredo renunciava à senatoria para eleger-se vice-presidente no lugar de Simeão, enquanto Álvaro Machado, calcando mais uma vez a Constituição, passava-lhe o govêrno e elegia-se senador.

Na República velha era assim, com pouca diferença, aliás, da República nova. Os candidatos saíam do bôlso do colête dos chefes, enquanto a máquina do govêrno funcionava como instrumento de degola contra adversários políticos. Pouco importava a contagem de votos, uma vez que era o poder de reconhecimento quem decidia da sorte dos eleitos.

Monsenhor Valfredo Leal governou a Paraíba de 1905 a 1908, assinalada sua administração pelo senso de equilíbrio e de honestidade com que restabeleceu o crédito do Estado, merecendo por isso calorosos elogios de Afonso Pena, então presidente da República.

Nascido em Areia a 21 de fevereiro de 1855, filho do capitão Matias Soares Cavalcante e d. Maria Emília dos Santos Leal, fêz o curso primário na cidade natal, onde também freqüentou as cadeiras de latim e francês, regidas na época pelo professor José Berardo, tendo por condiscípulos Álvaro Machado, Coelho Lisboa, D. Adauto, Xavier Júnior, Aurélio de Figueiredo, Tito Silva e outros ilustres conterrâneos. Aos 22 anos de idade, isto é, em 1877, depois de um estágio de três anos no Seminário de Olinda, embar-

cou para Roma, onde se ordenou sacerdote em 1882, pelo Colégio Pio Latino Americano. Retornando ao Brasil, foi nomeado vigário colado de Guarabira, de onde emergiu para a política, levantado pelo braço de Álvaro Machado. Deputado estadual, deputado federal, senador da República, governador da Paraíba duas vêzes em caráter efetivo, afora os três períodos trimestrais em que substituira interinamente o presidente Álvaro Machado, de 1893 a 1895, foi também chefe supremo da política de seu Estado, de 1912 a 1915. [10].

Em Valfredo Leal, Álvaro Machado depositava a melhor confiança e era correspondido à tôda prova. Pinheiro Machado fê-lo vice-presidente do partido republicano, de que era chefe supremo, porque via nêle um exemplo nunca desmentido de lealdade. Faleceu a 30 de junho de 1942, com 87 anos de idade, desencantado da política e particularmente dos seus velhos amigos e correligionários.

A Valfredo Leal sucedeu no govêrno do Estado outro areiense — Dr. João Lopes Machado. Fêz uma administração das mais fecundas, assinalada por uma série de realizações, que lembram ainda hoje sua passagem pela Paraíba.

O virus da política contaminava Areia naqueles atribulados dias de fim do século. Quem fôsse de um grupo estava marcado pelo outro, numa sucessão de repulsas, até mesmo de ódio, quase sem recuo às fronteiras da dignidade. Os dois grandes partidos do Império, transformados na Paraíba em republicano e autonomista, degeneraram, em Areia, nas facções de Maragatos e Manichupas. Os Maragatos (pessoal de Cunha Lima) viviam em guerra com os Manichupas (pessoal de Simeão). Surras contra

---

[10] Em 1912, por morte de Álvaro, assumiu Valfredo o comando do situacionismo paraibano. O senador Álvaro Machado faleceu em 30 de janeiro de 1912 com 56 anos de idade.

surras, depredações contra depredações, atentados contra atentados, a capangada às sôltas, inquietando a população, era o reinado da faca, do cacête e da bala a predominar nas ruas da cidade. Êsse movimento de agitação, praticado indiscriminadamente por ambas as correntes em choque, pegou a denominação de *quebra-vidros*. Durante a noite, destelhavam casas, quebravam vidraças, invadiam domicílios, depredavam móveis, surravam os moradores. Tão repetidos os distúrbios, que pela manhã já se perguntava em tom picaresco de quem seria a noite daquele dia, se dos Maragatos, se dos Manichupas. Uma noite os Maragatos invadiram a casa de Frederico Campos, mas não o pegaram, por ter fugido a tempo, pulando muros pelos fundos do quintal, até ocultar-se na residência do vigário Odilon Benvindo. De tal modo se mostrava corrompida a sociedade que até quadrilha de salteadores já campeava às ocultas, composta de elementos insuspeitáveis.

Em 1904, no govêrno Álvaro Machado, é nomeado prefeito de Areia Dr. Otacílio de Albuquerque, em substituição ao major Remígio de Ávila Lins, que substituira o coronel José Cabral de Vasconcelos, falecido em junho daquele ano. Otacílio saira de Areia muito jovem, em 1893, escorraçado pela política de Cunha Lima, depois de ter sido professor público e diretor da *Verdade*. Voltara em 1900, formado em medicina após um curso brilhante, precedido de uma fama que só aos seus méritos estava a dever, com as honras de orador da turma, da qual fazia parte Aloísio de Castro, e láurea de viagem à Europa. Mas desistira da viagem pela ânsia de regressar ao seio da família, pois já era casado e não conhecia ainda a filha que nascera enquanto ultimava o curso. Quando chegou a Areia encontrou a cidade em polvorosa pelas desordens oriundas das competições políticas. Nomeado mais tarde prefeito e chefe político do município, tratou de formar seu grupo dentro dos grupos existentes. Nem era de Cunha

Lima, nem tampouco de Simeão. Entre êle e Simeão havia uma diferença de entendimento, por motivos íntimos, mais séria que a que o separava de Cunha Lima, por motivos políticos. Eis que a 21 de novembro de 1904 preparava-se Areia para receber festivamente Simeão Leal, que ia assistir ao casamento de seu irmão Alfredo Simeão, bem assim despedir-se dos amigos por ter de viajar para o Rio, já eleito deputado federal. Otacílio, com um mês apenas de investido na direção do município, promoveu-lhe uma recepção chocante, que destoava do estilo de briga até então usado.

Uma coluna monstrengo que havia na antiga Praça Álvaro Machado amanheceu tarjada de luto, em forma de essa, com caveiras pintadas sôbre cruzes de ossos em tôdas as faces, bandeiras pretas nas ruas por onde devia passar o cortejo, foguetes de apito soltados pelo molecório, na ocasião da chegada. A sede da banda de música fôra violada na véspera e retirados os principais instrumentos, de modo a impossibilitar a formação do conjunto. Quando Simeão, acompanhado de seu séquito, defrontou o triste espetáculo, ficou tão possuído de indignação e vergonha que nunca mais voltou a pisar o solo da terra natal. Não houve sangue naquele dia porque o pessoal de Otacílio não apareceu para enfrentar o grupo exaltado de Simeão, que ainda andou a sua procura.

Como prefeito de Areia, de 1904 a 1908, Otacílio de Albuquerque construiu o mercado público que ainda existe na cidade e um coreto, já desaparecido, na antiga Praça Álvaro Machado, cuidou carinhosamente do teatro, acrescentando-lhe jardim e terraço, aumentou a iluminação pública, ainda a lampião de querosene, e consertou o valetamento das ruas, cheias de sulcos profundos. Foi político e jornalista, prefeito de Areia e da capital, teatrólogo e parlamentar, tendo atuado com brilho e proficiência como deputado estadual, federal e senador da República.

Em 1915 Cunha Lima ressurge na política, levantado por Epitácio Pessoa, depois de 20 anos de ostracismo. O enterrado vivo de Mundo Novo, eleito deputado federal, vai defrontar-se na Câmara dos Deputados com Simeão Leal. Ao contrário do que muita gente supunha, os dois velhos inimigos, que tanto tempo brigaram, que tanto se combateram e se perseguiram, abraçam-se comovidos, como se o passado não mais existisse. Em cada peito pulsava um coração de nobres virtudes, sem eiva de rancor, incapaz de guardar o sentimento mesquinho do ódio, que gera a vingança. Fortes na luta, generosos e compassivos até às lágrimas, eram igualmente desprendidos em matéria de dinheiro, chegando por vêzes a tomar emprestado para servir a outrem, fôsse amigo ou inimigo o beneficiário do sacrifícios.

Em política tinha Areia muitos chefes, quase todos brigados entre si, e como nenhum reunia maior soma de votos, a vingança se exercia fatalmente contra a terra comum, vítima de sua própria fecundidade. Álvaro Machado, Cunha Lima, Valfredo Leal, Simeão Leal, Coelho Lisboa, Otacílio de Albuquerque, cada qual com seu grupo, mas nenhum dêles logrando ser o maior, sem prerrogativas de suserano sôbre vassalagem submissa. Dividida assim a sociedade pelo facciosismo político, enfraquecida pela falta de unidade e decepcionada pela nenhuma assistência dos chefes, que se devoravam entre si, foi aos poucos caindo no aglomerado incolor, indiferente à sua própria ruína, como um barco à deriva que vai largando os pedaços na rota incerta. No comêço, com tantos generais sem exército, depois tropas sem comando, ficou Areia assim transformada em terra de ninguém.

HOMENS E FATOS

Há nomes de legenda na história de Areia. São tantas as personalidades que encheram a segunda metade do século passado que difícil será a tarefa de nomeá-las a um tempo, sem risco de graves omissões. Aí estão Bento Correia Lima, Trajano Chacon, Costa Machado e José Evaristo, saindo do rincão fecundo para assumir o govêrno da província, sem falar aqui nos que governaram o Estado depois da República. O velho Francisco Sales, desmontando o pelourinho, aviltante instrumento de suplício. José Alves de Lima, libertando duma vez todos os seus escravos e deixando para os mesmos metade de sua fortuna. Manuel da Silva, quebrando os últimos grilhões do negregado regime. Manuel de Cristo, disseminando conhecimentos de música religiosa e criando, em 1847, a primeira banda de música da cidade. Joaquim da Silva, fundando teatro e preparando a mocidade de sua terra nos segredos da língua latina. Outras figuras veneráveis desfilaram nas gerações passadas, cobertas de respeito por suas virtudes cívicas e morais.

Uma cidadezinha do interior só de padres contava nove na segunda metade do século passado: vigário Chacon, padre José Genuíno, padre Manuel Cassiano, padre Joaquim Álvares, padre Inácio Pedrosa, padre Manuel Jácome, padre Manuel de Sousa Lima, padre José Gomes e padre Antônio Borges, uns morando na cidade, outros nos engenhos e fazendas. Alguns andavam a paisana, exibindo

elegância pelas ruas da cidade, não poucos deixaram prole ilustre, contando-se entre seus descendentes médicos, bacharéis e até mesmo eminentes sacerdotes. Houve bispo neto de padre. Nas propriedades onde havia clérigo em família, uma capela particular erguia-se junto à casa grande.

Naqueles tempos havia em Areia dez bacharéis e um médico. O médico era Dr. José Evaristo, formado desde 1852. Na convocação do segundo Júri para o julgamento de Carlota e seus cúmplices, em 1853, figuravam no corpo de jurados: Dr. Luís Cavalcante de Albuquerque Buriti, Dr. Manuel Correia Lima, Dr. Antônio da Cunha Cavalcante de Albuquerque, Dr. José da Costa Machado e Dr. Claudino José dos Santos Leal, afora Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha, juiz de direito; Dr. Fausto Benjamim da Cruz Gouveia, juiz substituto; Dr. Crispim Antônio de Miranda Henriques, juiz municipal; Dr. Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, promotor público e Dr. Antônio Manuel de Aragão e Melo, advogado dos réus e radicado no meio.

O gôsto pelos estudos era uma vocação dos filhos da terra. Muitos pais botaram os filhos para estudar na Europa, onde receberam ordem sacerdotal os seguintes areienses: padre Manuel Cassiano, padre Estevam Tôrres, D. Adauto de Miranda Henriques, monsenhor Valfredo Leal, D. Santino Coutinho, padre José Alves e padre José Pires Patrício da Costa. (1)

O fato de tantos rapazes irem estudar na Europa não quer dizer que os pais vivessem nadando em ouro. Pelo contrário, alguns lutavam com dificuldades financeiras para aguentar o trem de vida. Ildefonsiano de Miranda Henriques, por exemplo, andou suplicando auxílio dos parentes quando despachou para a França o futuro fundador da diocese da Paraíba. Posteriormente foi que melhorou

(1) Padre Costa, filho do velho Simão Patrício da Costa, faleceu em Roma logo após sua ordenação.

de condições. Monsenhor Valfredo Leal, num caderninho de notas sôbre fatos diversos de sua vida, deixou consignado tudo quanto gastou na Europa, durante os cinco anos em que estêve estudando em Roma, de 1877 a 1882. A soma de tôdas as despesas, inclusive viagem de ida e volta, monta a quatro contos trezentos e cinqüenta mil réis, na moeda antiga.

Comerciantes e senhores de engenho iam ao sacrifício pelo orgulho de ver um padre ou um doutor na família. Alguns chegaram a educar dois filhos e até mais do que isso. Bartolomeu da Costa Pereira ordenou dois: padre Manuel Cassiano e padre Joaquim Álvares. Inácio Bento de Ávila Cavalcante formou dois: Dr. Hermes e Dr. Antônio Jorge de Ávila Cavalcante. Francisco Lins Fialho educou dois: Dr. Agnelo Fialho e padre Joel Lins Fialho. O comerciante João Lopes Machado formou quatro: Álvaro Machado, João Machado, Afonso Machado e Artur Machado. Os irmãos Luís Vicente Borges Júnior e Púpulo Liberato Bandeira de Melo, filhos de Luís Vicente Borges, colaram grau num mesmo dia na Faculdade de Direito do Recife. Também se formaram em direito pela mesma Faculdade os irmãos Matias da Gama e Coelho Lisboa, os irmãos Álvaro Jefferson e Francisco Xavier, filhos de José Inácio Guedes Pereira, os irmãos Juventino Cabral e Adelgício Cabral, filhos de José Cabral de Vasconcelos. Manuel Coutinho educou quatro filhos: D. Santino Coutinho, monsenhor Odilon Coutinho, Dr. Sinval Coutinho e Dr. Carlos Coutinho. Simão Patrício da Costa ordenou dois: padre J. Patrício da Costa e Simão Fileto Patrício da Costa. Trajano Cabral educou dois: Dr. Augusto Cabral e padre Cincinato Cabral. Dr. João Lopes Pessoa da Costa também educou dois: Dr. Francisco de Paula e padre José João Pessoa da Costa.

Sem pretensão de constituir lista completa, vão aqui mencionados os areienses que até o fim do século se di-

plomaram em curso superior. Como a época era dos padres e dos bacharéis, poucos foram os médicos, engenheiros e demais titulados noutras carreiras. Salvo omissão, eis os padres saídos de Areia até 1900:

Padre Manuel Cassiano da Costa Pereira, padre Joaquim Álvares da Costa, padre Augusto da Costa Lira, padre Inácio Pedrosa, padre Manuel Jácome Bezerra Cavalcante, padre José Apolinário Gomes da Silva, padre Manuel Correia de Sousa Lima, padre Belísio Lins de Albuquerque, padre Antônio José Borges, padre Luís Cavalcante de Albuquerque Buriti, padre Estevam Dionísio Tôrres, padre Joel Esdras Lins Fialho, padre Sebastião Bastos de Almeida Pessoa, padre Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque, monsenhor Luís Sales Pessoa, monsenhor Valfredo Leal, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, padre José Alves Cavalcante, D. Santino Maria da Silva Coutinho, padre Francisco de Assis da Costa Gondim, padre José Pires Patrício da Costa, padre Antônio Galdino de Sales, padre Cincinato Cabral de Vasconcelos, padre Simão Fileto Patrício da Costa, monsenhor João Borges Sales e padre Luís Borges de Sales.

Bacharéis em direito até 1900: Manuel Correia Lima, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, José da Costa Machado, Fausto Benjamim da Cruz Gouveia, Crispim Antônio de Miranda Henriques, Claudino José dos Santos Leal, Luís Vicente Borges Júnior, Púpulo Liberato Bandeira de Melo, José Antônio Maria da Cunha Lima, Emiliano Gomes de Andrade Silva, Matias da Gama, Francisco de Assis Correia Lima, Inácio Guedes Sobral, João Coelho Gonçalves Lisboa, José da Costa Machado Júnior, Belino Hermilo Cavalcante Souto, Juventino Cabral de Vasconcelos, Álvaro Jefferson Guedes Pereira, Francisco Xavier Guedes Pereira, José Sizenando de Miranda Henriques, Prudêncio Cotegipe Milanez, Alípio Sales Pessoa, Augusto Cabral de Vasconcelos, Adelgício Cabral de Vasconcelos,

Francisco de Paula Pessoa da Costa, Ulisses Gérson Alves da Costa, Pedro Miquelino Pereira de Melo, Antônio Simeão dos Santos Leal e Antônio Augusto Correia Lima.

Médicos, idem: José Evaristo da Cruz Gouveia, Ábdon Felinto Milanez, Trajano Augusto de Holanda Chacon Júnior, Francisco de Miranda Henriques, Antônio Jorge de Ávila Cavalcante, Agnelo Lins Fialho, José Elias de Ávila Lins, Adolfo Elisio da Costa Machado, Cincinato Enrique da Silva, João Lopes Machado, Afonso Lopes Machado, Cristovam de Queirós Barros, Bento Nobre e Otacílio de Albuquerque.

Farmacêuticos: Manuel José da Silva e Artur Lopes Machado.

Engenheiros: Hermes Viviano de Ávila Cavalcante e Ábdon Milanez Filho.

Militares: General-engenheiro Álvaro Lopes Machado, general-médico Afonso Lopes Machado, coronel Manuel Enrique da Silva, major Álvaro Evaristo Monteiro e tenente Firmino dos Santos Oliveira.

Belas-Artes: Pedro Américo de Figueiredo e Francisco Aurélio de Figueiredo.

* * *

Em 1853, o naturalista francês Jacques Brunet, em viagem de observação científica pelo interior da província, descobriu em Areia o menino Pedro Américo, cuja vocação para a pintura de tal modo o surpreendeu que levou o fato ao conhecimento do govêrno, sugerindo o aproveitamento do jovem, que andava na casa dos doze anos. Brunet descobre mais coisas em Areia. Diz ter encontrado carvão mineral ao sopé da cidade, no sítio de Manuel da Silva, e também uma mina de ferro na Serra da Caxexa.

Sua maior descoberta, sem dúvida, foi a de Pedro Américo, êsse milionário de glórias que soube transformar modelos de profissão em sêres incorpóreos, quase divinos. O garôto de Areia deixou a terra natal, esqueceu-se mesmo dela, mas cumpre reconhecer que glorificou com o pincel o nome do Brasil. Foi travêsso e alegre enquanto viveu de rédeas sôltas pelas ruas da cidade, onde improvisou um teatrinho, do qual era ao mesmo tempo diretor, ator e cenógrafo. Arranjava as peças, fazia cartazes e imprimia bilhetes numa jeringonça que engendrara com tipos de pau. Enquanto isso, estudava música com o avô Manuel de Cristo, freqüentava a escola de latim do professor Joaquim da Silva e ajudava o pai ao balcão. Um dia, na travessura dos seus doze anos, o futuro autor da Batalha do Avaí desenhou na parede do estabelecimento paterno um galo, que foi para Brunet uma revelação. [2]

Pedro Américo nada deixou na tela que lembrasse Areia, mas contaminado de um espiritualismo filosófico, que o não absorvera de todo, fixou suas imagens um tanto deformadas no livro de ficção — O Holocausto — que tem por cenário a cidade natal. O artista foi considerado na Europa chefe de escola idealista.

Seu irmão Aurélio de Figueiredo, autor do "Último Baile da Ilha Fiscal", foi também pintor de reconhecido mérito. A exemplo de Pedro Américo, fêz — O Missioná-

---

[2] O galo foi pintado no prédio da antiga Rua Direita, depois Rua José Evaristo n.º 68, onde Daniel de Figueiredo era estabelecido. Com o correr do tempo, a casa passou por muitos donos, mas a tudo resistiu o curioso desenho, resguardado carinhosamente como intocável lembrança do filho ilustre. Eis que, para instalação de um açougue no prédio, em 1894, houve necessidade de ser removida uma parede divisória, exatamente onde estava empoleirado o garboso galináceo. Já o camartelo trabalhava na demolição, quando chegou Firmino Costa ainda a tempo de salvar o galo, que foi retirado num bloco de parede e transportado para a redação do *Democrata*. Dias depois, ao ser levado para lugar definitivo, aconteceu que o bloco de parede esfarelôu-se todo, desaparecendo assim a única lembrança deixada pelo artista.

rio — romance de ficção, calcado na inquietação da adolescência dos tempos vividos em Areia. Outro irmão, Daniel de Figueiredo, do mesmo nome do pai, aprofundou-se no conhecimento das ciências naturais e, antes mesmo de deixar a cidade natal, já se correspondia com Camilo Flamarion, sôbre assuntos de astronomia, de quem recebeu honrosos elogios. Um tio, Tristão Grangeiro de Almeida e Melo, regeu a banda de música local durante 30 anos, enquanto as tias Bahia e Dondon, irmãs de Tristão, dirigiam a orquestra do côro da igreja, da qual fazia parte, também, como primeiro violinista, o irmão Daniel de Figueiredo, pai do consagrado pintor areiense. Essa família de predestinados vem tôda de Manuel de Cristo, regente de orquestra e compositor de músicas sacras.

Tristão Grangeiro, um devoto da arte, sempre atento aos interêsses locais, deixou seu nome ligado à história de Areia. Em 1885, sendo presidente da Câmara Municipal, empreendeu a construção do afamado banheiro do Quebra, sem dispêndio de um real para os cofres públicos. Em benefício das obras promoveu subscrições e realizou festivais no Teatro Recreio. Além disso, levava para o trabalho rapazes da sociedade, em companhia dos quais auxiliava os operários, no afã de ver inaugurado o banheiro, como de fato ocorreu, a 1 de janeiro de 1886. Nesse dia desfilou pelas ruas da cidade com a banda da Fénix, acompanhado de muita gente, autoridades e famílias, rumando em seguida, com todo o cortejo, para o Quebra. Ali, no ato da inauguração, houve discursos e uma girândola de duzentas dúzias de foguetes. Entusiasmado com a obra pública que acabava de entregar ao povo e dando rédeas ao seu temperamento folgazão, passou grande parte do dia a tocar e a reger a orquestra, encharcado dos pés à cabeça, de tanto meter-se debaixo da bica. De lá saiu para o leito da morte, acometido de pneumonia, tendo ocorrido

o óbito quinze dias depois. Tristão Grangeiro deixou apenas um filho, o poeta Rodolfo Pires, propugnador da abolição, que lhe sobreviveu sòmente seis anos.

* * *

Quando Areia se erigiu em vila em 1815, a cadeia era instalada numa casa particular da Rua do Sertão, pertencente a Bartolomeu da Costa Pereira. No interior dêsse presídio havia o tronco, instrumento de suplício, cravejado de grilhões, presos aos quais se metiam a ferro os criminosos e também os escravos fugidos ou levados a açoites pelos senhores. A mencionada casa ficava no local onde, em comêço dêste século, o coronel Antônio Pereira dos Anjos fêz a sua residência, acrescida de um sobradinho aos fundos, virado para a Rua do Pirunga.

Só em 1849 é que foi construída a cadeia pública que, durante 70 anos, existiu entre a imemorial gameleira e a igreja do Rosário. No mesmo ano em que foi construída desmoronou-se, sendo, em seguida, reedificada e posta em funcionamento. Era um vistoso edifício em forma quadrangular, bem disposto em seus compartimentos internos. O pavimento térreo servia de presídio, quartel e enfermaria, funcionando no andar superior o Paço da Câmara Municipal e o salão do Júri.

Naquele vetusto salão de debates forenses muitos gladiadores verbais exercitaram a eloqüência, em tom patético, segundo o estilo da época, desde Diogo Velho e Aragão e Melo, que depois brilharam no cenário da política nacional, ao acadêmico de direito José Américo de Almeida, em sua trepidante estréia de advogado. Lá em baixo, nas enxovias, de onde saíra para a fôrca o sentenciado Beiju, apodreciam infelizes marginais, vítimas da própria ignorância, ou mesmo da injustiça humana.

Por muitos anos a cadeia velha serviu a seu destino, mas na segunda década dêste século ameaçou novamente ruina. A formiga saúva, em boa hora, solapou sorrateiramente os alicerces do edifício, como se estivesse colaborando, inconscientemente, pelo ressurgimento de uma era de conquistas, à base da inteligência.

Aconteceu, então, um fato digno de nota, que honra as tradições da velha cidade serrana. Estando o prédio abandonado, entenderam os areienses de pleiteá-lo do govêrno para construção de um colégio no local, porque onde fôra o cárcere devia ser uma escola. Com tais propósitos, uma comissão constituída de elementos representativos do meio tudo promoveu para tornar em realidade o grandioso projeto. [3]

Em pouco tempo foi o prédio demolido e levantado outro no lugar, tendo sido lançada a pedra fundamental em setembro de 1922, em comemoração ao primeiro centenário da independência do Brasil. Os recursos para a obra iam sendo obtido de contribuição popular, numa época em que Areia agonizava, garroteada por tremenda crise financeira.

Pesa dizer, entretanto, que o poder municipal em nada contribuiu para a objetivação de tão nobre iniciativa. Insensível ao progresso, o prefeito conservou-se à margem do empreendimento, como de resto se mostrava indiferente a tudo quanto se relacionava com os interêsses da administração. A instrução municipal, naqueles tempos, corria por conta das prefeituras, estando Areia, por isso mesmo, condenada à ignorância, como mostram os exemplos dos dados comparativos. Enquanto Ingá, com uma receita de 36 contos, mantinha oito escolas, Alagoas Nova, com 21 contos, man-

---

[3] A comissão encarregado da construção do colégio era composta de Francisco de Assis Pereira de Melo, Armando de Freitas, José Patrício de Carvalho, Leônidas Santiago, José Dantas Bezerra, Gutemberg Barreto e José Targino da Cruz.

tinha oito, Soledade, com 20 contos, mantinha seis, Conceição, com 18 contos, mantinha cinco, Areia, com uma receita de 45 contos, conquistava o título de campeã do analfabetismo, mantendo apenas uma escola municipal.

Nunca a administração do município estêve em nível tão baixo. Os amigos do prefeito não pagavam impostos porque eram amigos. Os adversários também se escusavam de pagar porque não viam aplicação honesta de suas contribuições.

O novo edifício, já concluído em sua estrutura, teve de ser abandonado por esgotamento de recursos. Foi então devolvido ao Estado para que lhe desse destinação compatível com as letras. Tempos depois, em fevereiro de 1928, inaugurava o govêrno João Suassuna o majestoso Grupo Escolar Álvaro Machado, hoje transformado em Ginásio Coelho Lisboa, plantado no local da cadeia velha de Areia.

* * *

Em 1829, instala-se na Paraíba a repartição dos correios, tendo Areia, desde logo, sua agência local. Mas em tôda a província o serviço chegou a tal ponto de descrédito que ninguém mais confia a remessa de correspondência por seu intermédio. Vem de muito longe, como se vê, a desordem que ainda hoje reina nos serviços postais. (1)

Só muitos anos depois, já na República, é que o fio telegráfico chega a Areia. À entrada da cidade, a legendária gameleira serviu de poste, ornando o espaçoso peito com um isolador da linha, como enfàticamente dizia um jornal da terra. O poeta Abílio Cavalcante não se conteve de emoção quando viu cravado no venerando cerne o suporte que sustentava o fio. E tomado de entusiasmo desabrochou:

---

(1) IRINEU PINTO — *Datas e Notas para a História da Paraíba*, v. 2, pág. 157.

Feliz estaca de curral tu fôste,
Fôste trincheira na revolução;
Da mais alta glória és hoje poste
Frondosa árvore de tradição!

Solenemente, a estação é inaugurada a 1 de maio de 1894. Dia de festa na cidade. Em seu pôsto estava o telegrafista Cândido Viriato de Medeiros, que fôra removido da repartição da capital. O primeiro telegrama recebido foi uma mensagem do presidente Álvaro Machado, congratulando-se com seus conterrâneos por tão notável realização. No ano seguinte é que a linha telegráfica se estende para Campina Grande e Bananeiras, servindo ainda a outras localidades. Por ocasião da inauguração do telégrafo, a cidade vibrou de regozijo, com muita festa nesse dia, passeata, foguetório, banda de música e discursos em abundância, proferidos por Cunha Lima, Caldas Brandão, Ulisses Costa, Pedro Miquelino, Pícico, Abílio Cavalcante e outros. (5)

* * *

Havia na cidade um clube de dança, no qual as figuras mais representativas do meio social faziam aos domingos seus passos cadenciados ao som da mazurca, do lan-

---

(5) Naqueles tempos, as festas de Areia eram famosas pelos derrames oratórios. Em qualquer parte e por qualquer motivo, os oradores inchavam o peito e deixavam borbulhar eloqüência sôbre um auditório meio masoquista, que se regalava de ouvir fraseado empolado, no mais puro estilo acadêmico, com trêmulos de barítono na voz. No casamento de Silvestre Freire, realizado no sítio Ipueira, de Antônio José da Silva, a 23 de novembro de 1893, foram levantados os seguintes brindes: do Dr. Cunha Lima ao noivo, do Dr. Caldas Brandão à noiva, de Abílio Cavalcante ao pai da noiva, de Marcolino Evaristo à mãe da noiva, de Caldas Brandão ao coronel Cunha Melo, de Cunha Melo a Caldas Brandão, de Caldas Brandão a Cunha Lima, de Cunha Lima a Caldas Brandão, de Caldas Brandão a Graciano Soares, de Cunha Lima a Marcolino Evaristo, de Abílio Cavalvante ao coronel Francisco Bezerra, de Francisco Bezerra às senhoras presentes, de Caldas Brandão à espôsa de Cunha Lima, de Cunha Lima às crianças da festa, e de Antônio da Silva, o anfitrião, aos convidados. Foram êsses os discursos da primeira mesa, pois a maratona continuou desenfreada nas mesas subseqüentes (*Democrata*, 25 de novembro de 1893).

ceiro, da polca e da quadrilha. Durante o tempo em que existiu, funcionou no mesmo sobrado da Praça do Consumo, onde estava instalado o gabinete de leitura. O referido sobrado fôra construído por Manuel da Silva, pai de Joaquim da Silva, e estivera ornamentado a rigor para receber D. Pedro II, em 1859, na visita que estava programada a Areia. Mas o imperador teve de regressar às pressas ao Rio de Janeiro, por motivos políticos, interrompendo assim as visitas que iniciara ao interior da Paraíba.

* * *

O jardim público que existia na Rua Santa Rita foi realização de Júlio Silva, uma grande vocação artística anulada pela deficiência do meio. Júlio contou com a colaboração dos comerciantes Antônio Pereira dos Anjos, Graciano Soares Cavalcante e Orestes Cunha, além de outros entusiastas da idéia. Graças ao concurso dêsses abnegados cidadãos, teve a cidade um logradouro público, que tanto a embelezava, inaugurado a 22 de janeiro de 1892. Seu primeiro administrador foi o próprio Júlio Silva, substituído no ano seguinte por Abílio Cavalcante, que completou a ornamentação da praça com gradil ao redor e chafariz ao centro. Aos domingos, enchia-se o parque e seus arredores de muita gente, atraída pela retreta que a banda do Recreio Musical executava.

O primeiro aniversário do jardim foi comemorado festivamente. Estava Areia ainda na fôrça de sua vitalidade e de tudo se aproveitava para expansões de alegria. A Rua Santa Rita amanheceu embandeirada e, à tarde, a banda do Recreio brilhou na execução das melhores peças de seu repertório. Houve quermesse em benefício do parque, com tamanho entusiasmo dos circunstantes que um charuto chegou a ser arrematado por 30 mil réis. [6]

---

[6] *Democrata*, 25 de janeiro de 1893.

À noite, fogos de artifício e girândolas como nos grandes dias de festa. Mas não ficou sòmente nisso a comemoração. A sociedade Dramática, em benefício do parque, levou à representação, no Teatro Recreio, o drama — "A Filha do Marinheiro" — complementado por uma comédia, em que se exibiram os aplaudidos artistas Otacílio de Albuquerque, João Serrão, Francisco Agápito, João Ivo e Frutuoso Alexandrino.

No dia anterior, o pastoril havia oferecido um espetáculo no Teatro Recreio à satisfação da numerosa assistência. O programa das comemorações foi organizado por Júlio Silva, Horácio Silva e Abílio Cavalcante, que eram festeiros de comprovada competência. Alguns anos depois, desmoronava-se o parque, relegado a criminoso abandono, por inércia da administração municipal. Resta dêle apenas uma palmeira imperial que, solitária e esbelta, assinala o lugar onde foi o aprazível logradouro público.

* * *

No que diz respeito aos templos, o principal dêles é o da igreja matriz, consagrado a Nossa Senhora da Conceição. Embora principal, já sofreu inúmeras reformas, a fim de ser corrigido o pouco gôsto com que fôra construído. Ùltimamente, o padre Rui Vieira, vigário da freguesia, espírito de larga visão e infatigável operosidade, acaba de dar-lhe novos retoques para sua melhor apresentação.

A igreja do Rosário, a mais antiga do lugar, levantada por gente de côr, tem sôbre a matriz melhor sentido artístico, conquanto seja igualmente pobre. Há, ainda, as capelas de Santa Rita e de São Miguel, na cidade, a igreja de nossa Senhora do Patrocínio, em Remígio, e a de São Sebastião, em Mata Limpa. A do Patrocínio foi construída pelo vigário Odilon Benvindo, inaugurada a 10 de novembro de 1893. Nesse dia, o operoso vigário fêz a tras-

ladação da imagem, de Areia para Remígio, com um acompanhamento processional de cêrca de 1.500 pessoas, ao som da banda da Fénix.

Ainda na cidade havia a igreja de Santa Rita, magnífico templo que ficou inacabado, até que ruiu em princípio dêste século. Sua construção fôra iniciada em 1865, por frei Herculano (Hermenegildo Herculano Vieira da Cunha), ao tempo em que êsse místico e intolerante pregador andava fazendo missões em Areia, a convite do vigário Chacon. A imagem da santa, com que foi ornado o templo, pertencera ao oratório privado do padre Manuel Cassiano Pereira da Costa, doada por seu irmão João Batista de Albuquerque Pereira.

Ao ser demolido o templo, a imagem foi trasladada para a capela Santa Rita, construída pelo vigário Odilon Benvindo na rua que depois tomou o seu nome. A intenção do vigário era fazer, juntamente com a capela, o hospital de Santa Rita, mas acabou instalando no prédio que levantara um colégio para môças, confiado ao magistério das irmãs da Sagrada Família. Após sua morte, êsse colégio se fechou por falta de assistência de quem o substituiu na paróquia. No local, ergue-se hoje o majestoso edifício do Ginásio Santa Rita, a cargo das abnegadas irmãs franciscanas, estabelecimento de ensino que depois de concluído e em pleno funcionamento fará honra à Paraíba e será por certo um padrão para todo o Brasil. (7)

* * *

Das festas de Areia, a mais importante era a da Conceição, padroeira da cidade. Começava por uma missa cantada, às cinco horas da manhã, seguida do hasteamento da bandeira. Festa puxada a banda de música e foguetó-

(7) Quem escrever um dia a história do Colégio Santa Rita, além do seu fundador, não olvidará por certo o nome dos três maiores benfeitores daquela instituição: padre João Coutinho, José Gondim e Pedro Augusto de Almeida.

rio, com afluência de muita gente que chegava dos engenhos e das localidades vizinhas. Durante nove noites a cidade se apresentava engalanada, no garbo de sua magnificência, como se estivesse em núpcias com a imaculada Conceição. Na igreja, o ofício religioso, o sermão do padre, as sobrecasacas veneráveis, os olhares furtivos dos namorados e, mais ainda, o encanto do elemento feminino, bem pôsto em vestidos de sêda farfalhante, não lhe faltando os adôrnos de chapéu, luvas, leque e jóias. Tudo isso abrilhantava o aspecto festivo da cidade. Dizia-se até que as môças de Areia eram mais elegantes que as da capital. E embora descontada a prosápia dos afetados pregoeiros, a verdade é que se mostravam menos entanguidas no convívio social. Sonhavam o ano todo com a festa da padroeira, que era muito pródiga em arranjar casamentos. Na igreja era onde sossegadamente se namorava, sob a proteção da Virgem Santíssima. O peditório ocorria sempre no último dia das solenidades, mas a resposta dos pais rebarbativos teria que ser esperada de 8 a 15 dias, ainda que o partido fôsse do maior gôsto.

Em tempos mais remotos, os festejos eram promovidos pelas irmandades compromissadas, a do Santíssimo Sacramento, a do Livramento e a do Rosário, que custeavam as despesas e contratavam o sermão do padre. A irmandade do Sacramento foi criada em 1847 e a do Livramento em 1851, aprovados os compromissos pelo presidente da província. Com o correr do tempo, os festejos passaram a ser distribuídos por classes ou grupos, entre os moradores da cidade e de todo o município, cabendo aos juízes do dia a responsabilidade das comemorações a seu cargo. Alvorada pela manhã, salvas de tiro ao meio-dia, e à noite, após a novena, fogos de artifício, balões multicores varando o espaço, iluminação reforçada a lanterna ou bicos de acetilene, muita gente pelas ruas, curibocas vendendo capilé e gingibirra, pretas velhas com taboleiros

de cocada ou pé-de-moleque, a banda de música enchendo de harmonia o ambiente da cidade, o fonógrafo de Juventino César ou o cosmorama de Horácio Lins, namorados que ternamente se olhavam à distância, numa sensação de gôzo bem maior do que hoje sentem os que se abraçam e se beijam na praça pública, até que, enfim, uma girândola interminável anunciava o término da noitada feliz.

* * *

Passada a festa religiosa, vinha o carnaval, com seu clássico Zé Pereira, numa alvorada de alegria. Antes da República, cingia-se o carnaval ao entrudo e aos papangus. Alguns cavalheiros fantasiados de diabo, outros de almas esquálidas, embrulhadas em lençol branco, assustavam até gente grande. A dificuldade dos histriões estava na máscara. Quem não tinha nenhuma para afivelar, amarrava um lenço à cara e saía derrengando pelas ruas da cidade. O vigário Odilon Benvindo, antes de tomar batina, andou também se divertindo de papangu, segundo o testemunho de um seu contemporâneo de mocidade. No último decênio do século, o carnaval ainda era a sensação da cidade. Mascarados e papangus pululavam pelas ruas, desabafando-se em críticas vulgares. A seu tempo, exibiam-se os seguintes clubes: Cavaleiros do Luar, Caverna do Recreio, Casacas Vermelhas, Clube dos Rondantes e Clube dos Lobisomens. Praticava-se também o entrudo, brincadeira de refinado mau gôsto, que consistia em atirar laranjinhas e até mesmo canecas dágua nos incautos. As laranjinhas de cêra colorida, cheias de água perfumada, só se aplicavam nas pessoas mais importantes. O vulgo em geral recebia jatos dágua em bisnagas ou em balde. O ponto alto do carnaval era a estrepitosa cavalhada. Cavaleiros bem montados e uniformizados, de lança em riste e em dis-

parada louca, reviviam a proeza medieval de tirar uma argolinha suspensa do alto de uma barra. Garbosos e ufanos, iam, a seguir, oferecer o troféu a gentis senhoritas, recebendo, em retribuição, gracioso laço de fita, prêso ao braço.

Na noite de terça-feira, encerrava-se a folia com bailes de máscara nos clubes da cidade. Em 1895, já em decadência o carnaval, segundo lamentos feitos pela *Verdade*, apenas três grupos de Zé Pereira percorreram as ruas, na manhã de domingo. Durante o dia, alguns clubes se exibiram, destacando-se o dos Lobisomens. A famosa cavalhada, prossegue o jornal, foi a maior atração do dia. Encerrou-se a pagodeira na noite de terça-feira com baile de máscara no Teatro Recreio.

Havia ainda a nau catarineta, comandada a princípio por José Ataíde e sucessivamente por Lindolfo Ourives e Teófilo Marceneiro, vestidos de capitão-general, com a marujada a caráter em seus postos. Também se exibiam os caboclinhos, o bumba-meu-boi, o pastoril, interessantes manifestações do folclore brasileiro, tudo tão bem ensaiado, tão caprichado, como nunca mais se praticou naquela terra. Em fins do século, quando para trás ficara a mancha da escravidão, entrou em cena, como festa carnavalesca, o maracatu, com seus motivos alegres e caricatos. Folgança de negros, longamente ensaiada por João Lopes e às vêzes por João Branquinho, constituia uma nota das mais pitorescas, que os brancos da terra, cheios de branquidade, não se dignavam de apreciar. Era um bando de negros luzidios, vestidos todos êles de saia branca e cabeção, gingando e rebolando na toada do batuque:

Maracatu tá chamando,
Chamando Sinhá
O beiju tá no fôrno
Tá bom de virá.

Ou então era o côco, tirado com tanta graça, na cadência rítmica dos tantãs, numa manifestação espontânea da alma caipira, cheia de lirismo e beleza folclórica:

Você diz que dá na bola
Na bola você não dá.
Tamborete, cama e mesa,
Cadeira de abalançá.

Mineiro-pau
Mineiro-ô!

Vou-me embora, vou-me embora
Segunda-feira que vem,
Quem não me conhece chora
Quanto mais quem me qué bem!

Mineiro-pau
Mineiro-ô!

O Rei dos Congos apresentava-se no dia de reis. Sua última exibição em Areia teve lugar em 1917, quando pràticamente a cidade já estava um samba acabado. O Rei trajava calças brancas, com listras encarnadas, peitilho bordado, capa azul, com ramalhetes dourados, coroa e espada. A Rainha, saia branca bem armada, manto vermelho, coroa e vistosos brincos. Embaixador, Secretário e Príncipe (Príncipe, filho do Rei), com trajes característicos, tendo de comum capa azul, meia bota e cutelo. Os soldados usavam saiotes e cocares, tendo à mão um maracá. Benedito Lopes fazia o papel de Rei, Crispim Cozinheiro, o de Rainha, João Branquinho, o de Embaixador e João Sussu, o de Secretário.

O bailado ruidoso da congada, originário dos antigos cortejos e festas de coroação de reis negros, era dos mais curiosos, depois da nau catarineta, realçado pela exuberância e singularidade do canto, rico de modulações vocais

e também de sincretismo religioso. Bem diferente o que se cantava em Areia da versão colhida por Gustavo Barroso no Ceará e dada em seu livro — Ao Som da Viola, como poderá ver quem quiser, fazendo confronto.

Tudo pronto para a folgança, o Secretário inicia o canto:

Pretinhos dos Congos
Para onde é que vão?

E o côro bailando:

Vamos ao Rosário
Festejar Maria!
Festeja, festeja
Com muita alegria!
Festeja, festeja
Com muita alegria!
Vamos ao Rosário
Festejar Maria!

E o auto continua, ora tirado pelo Secretário, ora pelo Embaixador, ou pelo próprio Rei, com o côro a responder, bailando e cantando:

Prepara tôda a gente
Para o folgamento!

Ao ensaio, ao ensaio
Todos nós ao ensaio!
Ao ensaio, ao ensaio
Todos nós ao ensaio!

Rei, Rei, nosso reino está tomado!
Rei, Rei, nosso reino está tomado!

Ai, meu Mestre Rei do Congo, nosso reino está tomado!
Ai, meu Mestre Secretário, temos guerra dêste lado!

Pretinho do Congo, para onde vai girando?
De amôres novos vai se aproximando!
Pretinho do Congo para onde vai girar?
De amôres novos vai se aproximar!

Quando eu vim de minha terra, ó parente!
Vinha do tamanho de um tôquinho de pau, ó gente!

Minha cabeça de côco velado
Minha orelhinha de gato velhaco
Minha boquinha de ôco de umburana
Minha ventinha de milho torrado
Minha carinha de pão amassado!

Toca mundunga, deixa falar,
Fala Maria, mais singular!

Eu peguei no Padre Nosso
Acabei na Ave Maria!

Olha o ensaio, olha o ensaio
Grandioso neste dia!
Olha o ensaio, olha o ensaio
Do Rosário de Maria
Do Rosário de Maria!

Quando o porco chamagula
O cachorro cambuá
A galinha chama Xanxe
Para nós decuriá!

Auê, auá
Quebra Xanxe
Quebrangula
Quebra milho
Cambiroá!

Camundunga ôriô, bôca!
Camundunga ôriô, bôca!
Rei foi quem mandou, bôca!
Rei foi quem mandou, bôca!
Viva nossa Rainha, bôca!

Domingo, ôriô,
Minha parenta!
É de ponta de pé,
Fugi calcanhar!
Ô mambirá!
Viva o Rosário
Mais singular!

Dança Mateus
Com o pé no ar!
De ponta de pé
Fugi calcanhar!
Ó mambirá!
Viva o Rosário
Mais singular!

Que mambirá
Gargueia Sinhá!
Ó lelê, ó lelê!
Que urupema é assim
Que mambirá!
Mãe Maria, oriô!

Ninguém pisa milho
Como pai João!
Pisa todo o dia
Não enche o pilão!

Penera, penera
Penera o milho!

Ninguém pisa milho
Como mãe Maria!
Pisa todo o dia
Não enche a vazia!

Penera, penera
Penera o milho!

É de ponta de pé
Fugi calcanhar!

Ó Virgem do Rosário, ponha a mão no ventre!
Olé, olé, ponha a mão no ventre!
Aqui entram os pretinhos pela porta a dentro!
Olé, olé, pela porta a dentro!
Esta cheira a cravo e flor de laranjeira
Olé, olé, flor de laranjeira!
Ó irmão do Rosário, vamo nos embora!

Senhor farinheiro
Vou me deitar
Ó bamba!
É muito angorá
E muito angorei!
É muito angorá
Ó bamba!
E muito angorei!
Quando fôr a hora
Mande-me acordar
Ó bamba!
Senhora Rainha
Bêrço de sardinha
Ó bamba!
E muito angorei!

Hoje está na sala
Amanhã na cozinha
Ó bamba!
E muito angorei!
Senhora Rainha
Berço de aguidar
Ó bamba!
E muito angorei!
Hoje está na sala
Amanhã no quintal
Ó bamba!
É muito angorá, muito angorá
E muito angorei
Ó bamba!
Muito angorei!

Ó Cambimba do Pôrto, que vens cá buscar?

Venho do Pôrto Rico para festejar!
Olé, olé, olé, olé, olé!
Venho do Pôrto Rico para festejar!

Eu peguei no Padre Nosso
Acabei na Ave Maria!
As almas já vivem tristes
No mundo sem alegria
Porque não trazem consigo
O Rosário de Maria!

Seu Mané Dendê
Pro mode quê
Pro povo vê
Seu Mané Dendê vamo nos embora
Que nossa festa já se acabou!
Até para o ano se nós vivos fôr
E outra melhor vamos fazer!

As noites de São João eram igualmente festivas, com muita fogueira, muitos fogos de roda e pistola, muito buscapé, muita canjica e pamonha na mesa, muito milho cozido e assado, muita dança nos salões de baile e muita môça sonhadora fazendo adivinhação acêrca de casamento. A banda de música percorria as ruas da cidade, parando numa e noutra casa, para saborear da gostosa canjica de milho verde e também para molhar a guela. Nos casamentos de gente rica dançava-se a noite tôda, até o dia amanhecer. Se a cerimônia acontecia na roda dos mais festeiros, a brincadeira continuava no dia seguinte, com o chamado "entêrro dos ossos", que era o prosseguimento da dança até meia-noite. No "entêrro dos ossos" os íntimos da família se regalavam com o que havia restado do dia anterior, comendo, bebendo e dançando, até o dono da casa dizer — basta!

* * *

A iluminação pública de Areia data de 1884 e foi inaugurada com 12 lampiões a querosene. Deve ter sido um acontecimento notável porque bem poucas eram as cidades que ao tempo possuíam iluminação pública. A época do querosene só então foi que entrou a conquistar mercados. A própria capital usava lampiões de azeite de mamona. Em 1850 tinha onze lampiões de óleo de mamona, segundo Irineu Pinto. Outras metrópoles mais importantes queimavam óleo de baleia nos dias de festa, enquanto nos domicílios era a fumarenta candeia de sebo, que só depois, na era do petróleo, foi que cedeu lugar ao fifó ou lamparina e, na sala da frente, ao candieiro.

Em 1893, a Câmara Municipal ampliou com mais lampiões a iluminação da cidade. Todo dia, ao pôr do sol, o acendedor de lampiões, de escada ao ombro, fazia derramar sôbre as ruas principais a luz mortiça das mechas

acesas, menos nas noites de lua cheia, que eram as mais claras e poéticas. Essa precariedade durou até o ano de 1918, quando José Moreira e Quirino Maia, vencendo mil obstáculos, sem qualquer ajuda do poder público, instalaram uma pequena usina termelétrica, com a qual iluminaram à moderna a cidade.

* * *

O primeiro cinema que teve Areia data de 1910, instalado por Júlio Chaves, no Teatro Recreio. Júlio Chaves, afeiçoado ao meio pelo vínculo do casamento, chegou com sua aparelhagem, mas pouco depois se retirava apenas com a experiência. Em cada sessão, pelo menos três filmes de curta metragem eram exibidos, com intervalo de 15 minutos de um a outro. As legendas eram lidas em voz alta por todos os circunstantes, principalmente pelo elemento fiminino, fazendo um côro rumorejante dentro do teatro, como se fôsse um cortiço em efervescência de trabalho. De instante a instante, dezenas de vêzes em cada rodada, partia-se a película. Era até um alívio para os expectadores, que se aproveitavam da oportunidade para enxugar os olhos lacrimejantes, pois durante a projeção as figuras tremelicavam na tela com mais furor do que indivíduos atacados da moléstia de São Guido.

* * *

Em 1917 entrou em Areia o primeiro automóvel, depois de ter briosamente subido a Borborema. Era um Ford de segunda mão, adquirido por José Moreira e seu irmão Horácio Moreira na praça do Recife. Os irmãos Moreira embarcaram a preciosa carga no trem da Great Western, retirando-a na estação de Alagoa Grande. Aí, então, começou a odisséia de uma curta e tormentosa caminhada.

Com alguns trabalhadores braçais dentro do calhambeque, todos munidos de pá, enxada e picareta, os próprios argonautas de calças arregaçadas, conduzindo, empurrando, cavando estrada, venceram em três dias a interminável distância de três léguas. Mas em chegando à Rua da Gameleira, a fubica desenfreou com bizarria pelos quatro cantos da cidade. Era o progresso que entrava fonfonando em Areia. Entrou, mas não se deu bem no lugar, porque saiu logo, pela linha do oeste, em demanda do sertão.

Com efeito, muito tempo antes dêsse fato, já o progresso não se vinha dando bem no lugar.

DELENDA CARTAGO

cidade se estende da Rua do Grude, onde teve seu começo, à Rua do Sertão, onde tem seu fim, numa extensão aproximada de dois quilômetros. Bem no centro, estreita-se de tal forma o terreno que apenas comporta uma rua, cujas casas, suspensas sôbre abismos, ocultam, com afetada petulância, o perigo que ameaça tragá-las. De um lado, está a grota do Bonito, do outro, a do Quebra, despenhadeiros sôbre os quais assentam as partes trazeiras dos edifícios.

Cidade de beleza voluptuária, encarapitada num dos contrafortes da Borborema, conserva ainda a fisionomia altiva e bizarra com que ostentou no passado a exuberância de sua fôrça criadora. Aqui e acolá, como a quebrar a monotonia do casario vilarejo, um sobrado de aspecto senhorial, já desfigurado de tantas reformas, sem mais os azulejos da fachada, sem as asas de andorinha nos ângulos do telhado e as bôcas de jacaré no alto da cornija, lembra os tempos longínquos da opulência.

Daqueles cimos caprichados por uma natureza telúrica, como de uma sobra do paraíso, saíram valores humanos que brilharam nas letras, nas artes, na política. Foi a cidade que mais depressa cresceu, a que primeiro se elevou na hierarquia política sôbre as vilas de seu tempo, a que disputou rivalidade com todos os centros intelectuais da Paraíba, a única que contribuiu com maior número de presidentes, deputados, senadores, intelectuais e artistas.

Pródiga e fecunda, de nada lhe valeu o título de princesa da Borborema. Envelheceu antes do tempo, esquecida dos próprios filhos, que dela só se lembravam quando interêsses políticos exigiam apêlo ao sufrágio das urnas.

Topogràficamente, estava condenada a parar em seu crescimento. Situada em terreno escasso, à borda de enormes desfiladeiros, faltava-lhe espaço vital para tornar-se grande em área construída, ainda que fatôres de ordem econômica lhe dessem fôrça de expansão. Nenhuma rua podia jamais subir outeiro ou escalar penedias, mas algumas, se queriam crescer, tinham que descer ladeira para o fundo apertado dos abismos. Compensava-se, contudo, de ser pequenina, mostrando-se grande em assomos de independência e também na vocação que fecunda o espírito para o culto das letras.

Nos quatro pontos cardeais da cidade, ao fundo dos precipícios que a circundam, havia quatro fontes, acessíveis por estradas íngremes e coleantes, nas quais se abastecia a população de água potável. Eram as fontes do Pirunga, do Limoeiro, do Bonito e do Quebra.

A do Pirunga, a mais procurada pela pretendida pureza de sua água, não era, na realidade, melhor que as outras. Tôdas, em suma, recebiam as enxurradas que escorriam dos fundos dos quintais e as contaminações que lhes chegavam por via de infiltração, quando as chuvas, constantes e duradouras, lavavam a cidade meses a fio.

No Quebra, Tristão Grangeiro construiu um banheiro público que grangeou fama como acréscimo aos encantos da cidade. O artista tão a fundo se meteu no trabalho que de lá saiu para o leito da morte, exatamente no dia em que viu inaugurada sua obra, a 1 de janeiro de 1886. Chamava-se Quebra por causa da ladeira escorregadia, conhecida a princípio por Quebra-Potes, na qual os carregadores dágua, vez por outra, iam ao chão, com a preciosa carga que conduziam à cabeça.

A fonte do Pirunga tira seu nome de um índio que morava no local. A do Limoeiro, devido a um arbusto de igual nome que existia nas imediações. A do Bonito, do panorama deslumbrante que se descortina do alto da cidade, a cavaleiro da grota.

A água que abastecia Areia era carregada em costas de jumento e vendida em ancoretas, de casa em casa, até que, em 1944, foi minorada a precariedade daquele serviço com as obras de captação realizadas pelo prefeito Germano de Freitas, que instalou um chafariz na cidade ao alcance da população. Posteriormente, com o melhoramento daquele serviço, a cidade passou a ser abastecida de água encanada, que corre das torneiras em abundância, embora não muito boa nem muito pura, captada do manancial do rio do Canto, que tem uma de suas nascentes na fonte do Pirunga e outra na do Quebra.

O clima é ameno e saudável. Noites frias, de um vento cortante que uiva pelas frinchas das janelas, sobretudo no inverno, quando chuvas ininterruptas afugentam das ruas os transeuntes notívagos. Madrugada a dentro, apesar da chuva e do frio, os seresteiros enchiam de vibrações sonoras os corações enamorados que adormeciam sob a doce evocação da fantasia. Vinha dos tempos passados aquêle devaneio poético, tantas vêzes repetido ao som do violão e das modinhas langorosas. Os menestréis boêmios eram a alma da noite a embalar os vivos, no silêncio caliginoso da cidade morta. Essa revivescência romântica encontrou seus maiores intérpretes em Pícico, Manuel Nunes, Abel Costa, Onias Pereira, José Derli, Otacílio Cavalcante e de resto em seu irmão Epitácio Cavalcante. Vez por outra, uma serenata de segunda classe surdia no Bêco do Jorge em demanda da Rua da Gameleira, composta de Antônio Acúrsio, Joaquim Maurício, João Branquinho e Valdevino Corrimboque. Aos sábados, tarde da noite, havia

picado e pinga na casa de Manuel Garapa, onde se refestelavam, em alegre baderna, os trovadores e vagabundos notívagos.

As ruas da cidade tinham nomes pitorescos, dados pelo povo em razão de fatos que justificavam o batismo. Mas veio a mania das mudanças, à falta de coisas mais úteis ou proveitosas da parte da administração municipal. Topônimos seculares, de expressão graciosa, que recordavam tradições, desapareceram na enxurrada das referências bajulatórias. Alguns foram substituídos por nomes sem grandeza, destituídos de conteúdo espiritual na categoria dos valores humanos.

Bruxaxá nunca mereceu uma placa em ponta de rua, mas a tribo estava, enfim, encarnada no inofensivo Pirunga, último representante da raça, que tinha posse mansa e pacífica numa das ruas da cidade, desde os mais remotos tempos. Nada obstante, acabou despejado, pôsto para fora sem remissão, a fim de ceder lugar a um nome de reputação municipal, que passará à posteridade como simples nome de rua. Se daqui a 20 anos um jovem areiense, curioso de conhecer as glórias de sua terra, perguntar ao progenitor quem foi o herói que a cidade guarda perpetuado na placa da esquina, ou o pai sisudo explodirá como no Plebiscito de Aluísio de Azevedo ou será compelido a confessar sua ignorância.

Como não havia artérias públicas para tantos areienses ilustres, alguns ficaram espremidos dentro de uma mesma rua, dividida para isso em três ou quatro partes, a fim de acomodar a todos os favorecidos. Dêste modo se procedeu com relação à Rua do Rosário, que embora curta, inteiriça, não cortada por nenhuma transversal, teve de ceder um trecho ao Dr. José Evaristo, outro ao Dr. Cunha Lima, ficando a parte final com o nome antigo. O mesmo sucedeu com a Rua do Sertão, que se repartiu entre Pedro Américo, Xavier Júnior e Rua do Sertão pròpriamente dita.

Enquanto três ou quatro areienses se acotovelam na nomenclatura de uma mesma rua, há logradouros públicos com a denominação de Getúlio Vargas, Epitácio Pessoa, João Suassuna, Deodoro da Fonseca e outros brasileiros ilustres.

Costa Machado, um nome que honra as tradições de Areia, uma glória também da Paraíba, tinha como sua aquela ruazinha humilde, que fica atrás da residência paroquial, onde construiu casas, sonhou a República de 24, conspirou revoltas, fêz política e deitado sôbre uma rêde matava sem pestanejar os quebra-cabeças de latim, formulados pelo professor Joaquim da Silva e pelo vigário Chacon. Ali estava quieto, contemplando os acontecimentos da revolução de 30, um século depois da sua, quando inopinadamente foi expulso a *manus militari* pela ponta da espada do marechal Deodoro da Fonseca, que se instalou na viela.

A Rua do Esfola Bode não teve a honra de ceder seu nome a nenhum areiense que pudesse competir com São José, que dela se apossou por modo quase clandestino, sem direito legítimo que lhe assegurasse o domínio.

Que mudassem a Rua Mindóia para Coelho Lisboa, a do Cemitério para Abel da Silva, acabassem com a do Tijolo Cru e deixassem sem nome a da Gameleira, admite-se. Mas ninguém ficará resignado em ver a velha e abandonada Rua do Pirunga, com seu topônimo tradicional e característico, parecido até com a própria rua, apresentar-se hoje com a denominação de Antônio Benvindo! Se era necessária homenagem tão alta, que se desse noutra rua, mas não despojassem jamais o inesquecível Pirunga, ilustre por nascimento e por antiguidade, de uma rua que era sua, a que tinha direito por merecimento e por gratidão dos antepassados.

A Rua Grande, que já teve tantos nomes e que mais parecia um pátio de fazenda, transformou-se em praça ajardinada, de bonito aspecto, mas tem a afeá-la, bem no centro, uma espécie de fortaleza medieval, a que dão o nome de coreto.

Acima da beleza da cidade, dos recantos pitorescos que a circundam, da paisagem que sempre estêve a desafiar o pincel de um artista ou a emoção de um poeta, acima dos espetáculos de luta, do material humano que deu vida ao passado, acima de tudo isso, erguia-se, de fronde majestosa, a secular gameleira, a cuja sombra cantavam os trovadores e se inspiravam os poetas. O soberbo vegetal, soberanamente fincado no ponto mais alto da cidade, era a testemunha muda dos acontecimentos que ficaram sepultados no passado. Não foram poucos os idílios de corações namorados e até mesmo cenas dramáticas de lutas cívicas que se desenrolaram à sombra de sua imensa copa.

Quando as fôrças da legalidade atacaram os revolucionários praieiros dentro dos muros da cidade, o tronco vetusto da árvore serviu de trincheira ao último combate travado. Em seu cerne ficaram cravadas as balas que poderiam ter ocasionado a morte de muitos combatentes.

Desde que Areia é Areia, a gameleira existiu como se fôsse um templo pagão. Era o céu verde da cidade, na expressão feliz de José Américo de Almeida. O povo tinha pela imensa árvore uma veneração quase religiosa. De longe, a 50 quilômetros de distância ou talvez mais, via-se o colosso, na majestade de seu porte, destacado de uma das cristas da Borborema, a assinalar, como gigante solitário da floresta, a presença da cidade, que nasceu a seus pés e cresceu a sua sombra. Com a derrubada do marco histórico, ficou a cidade sem expressão de grandeza, reduzida em sua configuração a um aglomerado de covas rasas.

O tronco fabuloso do vegetal media cêrca de 15 metros de circunferência. Para abraçá-lo, oito homens se davam as mãos, rosto colado ao caule, num beijo instintivo ao corpo do gigante, cuja grandeza constituia motivo de orgulho para todos os habitantes da terra.

Em tempos remotos, conta-se que um individuo chamado Silvestre cortou um galho da árvore tutelar. O sacrílego foi castigado e desde então o Conselho Municipal tomou a si a proteção da gameleira. Coelho Lisboa quando entrava em Areia descobria-se debaixo de sua fronde, numa atitude de veneração, e acentuava com afetado bairrismo que se Paris tivesse uma árvore soberba como aquela bem podia ser comparada a sua cidade natal. Horácio Silva fez-lhe uma muralha ao redor do tronco, ao tempo em que Otacilio de Albuquerque era prefeito do município. E quando as procissões litúrgicas saiam à rua, a volta do préstito se fazia em tôrno da secular gameleira.

Sòmente um homem teve a coragem de subir ao alto de sua ramagem, numa aventura reputada temerária. Foi o acrobata de circo Manuel Strighini, que retirou parasitas e deixou alvorada no pino da copa uma pequenina bandeira.

Corriam lendas a respeito da majestosa árvore. Uma delas fazia coincidir seu nascimento com o nascimento da cidade. Teria brotado de uma estaca de curral, ao tempo em que Areia se resumia a uma estalagem de beira de caminho, no Sertão de Bruxaxá.

Outra, infundia a convicção de que por baixo de suas raizes, nas profundezas da terra, corria um rio subterrâneo de imensa caudal. Antigamente, a terra se fendera e, segundo reza a tradição, os moradores da localidade viram as águas da correnteza, a cuja superfície passavam peixes de tamanho colossal. Um dia, quando soasse a hora fatal, que não devia estar longe, a cidade seria tragada por

aquêle insondável abismo. Essa crença, que vem de uma sobrevivência totêmica, não ficou sòmente na classe baixa da população. Estava na mucama e na patroa, no menino de engenho e no menino de escola, no escravo e no senhor, não desdenhando dela o homem da sociedade, também de fundo supersticioso, inclinado por índole aos fenômenos do sobrenatural. (1)

E segundo a mítica do folclore local, os lobisomens e as mulas de padres, às caladas da noite, costumavam fazer escaramuças ao redor da misteriosa árvore. Sabia-se da presença daquelas entidades quando os cães começavam a uivar, espavoridos, nos batentes das portas. Então, ninguém saía de casa, a menos que estivesse munido de chuço, único instrumento que fazia o duende disparar em veloz correria.

Uma vez ao ano, o emblema verde da cidade perdia a densidade de sua folhagem, para depois revestir-se de um viço novo e festivo. Vendo-a assim, quase desnuda, fez-lhe José Américo êste colorido painel: "A copa fechada que guardava, como um tabernáculo pagão, o ritmo de nossas tradições, rasgava-se aos ventos hostis, numa desfolhada trivial. Os ramos que dantes fremiam, sobrecarregados de reminiscências discretas, vergavam-se ao pêso de parasitas exaustivos, que floravam num contraste ingrato. E tornava-se mais ostensiva a caricatura formada, espontâneamente, no tronco vetusto, a escarnecer de nossa decadência. Pior que uma caveira de burro: É uma caveira humana, perfeita e irônica". (2)

---

(1) Talvez decorra essa crendice de um abalo sísmico que sacudiu a cidade no século passado. O fato ocorreu a 24 de julho de 1879, às cinco horas e meia da tarde. Rápido tremor de terra provocou choques de garrafa nas prateleiras dos armazéns, enchendo de pânico, sem maiores conseqüências, os moradores da cidade. O fenômeno, ao que parece, deve ter sido conseqüência de acomodação das camadas do subsolo.

(2) Discurso proferido em fevereiro de 1928, na inauguração do Grupo Escolar Álvaro Machado.

De fato, no alto do tronco, um nódulo carunchoso da madeira dava a feição de uma cara humana, nítida e grotesca, uma cara de velha, que ali se estampara desde eras remotas. Os supersticiosos viam naquilo a caveira de burro da cidade. E ruminavam que era à causa de tôda ruína e decadência. Além do mais, foi numa árvore fatídica, igual àquela, que morrera enforcado o discípulo que vendera o Mestre. Para que Areia viva é preciso que a gameleira morra, assim empulhavam a opinião pública os inconoclastas da época.

Areia estava atolada na pior das decadências. A terra se esgotara para o café e para a cana de açúcar. Esterilizava-se para tudo mais à míngua de transfusão de sangue. Os trilhos ficaram a muitos quilômetros de seus limites. A população, cada vez mais pobre, diminuía em densidade e crescia em ignorância. Era o paroxismo de uma agonia que vinha se processando há mais de 30 anos.

Nesse ambiente de charco, onde apenas se ouvia a música dos batráquios, os supersticiosos acabaram por ganhar a partida. Um prefeito meio cismático, mais destruidor que todos os Silvestres do passado, entendeu que a salvação de Areia estava na derrubada da gameleira. Levado por tais influências ou pelo gôsto da celebridade, como fêz Erostrato quando incendiou o templo de Diana, notabilizou-se por haver pôsto o machado ao pé do secular relicário, imolado bàrbaramente em março de 1931, à vista de uma população ignara que se distraía com o espetáculo da queda.

Incólume à ação do tempo, não escapou das mãos destruidoras do homem. Uma única voz que se levantou contra o atentado foi abafada pelo côro unissono dos eunucos, que não se davam de sacrificar a verdade pelo empenho de acalmar o furor de Júpiter no Olimpo. Os Coribantes de então, como nas festas a Cibele, celebraram a derrubada com arremêdos frenéticos de hosanas, engros-

sando a voz da louvação ao som ensurdecedor dos cimbalos, para que os vagidos de protesto não chegassem aos ouvidos da potestade suprema. (3)

Era nos tempos em que Areia, envelhecida prematuramente, chegava aos estertores de uma triste senectude. Semeara valores até perder a seiva da fecundidade. Sublimara-se na intelectualidade até degradar-se com a caveira de burro estampada na face. Desmembrara-se em novos municípios até ficar reduzida ao distrito da sede. Alçara o colo sôbre o dorso da Borborema até cair desnuda, sem mais a copa de esmeralda que enchia a amplidão do céu.

Já vinha de longe aquela influência maléfica das potestades destruidoras. Embora escassa, existia alguma arborização nas ruas da cidade. Mas a partir de 1894 começou a atroz destruição. Duas alentadas mungubas que tanto refrigério davam ao largo da rua principal, no local onde hoje existe um obsoleto coreto, foram reduzidas a lenha. Outra frondosa árvore que havia na Praça 3 de Maio também caiu aos golpes do machado bronco, da mesma sorte como foram imoladas as que ensombravam a Rua do Sertão, inclusive dois pés de macaiba, fronteiros ao Beco da Matriz. Nem mesmo a majestosa gameleira, espécie de templo panteista da cidade, como já foi classificada, escapou à fúria da devastação. Pobre terra, resta-lhe, contudo, o consôlo de haver cumprido sua missão histórica!

Numa cidadezinha como Areia, lá em São Paulo, no vale do Paraíba, por coincidência chamada Areias, foi onde Monteiro Lobato iniciou sua vida pública como promotor

---

(3) A voz que bradou contra o atentado foi a do autor, que pagou caro por essa temeridade. O bando que disputava as graças do poder tentou justificar o ato do prefeito com a alegação de que a árvore ameaçava ruir, o que absolutamente não se compadecia com a verdade.

da comarca, e que serviu de inspiração ao escritor para escrever mais tarde o conhecido livro — "Cidades Mortas". As duas Areias não se assemelham sòmente no nome. A de São Paulo também teve seu fastígio no tempo do Império, exuberante pela riqueza do café, mas veio o ocaso sombrio, provocado pelo isolamento das comunicações e pelo esgotamento do solo, até ficar reduzida a um burgo em ruínas, os morcegos habitando nos solares antigos, a igreja abandonada, ruas desertas, vida parada, vivida apenas vegetativamente. Não há padre, não há médico, não há delegado, não há crimes, não há festas, não há cinema. Uma cidade que agoniza, que se afunda na decadência, onde nada de novo acontece, como já disse Lobato. Qualquer semelhança será fortuita coincidência.